UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

MÁRCIA SILVA DE SOUZA

DOCUMENTOS DE MAMELUCOS NO BRASIL COLONIAL: *EDIÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GRÁFICOS*

Feira de Santana, BA
2022

MÁRCIA SILVA DE SOUZA

DOCUMENTOS DE MAMELUCOS NO BRASIL COLONIAL: *EDIÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GRÁFICOS*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Coorientadora: Profa. Dra. Alícia Duhá Lose

Feira de Santana, BA
2022

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Souza, Márcia Silva de
S716d Documentos de Mamelucos no Brasil Colonial: edição e descrição dos aspectos gráficos./ Márcia Silva de Souza.–, 2022.
290f.: il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Coorientadora: Alícia Duhá Lose

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2022.

1.Mamelucos – Brasil Colonial. 2.Análise grafofonética. I.Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais, orient. II.Lose, Alícia Duhá, coorient. III.Universidade Estadual de Feira de Santana. IV.Título.

CDU: 801:003.037

Maria de Fátima de Jesus Moreira – Bibliotecária – CRB5/1120

TERMO DE APROVAÇÃO

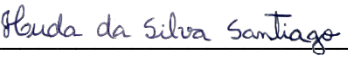
MÁRCIA SILVA DE SOUZA

DOCUMENTOS DE MAMELUCOS NO BRASIL COLONIAL: *EDIÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GRÁFICOS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Prof. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Alícia Duhá Lose (Coorientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Huda da Silva Santiago (Avaliadora interna)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Pedro Daniel dos Santos Souza (Avaliador externo)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

À minha mãe Divaci, pelo exemplo de
vida e por nunca me deixar desistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado em todos os momentos da minha vida. Por sua infinita bondade, luz e força constante em meu caminhar.

À professora Dra. Zenaide Novaes Carneiro, por quem tenho muita admiração. Obrigada pela competente orientação, paciência, estímulo e pelas inúmeras conversas sobre a vida e a Linguística Histórica.

Ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS, coordenadores, professores e funcionários.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

À professora doutora Alícia Duhá Lose, pela generosa ajuda, sugestões e disponibilidade em participar da qualificação e da coorientação.

Ao professor Dr. Pedro Daniel, pelas importantes contribuições durante o exame de qualificação e pela disponibilidade em participar da banca de defesa.

À professora Dra. Huda Santiago pela disponibilidade em participar da banca de defesa e por todo conhecimento compartilhado.

À minha mãe, pelo exemplo, incentivo e apoio.

Ao meu pai e irmãos Iala, Anailton e Anderson (*in memoriam*), por todo amor e carinho.

Ao meu sobrinho, Bernardo, por ser a minha alegria de todos os dias.

À minha filha Elisa, pelo amor incondicional e por adoçar os momentos difíceis. E a todos os familiares, pelas vibrações positivas.

À minha amiga Rosana Brito, por sempre estender as mãos nos momentos mais difíceis. Obrigada pela confiança, apoio e contribuição na minha formação.

À minha colega Juliete, por dividir as angústias e as alegrias durante o percurso.

A Mônica, pelo incentivo e colaboração de sempre.

Ao meu amigo Edinaldo, pela torcida, gentileza e atenção.

À minha amiga Flávia, pelos diálogos e escuta diária.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho apresenta a edição de vinte e cinco manuscritos do século XVII e XVIII pertencentes a mamelucos que tiveram acesso à escrita durante o período colonial. São documentos raros, pois são escritos por uma população em que poucos tiveram acesso à escolarização, sendo de grande importância para o estudo da história do português brasileiro e da penetração da escrita. A pesquisa seguiu a proposta do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), atendendo as três agendas de pesquisas: i. a edição semidiplomática, de acordo com os critérios de transcrição do PHPB, com a finalidade de oferecer uma edição filologicamente confiável a estudos sobre a história do português brasileiro (PB); ii. a contextualização sócio-histórica dos manuscritos; e iii. os estudos linguísticos, que, no caso desta pesquisa, consiste na descrição de índices grafofonéticos. Seguindo a proposta de Barbosa (1999), Marquilhas (2000), Oliveira (2006) e Santiago (2012; 2019), apresentam-se alguns critérios de identificação de inabilidade, como: supragráficos e paleográficos; segmentação gráfica; aspectos de aquisição da escrita; representação da nasalidade etc. A disponibilização das edições dos documentos, nas versões semidiplomática e modernizada, visa contribuir para estudos de aspectos linguísticos, sócio-históricos, da difusão da escrita, entre outros.

Palavras-chave: Mamelucos. Brasil Colonial. Edição. Sócio-história. Análise Grafofonética.

ABSTRACT

This work presents twenty-five edited manuscripts from the 17th and 18th centuries, belonging to Mamluks that had access to writing during the colonial period. They are rare documents, as they are written by a population of which only few had access to education. That gives them great importance for the study of the history of Brazilian Portuguese and the diffusion of writing. The research followed the proposal of the Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB), meeting the three research proposals: i. the semi-diplomatic edition, according to the PHPB transcription criteria, offering a philologically reliable edition to studies on the history of Brazilian Portuguese (BP); ii. the socio-historical contextualization of the manuscripts, and iii. linguistic studies, in this research, the description of graphophonics. Following the proposal of Barbosa (1999), Marquilhas (2000), Oliveira (2006) and Santiago (2012;2019), some criteria to disability identification are presented, such as: supragraphic and paleographic; graphic segmentation; aspects of writing acquisition, representation of nasality, etc. Some editions of the documents, in semi-diplomatic and modern versions, were made available to contribute to the study of linguistic and socio-historical aspects of the diffusion of writing, among others.

Keywords: Mamelukes. Colonial Brazil. Edition. Socio-history. Graphophonetic Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS

APF	Adrião Pereira de Farias
DJV	Domingos Jorge Velho
Fol.	Fólio
IMGB	Isabel Maria Guedes de Brito
LBC	Lourenço de Brito Correa
LBF	Lourenço de Brito de Figueiredo
r.	Recto
v.	Verso

SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CE-DOHS	Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
CU	Conselho Ultramarino
HISCULTE	História Social da Cultura Escrita
NELP	Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa
PHPB	Programa para História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: fol. 1r, datado de 20 de setembro de 1662 do escrevente LBC – corrosão sem precisão 46
Figura 2: fol. 1r; datado de 4 de abril de 1669 do escrevente LBF – manchas da escrita do verso 46
Figura 3: fol. 1; datado de 15 de julho de 1669 do escrevente LBF – Manchas e borrões 46
Figura 4: fol. 1r, datado de 16 abril de 1669, escrevente LBF – escrita a margem 48
Figura 5: Imagem do trecho do fólio 1r, DJV 55
Figura 6: Imagem do trecho do fólio escrito em 12.06.1659 62
Figura 7: Imagem do trecho do fólio escrito em 14.09.1660 63
Figura 8: Imagem do trecho do documento escrito em 23 de maio de 1662, LBC – grafema posição medial <r> assemelhando-se ao grafema <x> 63
Figura 9: Imagem do trecho do documento escrito em 14 de setembro de 1660, LBC – grafema <s> em posição final assemelha-se à <z> 64
Figura 10: Imagem do trecho do documento escrito em 15 de setembro de 1669, LBF - grafema <s> em posição média e final assemelha-se à <z> 69
Figura 11: Imagem do trecho do documento escrito em 24 de junho de 1670, LBF - consoante /s/ em posição inicial assemelha-se à /j/ 69
Figura 12: Imagem do trecho do manuscrito de IMGB - hastes ascendentes para direita no grafema <d> 73
Figura 13: Imagem do trecho do manuscrito de IMGB - hastes descendentes para esquerda para o grafema <p> 74
Figura 14: Imagem do fac-símile de Manoel Pacheco Bitancur 77
Figura 15: Imagem do trecho do manuscrito de APF – Grafema <d> 78
Figura 16: Imagem do trecho do manuscrito de APF – Grafema <l> com traçado parecido com o grafema <A> maiúscula 78
Figura 17: Localização da Serra da Barriga: Município de União dos Palmares - Alagoas 103
Figura 18: Vista do Mirante da Serra da Barriga - Alagoas 103
Figura 19: Símbolo do Principal Mocambo do Quilombo dos Palmares 104
Figura 20: Terras recebidas em sesmarias, herdadas, compradas e conquistadas por Antônio Guedes de Brito final do século XVII 114
Figura 21: Localização do Munícipio de Vigia-PA 120

Figura 22: Igreja da Mãe de Deus. Obra da Companhia de Jesus, construída na década de 1730 120
Figura 23: Marcadores gráficos..... 126
Figura 24: Documento de LBC, datado de 12.06.659..... 127
Figura 25: Documento de LBC, datado de 15.07.659..... 128
Figura 26: Documento de LBC, datado de 15.07.1669, formas diferentes de marcar a nasalidade 128
Figura 27: Documento de LBC, datado de 14.07.1660..... 129
Figura 28: Documento de LBC, datado de 14.07.1660..... 129
Figura 29: Documento de LBC, datado de 27.04.1661..... 130
Figura 30: Documento de LBC, datado de 27.04.1661 – consoante <h> e a consoante <s> na posição inicial..... 130
Figura 31: Documento de LBC, datado de 13.05.1661..... 131
Figura 32: Documento de LBC, datado de 31.03.662 – consoante <r>..... 132
Figura 33: Documento de LBC, datado de 31.03.1662..... 133
Figura 34: Carta de LBC, datada de 23.05.1662 133
Figura 35: Memorial de LBC, datada de 23.05.1662..... 133
Figura 36: Carta e memorial de LBC, datados de 23.05.662 – Vogal <i> semelhante a consoante <Y>..... 134
Figura 37: Carta de LBC, datada de 23.05.1662..... 134
Figura 38: Carta de LBC, datada de 20.09.1662..... 134
Figura 39: Documento de LBC, datado de 20.09.1662..... 135
Figura 40: Documento de LBC, datado de 26.09.1662..... 135
Figura 41: Documento de LBF, datado de 08.07.1662..... 136
Figura 42: Documento de LBF, datado de 15.07.1669. As diferentes formas de apresenta <s> 137
Figura 43: Documento datado de 13.05.1661 com marcações das características do traçado 139
Figura 44: Datado de 15.08.1671, características da escrita 140
Figura 45: Documento datado de 15.08.1671 – caracterização da escrita 141
Figura 46: Trecho do fólio 1r, DJV; exemplo de hipossegmentação..... 149
Figura 47: Trecho do fólio da carta escrita em 12.06.1659 – exemplos de hipossegmentação 154

Figura 48: Trecho do fólio da carta escrita em 14.09.1660 – exemplo de hipersegmentação 154
Figura 49: Trecho do fólio da carta escrita 15.07.1669 por LBF – exemplo de hipossegmentação.....159
Figura 50: Trecho do fólio de IMGB, exemplos de hipossegmentação.....162
Figura 51: fac-símile da carta de APF com marcas de inabilidade físico-caligráficas 164
Figura 52: fac-símile da carta de APF com exemplo de hipersegmentação 164
Figura 53: fac-símile da carta de APF com exemplo de hipossegmentação.....165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados dos documentos 43
Quadro 2: Assinatura dos escreventes 45
Quadro 3: Rubricas presente nos manuscritos 49
Quadro 4: Descrição escriptográfica do manuscrito referente a Domingos Jorge Velho 52
Quadro 5: Aspectos recorrentes no scriptor 1 56
Quadro 6: Descrição escriptográfica dos manuscritos referentes a Lourenço de Brito Correa 56
Quadro 7: Descrição escriptográfica dos manuscritos referentes a Lourenço de Brito de Figueiredo 64
Quadro 8: Descrição escriptográfica de Isabel Maria Guedes de Brito 70
Quadro 9: Descrição escriptográfica de Adrião Pereira de Farias 74
Quadro 10: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de DJV 84
Quadro 11: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de LBC 85
Quadro 12: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de LBF 88
Quadro 13: Abreviaturas encontradas no manuscrito de IMGB 90
Quadro 14: Abreviaturas encontradas no manuscrito de APF 91
Quadro 15: Exemplos de para-sinonímia 93
Quadro 16: Letras semelhantes nos documentos 139
Quadro 17: Ocorrências gráficas 149
Quadro 18: Outras ocorrências no manuscrito de DJV 152
Quadro 19: Ocorrências das grafias de LBC 155
Quadro 20: Ocorrências de supostos índices grafofonéticos LBC 157
Quadro 21: Ocorrências da grafia de LBF 159
Quadro 22: Ocorrências de supostos índices garfofonéticos 161
Quadro 23: Ocorrências da grafia IMGB 163
Quadro 24: Ocorrências de supostos índices grafofonéticos 163
Quadro 25: Aspectos referentes à escriptualidade, na carta de APF 165
Quadro 26: Aspectos referentes a índices grafofonéticos, na carta de APF 166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A Relação entre Filologia e a Linguística Histórica 23
Gráfico 2: Percentual de abreviaturas por scriptor.....92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População do Brasil por etnia do século XVI-XIX 35
Tabela 2: Evolução da população do Brasil no século XVI, por capitanias 36
Tabela 3: Abreviaturas distribuídas por scriptor 92
Tabela 4: Comparação entre os documentos de LBC 131
Tabela 5: Documento datado de 15.08.671 – caracterização da escrita 140

SUMÁRIO

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO 17

1 **LINGUÍSTICA HISTÓRICA, SÓCIO-HISTÓRIA E FILOLOGIA** 20

1.1 A QUARTA VIA PROPOSTA POR ANTONIO HOUAISS (1985): A PENETRAÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA NO BRASIL, DAS ORIGENS AOS NOSSOS DIAS 22

1.2 PERÍODO COLONIAL: ASPECTOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO 25

1.3 OS MAMELUCOS NO BRASIL COLONIAL 29

1.4 A CONSTITUIÇÃO DE *CORPORA* PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A ESCRITA MAMELUCA 34

1.5 SÍNTESE DA SEÇÃO 37

SEÇÃO 2

2 SOBRE OS DOCUMENTOS **38**

2.1 DESCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS 39

2.1.1 Aspectos extrínsecos **40**

2.1.2 Aspectos intrínsecos **48**

2.1.3 As várias mãos através da análise escriptográfica **49**

2.1.3.1 Estudo da escrita do scriptor 1 50

2.1.3.2 Estudos da escrita do scriptor 2 55

2.1.3.3 Estudo da escrita do scriptor 3 62

2.1.3.4 Estudo da escrita do scriptor 4 69

2.1.3.5 Estudo da escrita do scriptor 5 73

2.2 O LABOR DA EDIÇÃO 77

2.3 A EDIÇÃO FAC-SIMILAR 78

2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA 78

2.5 OS CRITÉRIOS ADOTADOS NA TRANSCRIÇÃO 79

2.6 ABREVIATURAS: LISTA E CLASSIFICAÇÃO 80

2.6.1 **Estudos das abreviaturas dos séculos XVII e XVIII** 89

2.7 EDIÇÃO MODERNIZADA 92
2.8 SÍNTESE DA SEÇÃO 93

SEÇÃO 3

3 OS ESCREVENTES 94
3.1.1 O caçador de índio: Domingos Jorge Velho 95
3.1.2 A guerra dos Palmares e o sertanista Domingos Jorge Velho 98
3.1.1.3 Serra da Barriga 100
3.1.2 O fidalgo e herdeiro do Caramuru: Lourenço de Brito Correa 102
3.1.2.1 Administração Colonial com a chegada do Conde Óbidos na Bahia 104
3.1.2.2 A Bahia no final do século XVII 106
3.1.3 Lourenço de Brito de Figueiredo e a sua prisão 107
3.1.4 A senhora de terras: Isabel Maria Guedes de Brito 108
3.1.4.1 Alto Sertão da Bahia e as sesmarias 111
3.1.5 Entre o bem e o mal: Adrião Pereira de Farias 113
3.1.5.1 O Tribunal do Santo Ofício no Estado do Grão-Pará 116
3.1.5.2 Bispado do Grão-Pará – Vila da Vigia 117
3.4 PARA QUÊ? 119
3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO 121

SEÇÃO 4

4 ESTUDO COMPARATIVO DOS ASPECTOS GRÁFICOS 123
4.1 INVESTIGANDO OS MANUSCRITOS 125
4.1.1 Lourenço de Brito Correa 125
4.1.2 Lourenço de Brito de Figueiredo 134
4.1.3 Isabel Maria Guedes de Brito 140
4.1.4 Domingos Jorge Velho 140
4.1.5 Adrião Pereira de Farias 140
4.2 SÍNTESE DA SEÇÃO 141

SEÇÃO 5

5	**INABILIDADE: ALGUNS ASPECTOS**	142
5.1	A BUSCA DE ÍNDICES GRAFOFONÉTICOS	145
5.1.1	**Investigando as mãos dos escreventes**	146
5.1.1.1	*Aspectos da escrita de Domingos Jorge Velho*	147
5.1.1.2	*Aspectos da escrita de Lourenço de Brito Correa*	151
5.1.1.3	*Aspectos da escrita de Lourenço de Brito de Figueiredo*	156
5.1.1.4	*Aspectos da escrita de Isabel Maria Guedes de Brito*	160
5.1.1.5	*Aspectos da escrita de Adrião Pereira de Farias*	162
5.2	FONTE PARA PORTUGUÊS BRASILEIRO	165
5.3	SÍNTESE DA SEÇÃO	166

SEÇÃO 6

6	**EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DOS DOCUMENTOS DE MAMELUCOS DO BRASIL COLONIAL**	**171**
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	**279**
	REFERÊNCIAS	**281**
	APÊNDICE	**286**

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresenta-se a edição e estudo de um conjunto de documentos produzidos por mamelucos no século XVII e XVIII. São 25 documentos que se dividem em: cartas, memória e requerimento, os quais estão organizados no repositório Corpus 2 CE-DOHS[1] (Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão) e descritos na plataforma *Documentos de mamelucos do Brasil Colonial* disponível em: http://corpus2cedohs.com.br/. A partir da edição desses manuscritos, foi possível descrever aspectos linguísticos que forneceram evidências de que os redatores são familiarizados com a escrita.

São documentos raríssimos, escritos entre os séculos XVII e XVIII, pertencentes a uma população que estava mais integrada na sociedade colonial do que os outros mestiços, provavelmente por serem filhos de portugueses com indígenas. Muitos desses redatores foram reconhecidos pelos pais e desfrutaram da posição social que eles possuíam, o que lhes possibilitou o contato com a escrita de maneira formal por meio dos colégios jesuítas ou por situações informais através de escolas jesuítas implantadas nas vilas.

Os mamelucos são resultado da união de duas culturas distintas, a portuguesa e a indígena. Essa fusão biológica e cultural teria se iniciado logo que os primeiros portugueses desembarcaram na América, "sendo que a gestação étnica do brasileiro se alongaria por todo o período colonial" (GIAROLA, 2012, p. 129). A instituição indígena chamada *cunhadismo*, que consistia na prática de oferecer uma moça indígena como esposa, facilitou o surgimento de uma numerosa camada de indivíduos que ocupou significativamente o Brasil.

Darcy Ribeiro (2006) acredita que o primeiro brasileiro consciente de si teria sido o mameluco, que sofria com a rejeição tanto por parte dos europeus quanto por parte dos indígenas. Os mamelucos são indivíduos não brancos que ficaram às margens da sociedade brasileira durante o período colonial e que, muitas vezes, não eram reconhecidos pela cultura indígena, nem pela portuguesa.

Os documentos mencionados são fontes escritas de grande valia para os estudos de sincronia passada, pois refletem uma escrita de indivíduos não brancos que ocuparam uma posição relativamente alta na sociedade colonial e, por motivos diversos, tiveram acesso à

[1] Neste repositório, encontram-se apenas os documentos que possuem a versão fac-similar em formato digital. A data de produção de escrita desses documentos vai da 1ª metade do século 17 à 2ª metade do século 18. Foram consultados, para a constituição do corpus, vários acervos e arquivos digitais, como o acervo do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (ou Projeto Resgate), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), dentre outros.

escrita, tendo em vista que era limitada e se restringia quase que completamente aos brancos pertencentes à elite econômica e social da época.

A organização da pesquisa segue o formato proposto pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), criado no âmbito do *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, em 1997, destacado por Lobo (2009, p. 306):

a) **constituição de corpora diacrônicos** de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI;

b) **a reconstrução da história social linguística do Brasil**; e

c) **estudos de mudanças linguísticas** depreendidas na análise dos corpora constituídos.

Nesta pesquisa, contemplam-se três agendas, nas quais o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DHOS)[2], que integra o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), desenvolve trabalhos em parceria tecnológica com o projeto Corpus Histórico do Português Tycho Brahe, da Universidade Estadual de Campinas e que está sob a coordenação da professora doutora Charlotte Galves. Trata-se um banco eletrônico de mais de um milhão de palavras para estudo da história do português brasileiro, numa parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro.

Desse modo, atua-se nas três referidas agendas, com os seguintes objetivos:

i. a edição semidiplomática, de acordo com os critérios de transcrição do PHPB, oferecendo uma edição filologicamente confiável a estudos sobre a história do português brasileiro (PB);
ii. a contextualização sócio-histórica dos manuscritos, traçando o perfil biográfico dos escreventes;
iii. a descrição dos aspectos gráficos.

Sobre a constituição sócio-histórica dos documentos, percorrem-se as questões-problemas defendidas por Petrucci (2003), o qual, no âmbito da História da Cultura Escrita, apresenta um conjunto de questões que devem ser respondidas para qualquer tempo histórico:

[2] O CE-DOHS é a versão eletrônica do DOHS, do Projeto Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro (processo CNPq 401433/2009-9), coordenado pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, e faz parte do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), desde 2012, do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Disponível em: http://www.uefs.br/cedohs.

Qué?, *Cuándo?*, *Dónde?*, *Cómo?*, *Quién?* e *Para qué?* As respostas a essas perguntas foram peculiares na contextualização sócio-histórica dos documentos e importantes para os trabalhos paleográficos. As perguntas *Qué?* e *Cómo?* serão abordadas na parte 2, e as demais na parte 3 deste trabalho.

Em relação ao estudo linguístico, realizou-se um levantamento dos índices gráficos, classificando o que seriam aspectos da *escriptualidade* e o que seriam fenômenos de mudança. Para isso, seguiu-se o estudo de Marquilhas (1996; 2000), que propõe a observação dos elementos caligráficos da mão e particulares do suporte. Para caracterização física da execução caligráfica das mãos pouco exercitada sistematizaram-se alguns aspectos, como: ausência de *cursus*, traçado inseguro, uso de módulo grande, entre outros; Barbosa (1999; 2017) estabelece algumas dimensões de inabilidade, e, nos trabalhos de Santiago (2012; 2019), há um contínuo de inabilidade que pode manifestar em maior ou menor grau.

Este trabalho está organizado em: **Seção 1**, na qual se apresenta um delineamento para reconstrução da história do português brasileiro. Em seguida, discutem-se os aspectos da penetração da língua escrita no período colonial e aborda-se sobre os mamelucos no Brasil colonial. Na **Seção 2**, descrevem-se as características internas e externas dos manuscritos, a descrição dos critérios de transcrição e edição, em linhas gerais, sobre o labor filológico.

Na **Seção 3**, trata-se do contexto sócio-histórico em que os documentos foram escritos e sobre os aspectos socioculturais dos escreventes que produziram os documentos. Apresentando o perfil biográfico dos remetentes, evidenciamos data de nascimento, escolaridade, ocupação etc. Especifica-se para quem foram escritos, além do local e o período de produção. Na **Seção 4**, analisam-se e investigam-se os diferentes punhos encontrados nos documentos referentes a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo.

A **Seção 5** dedica-se aos aspectos gráficos e aos estudos da *escriptualidade* dos diferentes escreventes. Na **Seção 6**, apresenta-se a edição fac-similar e semidiplomática dos 25 manuscritos pertencentes aos mamelucos: Domingos Jorge Velho, Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito Figueiredo, Isabel Maria Guedes Brito e Adrião Pereira de Farias. Após a edição, seguem-se as considerações finais e, por último, apêndices e anexo.

SEÇÃO 1

Esta seção faz uma breve reflexão sobre os caminhos a se percorrer para a reconstrução sócio-histórica e linguística do português brasileiro (PB). Mattos e Silva (2004, p. 61) ressalta que "a reconstrução de uma história social linguística do português brasileiro envolve uma história linguística do Brasil". Discutimos a relação entre a Linguística Histórica, sócio-história e Filologia; aspectos sobre a escolarização no período colonial; os mamelucos no Brasil colonial, além da importância da constituição de *corpora* para o português brasileiro.

1 LINGUÍSTICA HISTÓRICA, SÓCIO-HISTÓRIA E FILOLOGIA

Após muitos anos de hegemonia dos estudos sincrônicos, percebe-se, a partir do final do século XX, o ressurgimento e revitalização da Linguística Histórica com incorporação das análises diacrônicas da variação linguística, o que significou a ruptura da dicotomia saussureana – sincronia/diacronia – que, segundo Maia (2012, p. 534), "permitiu compreender a dinâmica social e contextual da mudança linguística".

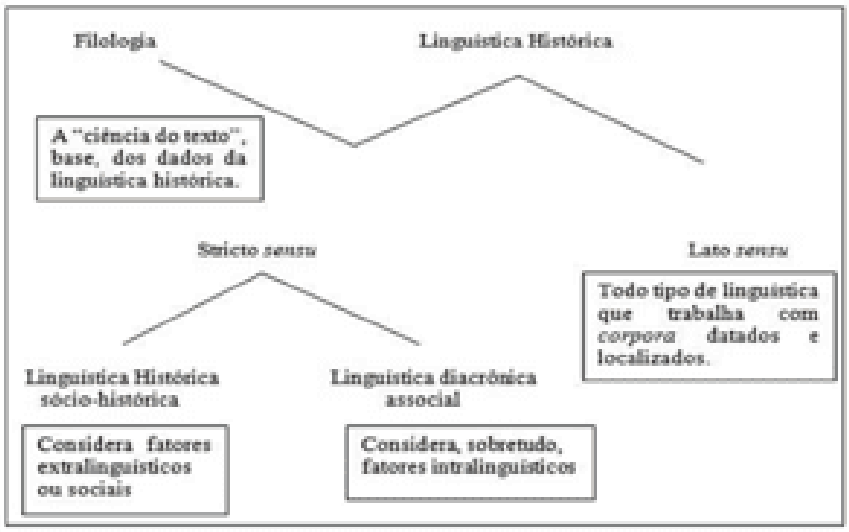
Diante disso, o retorno aos estudos histórico-diacrônicos trouxe uma grande questão destacada por Mattos e Silva (1998, p. 106): "Onde buscar dados?". Essa questão direcionou novos olhares à Filologia, o que levou a analisar os materiais escritos de sincronias passadas por uma nova ótica. O reencontro da Linguística Histórica com a Filologia possibilitou obter conhecimentos sobre as línguas de época anteriores e explicar processos históricos de mudanças. Maia (2012) destaca a importância da Filologia, no sentido estrito, de edições de textos confiáveis, para estudos linguísticos do passado.

> Uma vez que consideramos que a história da língua deve depreender-se dos textos que nela se escreveram e do conhecimento da história dos mesmos e, portanto, que a sua construção deve ter o imprescindível apoio das fontes textuais, a constituição de *corpora* é uma exigência da pesquisa diacrónica (MAIA, 2012, p. 537).

A necessidade de buscar dados em textos remanescentes fez a Linguística Histórica e a Filologia se complementarem. Através do labor filológico, foi possível recuperar manuscritos

que se tornaram *corpora* indispensáveis às análises linguísticas. Mattos e Silva (2008) representa esse elo essencial entre a Linguística Histórica e a Filologia no gráfico a seguir:

Gráfico 1: A Relação entre Filologia e a Linguística Histórica



Fonte: Retirado de Mattos e Silva (2008, p. 8).

Nesse gráfico, a autora mostra que não basta recuperar o texto, é preciso uma boa edição que reflita fielmente as características dos manuscritos. Além disso, a pesquisadora não se restringe à definição de Linguística Histórica como o campo que estuda as mudanças fônicas, mórficas, sintáticas ou semântico-lexicais, mas a designou em duas grandes vertentes: *lato sensu* e *stricto sensu*.

A Linguística Histórica *lato sensu* trabalha com os estudos descritivos, as teorias de textos, do discurso e da conversação; enquanto a linguística *stricto sensu*, sobre o que muda e como mudam as línguas no decorrer do tempo, dependendo da Filologia para recuperar dados diacrônicos de fontes escritas no passado. Para Mattos e Silva (2008), no que se refere à metodologia,

> deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com *rigor filológico* e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15 [grifos da autora]).

Dessa forma, os *corpora* têm de ser significativos, ou seja, representativos para que o objetivo do pesquisador seja alcançado, principalmente relacionado ao estudo linguístico. Não se pode negar que a Linguística Histórica e a Filologia estão intimamente ligadas,

principalmente quando o objetivo é a reconstituição sócio-histórica de uma língua. É nessa perspectiva que este trabalho colabora para o estudo do português brasileiro.

1.1 A QUARTA VIA PROPOSTA POR ANTONIO HOUAISS (1985): A PENETRAÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA NO BRASIL, DAS ORIGENS AOS NOSSOS DIAS

Desde a publicação do ensaio *O Português no Brasil* (1985), Antônio Houaiss mencionava que não estavam, ainda, preenchidos os requisitos da pesquisa e conhecimento para elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil. Para reverter esse cenário, propôs quatro vias de pesquisas, assim descritas:

> 1. a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2.o mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível "recapitular" o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; 3.o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4.a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demo psicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das "histórias" parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosoficamente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o "presente" e os "presentes" brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados (HOUAISS, 1985, p. 127).

As questões pontuadas pelo autor movimentaram muitos pesquisadores do português brasileiro à realização de trabalhos tanto na modalidade oral quanto na escrita, o que colaborou para superar as lacunas apontadas por Houaiss (1985). Lobo (2009), por exemplo, destaca vários programas de pesquisas, em âmbito nacional e regional, que têm contribuído para a elaboração da história da língua portuguesa no Brasil. Destaca-se o *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), criado em 1991, através da realização do *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado na USP, em 1997, proposto pela pesquisadora Rosa

Virgínia Mattos e Silva, sendo este o maior projeto que serviu e serve de base para todos os outros projetos com a mesma finalidade.

A busca pela reconstrução sócio-histórica linguística do português brasileiro continua a todo vapor pelos pesquisadores da língua. Mesmo três décadas depois, ainda não foi possível explicar todas as vias. Como afirma Mattos e Silva (2004, p. 61), "será trabalho para muitas mãos e cabeças durante muito tempo". Em relação às vias 2 e 3, Lobo e Oliveira (2012) ressaltam que já se fez muito, considerando os trabalhos realizados pelos grupos de pesquisa.

Sobre a via 2, destaca-se o projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), iniciado em 1996, sob coordenação de Suzana Alice Marcelino Cardoso e Jacyra Andrade Mota, resultando em dois Atlas Linguísticos do Brasil[3]; e, para a via 3, a *Gramática do Português Falado* (1988-2011), iniciado na Universidade de Campinas (UNICAMP), além de muitos outros.

Quanto às vias 1 e 4, pouco se produziu, e muito se tem a acrescentar. É preciso reconhecer o quanto é difícil transitar pela primeira via, pela dificuldade de se localizar fontes representativas de sincronias passadas, além da precariedade dos arquivos brasileiros, o que resultou na perda de muitos documentos importantíssimos para a história do português brasileiro. Mattos e Silva (2004), parafraseando Labov (1982), enfatiza que muitos desses documentos são apenas fragmentos que permanecem após acidentes históricos que estão para além do controle do investigador. Cabe ao pesquisador que se envereda por esses caminhos "a arte de fazer o melhor uso de maus dados" (MATTOS E SILVA, 2004, p. 110).

Diante das dificuldades, em relação à primeira via, não se pode negar o esforço e a riqueza dos trabalhos desenvolvidos pelo *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR*, que iniciou seu trabalho por Rosa Virgínia Mattos e Silva e, atualmente, sob coordenação de Juliana Soledade; pelo Projeto PHPB, já mencionado; pelo *Projeto Corpus Históricos do Português Tycho Brahe*, da Universidade de Campinas (UNICAMP), coordenado por Charlotte Galves, desde 1998; pelo *Projeto Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro*, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), entre outros.

A quarta via, a penetração da língua escrita no Brasil, considerada por Mattos e Silva (2004) a mais importante para conhecer o caráter diglóssico do português brasileiro, não deve ser investigada sob uma perspectiva essencialmente linguística, mas numa direção social e linguística, sendo necessária também a conexão com outras histórias, como o campo da cultura

[3] O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1996, de grande amplitude, de caráter nacional, em desenvolvimento, tem por meta a realização de um atlas geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa, conforme pode ser visto em: https://alib.ufba.br/

escrita. Mattos e Silva (2004) retoma as ideias de Houaiss (1985) e aponta caminhos a serem percorridos para o alcance de uma história social linguística:

> (a) O campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) O campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) O campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) O campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Para esta investigação, interessa o campo de pesquisa (a). De acordo com a autora, há dois fatores essenciais, a demografia e a difusão social da escrita, para a compreensão da heterogeneidade do português brasileiro, tanto no que se refere às normas cultas, quanto às normas populares. O campo (a) prevê a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil. Conforme Mattos e Silva (2004, p. 58), "não se pode compreender a história do Português do Brasil, sem levar em conta [...] o percurso histórico das populações e suas línguas que aqui conviveram e convivem com a língua portuguesa".

Nessa direção, destacamos a importância do projeto de investigação da História da Cultura Escrita, que, de acordo com Castillo Goméz (2003, p. 107-108)[4], é "uma forma da história cultural centrada especificamente nos objetos escritos e nos testemunhos de qualquer índole, sobre seus diferentes usos e suas várias funções". Não se trata de simplesmente abordar o texto em sua superficialidade, mas revelar as conexões entre as práticas sociais do escrever, do ler, do discurso, bem como dos indivíduos que escrevem e leem, em cada momento da história, nas diferentes sociedades.

A História da Cultura Escrita ganhou um olhar social e, consequentemente, gerou uma nova roupagem à Paleografia, surgindo a necessidade de aperfeiçoar os métodos tradicionais do fazer paleográfico. Nesse viés, Petrucci (2003) ressalta que quem trabalha com a Cultura Escrita deve responder a um conjunto mínimo de questões: *qué?*, *cuándo?*, *dónde?* e *cómo?* – a que se acrescentam duas novas: *quién?* e *por qué?* –, possibilitando estudar a história, a sociedade e o sujeito que escreve, não se restringindo aos aspectos gráficos.

Seguindo essa proposta e atuando diretamente na quarta via proposta por Houaiss (1985), diversos trabalhos têm sido desenvolvidos voltados às práticas sociais de leitura e escrita. O subprograma História Social da Cultura Escrita (*HISCULTE*), no âmbito do programa

[4] Una forma de historia cultural centrada específicamente en los objetos escritos y en los testimonios, de cualquier índole, que conciernen a sus distintos usos y a sus varias funciones.

do *PROHPOR*, ambos sob a orientação de Tânia Lobo, vem desenvolvendo trabalhos que se dedicam ao estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde o século XVI aos dias atuais; analisa o desenvolvimento do processo de escolarização do ensino de língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial; investiga as políticas linguísticas sobre a língua portuguesa no território brasileiro, dentre outros campos.

Na Bahia, o CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (Processo FAPESB 5566/2010), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, realiza pesquisas voltadas para a recomposição do português brasileiro, em especial, do interior baiano. Possui um acervo linguístico diversificado e tem realizado pesquisas significativas a partir da análise de corpus de mãos inábeis.

1.2 PERÍODO COLONIAL: ASPECTOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO

Ao longo de três séculos de colonização no Brasil, o sistema educacional foi introduzido de maneira desordenada e contraditória. Os acontecimentos sócio-históricos e políticos foram decisivos para consolidação de um ensino precário e ineficiente até os dias atuais. No período inicial da colonização, foram os interesses religiosos que instituíram o processo educacional regular por meio da Companhia de Jesus. Em 1549, através do primeiro governador do Brasil, Tomé de Souza, chefiados pelo padre Manoel de Nóbrega, chegam os primeiros jesuítas, os quais ajudariam na "educação" das crianças indígenas.

O principal objetivo da catequese era doutrinar os povos encontrados na costa, por meio da oralidade. De acordo com Higunov Neto e Maciel (2008, p. 171), o modelo educacional proposto pelos jesuítas "pretendia formar um modelo de homem, baseado nos princípios escolásticos, era coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação na primeira fase do período colonial brasileiro".

O projeto educacional jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto de transformação social, pois tinha como objetivo propor e implementar mudanças na cultura indígena, com intuito de formar uma "nova sociedade" baseada nos padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI.

Avançando por toda costa e guiados pelo padre Manoel de Nóbrega, os jesuítas iniciaram um vasto processo de evangelização dos índios enraizada na cultura europeia. De acordo com Aranha (2006, p. 91),

> [...] a ação pedagógica tornou-se significativa para os jesuítas quando perceberam, diante da rejeição dos adultos, que os jovens eram mais acessíveis para a conversão. Os jesuítas passaram, então, a investir no ensino formal, principalmente das crianças e jovens, tanto de índios quanto de filhos de colonos.

A atuação jesuítica na colônia brasileira dividiu-se em duas categorias. A primeira foi de adaptação e conversão dos índios aos costumes dos brancos; a segunda, de desenvolvimento e extensão do ensino educacional, ou seja, começaram a dedicar-se ao ensino dos filhos dos colonos e outros membros da colônia, e, por último, à formação da burguesia urbana, que era composta pelos filhos dos donos de engenho, o que deixou negros e pobres fora desse processo, e atendeu aos que detinham o poder.

As escolas e o colégio da Companhia de Jesus também foram criados nas vilas e cidades do território brasileiro, voltados para educação dos filhos de colonos. As escolas eram gratuitas e compostas, principalmente, de meninos e rapazes. No nível elementar, havia as "escolas de ler, escrever e contar", que contemplavam a todos, inclusive índios e mamelucos. Segundo Nunes (1997), dez anos após a morte de Nóbrega, em 1570, o ensino passou a excluir índios e pobres, prestigiando exclusivamente os filhos de colonos.

Esse contexto revela que o interesse maior dos dominadores portugueses e jesuítas era a domesticação dos índios. Bastaria um ensino superficial para o bom convívio, a comunicação dentro da comunidade e a aprendizagem dos trabalhos manuais. Já para os filhos dos colonos, a formação tinha como objetivo principal a formação intelectual, a fim de se tornarem aptos para os cargos importantes dentro da sociedade colonial.

O plano de ensino jesuítico fundamentava-se no Ratio Studiorum[5]. Tratava-se de um método uniforme, com o intuito de sistematizar uma forma homogênea de educar diferentes culturas. Embora tenha sido um modelo bem organizado, com ideias distintas visando a realidade da colônia, limitava-se a uma pequena população e possuía características padronizadoras e selecionadoras. Como evidencia Saviani (2004, p. 127):

> O plano contido no Ratio era de caráter universalista e etilista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente pelos jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas.

[5] O *Ratio Studiorum* tratava-se de um método de ensino composto por um conjunto de regras que cobria todas as atividades de ensino, desde as regras do provençal até as regras das diversas academias.

O Ratio Studiorum foi um método de ensino criado por Inácio de Loyola para direcionar as ações educativas dos padres jesuítas nas atividades educacionais. Foi promulgado em 1599, e fundamenta-se por um método padronizado, que previa um currículo único para os estudos. Porém, quando efetuado no Brasil, foi adaptado às necessidades específicas da colônia.

Entre o século XVI e o XVIII, período em que o ensino esteve sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, dezesseis colégios foram fundados, no entanto poucas pessoas foram escolarizadas. As pessoas que frequentavam a escola pertenciam à elite, cujo objetivo era acompanhar o modelo educacional europeu que se pautava na língua latina. O ensino da língua portuguesa só ocorria no momento inicial, a fim de alfabetizar as crianças. Soares (2002, p. 158) justifica que a língua portuguesa não era ensinada na escola porque "[...] não era a língua dominante no intercâmbio social, não havendo, por isso, razão ou motivação para instituí-la em disciplina curricular".

Em relação à educação oferecida pelos jesuítas às crianças mestiças nas classes de primeiras letras, Sartori (2016) traz um questionamento a respeito dos mamelucos e mulatos (negras e mulatas): seriam ou não ensinados? Segundo a autora, a resposta irá variar, a depender da posição social em que se encontrava essa população miscigenada. Frequentando os colégios jesuítas, as crianças mestiças que estivessem mais integradas na sociedade colonial, como é o caso dos mamelucos, ainda que adquirissem traços da cultura indígena, como a língua de suas mães, eram em sua maioria reconhecidas pelos pais e, consequentemente, herdavam a posição social que eles possuíam.

Com o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e os reflexos do Iluminismo, a escola jesuítica ficou incoerente com a realidade da sociedade colonial. Dessa forma, ficou apegada à questão religiosa, rejeitando as descobertas do seu tempo, principalmente as científicas, o que resultou em uma didática defasada para os interesses da Coroa Portuguesa.

Em 1759, Marquês de Pombal, com o intuito de promover aproximação com Portugal nos avanços tanto políticos quanto econômicos, expulsa a Companhia de Jesus, realiza diversas reformas educacionais que "permitem-nos refletir sobre as ideias subjacentes ao novo modelo escolar, que prevê a institucionalização das chamadas "aulas régias", para os colonos de modo geral" (SOUZA, 2019, p. 155). A partir daí, estabelece o ensino de língua portuguesa como oficial, devendo ser a língua utilizada na escola, e proíbe o uso das línguas gerais ou de qualquer outra. Mattos e Silva (2004, p. 132) destaca que:

> Só a partir da segunda metade do século XVIII é que o Brasil pode começar a ser definido como um espaço de língua dominante portuguesa, devido à

> conhecida política linguístico-cultural desenvolvida pelo Marquês de Pombal. A repressão ao uso de línguas indígenas, sobretudo a base tupi – tronco linguístico mais difundido na área já colonizada –, desencadeada por essa orientação política tirou o Brasil de um rumo que poderia tê-lo levado a ser um país de base linguística majoritariamente indígena.

Com a Reforma Pombalina, a educação chega, nos fins dos setecentos, a um número de letrados que não ultrapassava 0,5%, de acordo com Mattos e Silva (2004), relendo Houaiss (1985). Os dados do primeiro censo oficial do Brasil, realizado em 1872, com 4.600.000 indivíduos, mostram que "[...] entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9%, entre a população livre, aproximadamente 80%, subindo para 86% quando consideramos as mulheres" (FAUSTO, 1994, p. 137).

O modelo proposto por Pombal era restrito às cidades e às vilas mais importantes, e muitos não tinham como se deslocar de locais longínquos. Além de o número de escolas régias ou cadeiras ser limitado, geralmente funcionavam em lugares precários, agravando mais ainda o ensino pombalino. Segundo Oliveira, (2006, p. 38), "[...] era nos espaços privados que se ia fazendo a instrução na colônia, dada à ineficácia ou inexistência do ensino público no período pós-jesuítico".

Com isso, o acesso à educação era proibido para a camada estigmatizada, como os negros e seus descendentes, porém alguns conseguiram o contato com as letras através de espaços comunitários ou ações religiosas. A exemplo disso, Oliveira (2006), em seu trabalho intitulado *Negros e escrita na Bahia do século XIX*: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico, apresenta documentos escritos por negros e afrodescendentes baianos pertencentes à Irmandade negra, denominada Sociedade Protetora dos Desvalidos, os quais, apesar do acesso restrito à escolarização, aprenderam, dentro de suas condições, a ler e escrever.

A chegada de D. João VI e da Corte, em 1808, provocou algumas alterações, principalmente em relação à escolarização: foram criadas leis que permitiram a abertura de escolas em todas as partes, além de estabelecerem o ensino gratuito a todos os cidadãos. No entanto essas leis não estabeleciam a obrigatoriedade do estado para estimular tal direito à população. O rei deu ênfase ao ensino superior, desprezando o primário e o secundário, ou seja, a educação básica de qualidade continuou não sendo prioridade para o povo.

Com a promulgação da lei de 15 de outubro de 1827, sob a ordem de D. Pedro I, criaram-se escolas em todas as vilas, cidades e lugares populosos, adotando o método de ensino mútuo[6], isso por conta da falta de professores e recursos para remunerá-los. Mesmo com essas medidas e preocupações, a escolarização na prática não aconteceu. De acordo com Lobo (2001, p. 65), o período que se estende do século XVI a 1850 "trata-se de um período em que estiveram excluídos dos processos de educação formal os negros, os índios e a quase totalidade das mulheres brancas".

No Brasil, desde a colonização portuguesa, a população africana e indígena foi colocada à margem da sociedade. Os indígenas, inicialmente forçados ao trabalho escravo, foram, em sua grande parte, dizimados; e os africanos, trazidos à força para o território brasileiro, também sofreram o processo de escravização que perdurou por mais de três séculos. O contato entre as línguas indígenas, africanas e o português europeu contribuiu para o multilinguismo generalizado ocorrido no Brasil colonial. Segundo Lucchesi (2006), esse contexto gerou uma clivagem linguística que atravessou para as gerações seguintes uma variedade de língua adquirida em condições imperfeitas, ocorrendo uma grande diferenciação linguística entre a língua utilizada nos centros urbanos e a língua falada pela população sem acesso aos direitos básicos.

Desse modo, a busca em acervos e arquivos históricos diversificados pode trazer caminhos para a reconstrução linguística do português brasileiro e contribuir para o entendimento da realidade linguística vigente durante o período colonial. Em razão de a questão social estar diretamente ligada ao aspecto da escolarização no Brasil, o número de manuscritos pertencentes à camada desprestigiada é pouco e considerado raro, devido à restrição de acesso às escolas.

1.3 OS MAMELUCOS NO BRASIL COLONIAL

No início do século XVI, chega ao Brasil Diogo Álvares, conhecido como Caramuru[7], um dos primeiros habitantes brancos do Brasil, aqui chegado provavelmente como náufrago. Diogo Álvares casou-se com a índia Paraguaçu, filha de um grande guerreiro e chefe tupinambá da Bahia. Algumas fontes relatam que, mais tarde, em uma viagem à França, Paraguaçu foi

[6] A lei do ensino mútuo ou Lancasteriano consistia em aproveitar os alunos mais desenvolvidos para auxiliar os professores em classes onde havia grande número de alunos.
[7] Segundo Cardoso (2011), Diogo Álvares foi nomeado como Caramuru, "homem de fogo" em linguagem tupi-guarani, por sua habilidade com o seu mosquete, arma de fogo que trouxe do Velho Mundo.

batizada com o nome de Catarina. O convívio com os indígenas possibilitou que o Caramuru aprendesse as línguas e costumes, tornando-se sujeito importante para as primeiras autoridades civis portuguesas, como o governador geral, Tomé de Souza, e os primeiros jesuítas, prestando diversas informações preciosas sobre os índios.

Diogo Álvares, fundador de uma descendência biologicamente mestiça, soube sobreviver e administrar as duas identidades em benefício das culturas que representam, apresentando os valores da civilização europeia e os ensinamentos do cristianismo aos habitantes da terra. Dessa união, teve filhos, netos, bisnetos etc., constituindo não a primeira, mas uma das primeiras famílias desenvolvidas a partir do processo de miscigenação. "É a fase do primeiro contato inter-racial – portugueses famintos de carne, cruzando-se com as índias, famintas de brancos... Surge o mameluco" (SILVA NETO, 1986, p. 68).

Os mamelucos[8], sujeitos que resultaram do encontro dessas duas culturas distintas, carregaram a ambiguidade em seus traços físicos e culturais, os quais não foram vistos com bons olhos pelos jesuítas. O padre José de Anchieta considerava-os de "caráter duvidoso", além de rejeitá-los devido à propagação no sertão de ideias difamatórias contra a catequese, os jesuítas e padres. Essas ações resultaram na desestruturação e no decréscimo populacional dos aldeamentos, deixando-os despovoados e índios revoltados, suscitando guerras contra as tropas do Estado do Brasil.

As ideias propagadas pelos mamelucos objetivavam que os indígenas tivessem a liberdade para a manutenção dos seus costumes gentílicos, enquanto os jesuítas, através da catequese, desconstruíam elementos culturais e sociais, a fim de torná-los bons cristãos, súditos ao rei e à igreja, como afirma Fabricio Santos:

> A ênfase da missão passou a incidir mais sobre a mudança de "costumes" do que sobre a conversão ou o aprendizado da doutrina. Era necessário, para os jesuítas, que os índios abandonassem a antropofagia, o nomadismo, a poligamia e outros aspectos fundamentais de sua cultura para que pudessem ser considerados, verdadeiramente, cristãos. [...] Os aldeamentos foram uma solução pensada a partir dessa necessidade de controle sobre os povos indígenas. Os índios aldeados eram proibidos de praticar antropofagia, guerrear sem licença do governador e recorrer aos seus líderes religiosos tradicionais, cujas atribuições foram sendo paulatinamente incorporadas pelos próprios jesuítas (SANTOS, 2014, p. 36-37).

[8] O termo mameluco no Brasil foi usado desde o século XVI para designar os indivíduos mestiços que possuíam ascendência indígena e portuguesa.

Muitos aldeamentos foram despovoados, o que gerou descontentamento e revolta por parte dos jesuítas. Segundo Cardoso (2015, p. 109), "por volta de 1591, o padre João Vicente, residente do aldeamento de Santo Antônio, compareceu à mesa do visitador Heitor Furtado de Mendonça para denunciar alguns mamelucos". Diante disso, a chegada do Tribunal do Santo Ofício nas terras do Brasil tinha como interesse combater os diversos desvios e heresias que pudessem ameaçar a fé católica.

Os mamelucos custeados pelos colonos utilizavam-se de artifícios para convencer os índios a descerem para as fazendas do senhor dos engenhos e, em troca, poderem continuar praticando os seus ritos e costumes, em vez de continuar no aldeamento e abdicar de seus hábitos e da sua cultura. Essa prática fez com que o padre João Vicente denunciasse muitos mamelucos ao processo inquisitorial, o que gerou muitas denúncias, processos e confissões.

Esses relatos revelam as heresias que foram praticadas por esses indivíduos, e até mesmo por qual maneira a Inquisição avaliou seus crimes e seus penitentes e como lidou com as práticas gentílicas durante a colonização brasileira. Além disso, mostram formas de reelaboração e resistência construídas pelos povos indígenas a partir da exploração colonial e da catequização, e como conseguiram impor limites à colonização cristã.

Os mamelucos foram indivíduos ambíguos e complexos, viveram entre as duas culturas, portuguesa e indígena: no sertão, andavam nus e sujeitos à antropofagia, lutando ao lado dos índios contra as tribos rivais e os europeus. No entanto, no território colonizado, tinham fé católica no coração, confessando e benzendo como indivíduos cristianizados, confessando para o visitador Heitor Furtado Mendonça as suas práticas heréticas.

Essa ambivalência mameluca revela como esses sujeitos carregavam em si a complexidade dessas duas culturas insignes. Afinal, quem eram os mamelucos? Ribas (2011) responde essa questão com a seguinte afirmação:

> Ora nascidos e criados em aldeias indígenas e depois passados às povoações, ora nascidos e criados nas povoações e passados às aldeias, e ainda alguns nascidos e criados nas povoações. O mameluco era, pois, um ser duplo, meio índio, e também português pela metade: ele era híbrido. Híbrido em seu corpo biológico. Híbrido em seu corpo cultural (RIBAS, 2011, p. 508).

Viveram entre dois mundos, alternados entre o território colonizado e o sertão, ora nus e antropófagos, ora vestidos e armados para caçar índios. No território colonizado, viviam a fé católica; no sertão, cantavam, bailavam e tomavam seu cauim[9]. Os mamelucos eram os mais

[9] Bebida preparada e consumida pelos índios, feita à base de mandioca.

aptos para tal tarefa, pois carregavam em si características indígenas fenotípicas, além de conhecerem línguas indígenas e formas de sobrevivência em terras diversas. A atuação dos mamelucos foi indispensável no processo de colonização. Foram eles que adentraram nos sertões, tiveram contato com os diferentes grupos, negociaram com alguns e confrontaram outros nas guerras de conquistas e aprisionamento.

Esse deslocamento entre a vila e o sertão, o ir e vir denunciava seu pertencimento aos dois mundos. A incoerência de suas atitudes acabava por revelar como era incerta a fronteira entre as culturas europeia e a ameríndia. A ambiguidade do ser mameluco, bebedores do sangue de Cristo e do cauim, levava muitos a comparecerem à mesa do Santo Oficio para confessar as suas culpas.

Outro aspecto relevante sobre os mamelucos é que muitos eram batizados pelos indígenas, como é o caso de Domingos Fernandes Nobre[10], que passou a se chamar Tomacaúna. Essa prática revela o estabelecimento de alianças entre mamelucos e indígenas, além do sentimento de pertencimento, sendo-lhes permitido participar de rituais e modos de vida dos índios. Percebe-se a dualidade dos mamelucos, pois, ao mesmo tempo em que colaboravam para colonização, também a limitavam. Como salienta Cardoso (2015, p. 159):

> Em alguns contextos trocavam as armas por índios para os levarem cativos às vilas e engenhos da Costa. Em outros momentos as doações parecem ser propositalmente guiadas por um sentimento de inimizade para com os brancos da sociedade colonial, provavelmente àqueles que, de alguma forma, contrariavam os interesses de seus patrões, que, muitas vezes, também eram seus pais, pois mesmo que estivessem inseridos na dinâmica da colonização, com todas as suas contradições, em algumas situações sua identidade indígena sobrepunha-se.

Na documentação dos processos inquisitoriais, há indícios de que nem só no sertão os mamelucos mantiveram práticas indígenas, mas também nos engenhos e fazendas. O mameluco Álvaro Rodrigues[11], senhor de engenho e fazendas, foi denunciado por manter hábitos indígenas em suas fazendas e também permitir que os índios conservassem ritos e costumes, tais como ter mais de uma mulher.

Os processos inquisitoriais marcam essa dualidade dos mamelucos: no sertão, comportam-se como índios e guerreiros, incapazes de demonstrarem seu temor contra tribos, como é o caso do mameluco Tamacaúna – assumia-se como feiticeiro e derrubava a valentia de

[10] Mameluco nascido em Pernambuco. Confessou ao visitador que, entre os 18 e 36 anos, conviveu com os índios completamente afastado das crenças católicas, vivendo como gentio. E que pecou com suas afilhadas o "pecado da carne". (CARDOSO, 2011, p. 161).
[11] Processo nº 16897.

seus opositores, enquanto na vila admitia seu lado europeu e afirmava aos inquisidores que nunca deixou a fé e teria se arrependido da vida errante que levou no sertão.

Essa ambiguidade que os mamelucos carregavam em si, desde sua origem, revela características importantes da função social que esses sujeitos tiveram na formação da língua brasileira. Assim como viviam dois mundos, vila e sertão, muitos também falavam as duas línguas, portuguesa e indígena. Silva e Neto (1986, p. 68) afirma que "a língua geral era necessária a todos: aos mercadores nas suas viagens, aos aventureiros em suas expedições, sertão adentro, aos habitantes das vilas em suas relações com o gentio...". Ou seja, a intensa mestiçagem entre brancos portugueses e índias foi a responsável por uma significativa população de mamelucos bilíngues em *língua geral* (L1) e língua portuguesa (L2). Fontes históricas revelam que o mameluco paulista Domingos Jorge Velho falava o tupi, e documentos, como a carta transcrita na seção 6 deste trabalho, trazem indícios do que o sertanista também falava e escrevia a língua portuguesa.

Em relação à demografia populacional do século XVI ao XIX, Alberto Mussa (1991) traz dados referente à população da época. Por meio da tabela, observa-se uma desaceleração da população indígena, passando de 50% no início do século XVI para 2% no século XIX, marcada por fatores que se conjugaram para reduzir a dinâmica demográfica: instabilidade política, guerras, doenças contagiosas e mortíferas, miscigenação, etc.

Tabela 1: População do Brasil por etnia do século XVI-XIX

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros do Brasil	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancos do Brasil	-	5%	10%	17%	24%
Europeu	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%
Mamelucos	**?**	**?**	**?**	**?**	**?**

Fonte: Adaptada de Mussa (1991, p. 163).

Essa tabela nos chama atenção para o fato de os mamelucos não serem representados como categoria separada da indígena, diferente dos mulatos que aparecem na tabela. Mussa (1991) não deixa claro se a população mameluca estava inserida no que ele chama de índios integrados. É nessa população que as investigações foram centradas, tendo em vista a

necessidade de estudos que tomam essa população como sujeitos ativos da história e da formação do português brasileiro.

Com o tráfico de escravos que perdurou até o século XIX, a demografia brasileira sofreu mudanças, os africanos e afrodescendentes passaram para o patamar de 60% da população do Brasil entre os séculos XVII e XIX. Segundo o historiador Couto (1987), nos finais do século XVI, a presença africana já se estendia por todas as capitanias, perfazendo 42% da população. Veja:

Tabela 2: Evolução da população do Brasil no século XVI, por capitanias

Capitanias	C. 1546			C. 1570			1585			1590		
	PORT	**IND**	**AFR**	**PORT**	**IND**	**AFR**	**PORT**	**IND**	**AFR**	**PORT**	**IND**	**AFR**
Paraíba[12]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	825	-	400
Itamaracá	-	-	-	550	-	-	275			495	-	250
Pernambuco	3025	500		5500	-	-	8000	2000	10000	11.000	2000	18.000
Bahia	1100	260		6050	-	-	11000	8000	3000	8250	3600	18.000
Ilhéus	330	80		1100	-	-	825	-	-	1650	2000	400
Porto Seguro	-	-	-	1210	-	-	550	-	-	1595	3000	3000
Espírito Santo	1650	300		1100	-	-	825	4500	-	2200	9000	700
Rio deJaneiro	-	-	-	770	-	-	825	3000		1540	3000	700
São Vicente/ Santo Amaro	3300	500	-	2750	-	-	1650	-	-	3300	6000	800
TOTAL	9405	1640	-	19030	-	-	23950	17500	13000	30855	28600	42250

Fonte: Couto (1998, p. 276-277).

Esses dados estatísticos nos revelam que os africanos e afrodescendentes foram sujeitos ativos na história do português brasileiro, pois chegaram com suas línguas de origem e tiveram de abdicá-las para aprender, num processo de transmissão irregular, a língua do colonizador. Juntamente com os indígenas, deram forma ao português geral brasileiro, considerado por Mattos e Silva (2004) antecedente ao português popular brasileiro.

Os fatores demográfico-históricos foram indispensáveis para o entendimento sobre como se deu a participação dessa população no mundo da escrita e, quanto aos que conseguiram, sob quais condições o fizeram, trazendo profundos impactos na formação dos contornos étnicos, demográficos e culturais do Brasil.

1.4 A CONSTITUIÇÃO DE *CORPORA* PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A ESCRITA MAMELUCA

[12] Considerando que a conquista da Paraíba aos franceses ocorreu apenas em 1585, somente a partir de 1590 que passa a figurar na tabela.

O processo de reconstrução da sócio-história linguística brasileira é apontado por Mattos e Silva (2002) como essencial, alertando a necessidade de levar em conta o multilinguismo generalizado. De acordo com a autora, durante o período da colonização brasileira conviviam milhares de línguas indígenas, de vários troncos e famílias linguísticas, mais de 200 línguas africanas trazidas pelo tráfico negreiro, enquanto a língua portuguesa era falada por portugueses letrados e não letrados. De acordo com Lucchesi (2015), a vertente desprivilegiada do português brasileiro foi transmitida pela oralidade nas condições mais adversas, através de um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, sobretudo sem o controle sistemático da escolarização.

O processo de transmissão linguística irregular ocorria por meio da oralidade, um português sem o controle do ensino formal, transmitido pela camada social desprestigiada (índios, africanos e descendentes), provocando significativas consequências para a atual configuração do português brasileiro. Nesse cenário, mantiveram-se duas vertentes: as normas cultas, propagadas pelo processo de escolarização e usadas, sobretudo, pelas classes prestigiadas; e, do outro lado, as normas populares, que foram disseminadas pelas falas dos grupos que foram socialmente estigmatizados.

Mattos e Silva (2008) sugere algumas pautas de pesquisas importantes para a história do português culto e popular. Dentre elas, destacam-se três:

> 1. para a reconstrução do passado do *português brasileiro culto*, pesquisar em corpora do português europeu contemporâneo e da mesma natureza dos nossos corpora os fatos lingüísticos gramaticais que forem selecionados;
>
> 2. para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro*, pesquisar no espaço brasileiro as variedades conviventes hoje sobretudo as dos não-escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil;
>
> 3. reconstruir, detalhadamente e com a precisão possível, a sócio-história linguística das diversas áreas brasileiras cobertas pelo Projeto, considerando as línguas que aí estiveram em contacto, os movimentos demográficos, a ausência/presença da escolarização e, consequentemente da escrita, como elemento normatizador (MATTOS e SILVA, 2002, p. 461),

Em relação ao item 1, verifica-se uma relevante produção, tendo em vista o processo de escolarização ser destinado à elite. No item 2, encontra-se uma carência de estudos, principalmente porque o português popular brasileiro se fez na oralidade. No item 3, observa-

se que, para a reconstrução da sócio-história linguística brasileira, devem-se considerar todas as áreas brasileiras, inclusive as rurais, assim como a escrita de indivíduos não escolarizados.

Os textos remanescentes, escritos no passado, são os únicos documentos possíveis para se conhecer a história de uma língua. Mattos e Silva (2004, p. 38) informa que "o caminho que se faz evidente é o de se investigar fontes históricas de vária natureza para refazer a história dos 'fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas no espaço e na sociedade'[...]". Porém os caminhos para construção de *corpora* que apresentem dados representativos do português popular brasileiro são outros, tendo em vista a dificuldade de encontrar fontes remanescentes que caracterizem essa vertente.

Dada a escassez de fontes escritas que representem o português popular brasileiro de tempos pretéritos, localizá-las será de grande relevância para a Linguística Histórica. Oliveira (2009) destaca que, na busca por essas fontes, é comum encontrar alguns obstáculos como os apontados por Petrucci (1999): a raridade, a dispersão arquivística e o mínimo quociente de durabilidade. Em relação à raridade, leva-se em conta o fato de esse segmento, historicamente, não ter tido acesso aos meios escolares (ou, se teve, foi precário ou irregular).

Apesar da raridade de fontes escritas, muitos estudiosos da linguística se debruçam para compor essa lacuna, como o grandioso trabalho de Oliveira (2006), com um corpus composto por atas escritas por africanos e afrodescendentes na Bahia do século XIX, que tem apresentado documentos cuja escrita se aproxima mais do vernáculo. Percebe-se uma escassez de corpora desse tipo, principalmente em relação aos séculos XVII e XVIII.

O estudo dos documentos apresentado neste trabalho pertence a mamelucos que tiveram acesso à escrita durante o período colonial (séculos XVII e XVIII), mesmo sendo restrito a brancos da elite brasileira. A importância desses manuscritos é contribuir para suprir a lacuna de fontes escritas referente ao português brasileiro e às sincronias passadas. Em função disso, o referido material mostra-se significativo para a configuração do português brasileiro, pois investiga a escrita de indivíduos que fizeram parte de uma classe social estigmatizada, e por motivos diversos, como: ser filho de colono[13], desempenhar função importante para a Coroa Portuguesa; ou até mesmo indivíduos que conseguiram ter acesso à escrita de maneira informal.

[13] Nem sempre os portugueses reconheciam os filhos, fruto do relacionamento com as índias.

1.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, discutiu-se, de forma geral, sobre aspectos importantes para a reconstrução da história do português brasileiro, com embasamento teórico sólido. Iniciou-se com a abordagem sobre a relação entre Linguística Histórica, sócio-história e Filologia, base para os estudos da história da língua, pois, sem o apoio de tais ciências, é inviável a investigação de sincronias pretéritas de uma determinada língua. Após isso, foram expostas as vias investigativas propostas por Houaiss (1985), focando principalmente na quarta via, aprofundando a questão da penetração da língua escrita do português brasileiro. Seguiu-se com a abordagem sobre o processo de escolarização no Brasil Colonial, com foco nos mamelucos. Em seguida, fez-se um breve contexto sobre a importância do *corpus* para o estudo do português brasileiro.

SEÇÃO 2

Nesta seção, apresentam-se os métodos e técnicas utilizados para elaboração da pesquisa. Abordam-se duas questões apontadas por Petrucci (2003), *Qué*? e *Comó*?, relacionadas ao estudo da materialidade do *corpus* em estudo. Para descrição dos documentos, descrevem-se as características extrínsecas e intrínsecas, assim como o tipo de edição e normas de transcrição a serem aplicadas aos manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho. Além disso, apresentam-se os aspectos paleográficos dos documentos, desde a observação da escrita dos redatores ao estudo das abreviaturas.

2 SOBRE OS DOCUMENTOS

Os fac-símiles digitais *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* (séc. XVII e XVIII) integram o conjunto documental do *Documentos Históricos do Sertão* (DOHS), do projeto "Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro", um dos projetos do NELP – UEFS e que atua em parceria com o Projeto "Para a História do Português Brasileiro (PHPB)". Trata-se de 25 documentos, sendo 22 cartas, 1 texto de memória, 1 requerimento e 1 carta de tocar, escritos entre 1694 e 1723, na Bahia, em Pernambuco e no Bispado do Pará, por 5 redatores, sendo 4 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Entre os redatores do sexo masculino estão Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo, pai e filho, respectivamente, os quais ocuparam cargo de Provedor-Mor da Fazenda. As cartas por eles escritas e enviadas ao rei tinham por objetivo prestar contas das arrecadações, dos contratos e da administração da Colônia. Os outros dois redatores são o sertanista paulista Domingos Jorge Velho – cuja carta, datada de 15 julho de 1694, narra o seu envolvimento, a convite do governador João de Cunha de Souto Maior, na Guerra dos Palmares, para destruí-los (o mameluco relata os sacrifícios pelos quais passava, em decorrência da guerra) – e Adrião Pereira de Farias, que escreveu seu requerimento, supostamente, no Engenho de Tapariuassú, no Bispado do Pará, quando foi denunciado, em 1754, e recebeu todas as penas (corporais, pecuniárias e espirituais).

A única redatora do sexo feminino trata-se da mameluca Isabel Maria Guedes de Brito, cujo requerimento solicita ao rei que lhe fossem restituídos os sítios de terras que lhe tinham sido retirados sob alegação de estarem desocupados e sem superintendente, quando, na verdade, seu pai, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, era dono do latifúndio. A documentação original está localizada em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e foi

digitalizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, com exceção do documento de Adrião Pereira, que está localizado no Arquivo Histórico Torre de Tombo.

São manuscritos que passaram pelo processo de microfilmagem, ou seja, de reprodução em fac-símile sobre filme fotográfico, como uma forma de preservar os documentos através de fotogramas em películas (microfilme). A captação da imagem do documento evita o manuseio excessivo do documento original, que vai se danificando ao longo dos anos, e facilita o acesso remoto para o pesquisador, que não precisa ir até o arquivo físico.

Além da microfilmagem, esses documentos foram convertidos e digitalizados, depois baixados do site do Projeto Resgate e do Arquivo Histórico Torre do Tombo para realização deste estudo. Apesar de a microfilmagem ter pontos importantes, todo esse processo acaba, muitas vezes, alterando a forma como os caracteres são vistos, devido à qualidade das imagens. Isso acontece principalmente por não reproduzir as características físicas do documento, como a tinta e o material de encadernação.

Petrucci (1999) destaca que um dos desafios na localização de documentos de sincronias passadas é a "raridade". Além de esses manuscritos serem do século XVII e XVIII, pertencem a uma população em que poucos tiveram acesso à escrita. Outro obstáculo apontado por Petrucci é a "dispersão arquivística". Esses documentos foram encontrados digitalizados pelo Projeto Resgate em capitanias diferentes. Como não se sabia onde encontrá-los, a busca foi feita nas seções sobre capitanias e localizados na Capitania Bahia Avulsos (1604-1826), Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807), Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700) e Pernambuco (1590-1826). Os documentos, em sua maioria, apresentam-se corrompidos pelo tempo, aparentemente com marcas de cupim, manchas de tintas ou borrões do processo de microfilmagem. Petrucci (1999) refere-se a esse processo como "mínimo quociente de durabilidade" provocado pela ação do tempo e do homem.

Mesmo com tantas dificuldades na localização e, muitas vezes, no processo de transcrição, esses documentos são importantes para os estudos sócio-históricos e linguísticos do português brasileiro, sobretudo porque se tratam de escritos produzidos por pessoas que não tiveram pleno acesso ao ensino formal ou que, se o tiveram, representam uma pequena parcela da população da época. O item que segue trata da descrição dos manuscritos.

2.1 DESCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS

Para descrever um manuscrito, levam-se em consideração os aspectos internos e externos. Em relação ao primeiro aspecto, consideram-se as características físicas dos

documentos, como o suporte e instrumento de escrita. Em relação ao segundo, refere-se ao conteúdo, à língua, à descrição da grafia e aos aspectos da escrita.

Dessa maneira, enveredar por esses aspectos é fundamental para conhecer melhor o *corpus* e delimitar os variados *scriptores*. Através da Paleografia, é possível investigá-los. Como afirma Acioli (1994, p. 6), a paleografia "é uma ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi redigido o manuscrito", contribuindo para recuperar informações e buscar veracidade dos manuscritos em sincronias passadas, ajudando outras ciências, como a Filologia e a Linguística, que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

2.1.1 Aspectos extrínsecos

A base documental dos manuscritos *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* resulta da pesquisa feita por Cardoso (2019) em dezenas de acervos públicos, privados, nacionais e internacionais, em que consultou mais de cinco mil documentos – um trabalho custoso de identificação de escreventes, que contou com teses, dissertações e livros escritos por historiadores e estudiosos da língua.

O conjunto documental citado é constituído por cartas escritas por mamelucos, filhos (legítimos ou bastardos) de portugueses com índias ou mamelucas durante o século XVII. Fazem parte dele Lourenço de Brito Correa – bisneto de Diogo Alves, o caramuru –, seu filho Lourenço de Brito Figueiredo e Maria Isabel Guedes de Brito, filha de Antônio Guedes de Brito. Eram donos de terras e tinham grande influência política na época. Os manuscritos são de pessoas que viveram durante o período colonial e que precisavam escrever à corte solicitando suas recompensas, soldos ou informando-a sobre questões administrativas.

Além desses, o sertanista paulista Domingos Jorge Velho e Adrião Pereira de Farias, que foi processado pela Inquisição Portuguesa. De acordo com relatos da Inquisição no Brasil durante o século XVII, alguns mamelucos escreveram "cartas de tocar", consideradas feitiçarias, pois aqueles que as possuíssem poderiam ter qualquer pessoa que desejassem. Segue quadro com os dados dos documentos, a partir das questões de Petrucci (2003).

Quadro 1: Dados dos documentos

Dados dos documentos – Século XVII – XVIII					
Base documental	Quem	O que	Quando	Onde	Fonte
Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial	Domingos Jorge Velho	Carta	17.07.1659	Outeiro da Barriga	Projeto Resgate Pernambuco[14] AHU_ACL_CU_015, Cx. 17\Doc.1674 (1)
	Lourenço de Brito Correa	Carta	12.06.1659	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca[15] AHU_ACL_CU_005, Cx. 15\Doc.1738 (1)
		Carta	15.07.1659	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 15\Doc.1739 (1)
		Carta	14.09.1660	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc.1818_1819 (1)
		Carta	27.04.1661	Bahia	Projeto Resgate Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida[16] AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 5\Doc. 850 (1)
		Carta	13.05.1661	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc. 1870 (1)
		Carta	31.03.1662	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc. 1846 (1)
		Carta	23.05.1662	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc. 1862_1863 (1)
		Carta	20.09.1662	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc. 1888 (1)
		Carta	26.09.1662	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 17\Doc. 1935 (1)
		Memória	23.05.1662	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 16\Doc.1862_1863 (1)
		Carta	04.04.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20\Doc.2298_2299 (1)
		Carta	09.04.16	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20Doc. 2301 (1)

[14] Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE
[15] Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_LF
[16] Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA

	Lourenço de Brito de Figueiredo	Carta	12.04.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20\Doc. 2304 (1)
		Carta	16.04.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20Doc. 2305 (1)
		Carta	17.04.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20\Doc. 2306 (1)
		Carta	15.07.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20Doc. 2314_2315 (1)
		Carta	08.07.1669	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20Doc. 2352 a 2354 (1)
		Carta	24.06.1670	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 20\Doc. 2370 (1)
		Carta	15.08.1671	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 21\Doc. 2435 (1)
		Carta	12.03.1671	Bahia	Projeto Resgate Bahia Luiza da Fonseca AHU_ACL_CU_005, Cx. 22\Doc. 2522 (1)
		Carta	13.05.1671	Bahia	Projeto Resgate Bahia Avulsos AHU_ACL_CU_005, Cx. 2\Doc. 176 (1)[17]
	Maria Isabel Guedes de Brito	Requerimento	19.01.1723	Bahia	Projeto Resgate Baía AHU_ACL_CU_005, Cx. 16. D.1407
	Adrião Pereira de Farias	Carta de tocar	2º metade do século XVIII	Bispado do Pará	Arquivo Nacional da Torre do Tombo PT/TT/TSO-IL/028[18]

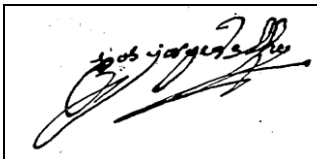
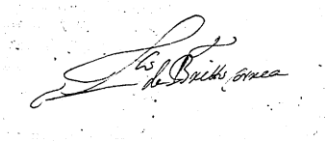
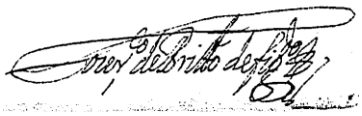
Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de Cardoso (2019).

[17] Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&pagfis=10
[18] Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/

Os manuscritos descritos acima, exceto o de Adrião Pereira, estão localizados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), e há microfilmagens disponíveis na base de dados da Biblioteca Nacional Digital que foram catalogados pela equipe do Projeto Resgate de Documentação Histórica do Rio Branco, criado institucionalmente em 1995. O objetivo principal é disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil em arquivos como no renomado AHU – o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior.

O documento pertencente a Domingos Jorge Velho é 1 carta com 3 fólios; os de Lourenço de Brito Correa, 9 cartas e 1 texto de memória que varia entre 1 e 3 fólios; 11 cartas de Lourenço de Brito de Figueiredo, que variam entre 1 e 3 fólios; 1 requerimento de Isabel Maria Guedes de Brito, com 1 fólio; e 1 carta com 1 fólio de Adrião Pereira de Farias. Os documentos não são enumerados, os referentes a DJV, LBC e LBF e APF estão assinados. O de IMGB é um requerimento que não está assinado.

Quadro 2: Assinatura dos escreventes

	fol.2r; carta datada de 15.07.1694 – assinatura de DJV
	fol. 1v; carta datada de 14.09.1660 – assinatura de LBC
	fol.1; carta datada de 15.07.1669 – assinatura de LBF
	fol.1; carta segunda metade do século XVIII – assinatura de APF

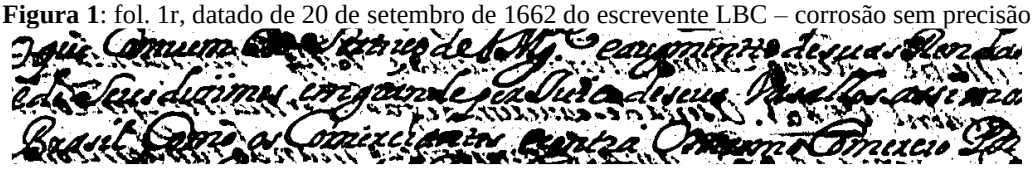
Fonte: Foto de captura de imagem da tela feita por Márcia Souza.

A transcrição dos manuscritos se deu através de uma cópia digital do original, que, durante o processo de microfilmagem e digitalização, supõe-se, alterou na qualidade e na forma como vemos alguns dos caracteres originais. Segundo Mateus (2016, p. 28):

> [...] o processo de digitalização também impacta a qualidade da cópia. Por exemplo, no Projeto Resgate (um trabalho meritório e hercúleo, por sinal), empregou-se a digitalização em alto contraste, polarizando a imagem em preto e branco. Como consequência, muitos fólios não podem ser lidos, ou porque a tinta do original estava bastante esmaecida, ou porque na cópia não há diferença de tonalidade entre a mancha de tinta e os borrões e corrosões.

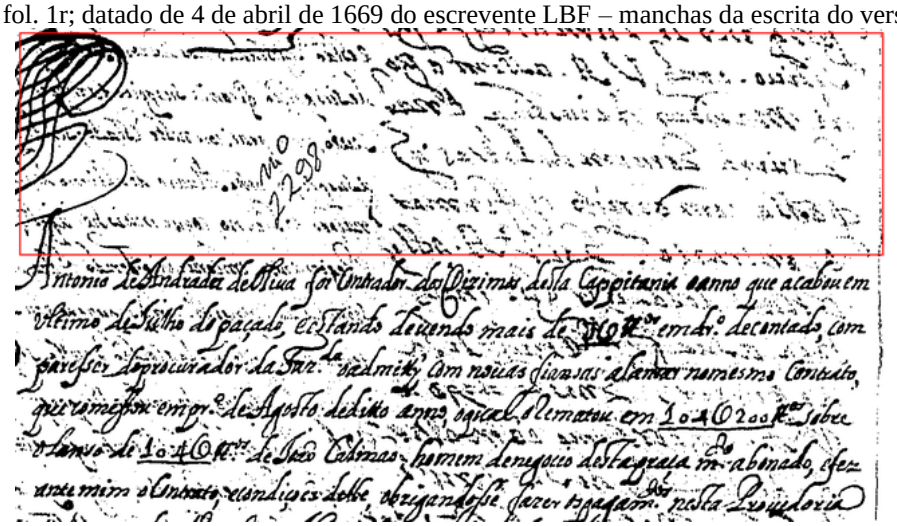
Com isso, podemos perceber esse impacto na qualidade em alguns documentos transcritos neste trabalho, pois apresentam corrosão que não se sabe se foi causada pela tinta no verso do suporte ou por algum borrão adquirido no processo de microfilmagem.

Figura 1: fol. 1r, datado de 20 de setembro de 1662 do escrevente LBC – corrosão sem precisão



Fonte: Foto de captura de imagem da tela feita por Márcia Souza.

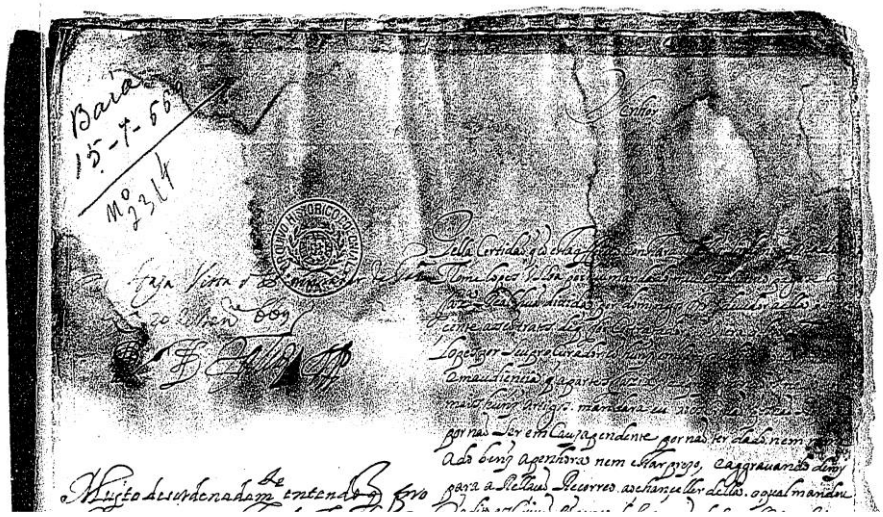
Figura 2: fol. 1r; datado de 4 de abril de 1669 do escrevente LBF – manchas da escrita do verso



Fonte: Foto de captura de imagem da tela feita por Márcia Souza.

A maioria dos manuscritos apresenta manchas de tintas, principalmente da escrita do verso para o recto e borrões distribuídos no corpo do texto. Pressupõe-se que esses borrões podem ser devido à tinta utilizada, sobre a qual nada sabemos, juntamente com a ação do tempo, que pode ter corroído o material. Além disso, encontram-se manuscritos com a escrita desbotada, o que pode sugerir uma tinta com pouco fixador, e também com manchas que impedem de ler o manuscrito.

Figura 3: fol. 1; datado de 15 de julho de 1669 do escrevente LBF – Manchas e borrões



Fonte: Foto de captura de imagem da tela feita por Márcia Souza.

A tipologia documental dos manuscritos em questão abrange cartas, texto de memória e requerimento. A carta é um gênero epistolar, um documento não diplomático que, segundo Arruda (2000, p. 307), "traz questões de caráter oficial ou particular, que se desejasse expor ao rei, quaisquer que fossem os assuntos". O tipo documental memória traz informações a respeito de algum assunto; no caso do mencionado, sobre os engenhos que foram extintos no Recôncavo, memorando os engenhos que foram desfabricados. Já o requerimento é um documento diplomático informativo que está ligado normalmente a assuntos de natureza particular, "que serve para solicitar algo autoridade pública e que está baseado em atos legais ou em jurisprudência" (ARRUDA, 2000, p. 314).

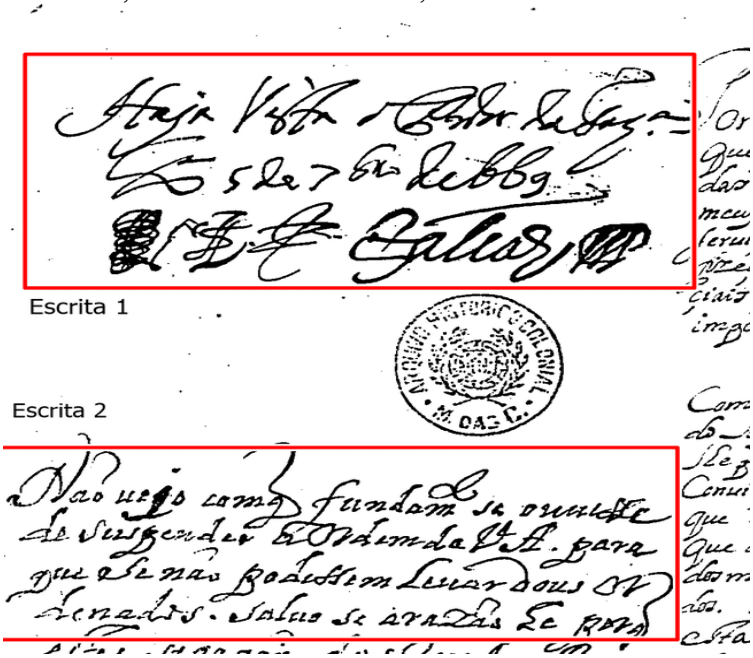
Durante o século XVIII, observou-se que o requerimento do Conselho Ultramarino seguia estruturas formais que estavam associadas às práticas de escrita dessa época. Segundo Gonçalves (2020, p. 22), os requerimentos do século XVIII do Arquivo Histórico Ultramarino apresentam:

> (1) Protocolo inicial – pronome de tratamento – no geral "senhor"; "senhora" – relacionado ao nome e à qualificação do requerente, acompanhado da unidade lexical "Diz", que antecede o nome do solicitante;
>
> (2) Texto – com a narração, o pedido e a fundamentação da solicitação, embasada normalmente nos direitos dos signatários;
>
> (3) Protocolo Final – normalmente "ERM" (Espera Receber Mercê/ E Receberá Mercê);
>
> (4) Assinatura do escrevente – opcional – e normalmente não apresenta a indicação da datação cronológica

No requerimento de Isabel Maria Guedes de Brito, apresenta-se essa estrutura formal apresentada por Gonçalves (2020); a assinatura e a indicação cronológica não são informadas pela escrevente.

Nos manuscritos mencionados, encontram-se despachos e anotações na margem esquerda, distribuídas pelos ângulos superiores e inferiores esquerdo e com punho diferente do campo do texto. Além disso, podemos encontrar documentos com mais de uma anotação na margem esquerda e com punhos diferentes. Alguns documentos apresentam rubricas, as quais não foi possível desenvolver, em razão da escassez de informação que se tem em mãos. É comum aparecerem diferentes rubricas nos documentos do Conselho Ultramarino (CU), mas, devido à falta de bibliografia no Brasil a respeito dos funcionários do CU, esse tipo de estudo é dificultado.

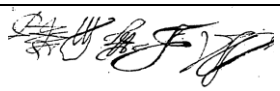
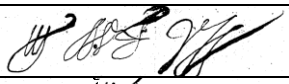
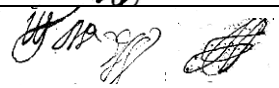
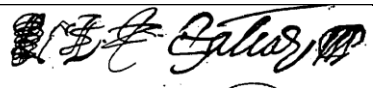
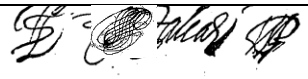
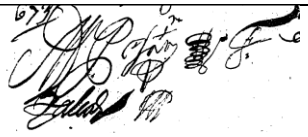
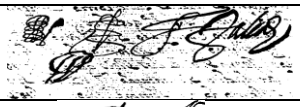
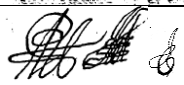
Figura 4: fol. 1r, datado de 16 abril de 1669, escrevente LBF – escrita a margem



Fonte: Foto de captura de imagem da tela feita por Márcia Souza.

Percebe-se nesse manuscrito uma escrita situada à esquerda do corpo do texto, e um despacho com punhos diferentes do campo do texto, sendo três punhos diferentes nesse manuscrito. Também aparecem rubricas depois da escrita posterior e do despacho. Segue quadro com as rubricas encontradas nos manuscritos analisados nesta pesquisa.

Quadro 3: Rubricas presente nos manuscritos

Rubricas	Documentos em que foram encontradas	Quantidade
	LBC – 12.06.1659	6
	LBC – 13.05.1661	4
	LBC – 31.03.1662	8
	LBC – 26.09.1662	4
	LBF – 04.04.1669	11
	LBF – 09.04.1669	10
	LBF – 12.04.1669; LBF – 16.04.1669; LBF – 17.04.1669; LBF – 15.07.1669 LBF – 24.06.1670; LBF – 15.08.167	5 10 9 11 11 11
	LBF – 08.07.1669	6
	LBF – 12.03.1671	7
	LBF – 13.05.1671	11
	IMGB – 19.01.1723	6
Total		130

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Trata-se de diferentes rubricas, porém algumas se repetem em vários manuscritos do mesmo escrevente, como nos documentos de Lourenço de Brito Correa, em que a mudança de rubrica de um momento para outro é mínima. Nos documentos de Lourenço de Brito Correa encontraram-se 22 rubricas, 102 no de Lourenço de Brito de Figueiredo e 6 rubricas no de Isabel Maria Guedes de Brito. Mesmo sem saber a identidade dos autores das rubricas e sem ter como

assegurar qual era a sua função, pode-se levantar a hipótese de que ela pode ser de um funcionário do CU, um dos órgãos mais importantes no auxílio da administração ultramar.

2.1.2 Aspectos intrínsecos

O documento de Domingos Jorge Velho possui 4 fólios e o conteúdo refere-se à sua vinda a convite do governador João de Cunha Souto Mayor para liderar a Guerra dos Palmares. Nessa carta, o mameluco menciona os sacrifícios vivenciados por sua tropa durante a guerra e pede reconhecimento ao rei pelo seu serviço. Essa carta foi escrita para reivindicar um acordo com o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, pelo não cumprimento do pacto, em que envia ao rei essa carta relatando os sacrifícios pelos quais passava, em decorrência da guerra.

Os manuscritos de Lourenço de Brito Correa referem-se aos serviços prestados por ele na função de Provedor-Mor da fazenda. O cargo citado foi estabelecido pelo regimento de 17 de dezembro de 1548, para atuar como autoridade máxima da administração fazendária colonial, com o objetivo de prestar contas aos órgãos da metrópole. Os manuscritos do *scriptor* 2 variam de 1 a 3 fólios, os conteúdos das cartas relacionam-se com a prestação de contas, arrecadações, regimentos e cumprimento de ordens em função do seu cargo.

As cartas relatam sobre o contrato do sal que vinha por estanque para a Bahia; informam a entrega da carta ao governador Francisco Barreto sobre os 10 capítulos que o rei manda seguir; a criação do cargo de guarda-mor da Barra; informações das rendas reais e dízimos, corte de gastos etc. Ou seja, prestavam contas de tudo que se fazia, em decorrência da função de Provedor-Mor da Fazenda.

Nos documentos de Lourenço de Brito de Figueiredo, filho de Lourenço de Brito Correa, os conteúdos abordados têm os mesmos objetivos das cartas de seu pai, pois ambos desempenhavam a função de Provedor-Mor da Fazenda. Em seus manuscritos, informava ao rei os devedores dos dízimos; arrecadações de dízimos e soldos; acordo e contratos; prejuízos pelo não pagamento dos contratadores etc., exercendo um importante cargo no período colonial, no qual ficava encarregado de conhecer apelações e agravos provenientes dos provedores da capitania, assim como proceder nos casos de descumprimentos do regimento dos dízimos.

O documento referente à Isabel Maria Guedes de Brito é um requerimento com um único fólio, pedindo ao rei D. João V a provisão em que se certifique e declare as suas sesmarias. Já a de Adrião Pereira é uma “carta de tocar”, refere-se a um pacto com o diabo, através do qual

teria livramento de todo mal, perigo e inimigos, não podendo ninguém com ele, além de ter a mulher que quiser e desejar.

Os documentos de Lourenço de Brito Correa e de Lourenço de Brito de Figueiredo possuem mais de um punho. Para confirmar, de fato, a autoria desses documentos, foi necessário fazer um trabalho minucioso e investigativo de cada característica e particularidade dos caracteres de cada escrevente. A próxima seção continuará a abordar os aspectos intrínsecos desses escritos.

2.1.3 As várias mãos através da análise escriptográfica

Os documentos abordados neste trabalho fazem parte do conjunto de *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial*. Fazem parte dele quatro escreventes do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Entre os redatores do sexo masculino, Domingos Jorge Velho, Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito de Figueredo, Adrião Pereira; e, do sexo feminino, Isabel Maria Guedes de Brito. Devido à quantidade de documentos encontrados de Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito Figueiredo, foi possível comparar e identificar, com precisão, os diferentes punhos existentes nestes documentos. A partir da assinatura dos redatores, observaram-se e compararam-se os grafemas semelhantes e diferentes na escrita do texto, para, consequentemente, supor quantas mãos os documentos possuem. Através do estudo dos traços gráficos dos escreventes, identificou-se a variação de punhos entre documentos do mesmo escrevente.

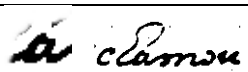
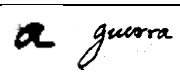
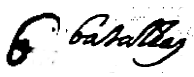
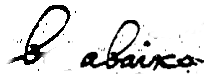
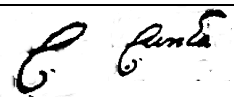
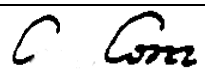
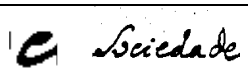
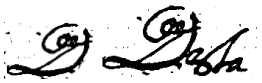
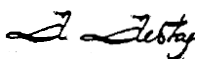
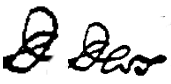
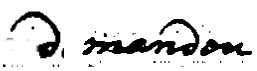
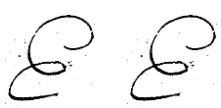
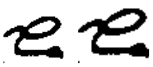
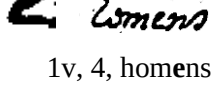
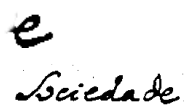
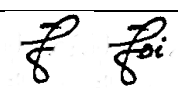
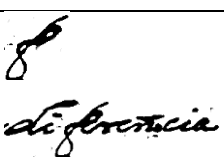
A partir da elaboração e estudo de quadros escriptográficos, foi realizada uma análise dos grafemas de cada escrevente. O referido quadro está distribuído em cinco colunas: a primeira coluna representa a letra de A a Z; e, nas demais colunas, encontram-se a imagem do fac-símile de cada letra e da palavra observada, seguida da localização da ocorrência, sinalizadas pela identificação do documento, fólio e da linha. Além desses itens, verifica-se a forma, a letra maiúscula e a minúscula em posição inicial, medial e final de cada palavra.

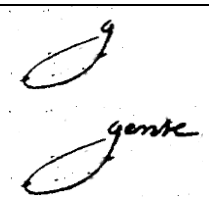
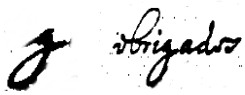
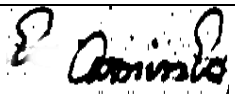
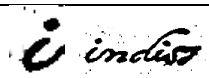
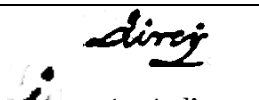
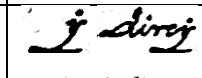
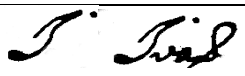
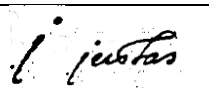
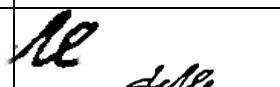
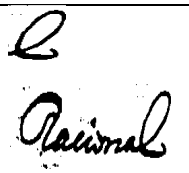
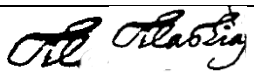
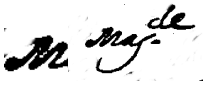
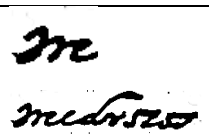
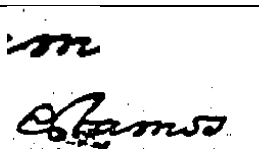
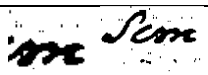
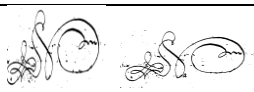
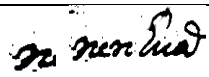
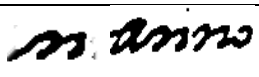
Em relação às letras não encontradas, informa-se: sem ocorrências. Para a descrição das letras dos escreventes e comparação dos grafemas entre documentos, utilizamos alguns aspectos que serão vistos com mais detalhes na seção 4, os quais colaboram na caracterização de uma escrita, conceituados por Lose e Santos (2019) como: o ângulo (inclinação da letra); o ductus (percurso do traçado de cada letra); o peso (pressão sob o papel); cursividade (a pena é levantada no momento da escrita); hastes (ascendentes (<d>, <b>, <h>) e descendentes (<p>, <q>, <g>, <j>); se o corpo da letra inclina para direita, reto ou para esquerda), nexos e ligaduras;

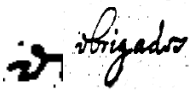
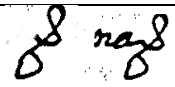
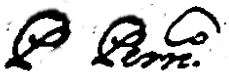
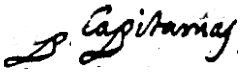
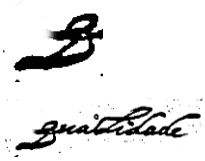
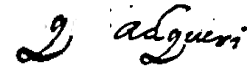
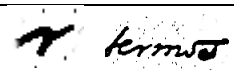
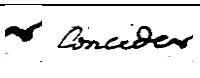
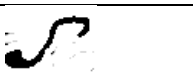
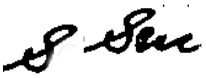
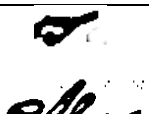
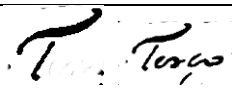
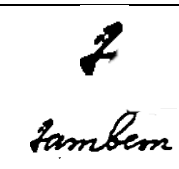
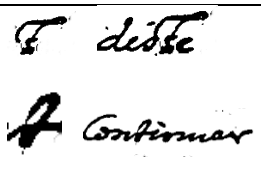
o ponto de fuga (o local onde o instrumento de escrita deixa de tocar o suporte); e o ponto de ataque, onde o instrumento toca o suporte para iniciar o traçado.

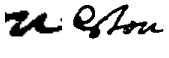
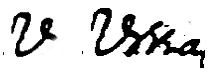
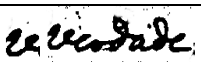
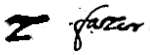
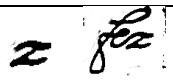
2.1.3.1 *Estudo da escrita do scriptor 1*

Quadro 4: Descrição escriptográfica do manuscrito referente a Domingos Jorge Velho

Letra	Maiúscula	Inicial	Media	Final
A	Sem ocorrências	1v, 9, **a**ntes	 1r, 10, ch**a**mou	 1r, 7, guerr**a**
B	1v, 22, **B**rancos	 1r, 20, **b**atalhas	 1r, 19, a**b**aixo	Sem ocorrências
C	 1r, 2, **C**unha	 1r, 3, **c**om	 1v, 1, so**c**iedade	Sem ocorrências
D	 1v, 13, **D**esta	1r, 3, **d**elle  1v, 31, **d**estas  1v, 2, **d**eos	 1r, 19, man**d**ou 1v, 19, me**d**rosos	Sem ocorrências
E	 2r, 1, **E**	 1r, 3, **e** 1r, 4, condiço**e**ns	 1v, 4, hom**e**ns	 1v, 1, sociedad**e**
F	Sem ocorrências	 1r, 2, **f**oi		Sem ocorrências

		1r, 6, **f**aminto	1v, 37, di**f**erencia	
G	Sem ocorrências	 1r, 6, **g**ente 1r, 7, **g**uerra	 1r, 10, obri**g**ados	Sem ocorrências
H	Sem ocorrências	1r, 7, **h**ũ	 1r, 10, camin**h**o 1v, 10, trabal**h**ar	Sem ocorrências
I	Sem ocorrências	 1v, 17, **i**ndios	 1r, 4, d**i**rey	 1r, 4, dire**y**
J	 1r, 2, **J**oaõ	 1r, 14, **j**ustas	1v, 4, an**j**os	Sem ocorrências
L	1v, 2, **L**eis	1r, 8, **l**ourado	 1r, 3, de**ll**e 1v, 10, co**l**her	 1v, 2. Racional
M	 1v, 35, **M**asthias  2r, 5, **M**ajestade	 1v, 20, **m**edrozos	 1r, 12, esta**m**os	 1v, 18, sem
N				Sem ocorrências

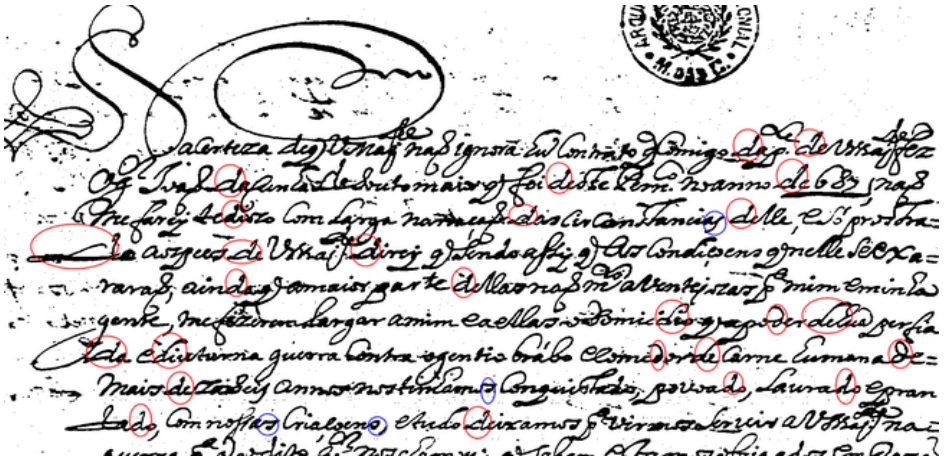
	1r, 1, **N**a	1r,14, **n**enhuã	1r, 2, a**nn**o	
O	1v, 14, Outeiro	 1r, 10, obrigados	1v, 7, pois	 1r, 22, naõ 1r, 32, brabo
P	 1r, 2, **P**ernambuco	1v, 30, **p**oder	 1v, 31, ca**p**itanias	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências	 1v, 19, **q**ualidade	 1r, 3, ad**q**ueri	1v, 19, por**q**ue
R	2r, 11, **R**eal	1r, 17, **r**edor	 1r, 22, te**r**mos	 1v, 32, conceder
S	1r, 15, **S**outo	 1v, 6, servimos 2v, 10, **s**eu  2v, 28, **s**eu 1r, 13, **s**aber	1r, 4, a**ss**y 1r, 3, circun**s**tancias	 1v, 21, elle**s** 1v, 21, batalha**s**
T	 2r, 10, **T**erço	 2r, 10, **t**ambem	 1v, 29, con**t**inuar	Sem ocorrências

U	Sem ocorrências	2r, 3, **u**ltima	2r, 8, d**u**uido	 2r, 1 esto**u**
V	 1r, 4, **V**ossaMa	 1v, 19, **v**erdade	1r, 5, a**v**entejozas 1r, 8, po**v**oado	Sem ocorrências
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	1r, 9, dei**x**amos	Sem ocorrências
Z	2v, 5, **Z**eloso	Sem ocorrências	 2v, 6, **f**azer	 1r, 1, **f**ez

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santos (2019).

O manuscrito correspondente a Domingos Jorge Velho contém 4 fólios. Nessa carta, apresentam-se letras arredondadas, pequenas, tombadas para direita, traçados bem marcados. Há pouca presença de laçadas; o grafema <d> varia no decorrer do texto, principalmente no que diz respeito à sua haste, com hastes ascendentes, ora inclinadas para a esquerda e direita, e também apresenta a barriga com laço; da mesma forma comporta-se o <s> longo.

Figura 5: Imagem do trecho do fólio 1r, DJV

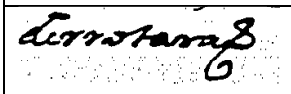
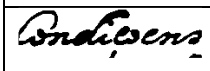
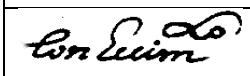


Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Outros traços recorrentes no estilo desse *scriptor 1* foram: o emprego do grafema <h> com aspecto de <E>, tanto no início quanto no meio da palavra; o til dos ditongos nasais

encontra-se sistematicamente sobre a segunda vogal, exemplo: aõ; a presença do til dos ditongos nasais estende-se até alcançar a parte inferior da letra <o> dando aparência de <s>; o /que/, que não aparece escrito nenhuma vez, é abreviado por suspensão: /q/; a nasalidade é marcada também por <n> e não apenas por /~/, a exemplo de *condiçoens.* Nas abreviaturas em que o <t> aparece suspenso, traz o aspecto do símbolo de um infinito aberto.

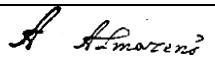
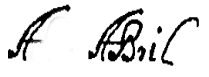
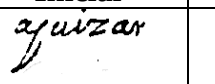
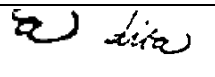
Quadro 5: Aspectos recorrentes no *scriptor 1*

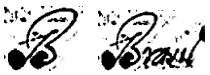
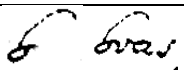
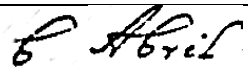
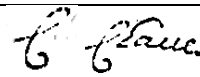
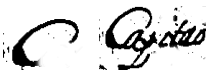
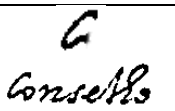
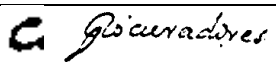
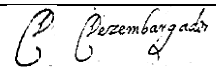
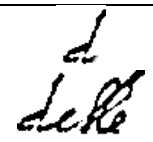
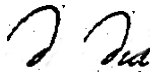
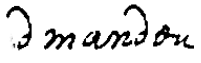
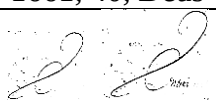
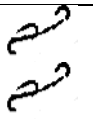
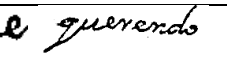
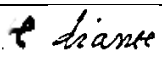
	humana	Fol. 1r, 7
	Razaõ	Fol. 1r, 10
	derrotaraõ	Fol. 1v, 60
	q*ue*	Fol. 1r, 2
	condiçoens	Fol. 1r, 4
	conhecim^{to}	Fol. 1v, 1

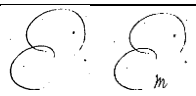
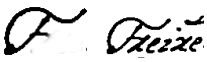
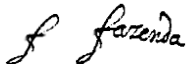
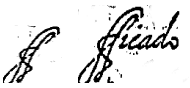
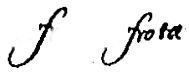
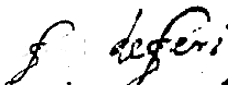
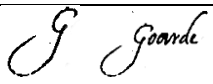
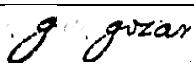
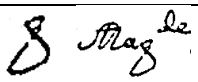
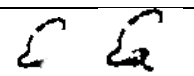
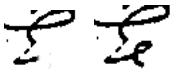
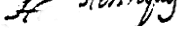
Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

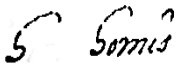
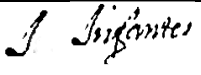
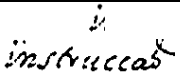
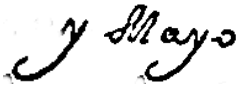
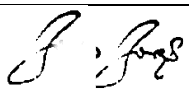
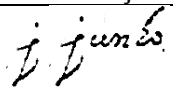
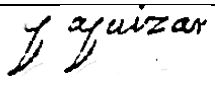
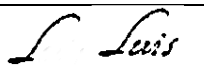
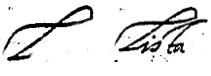
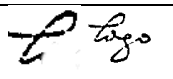
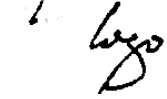
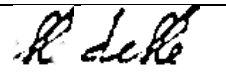
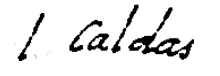
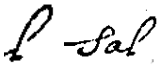
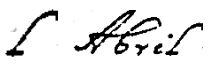
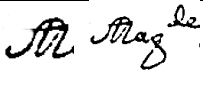
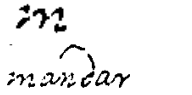
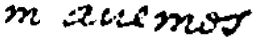
2.1.3.2 Estudos da escrita do scriptor 2

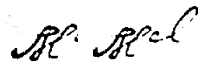
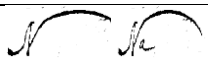
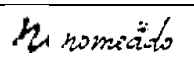
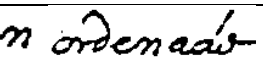
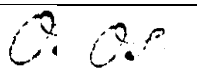
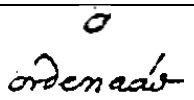
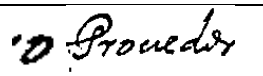
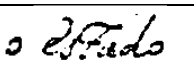
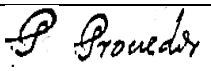
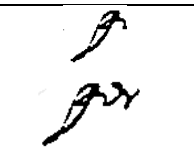
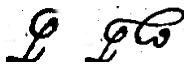
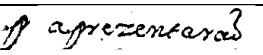
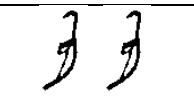
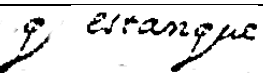
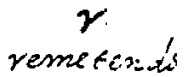
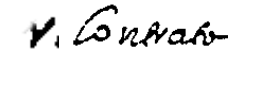
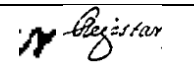
Quadro 6: Descrição escriptográfica dos manuscritos referentes a Lourenço de Brito Correa

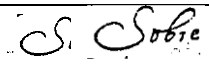
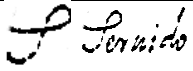
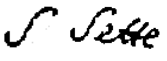
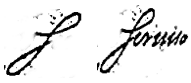
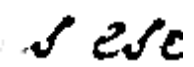
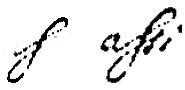
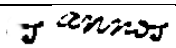
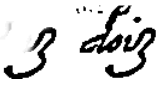
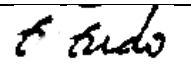
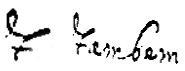
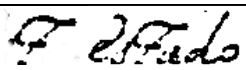
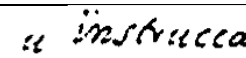
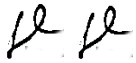
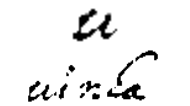
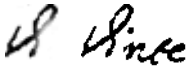
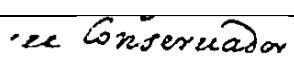
Letra	Maiúscula	Inicial	Média	Final
A	 1659, 9, **A**lmazens 1660, 40, **A**rauyo  1661, 53, **A**bril	 1659, 13, **a**juizar	 1659, 1, m**a**nd**a**r	1659, 6, dit**a**

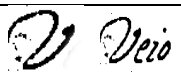
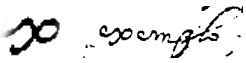
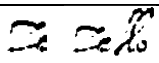
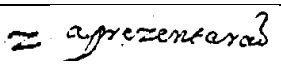
B	 1659, 2, **B**ahia  1662, 5, **B**rasil	 1659, 7, **b**oas	 1659, 10, A**b**ril	Sem ocorrências
C	 1659, 12, **C**haues  1662, 9, **C**apitao	 1r, 1, **c**onselho	 1659, 11, **p**rocuradores	Sem ocorrências
D	 1659, 14, **D**ezembargador 15.07.1659, 51, **D**eos 1661, 40, **D**eus	 1659, 4, **d**elle  1660, 4, **d**ia	 1659, 8, man**d**ou	Sem ocorrências
E	 15.07.1659, 1, **E**ntrei 1660, 1, **E**m	 1659, 3, **e** 1659, 3, **e**	 1659, 12, qu**e**r**e**ndo	 1659, 13, **d**iante

	 1661, 1**, E**m			
F	 1659, 1, **F**oi 15.07.1659, 44, **F**ranc*i*sco  1662, 20, **F**reire	 1659, 2, **f**ala  15.07.1659, 17, **f**azenda  1660, 7, **ff**icado  1661, 2, **f**rota	 1659, 17, de**f**eri	Sem ocorrências
G	 1661, 50, **G**uarde 1662, 4, **G**ouernador	 1659, 14, **g**ozar	 1659, 4, ma**g***esta*de	Sem ocorrências
H	 1662, 14, **H**eronimo	 1659, 3, **h**a  1659, 3, **h**e 	 1659, 7, Matheus	Sem ocorrências

		1660, 50, **H**enriques  1661, 14, **h**omes		
I	 1661, 12, **I**nfantes	 1659, 5, **i**nstruccaõ 1662, 16, Ynformaçaõ	1659, 13, d**i**ante  1659, 4, ma**y**o	1659, 9, de**i**
J	 15.07.1659, 45, **J**oaõ 1660, 1, Junho	 1659, 29, **j**unho	 1659, 13, a**j**uizar	Sem ocorrências
L	 1659, 6, **L**uis  1660, 48, **L**ista	 1659, 7, **l**ogo  1659, 10, **l**ogo	 1659, 4, de**ll**e  1659, 5, ca**l**das 1659, 9, a**l**mazens	 1659, 9, sa**l**  1659, 10, abri**l**
M	 1659, 4, **M**age*sta*de	 1r, 1, **m**andar	 1659, 26, aue**m**os	1659, 9, ce**m**

	 15.07.1659, 25, **M***igu*el			
N	 15.07.1659, 40, **N**a	 1659, 14, **n**omeado	 1659, 16, orde**n**ado	Sem ocorrências
O	 15.07.1659, 25, **O**s	 1659, 16, **o**rdenado	 1659, 5, Pr**o**vedor	 1659, 5, estad**o**
P	 1659, 5, **P**rouedor 1660, 50, **P**ero	 1659, 1, **p**or  23.05.1662, 15, **p***e*lo	 1659, 6, a**p**rezentaraõ	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências	 1659, 2, **q***ue*	 1659, 3, estan**q**ue	
R	 1659, 5, **R**eal 1660, 1, **R**eceby 1660, 34, **R**eal	 1659, 23, **r**emetendo	 1659, 10, p**r**oximo  1659, 22, contrato 1662, 14, Se**rr**aõ	 1659, 8, registra**r**

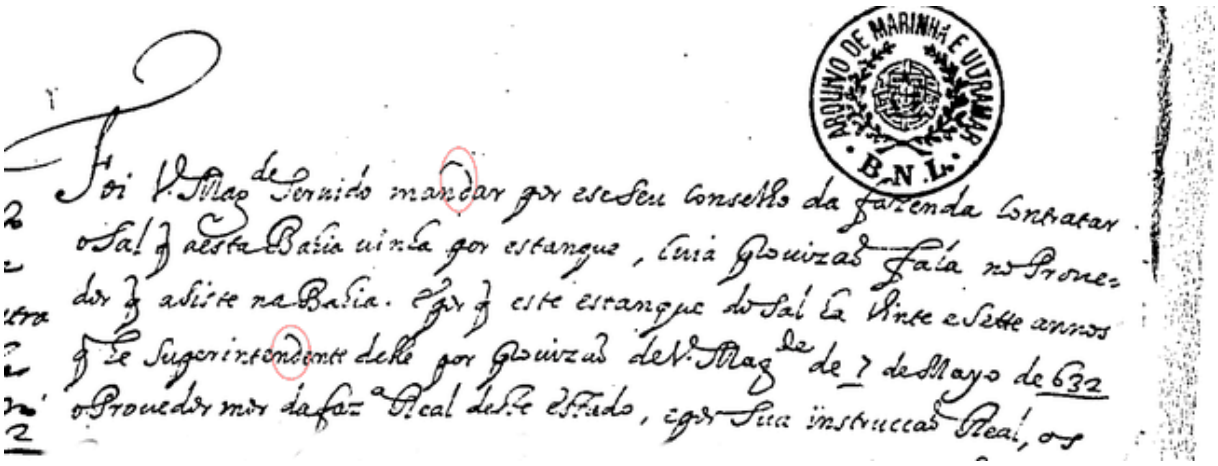
S	 1659, 21, **S**obre	 1659, 1, **s**ervido 1659, 1, seu  1659, 3, **s**ette  1660, 21, **s**eruiso	 1659, 1, es**e**  1659, 14, a**ss**i 1659, 3, a**s**iste	 1659, 3, anno**s**  1660, 12, doi**s**
T	Sem ocorrências	 1659, 9, **t**udo  15.07.1659, 46, **t**ambem	 1659, 5, es**t**ado 23.05.1662, 22, **t**rapiches	Sem ocorrências
U	 1660, 26, **u**ltamarino	Sem ocorrências	 1659, 5, instr**u**ccaõ	 1659, 8, mandou
V	 1659, 1, **V***ossa*	 1659, 2, **u**inha  1659, 3, **v**inte	 1659, 14, conser**u**ador	Sem ocorrências

		 1662, 24, **v**eio		
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	1659, 10, pro**x**imo  15.07.1659, 46, e**x**emplo	
Z		 15.07.1659, 35, **z**ello	 1659, 5, apre**z**entaraõ	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santos (2019).

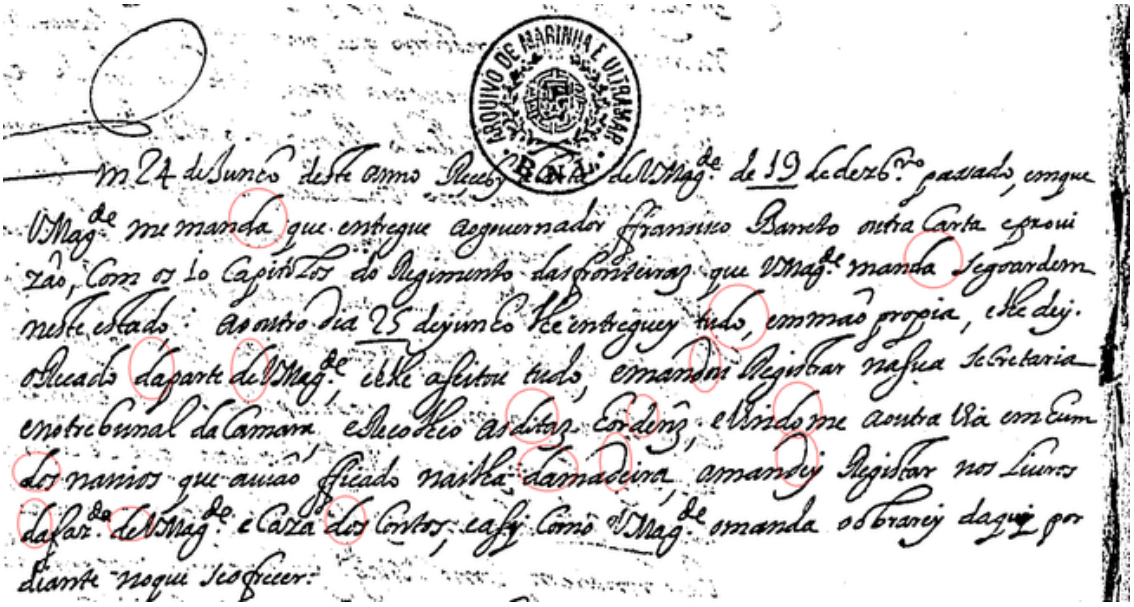
Os manuscritos pertencentes a Lourenço de Brito Correa apresentam letras com características arredondadas; em alguns documentos, apresentam traçado pesado, em outros mais leves, como o escrito em 12 de junho de 1659, em 16 de julho de 1659, etc. As letras são inclinadas à direita e apresentam módulo pequeno, há variação em alguns grafemas como <b> e <d>, ora com hastes ascendentes tanto para esquerda quanto para direita.

Figura 6: Imagem do trecho do fólio escrito em 12.06.1659



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza

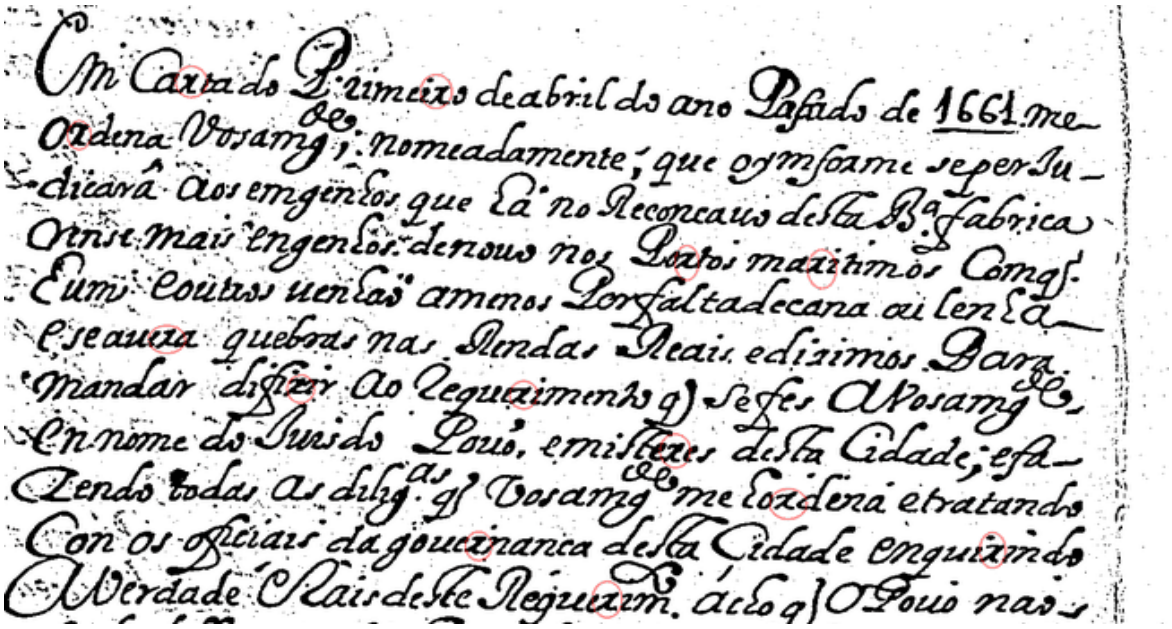
Figura 7: Imagem do trecho do fólio escrito em 14.09.1660



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza (2022).

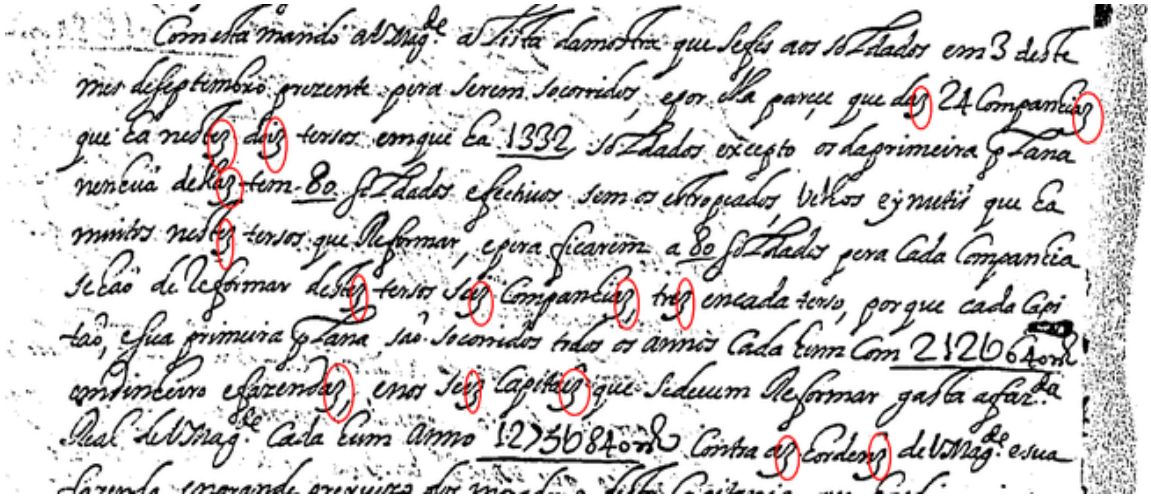
Em relação às características gráficas desse escrevente, percebe-se que há uma variação de punho entre alguns documentos, item a ser discutido na seção 4 deste trabalho. Observa-se que, nos documentos escritos em 31 de março de 1662, 3 de maio de 1662, 20 de setembro de 1662 e 26 de setembro de 1662, a consoante medial <r> assemelha-se à consoante <x>. A consoante <s> em posição final, em alguns manuscritos, assemelha-se ao <z>.

Figura 8: Imagem do trecho do documento escrito em 23 de maio de 1662, LBC – grafema posição medial <r> assemelhando-se ao grafema <x>



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

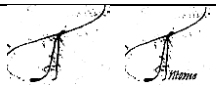
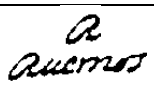
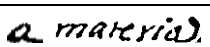
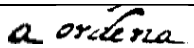
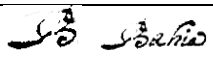
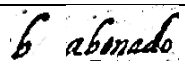
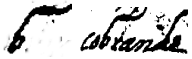
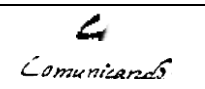
Figura 9: Imagem do trecho do documento escrito em 14 de setembro de 1660, LBC – grafema <s> em posição final assemelha-se à <z>

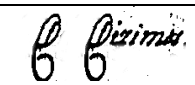
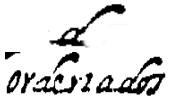
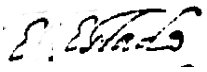
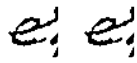
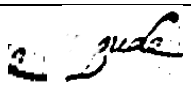
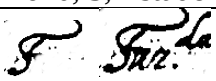
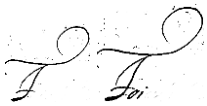
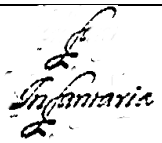
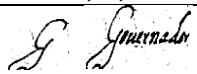
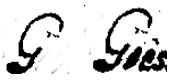
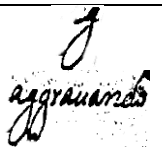
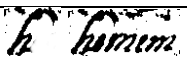


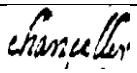
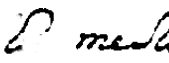
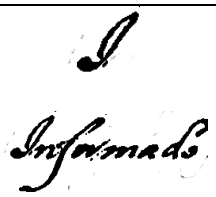
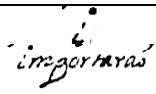
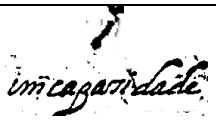
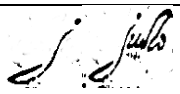
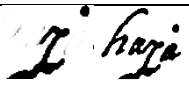
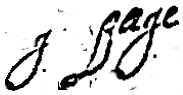
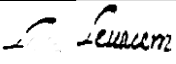
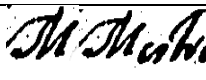
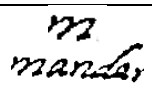
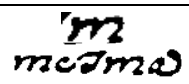
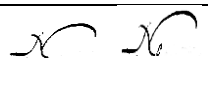
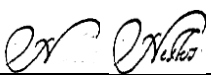
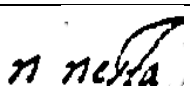
Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

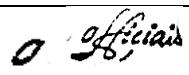
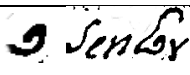
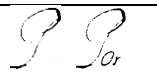
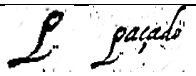
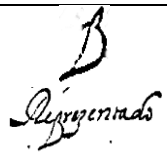
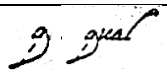
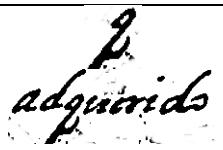
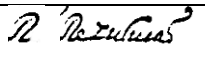
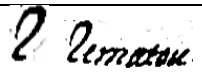
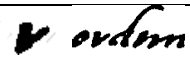
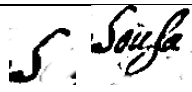
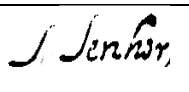
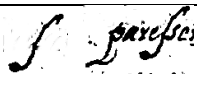
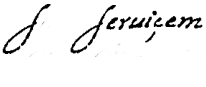
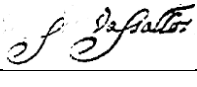
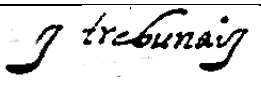
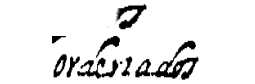
2.1.3.3 Estudo da escrita do scriptor 3

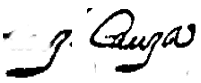
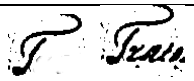
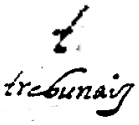
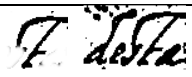
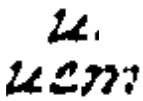
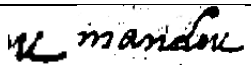
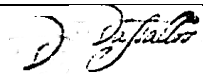
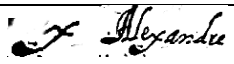
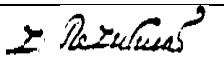
Quadro 7: Descrição escriptográfica dos manuscritos referentes a Lourenço de Brito de Figueiredo

Letra	Maiúscula	Inicial	Média	Final
A	 1669, 1, Antonio 1669, 10, Alexandre	 16.04.1669, 23, auemos	 16.04.1669, 3, matéria	 16.04.1669, 8, ordena
B	 16.04.1669, 23, Bahia 17.04.1669, 4, Bahia		 1669, 5, abonado  1669, 8, cobrando	Sem ocorrências
C				Sem ocorrências

	Sem ocorrências	16.04.1669, 11, comçelho	16.04.1669, 11, comunicando	
D	 1669, 1, Dizimos 17.04.1669, 4, Dizimos 1671, 1, Do	16.04.1669, 14, dar 1671, 18, deuia	 16.04.1669, 4, ordenados	Sem ocorrências
E	 1670, 5, Estado	 16.04.1669, 5, e	16.04.1669, 5, concelho	 08.07.1669, 9, pude
F	 1669, 3, Faz*en*da  1671, 1, Foi	17.04.1669, 20, fauor	 1670, 3, Infantaria	Sem ocorrências
G	 1669, 10, Gouernador  1669, 11, Goes	1671, 3, geral	 17.04.1669, 9, aggrauando	Sem ocorrências
H				Sem ocorrências

	Sem ocorrências	1669, 5, homem 08.07.1669, 35, hauemos	 17.04.1669, 10, chanceller  08.07.1669, 17, melhor	
I	 17.04.1669, 7, Informado	 16.04. 1669, 8, importaraõ	 1670, 14, imcapadidade	 1671, 18, dei
J	 1669, 5, João 17.04.1669, 31, Julho	 08.07.1669, 2, julho	 1671, 11, haja  1670, 12, paje	Sem ocorrências
L	Sem ocorrências	 16.04.1669, 4, leuacem	 1671, 15, della	 17.04.1669, 27, Real
M	 1671, 5, Mestre	 16.04.1669	 17.04.1669, 20, mesma	 17.04.1669, 8, ordem
N	 16.04.1669, 8, No 	 17.04.1669, 18, nesta	 1670, 27, conta	Sem ocorrências

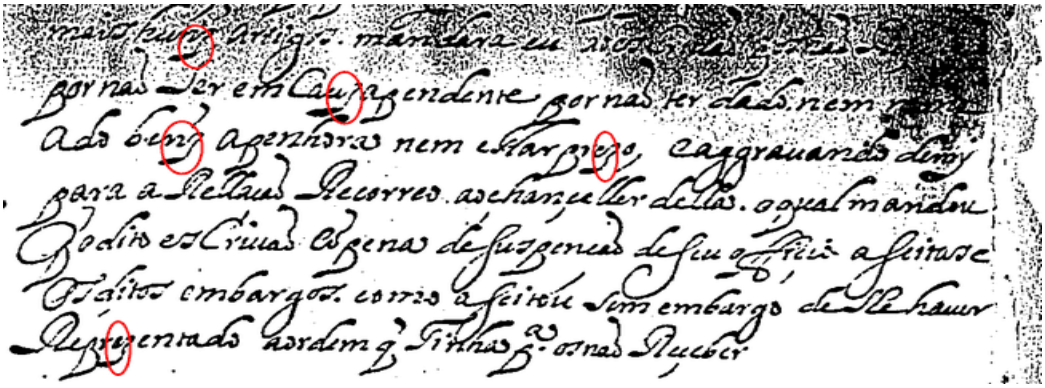
	17.04.1669, 14, Nestes			
O	1671, 32, Ordens	 16.04.1669, 3, oficiais	 1671, 33, senhor	1671, 30, Marco
P	 16.04.1669, 1, Por	 1669, 2, paçado 17.04.1669, 5, proximo	 17.04.169, 17, Reepresentado	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências	 17.04.1669, 10, qual	 15.08.1671, 3, adquirido	Sem ocorrências
R	 16.04.1669, 6, Rezuluçaõ 17.04.169, 17, Reepresentado	 1669, 4, rematou	 17.04.1669, 8, ordem	1671, 25, mandar
S	 1669, 10, Sousa	 16.04.1669, 8, senhor	 1669, 3, paresser  1669, 5, seruiçem 	 16.04.1669, 19, tribunais  16.04.1669, 4, ordenados

	1670, 1, Senhor		17.04.1669, 30, vassallos  17.04.1669, 18, causa	
T	 1669, 11, Tratou 1671, 11, Thezoureiro	 16.04.1669, 19, tribunais	 1669, 5, desta	Sem ocorrências
U		 08.07.1669, 22, uem	 1671, 11, Thezoureiro	 17.04.1669, 11, mandou
V	 08.07.1669, 25, Vassallos	 1670, 7, vencia		Sem ocorrências
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 1669, 10, Alexandre	Sem ocorrências
Z	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 16.04.1669, 6, Rezuluçaõ 1670, 9, prouizoes	Sem ocorrências

Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de Santos (2019).

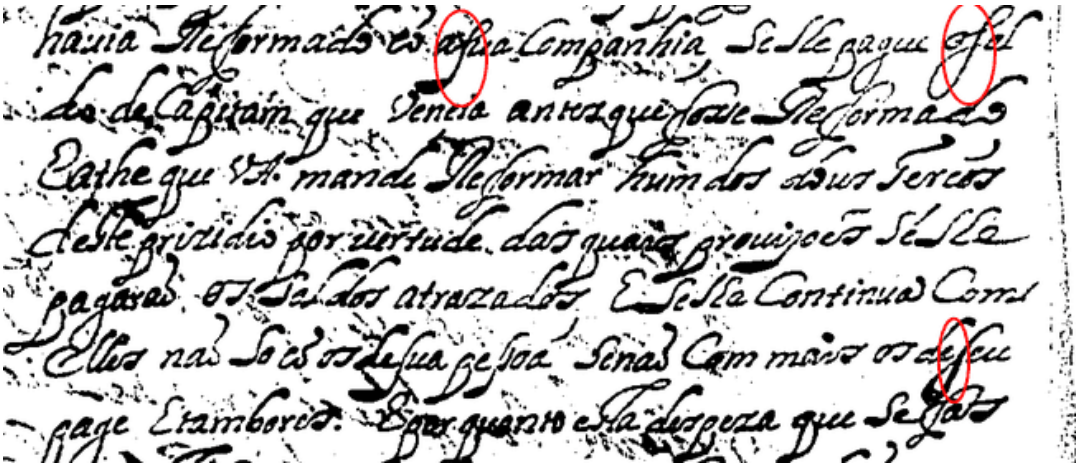
O terceiro escrevente, Lourenço de Brito de Figueiredo, também apresenta letras arredondadas, com inclinação para direita e alguns manuscritos com traçado leve. Sobre as características da sua escrita, faz uso de <s> longo em posição medial dos vocábulos; o grafema <s>, em alguns manuscritos, assemelha-se à <z> tanto na posição medial quanto na final, deixando dúvida quando é o grafema <z> e quando é <s>.

Figura 10: Imagem do trecho do documento escrito em 15 de setembro de 1669, LBF - grafema <s> em posição média e final assemelha-se à <z>



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Figura 11: Imagem do trecho do documento escrito em 24 de junho de 1670, LBF - consoante /s/ em posição inicial assemelha-se à /j/



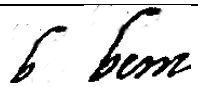
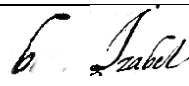
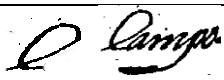
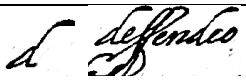
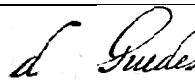
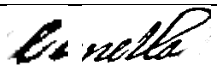
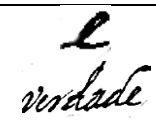
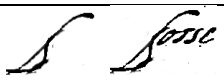
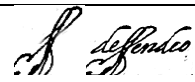
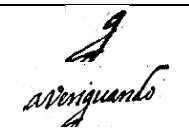
Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza (2022).

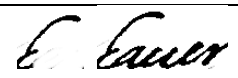
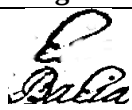
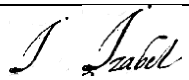
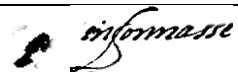
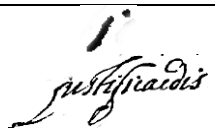
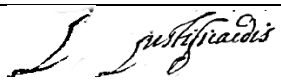
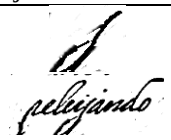
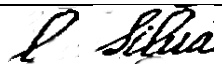
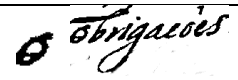
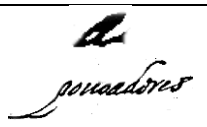
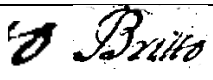
O estudo através dos quadros de grafemas, principalmente os de Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo, possibilitou levantar hipóteses de que há mais de um punho para os documentos assinados pelos *scriptores*. Isso foi possível devido ao número de manuscritos, o que permite a comparação. A partir do estudo e levantamento das diferenças e

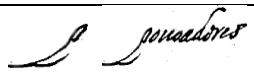
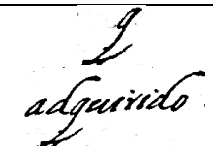
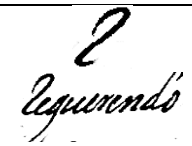
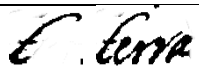
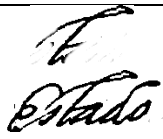
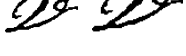
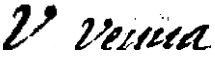
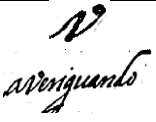
semelhanças que cada documento trouxe, foi possível fazer tal inferência – caso diferente dos *scriptores 1*, *4* e *5*, dos quais apresenta-se apenas 1 documento, dificultando tal identificação.

2.1.3.4 Estudo da escrita do scriptor 4

Quadro 8: Descrição escriptográfica de Isabel Maria Guedes de Brito

Letra	Maiúscula	Minúscula	Média	Final
A	 1r, 2, *A*ntonio	 1r, 15, **a**prezentou	 1r, 12, m**a**teria	 1r, 1, Mari**a**
B	 1r, 1, **B**ritto	 1r, 19, **b**em	 1r, 1, Iza**b**el 1r, 15, obrigações	Sem ocorrências
C	Sem ocorrências	 1r, 4, **c**ampo	 1r, 13, con**c**luentes	Sem ocorrências
D	 1r, 1, **D**is	 1r, 9, **d**effendeo	 1r,1, Gue**d**es	Sem ocorrências
E	 1r, 3, **E**stado	Sem ocorrências	 1r, 32, n**e**lla	 1r, 30, v**e**rdade
F	Sem ocorrências	 1r, 4, **f**osse	 1r, 9, de**ff**endeo	Sem ocorrências
G				Sem ocorrências

	1r,1, **G**uedes	1r, 3, **g**ouerno	1r, 12, averi**g**uando	
H	Sem ocorrências	 1r, 7, **h**auer	 1r, 2, Ba**h**ia	Sem ocorrências
I	 1r, 1, **I**zabel	 1r, 11, **i**nformasse	 1r, 20, just**i**ficacões	1r, 14, pa**y**
J	Sem ocorrências	 1r, 20, **j**ustificacões	 1r, 9, pele**j**ando	Sem ocorrências
L	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 1r, 2, Si**l**va 1r, 13, conc**l**uentes	1r, 1, Izabe**l**
M	1r, 1, **M**aria	1r, 2, **m**oradora	1r, 2, Pi**m**entel	1r, 19, be**m**
N	Sem ocorrências	1r, 7, nu**n**ca	1r, 2, Anto**n**io	Sem ocorrências
O	Sem ocorrências	 1r, 15, **o**brigações	 1r, 9, pou**o**adores	 1r, 1, Britt**o**

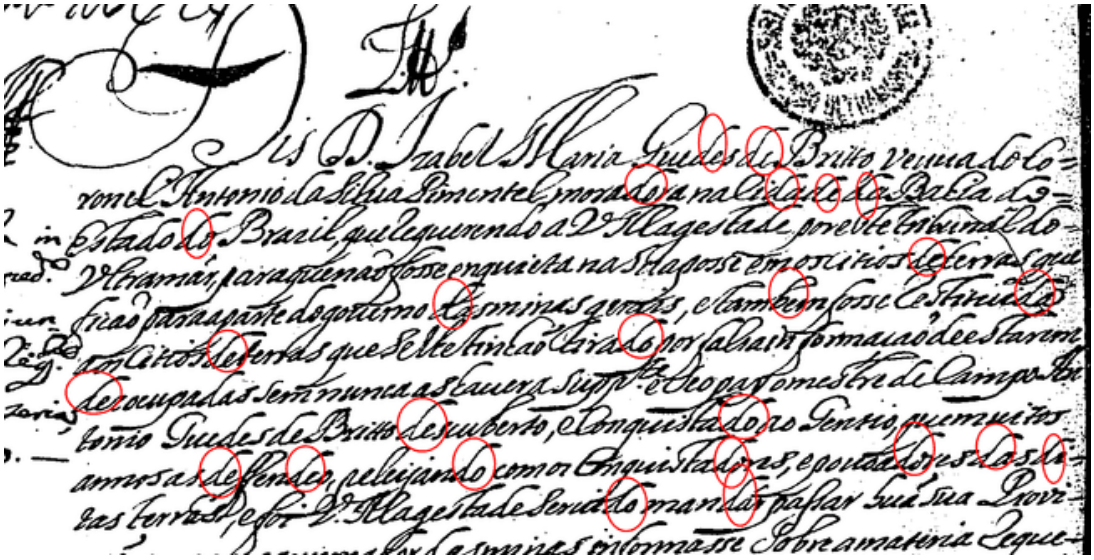
P	 1r, 2, **P**imentel	 1r, 9, **p**ouoadores	 1r, 4, cam**p**o	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências	 1r, 23, **q**u*e*	 1r, 17, ad**q**uirido	Sem ocorrências
R	 1r, 3, **R**equerendo	Sem ocorrências	 1r, 2, mo**r**adora	 1r, 10, passa**r**
S	 1r, 2, **S**ilva	 1r, 10, **s**eruido 1r, 22, satisfeito	 1r, 22, sati**s**feito 1r, 10, pa**s**sar	 1r,1, Guede**s** 1r, 13, concluentes
T	Sem ocorrências	 1r, 4, **t**erra 1r, 14, **t**erras	 1r, 3, Es**t**ado	Sem ocorrências
U	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 1r, 23, q**u**e	 1r, 15, apresento**u**
V	 1r, 3, **V**o*ssa*	 1r, 2, **v**iuua		Sem ocorrências

			1r, 12, averiguando	
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
Z	Sem ocorrências	Sem ocorrências	1r, 1, Izabel 1r, 14, apresentou	Sem ocorrências

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santos (2019).

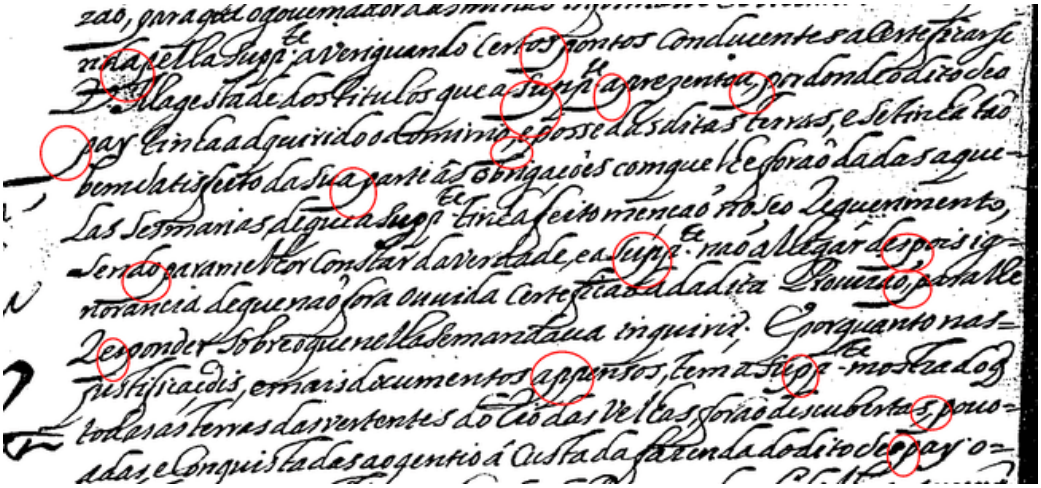
O quarto documento é da mameluca Isabel Maria Guedes de Brito. Contém apenas um documento e um fólio. Verifica-se que a letra é inclinada para direita, de módulo grande e apertado e traçado pesado. Há presença de hastes ascendentes para direita, em algumas consoantes, como /d/. Constatou-se a presença de hastes descendentes para esquerda, tanto na posição inicial como na média para a consoante /p/.

Figura 12: Imagem do trecho do manuscrito de IMGB - hastes ascendentes para direita no grafema <d>



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Figura 13: Imagem do trecho do manuscrito de IMGB - hastes descendentes para esquerda para o grafema <p>



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Observa-se que o grafema <c>, na posição inicial, assemelha-se com <l>. O grafema <r>, em posição inicial, aparenta-se com o numeral <2>. Encontra-se a letra <h> na posição inicial e média com aparência do grafema <E>.

cidade

requerendo

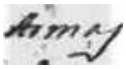
hauera

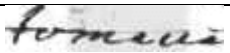
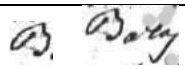
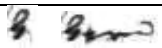
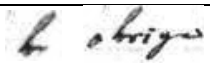
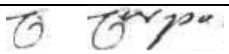
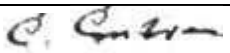
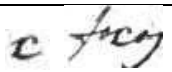
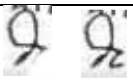
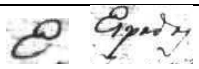
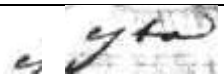
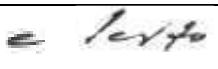
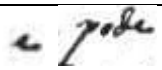
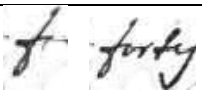
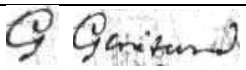
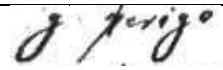
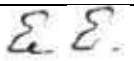
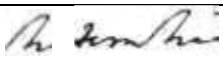
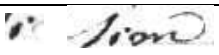
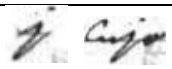
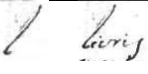
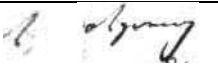
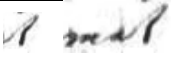
tinhaõ

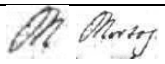
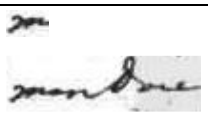
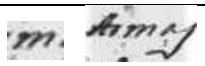
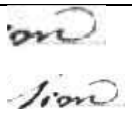
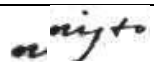
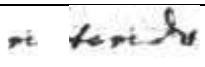
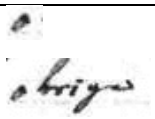
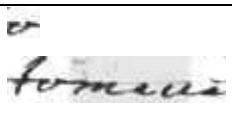
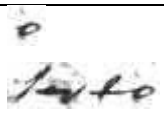
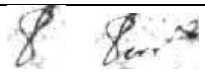
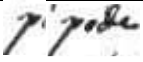
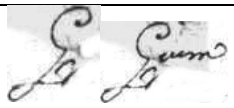
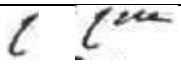
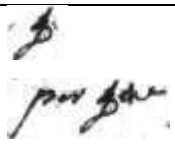
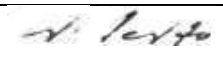
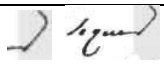
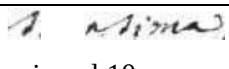
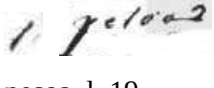
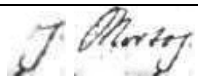
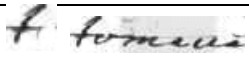
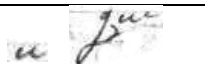
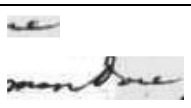
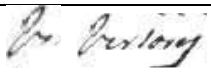
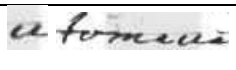
No geral, o documento apresenta uma escrita cursiva, ou seja, corrente, bem traçada e com formas arredondadas. É um estilo de escrita que tem como característica as letras unirem-se umas às outras, por conta da rapidez ao escrever.

2.1.3.5 Estudo da escrita do scriptor 5

Quadro 9: Descrição escriptográfica de Adrião Pereira de Farias

Letra	Maiúscula	Inicial	Média	Final
A				

	Armas, l.3	**a**lgumas, l. 26	 tom**a**va, l.5	livr**a**, l.7
B	 **B**ocas, l.3	 **b**em, l. 23	 obriga, l.28	Sem ocorrências
C	 **C**arpa, l.6	 **c**ontra, l.26	 fa**c**as, l.4	Sem ocorrências
D	**D**este, l.3 **D**igo, l. 11	 **d**e, l. 2 **d**emonio, l. 21 **d**emonio, l. 25	**E**spadas, l.4	Sem ocorrências
E	 **E**spadas, l.4	 **e**sta, l. 23	 s**e**rto, l. l.7	 pod**e**, l.11
F	**F**arias, l. 35	 **f**ortes, l. 4	Sem ocorrências	Sem ocorrências
G	 **G**enitura, l. 26	Sem ocorrências	 peri**g**o, l.22	Sem ocorrências
H	Sem ocorrências	 **h**e, l.6	 ten**h**aõ, l.27	Sem ocorrências
I	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 s**i**m, l.5	Sem ocorrências
J	**J**oze, l.5	Sem ocorrências	 cu**j**a, l. 24	Sem ocorrências
L	Sem ocorrências	 **l**ivris, l. 1	 a**l**gumas, l. 26	 ma**l**, l. 10

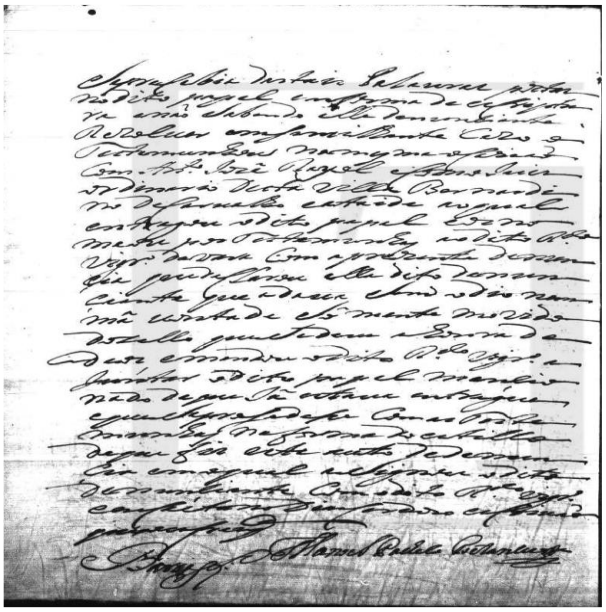
M	 **M**ortes, l. 1	 **m**andou, l.12	 Ar**m**as, l. 3	 si**m**, l.5
N	Sem ocorrências	 **n**isto, l.12	 te**n**do, l.14	Sem ocorrências
O	Sem ocorrências	 **o**briga, l.10	 t**o**mava, l.5	 sert**o**, l. 6
P	 **P**erre*i*ra, l. 24	 **p**ode, l. 17	Car**p**a, l.6	Sem ocorrências
Q	 **Q**uem, l. 8	 **q**ue, l.6 **q**ue, l.23	 por **q**ue, l. 17	Sem ocorrências
R	Sem ocorrências	Sem ocorrrências	 se**r**to, l. 6	 seque**r**. l. 28
S	Sem ocorrências	**s**eo, l.6 **s**erto, l. 6	 a**s**ima, l.10  pe**s**oa, l. 19	 Morte**s**, l. 1
T	Sem ocorrências	 **t**omava, l.5	for**t**es, l. 4	Sem ocorrências
U	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 q**u**e, l.23	 mando**u**, l.25
V	Sem ocorrências	 **v**ersores, l. 1	 toma**v**a, l.5	Sem ocorrências
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
Z				

	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Jo**z**e, l.5	Sem ocorrências

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santos (2019).

No manuscrito de Adrião Pereira de Farias, apresentam-se dois fólios, um escrito por Manoel Pacheco Bitancur, que, de acordo com Souza (1986), era um homem de 52 anos, que fazia parte da governança da vila, amigo de Adrião, e quem denunciou o mameluco ao juiz ordinário da vila quando encontrou o papel no calção com palavras "opostas a Santa fé". O outro é de Adrião Pereira de Farias, que apresenta pequenos trechos considerados pactos com o demônio. A transcrição do manuscrito está presente no capítulo 6, porém apresenta trechos com leitura incoerente.

Figura 14: Imagem do fac-símile de Manoel Pacheco Bitancur

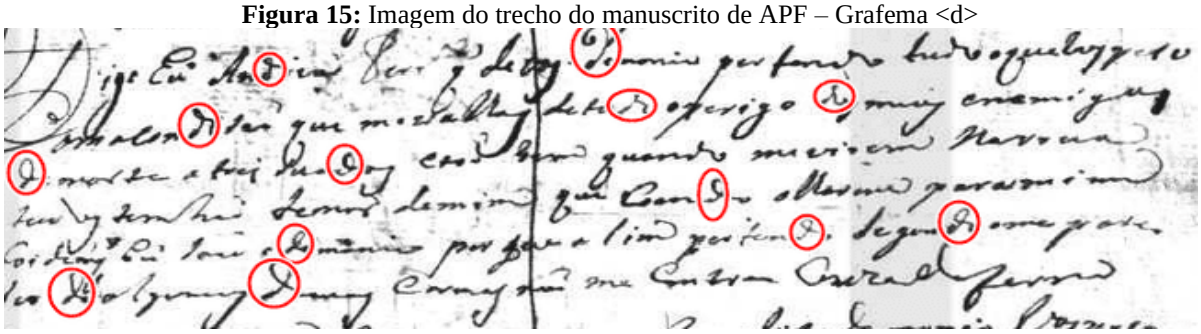


Fonte: Captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

O manuscrito referente a Adrião Pereira de Farias é divido em dois fólios: à esquerda, o de Manoel Pacheco Bitancur, e, à direita, o bilhete de Adrião Pereira. O texto referente a Manoel foi transcrito, traz o relato da entrega do papel ao vigário Bernadino Carvalho e Ataíde, justificando a entrega como forma de zelar pelos princípios de Deus, porém a escrita do bilhete não foi analisada. Vale ressaltar que esse escrito é importante para contextualização histórica sobre o *scriptor* 5, mas não foi objeto de estudo paleográfico e linguístico deste trabalho, porque o foco da pesquisa situa-se no escrito do mameluco Adrião Pereira. Sendo assim, será considerado apenas o fólio assinado por Adrião Pereira de Farias.

No manuscrito do *scriptor 5*, verifica-se que a letra é cursiva, inclinada para direita, de módulo pequeno e traçado leve. Percebe-se que o grafema <d> na posição medial varia no decorrer do texto. Constatou-se a presença de hastes ascendentes para esquerda como também uma leve inclinada para direita. Um aspecto marcante é o grafema <d>, que se apresenta com a barriga separada da haste.

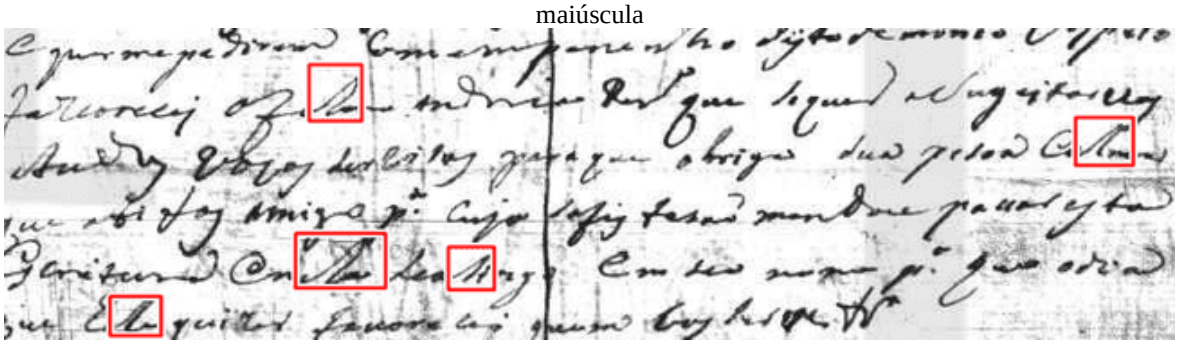
Figura 15: Imagem do trecho do manuscrito de APF – Grafema <d>



Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

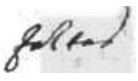
Outro aspecto da escrita de Adrião Pereira é o grafema <l> na posição medial, que se apresenta com traço parecido com o grafema <a>, maiúscula sem a barra.

Figura 16: Imagem do trecho do manuscrito de APF – Grafema <l> com traçado parecido com o grafema <A> maiúscula

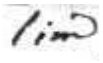


Fonte: Foto de captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

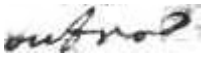
Observa-se que, para os grafemas <r>, <m> e <a> minúsculos na posição final da palavra, o ponto de fuga se estende até a posição final ascendente da letra; todos os <s> minúsculos na posição final apresentam-se longos.



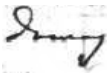
Falta**r**



Si**m**



Outr**a**



Dama**s**

Na escrita do *scriptor 5*, o grafema <r> minúscula na posição média e final apresenta um traçado semelhante a um <v>, faz uma curva, desce e inclina-se para direita, como se observa em *serto.*

serto

2.2 O LABOR DA EDIÇÃO

Ao recuperar um manuscrito de sincronias passadas, na intenção de disponibilizá-lo para outros estudos, deve-se levar em conta o meio de divulgação dessas fontes escritas. As etapas filológicas são necessárias, desde a prospecção dos manuscritos, a preparação e transcrição desses textos, até a sua publicação. Lose (2017) ressalta que, a depender da intenção do editor e do tipo de público-alvo que se queira destinar, os tipos de edições podem variar em: *baixo, moderado e alto grau*.

Nesse sentido, a autora define como o nível baixo de mediação: *fac-similar*, refere-se à reprodução da imagem do texto; edição *paleográfica*, que, conforme Lose (2017, p. 74-75), "seria a transcrição como 'cópia fiel' do texto do original, reproduzindo, inclusive, se possível, caracteres caligráficos em tipos informacionais [...]". Vale ressaltar que, mesmo no processo de reprodução de um documento, há interferências do editor, considerando a inexistência de um grau zero de mediação.

Em relação às edições de mediação de grau moderado, destacamos as *diplomáticas* e *semidiplomáticas*. Na edição *diplomática*, "o texto é apresentado com caracteres tipográfico/informatizados atualizados, mas mantém as abreviaturas conforme se encontram no original" (LOSE, 2017, p. 75), enquanto na *semidiplomática*, cabe ao editor desenvolver as abreviaturas fazendo as marcações e intervenções.

Nas edições definidas de alto grau de mediação, têm-se as edições *modernizada*s, que podem ser atualizadas quanto à ortografia textual, além de sofrer adaptações nos aspectos sintáticos, lexicais, etc. É um tipo de edição direcionado, de modo geral, para os textos no

âmbito da literatura. Como o grau de intervenção do editor é grande, não costumam ser usados como fonte para outras pesquisas.

São infinitas as possibilidades de transmissão de um documento, a depender da sua finalidade e a quem se quer atingir com a divulgação. Para isso, alguns elementos compõem esse processo, são eles: o texto introdutório; o conteúdo do documento; a transcrição, a lista de abreviatura. Portanto, na edição dos manuscritos descritos, consideramos tais elementos.

2.3 A EDIÇÃO FAC-SIMILAR

A edição fac-similar é aquela que reproduz, de forma digital, a imagem do documento. Conforme Borges (2012, p. 33), é "a simples reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital, ou convertendo a imagem ou sinal dialógico para o código digital, realizando-se a digitalização dos textos", com o objetivo de oferecer ao editor a cópia mais próxima possível do texto original.

Sobre os documentos abordados neste trabalho, encontra-se cópia em reprodução digital, no site Projeto Resgate[19], e a cópia original no Arquivo Histórico Ultramarino. São manuscritos que foram microfilmados e disponibilizados para consultas e pesquisas. Assim, através da reprodução desses fac-símiles, foi possível acessar os documentos e transcrevê-los, sem a necessidade de ir ao arquivo físico, o que também ajuda a conservá-los, evitando o desgaste e perda desses documentos.

2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

O tipo de tratamento escolhido para essa documentação fundamenta-se por preservar as características linguísticas, deixando o texto o mais fiel possível, já que se objetiva fazer estudos linguísticos. Segundo Queiroz (2012, p. 16), a edição semidiplomática "é o tipo de edição que procura deixar o texto o mais fiel possível, [...] as interferências são previamente estabelecidas, as quais permitem que as características linguísticas e ortográficas sejam mantidas". Lose (2017, p. 76) acrescenta:

> Embora a característica mais marcante da edição semidiplomática seja o desdobramento das abreviaturas presentes no original, entende-se, também,

[19] Disponível em: http://resgate.bn.br/DocReader/DocMultiMobile.aspx?bib=resgate&Pesq=&ListaRadGridChangePage=2_20

> que uma edição semidiplomática é aquela que traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos.

Diante disso, os manuscritos foram editados com base nas normas estabelecidas para a transcrição de documentos manuscritos do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB). Com isso, visa-se apresentar uma edição fidedigna que preserva a informação textual, possibilitando a investigação sócio-histórica e linguística do século XVII e XVIII dos manuscritos descritos e dos indivíduos.

2.5 OS CRITÉRIOS ADOTADOS NA TRANSCRIÇÃO

Os critérios adotados para o trabalho de transcrição seguem as normas de transcrição de manuscritos e impressos do *Programa Para a História do Português Brasileiro (PHPB),* definidas no *II Seminário Para a História do Português Brasileiro*, em Campos do Jordão-SP, em maio de 1998.

A depender da especificidade de um documento, é necessário adaptar ou criar critérios que facilitem esse processo. Os documentos referentes ao *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* são manuscritos que permeiam os séculos XVII e XVIII, os quais relatam serviços prestados ou solicitação de soldos e possuem em suas linhas alguns sinais gráficos. Por essa razão, surgiu a necessidade de realizar algumas adaptações, a fim de alcançar uma transcrição mais próxima possível desse material.

Na elaboração dos novos critérios, levou-se em conta a preservação das características do texto. Essas alterações estão representadas pelas normas de números 19 e 20. Verificam-se:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo.
4. A pontuação e a acentuação original serão mantidas.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como apresenta o original.
6. [ ] dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto em colchetes e em itálico.
7. [.] letra ilegível por deterioração ou rasura.
8. [ilegível] vocábulo ilegível por deterioração ou rasura.

9. [ilegível + nº linhas] extensão de trechos maiores ilegíveis por deterioração ou rasura.

10. [inint] palavras não decifradas sem deterioração.

11. [?] letras não decifradas sem deterioração.

12. [inint + nº linhas] extensão de trechos maiores não decifrada sem deterioração.

13. <↑> Escrito na entrelinha.

14. Supressões feitas pelo *scriptor* serão tachadas, a exemplo, "sahiram. ~~sahiram~~ aspressas"

15. a divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: "Es| taes pois muito atrazado, ponde-vos| pira meu ignorantaõ. || Seria bonito que todas".

16. A mudança de fólio ou página receberá a marcação entre colchetes. Exemplos: [fol.1r]; [fol.1v].

17. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta, à margem direita da mancha escrita.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Utiliza-se em toda transcrição a fonte *Times New Roma*, tamanho 11, e nas escritas à margem do corpo do texto e notas de rodapé tamanho 10.

20. Informações complementares serão indicadas em nota de rodapé, a critério do editor.

2.6 ABREVIATURAS: LISTA E CLASSIFICAÇÃO

Enveredar-se sobre o estudo de documentos antigos requer todo cuidado, desde a prospecção do documento à leitura do conteúdo. Há, nesse processo, uma peculiaridade importante referente ao estudo das abreviaturas. Isso porque as abreviaturas são um dos elementos importantes para se desvendar o segredo dos manuscritos antigos e também buscar aspectos para a compreensão social e linguística de uma língua.

De acordo com Acioli (1994), o termo abreviatura vem da palavra grega *braquigrafia*, em que *braqui* significa curto e *graphien* refere-se a escrever, resultando em "escrever curto". Desde a Antiguidade, na época do Império Romano, abreviar a escrita tinha a finalidade de ganhar tempo, economizar o material que era utilizado, tendo em vista a escassez desses suportes de escrita.

> Os calígrafos de todos os tempos, mas de modo especial os da Idade Média, quer para poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro, quer por economia de tempo, fizeram uso de um completo sistema de abreviaturas, siglas e das chamadas notas tironianas, prática que permaneceu após aquele período (FLEXOR, 2008, p. 12).

O uso de abreviaturas tornou-se uma prática tão contínua que se chegou a um momento em que não se entendia nada do que estava escrito. Assim, seu uso foi proibido em alguns períodos da história e em determinados documentos. Durante os séculos XVII e XVIII, foi necessária a intervenção do Senado e dos imperadores com uma lei interditando o uso.

Mesmo após muitas intervenções, tal forma de escrever continuou se perpetuando e não desapareceu dos documentos históricos, podendo ser vista de várias naturezas e épocas. Identificá-las é primordial para o entendimento do contexto social e da linguagem utilizada no período ao qual o documento pertence, proporcionando uma transcrição e estudo mais seguros para os trabalhos de edição filológica.

Vários estudos apresentam classificações para diferentes modos de abreviar. Os estudos baseados no livro *Noções de Paleografia e de Diplomática (2012)*, de Ana Regina Berwanger e João Franklin Leal, e o de Maria Helena Ochi Flexor, *Abreviaturas:* manuscritos do século XVI ao XIX (2019), trazem o conceito desses tipos de abreviatura.

> Suspensão ou Apócope: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim fica inacabada. Contração ou Síncope: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra. Letras sobrescritas: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura (BERWANGER; FRANKLIN LEAL, 2012, p. 92-93).

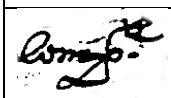
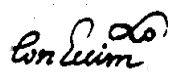
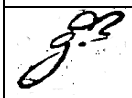
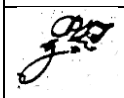
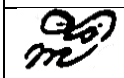
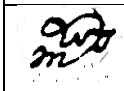
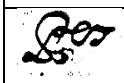
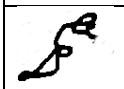
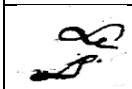
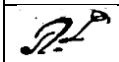
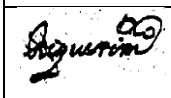
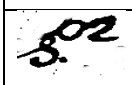
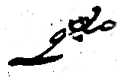
> Abreviaturas por suspensão ou apócope – quando falta o final da palavra. Por exemplo: Jub. = jubiliado [...]. abreviaturas por contração ou por síncope – quando faltam letras do meio do vocábulo. Por exemplo: DS = a Deus; [..]. (FLEXOR, 2019, p. 18).

Existem também as abreviaturas mistas, quando apresentam letras e números; sigla representada pela letra inicial; contração composta por elemento do início e fim, como, por exemplo, snh. /senhor/; e letra sobrescrita, uma sílaba ou letra é inscrita por cima da abreviatura.

Os documentos pertencentes ao conjunto documental *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* evidenciam, em seus fólios, a presença de muitas abreviaturas. Foi necessário o seu desdobramento para se alcançar maior clareza quanto ao conteúdo e segurança na identificação dos vocábulos. Optou-se, neste trabalho, pelas definições dos autores Ana Regina

Berwanger e João Euripedes Franklin Leal (2012) para a tarefa de classificação. No desenvolvimento das abreviaturas, utilizaram-se alguns manuais, em especial, *Abreviaturas*: manuscritos dos séculos XVI ao XIX (2019), de Maria Helena Flexor. Os tipos de abreviaturas encontrados nos documentos referentes a cada escrevente são apresentados a seguir:

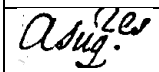
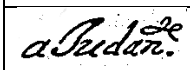
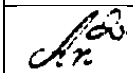
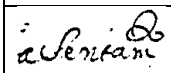
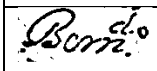
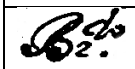
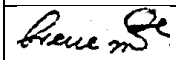
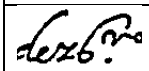
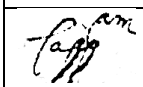
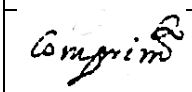
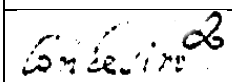
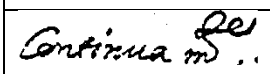
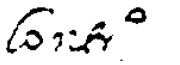
Quadro 10: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de DJV

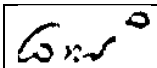
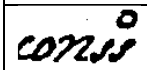
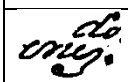
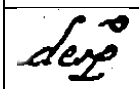
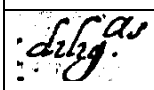
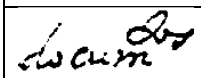
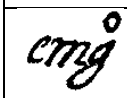
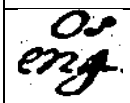
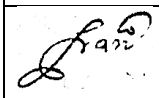
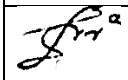
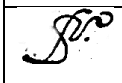
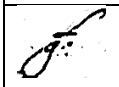
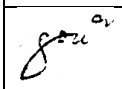
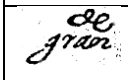
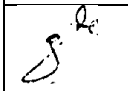
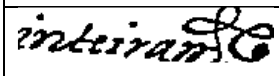
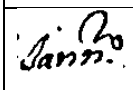
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/linha
	comp.^{a}	comp*anhi*a	Sobrescrito	1r, 27
	conhecim^{to}	conhecim*en*to	Sobrescrito	2v, 1
	G.^{or}	G*overnad*or	Sobrescrito	1r, 2.10
	G.^{os}	G*overnado*res	Sobrescrito	1r, 27
	m^{to}	*mui*to	Sobrescrito	1r, 5
	m^{tos}	m*ui*tos	Sobrescrito	1r, 24
	P^{es}	P*adr*es	Sobrescrito	1r, 27
	p^{a}	p*ar*a	Sobrescrito	1r, 5
	p^{te}	p*art*e	Sobrescrito	1r, 1
	Pern.^{co}	Pern*ambu*co	Sobrescrito	1r, 2
	R.^{l}	R*eal*	Sobrescrito	2r, 7
	Requerim^{to}	Requerim*en*to	Sobrescrito	1r, 27
	s.^{or}	s*enh*or	Sobrescrito	1r, 11
	Q	q*ue*	Apócope	1r, 15
	q.^{do}	q*uan*do	Sobrescrito	1v,

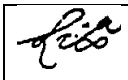
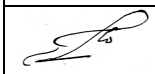
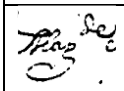
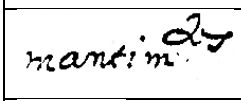
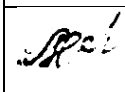
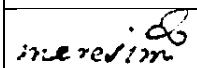
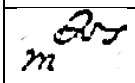
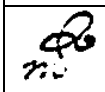
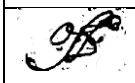
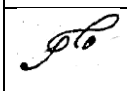
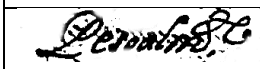
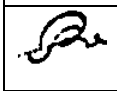
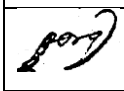
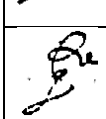
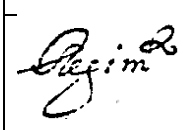
Fonte: Elaborado pela autora, adaptada de Santos (2019).

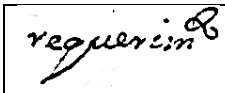
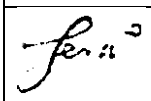
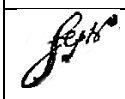
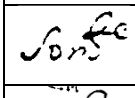
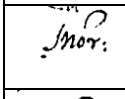
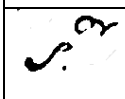
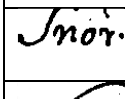
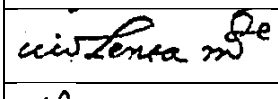
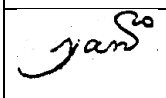
Das 15 abreviaturas encontradas no documento pertencente a Domingos Jorge Velho, 14 são classificadas como sobrescrito, ou seja, quando uma ou mais letra é inscrita por cima da abreviatura. Apenas uma abreviatura foi classificada como apócope; no exemplo encontrado, \q\ apresenta-se com um traço vindo da própria letra .

Quadro 11: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de LBC

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	
	@	A*nos*	Sinal Especial	27.4.1661/ L. 35
	asuq.^{res}	Asuq*a*res	Sobrescrito	23.05.1662/L.23
	ajudan.^{te}	Ajudante	Sobrescrito	31.05.1662/L.19r
	An^{to}	Anto*nio*	Sobrescrito	15.07.1659/ L.9
	asentam^{to}	Assentamento	Sobrescrito	15.07.1659/L.24v
	B^{a}	B*ahi*a	Sobrescrito	31.05.1662/L.31
	Bern.^{do}	Bernardo	Sobrescrito	31.05.1662/L.16v
	Br.^{do}	Bernardo	Sobrescrito	20.07.1662 /1v, L.7
	breue tem	breue mente	Sobrescrito	31.05.1662/L.13
	dezb^{ro}	Dez*em*bro	Sobrescrito	14.09.660/L. 1r
	capp^{am}	Cappitam	Sobrescrito	15.07.659/L.28v
	compp^{a}	Companhia	Sobrescrito	31.05.662/L.23v
	Comprimto	Comprim*en*to	Sobrescrito	12.06.1659/ L.23
	conhesim^{to}	Conhecimento	Sobrescrito	15.07.659/ L.14
	continua m^{te}	continua m*en*te	Sobrescrito	13.05.661/L.22
	contr^{o}	Contr*at*o	Sobrescrito	15.07.659/L.10v

	cons^{o}	Cons*elh*o	Sobrescrito	15.07.659/ L.22
	conss^{o}	Conss*elh*o	Sobrescrito	23.05.662/L.2v
	cruz.^{do}	Cruzado	Sobrescrito	20.07.1662 / 1v, L.28
	desp^{o}	Desp*ach*o	Sobrescrito	30.05.662/L.37r
	dilig.^{as}	Dilig*ênci*as	Sobrescrito	23.05.662/L.9v
	docum^{tos}	Docum*en*tos	Sobrescrito	15.07.659/ L.22
	emg^{o}	Emg*en*ho	Sobrescrito	23.05.1662 / L.14
	eng.^{os}	Eng*en*hos	Sobrescrito	03.05.1662 / L.19
	emgg.^{os}	Emggenhos	Sobrescrito	03.05.1662 / L.23
	Fran^{co}	Franc*i*sco	Sobrescrito	15.07.1659/ L.28v
	Frr^{a}	F*e*rre*i*ra	Sobrescrito	12.06.1659/ L.7
	feuer.^{o}	Feuere*i*ro	Sobrescrito	12.06.1659/ L.2
	Fr.^{o}	Fevereiro	Sobrescrito	03.05.1662 / 1v, L.3
	g^{l}	G*eral*	Sobrescrito	14.09.1660/L. 24r
	gou^{or}	Gou*ernad*or	Sobrescrito	15.07.1659/L.9v
	gran^{de}	Grande	Sobrescrito	03.05.1662 / L.16
	g^{de}	G*uar*de	Sobrescrito	12.06.1659/ L.26
	inteiram^{te}	Inteiram*en*te	Sobrescrito	26.09.1662/L.16r
	Jann^{ro}	Jann*ei*ro	Sobrescrito	27.04.1661 / L.14
	Juntam^{te}	Juntam*en*te	Sobrescrito	31.03.1662 / 1v, L.24

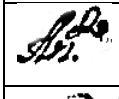
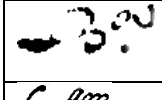
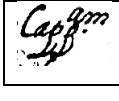
	Lix[a]	Lis*boa*	Sobrescrito	13.05.1661 / L. 5
	L[co]	L*ouren*co	Sobrescrito	20.07.1662/ 2r, L.35
	Mag.[de]	Mag*esta*de	Sobrescrito	15.07.1659 / L.1
	mantim[tos]	Mantim*en*tos	Sobrescrito	15.07.1659/ L.8
	M[el]	M*igu*el	Sobrescrito	15.7.1659/ L.8
	Tem	M*en*te	Sobrescrito	15.07.659/L.12v
	meresim[to]	Merecimento	Sobrescrito	15.07.659/L.31v
	m[tos]	M*ui*tos	Sobrescrito	12.06.659/ L.27
	m[to]	M*ui*to	Sobrescrito	15.07.659/L.6v
	off[o]	Sobrescrito off*ici*o	Sobrescrito	12.06.659/ L.8
	p[a]	P*ar*a	Sobrescrito	15.07.1659 / L.40
	p[te]	P*ar*te	Sobrescrito	15.07.1659 / L.20
	Plo	P*el*o	Síncope	31.03.1662/1v, L.2
	Pesoalm.[te]	Pesoalm*en*te	Sobrescrito	20.07.1662/1v, L. 25
	P[o]	P*er*o	Sobrescrito	12.06.1659/ L.13
	Porq	Porq*ue*	Apócope	13.05.661/L.16
	Q	Q*ue*	Apócope	12.06.1659/ L.2
	q[to]	Q*uan*to	Sobrescrito	12.06.1659/ L.19
	Regim[to]	Regim*en*to	Sobrescrito	15.07.659/ L.10

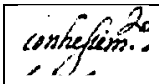
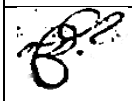
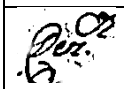
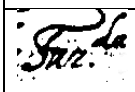
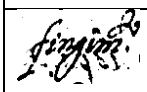
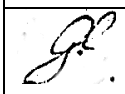
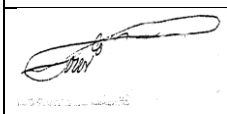
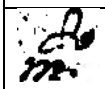
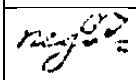
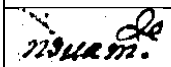
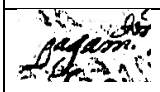
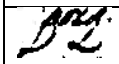
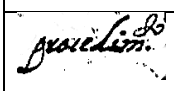
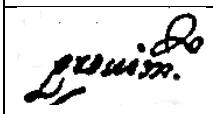
	requerim^{to}	requerim*ento*	Sobrescrito	12.06.1659/ L.9
	Seru^{o}	Serviço	Sobrescrito	15.07.1659/ L.2v
	septe^{o}	Sept*embr*o	Sobrescrito	26.09.1662/L.L.7v
	som^{te}	Som*en*te	Sobrescrito	15.07.659/ L.5v
	Snor	*Se*nh*o*r	Síncope	14/09/660/ L.1
	s.^{or}	S*enh*or	Sobrescrito	15.07.659/L.11v
	Snor	S*enh*or	Síncope	27.04.661/ L.1
	thez.^{o}	Thez*oureir*o	Sobrescrito	30.05.662/L.30r
	uiolenta m^{te}	uiolenta m*en*te	Sobrescrito	13.05.661/L.17
	V.	V*ossa*	Sigla	12.06.1659/ L.1
	yan^{ro}	Yan*ei*ro	Sobrescrito	13.05.661/L.7

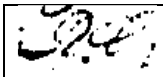
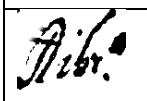
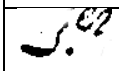
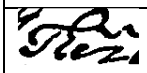
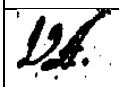
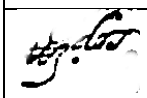
Fonte: Elaborada pela autora, adaptado de Santos (2019).

Nos manuscritos referentes a Lourenço de Brito Correa, foram encontradas 66 abreviaturas; dessas, 59 são do tipo sobrescrito; apenas uma para sinal especial, usado para palavra /anos/ no lugar da sílaba /*nos*/; uma sigla para a palavra /Vossa/. Encontraram-se, ainda, 3 abreviaturas para o tipo síncope, que são palavras compostas de elementos do início e fim das palavras; nesse caso, foram para as palavras /*snhr*/ - /senhor/ e /plo/ - /pelo/. E duas apócopes /*porq*/ e /*q*/ sem a sílaba final.

Quadro 12: Abreviaturas encontradas nos manuscritos de LBF

Fac-símiles	Abreviaturas	Desdobramento	Classificação	Documento/linha
	An.^{to}	Anto*nio*	Sobrescrito	04.04.1669/L.15
	B.^{a}	B*ahi*a	Sobrescrito	09.04.1669/ L.27
	capp.^{am}	capp*it*am	Sobrescrito	04.04.1669/L.10

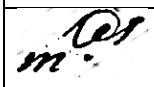
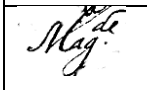
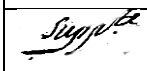
	conhessim.^{to}	conhessim*en*to	Sobrescrito	04.04.1669/L. 35
	D.^{or}	D*ezembargad*or	Sobrescrito	04.04.1669/L. 13
	Dez.^{or}	Dez*embargad*or	Sobrescrito	04.04.1669/L. 24v
	dr.^{o}	d*inhei*ro	Sobrescrito	04.04.1669/L.2
	Faz.^{de}	Faz*en*da	Sobrescrito	04.04.1669/ L. 3
	Fig.^{do}	Fig*ueire*do	Sobrescrito	15.08.1671/ L. 38
	fingim.^{to}	fingim*en*to	Sobrescrito	04.04.1669/ L. 8
	G^{l}	G*eral*	Sobrescrito	04.04.1669/L.10
	G.^{de}	G*uar*de	Sobrescrito	04.04.1669/L.26v
	Lour.^{co}	Lourenco	Sobrescrito	09.04.1669/ L.16
	m.^{to}	m*ui*to	Sobrescrito	04.04.1669/L.4
	neg.^{os}	neg*óci*os	Sobrescrito	09.04.1669/ L.16
	nouam.te	nouam*en*tos	Sobrescrito	04.04.1669/L.9
	pagam.^{tos}	pagam*en*tos	Sobrescrito	04.04.1669/L.6
	p^{a}	p*ar*a	Sobrescrito	04.04.1669/L.16
	Porq	porq*ue*	Apócope	04.04.1669/L. 14
	pr.^{o}	primeiro	Sobrescrito	04.04.1669/ L. 4
	procedim.^{to}	procedim*en*to	Sobrescrito	04.04.1669/L.12
	prouime.^{to}	prouim*en*to	Sobrescrito	04.04.1669/L.35
	Q	q*ue*	Apócope	04.04.1669/L.16

	R.[l]	R*ea*l	Sobrescrito	09.04.1669/ L.19
	Regim.[to]	Regim*en*to	Sobrescrito	04.04.1669/L.9
	Ribr.[o]	Rib*ei*ro	Sobrescrito	15.08.1971/L.31
	S.[or]	S*enh*or	Sobrescrito	12.04.1669/L. 10
	S.[ra]	S*enho*ra	Sobrescrito	04.04.1669/L.16
	Silur.[as]	Silv*ei*ras	Sobrescrito	15.08.1671/L.1
	Thez.[o]	Thez*oureir*o	Sobrescrito	17.04.1669/L. 24
	VA.	V*ossa* A*lteza*	Sigla	04.04.1669/L.9
	#z.[dos]	*cruza*dos	Sinal especial	08.07.1669/ L.5

Fonte: Elaborada pela autora adaptado de Santos (2019)

Foram encontradas 32 abreviaturas nos manuscritos referentes a Lourenço de Brito de Figueiredo. Dessas, 1 sinal especial para cruzados /#/, 1 sigla para Vossa Alteza /V.A/, 2 do tipo apócope para as palavras /porq/ e /q/. Já do tipo sobrescritas foram 28, apresentando o maior índice em todos os *scriptores* aqui descritos.

Quadro 13: Abreviaturas encontradas no manuscrito de IMGB

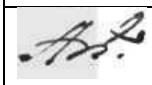
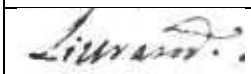
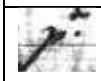
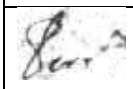
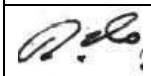
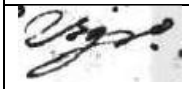
Fac-símiles	Abreviaturas	Desdobramento	Classificação	Linha
	D.	Dona	Apócope	L.1
	E.R.M	E*então* R*ecebera* M*ercê*	Sigla	L.34
	m.[tes]	m*en*tes	Apócope	L.33
	Q	q*ue*	Apócope	L.20
	Mag.[de]	Mag*esta*de	Sobrescrito	L.25
	Supp.[te]	Supp*erintenden*te	Sobrescrito	L.7

	V	Vossa	Sigla	L.1

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santos (2019).

O manuscrito de Izabel Maria Guedes de Brito contém 7 abreviaturas. São 3 siglas, 2 apócopes e 2 sobrescritas. O número de abreviaturas encontrado no de Adrião Pereira foi igual ao do *scriptor 4*. Como ambos têm apenas um manuscrito e um fólio, a probabilidade de ocorrências de abreviaturas será menor em relação aos outros. No manuscrito de Adrião Pereira de Farias, encontraram-se 7 abreviaturas: 6 para sobrescrita e apenas 1 para apócope.

Quadro 14: Abreviaturas encontradas no manuscrito de APF

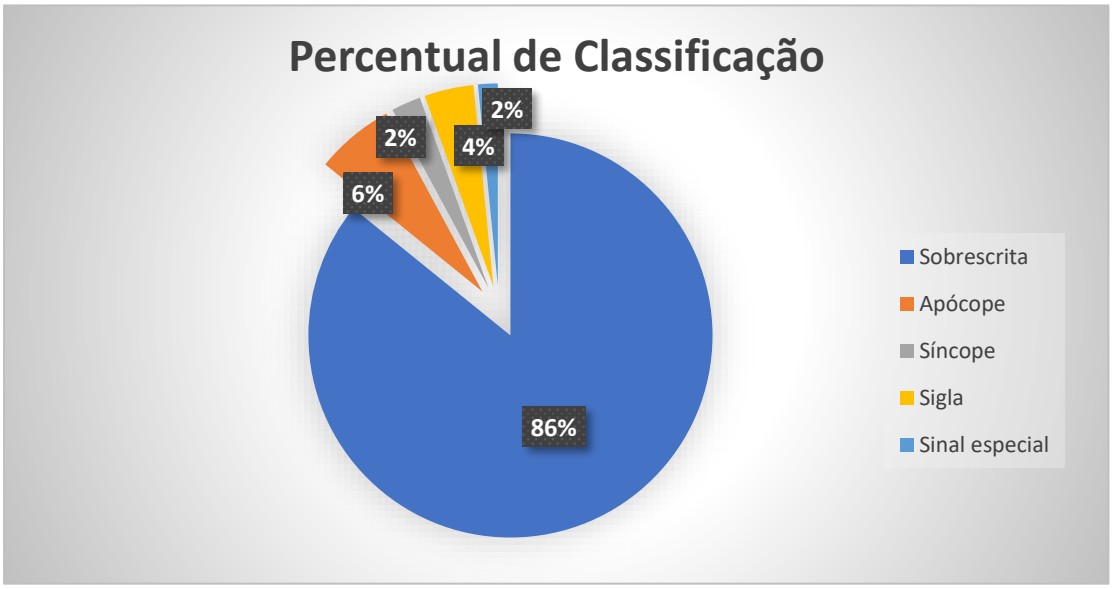
Fac-símiles	Abreviaturas	Desdobramento	Classificação	Linha
	An.to	Anto*nio*	Sobrescrita	L. 2
	Liuram.to	liuram*en*to	Sobrescrita	L. 6
	p. a	p*ar*a	Sobrescrita	L.19
	Per.a	Per*eir*a	Sobrescrita	L. 32
	Q	q*ue*	Apócope	L.23
	R. do	R*everen*do	Sobrescrita	L. 12
	Vigr.o	Vig*ár*io	Sobrescrita	L.12

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santos (2019).

2.6.1 Estudos das abreviaturas dos séculos XVII e XVIII

O estudo percentual foi feito através do levantamento das abreviaturas encontradas nos manuscritos estudados, classificando-as por sobrescrita, apócope, sigla e síncope. Há uma predominância para as abreviaturas: sobrescrita, sendo 86%; apócope, 6%; sigla, 4%, sinal especial, 2%; e síncope 2%. A representação desses dados encontra-se no gráfico 1 e na tabela 2 de abreviaturas distribuídas por *scriptor*.

Gráfico 2: Percentual de abreviaturas por *scriptor*



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tabela 3: Abreviaturas distribuídas por scriptor

Scriptores	**Tipos de Abreviatura**				
	Sobrescrita Oc./total %	Apócope Oc./total %	Síncope Oc./total %	Sigla Oc./total %	Sinal Especial Oc./total %
Domingos Jorge Velho	14/15 94%	1 6%	--	--	--
Lourenço de Brito Correa	59/66 89,5%	2/66 3%	3/66 4,5%	1/66 1,5%	1/66 1,5%
Lourenço de Brito de Figueiredo	28/32 87,5%	2/32 6,25%	--	1/32 3,125%	1/32 3,125%
Isabel Maria Guedes Brito	2/7 28,6%	2/7 28,6%	--	3/7 42,8%	--
Adrião Pereira de Farias	6/7 85,8%	1/7 14,2%	--	--	--
Total	107	8	2	5	2

Fonte: Elaborado pela autora, adaptada de Santos (2019).

Em relação à distribuição por escreventes, Lourenço de Brito Correa foi o que mais fez uso de abreviaturas, somando 66 casos, seguido de Lourenço de Brito de Figueiredo, com 32, e Domingos Jorge Velho, com 15 dados. Já Isabel Maria Guedes Brito e Adrião Pereira registraram apenas 7 cada um.

Justifica-se o número de casos de abreviaturas de Isabel Maria Guedes Brito e Adrião Pereira serem menores que os outros *scriptores* devido ao fato de os dois possuírem apenas um

manuscrito, com um fólio. O *scriptor* Domingos Jorge Velho também possui apenas um documento, porém com 3 fólios, o que proporciona uma maior ocorrência de abreviaturas.

De acordo com Sobral (2007), as principais dificuldades encontradas para a compreensão das abreviaturas são: o ducto cursivo, polissemia e para-sinonímia. O ducto da escrita, muitas vezes, pode dificultar a identificação das letras que compõem a abreviatura. Por exemplo, na abreviatura An.^{to}, a característica da sílaba /to/ é diferente de uma para outra.

An.^{to} Anto*nio*

An.^{to} Anto*nio*

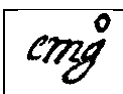
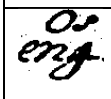
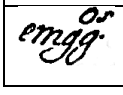
A polissemia consiste na utilização da mesma forma para palavras distintas. O contexto de escrita do documento é primordial para o desenvolvimento dessas abreviaturas, ou seja, muitas vezes, no decorrer do texto, é possível desvendar a qual palavra se refere. Porém nem sempre isso é possível, como é o caso da abreviatura P^{o}, encontrada em um dos manuscritos de Lourenço de Brito de Figueredo, que apresenta uma polissemia.

Paulo

Pedro

A para-sinonímia ocorre quando a mesma palavra é abreviada de formas distintas. É muito comum nas abreviaturas classificadas como sobrescrita e também nos manuscritos escritos até a segunda metade do XVIII. Tendo em vista ainda não haver na época uma gramática estabelecida, então essa pluralidade era comum. O exemplo a seguir é dos manuscritos pertencentes a Lourenço de Brito Correa.

Quadro 15: Exemplos de para-sinonímia

	emg^{o}	emg*en*ho	Sobrescrito	23.05.1662 / L.14
	eng.^{os}	eng*en*hos	Sobrescrito	03.05.1662 / L.19
	emgg.^{os}	emggenhos	Sobrescrito	03.05.1662 / L.23

O estudo dessas abreviaturas é importante para que possamos conhecer os vocábulos usados na época, bem como as peculiaridades de cada escrevente, além de contribuir para entender o significado das palavras, facilitando a transcrição do texto e compreensão do contexto.

2.7 EDIÇÃO MODERNIZADA

A edição modernizada[20] foi desenvolvida a partir da edição semidiplomática com o uso da ferramenta eDictor[21], um editor de textos indicado para trabalho filológico e para análise linguística automática, desenvolvido por Paixão de Sousa e Kepler (2007) e Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2013). Essa versão modernizada permite produzir versões distintas de edições, ficando visíveis para que o leitor consulte tanto a versão semidiplomática quanto a modernizada.

Nessa edição, o texto padroniza os elementos convencionais de escrita de acordo com as normas gramaticais da língua, como a grafia, acentuação, etc. Por exemplo, nos séculos XVII e XVIII, era mais usual a escrita da palavra “majestade” com a consoante /g/ em vez de /j/. Com a edição modernizada, será possível preservar esse aspecto utilizado em épocas passadas, assim como atualizá-la segundo as normas gramaticais vigentes.

De acordo com Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2013) o texto é transcrito e salvo em arquivo no formato simples (TXT). Essa edição modernizada é feita por meio da interface gráfica da ferramenta, produzindo como resultado um arquivo anotado na Linguagem de Marcação Extensível (*eXtensible Markup Language* – XML), gerando um arquivo único com as várias versões do texto: o texto transcrito tal qual o original, as edições (filológicas, modernizadas e/ou técnicas) e ainda a anotação morfológica das palavras no texto).

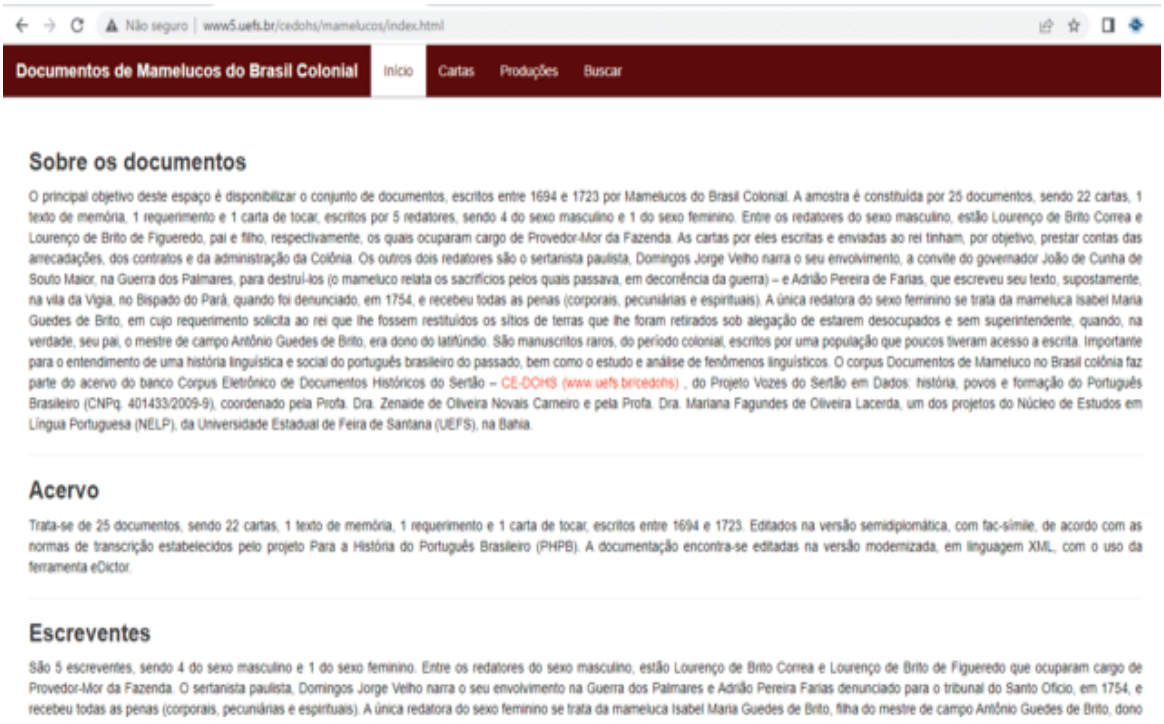
O conjunto documental *Documentos de Mameluco do Brasil Colonial* ficará disponível em diferentes versões de edição, junto com os fac-símiles dos documentos: semidiplomática, modernizada e original, na Plataforma Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão[22]. Com o propósito de tornar acessível ainda mais o acesso, desenvolveu-se um site[23], podendo ser acessado através do endereço: http://www5.uefs.br/cedohs/mamelucos/index.html.

---

[20] A edição modernizada está sendo realizada por Priscilla Tuy Batista, pesquisadora integrante do CE-DOHS.
[21] Cf. <https://edictor.net/edictor/> ou Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2007; 2009), para mais informações.
[22] Para obter mais informações, acesse: http://www.uefs.br/cedohs/
[23] O site foi desenvolvido por Igor Leal Souza (engenheiro da computação), integrante da equipe do CEDOHS/ UEFS.

O site será alimentado com a edição XML, os documentos para download e as produções bibliográficas relacionadas ao conjunto documental, bem como esta dissertação. Além disso, as informações sobre o perfil biográfico dos escreventes e o índice analítico dos manuscritos.

Figura 17: Site com informações sobre os documentos



Fonte: CE-DOHS

2.8 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, apresentaram-se os documentos referentes ao conjunto documental *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial*, assim como o estudo paleográfico do referido material. Através desse estudo, foi possível traçar uma dimensão geral do estado de conservação em que esses manuscritos se encontravam quando foram digitalizados e do conteúdo, a partir da descrição dos aspectos extrínsecos e intrínsecos. A análise escriptográfica dos grafemas possibilitou identificar mais de um punho nos documentos referentes a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo. Em relação à metodologia do *corpus*, falou-se, em linhas gerais, sobre a edição fac-similar e semidiplomática, edição escolhida para ser empregada no material de estudo. Os critérios utilizados para transcrição dos manuscritos seguiram as normas do PHPB. Ainda nesta seção, apresentou-se o quadro com as ocorrências das abreviaturas por *scriptor*, com o desdobramento, classificação e o estudo.

SEÇÃO 3

Esta seção se ocupará dos aspectos sócio-históricos em que os manuscritos pertencentes ao conjunto documental *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* foram escritos. Para estudar e entender as mudanças de uma língua, faz-se necessário conhecer a história e costumes da sociedade. Para isso, a constituição sócio-histórica dos documentos percorrerá pelas questões-problemas defendidas por Petrucci (2003), que devem ser respondidas para qualquer tempo histórico, a saber: *Cuándo?*, *Dónde?*, *Quién?*, *Para qué?*. Sendo assim, serão abordados o período e o local onde os documentos foram elaborados e conservados, envolvendo os aspectos econômicos, demográficos e o perfil sociocultural dos escreventes dos referidos documentos, além de sua finalidade.

3 OS ESCREVENTES

Os documentos transcritos neste trabalho representam os séculos XVII e XVIII. A amostra é constituída por 25 documentos, sendo 22 cartas, 1 texto de memória, 1 carta de tocar e 1 requerimento, escritos por 5 redatores. São 4 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Os redatores do sexo masculino são Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito de Figueiredo, pai e filho, o sertanista paulista Domingos Jorge Velho e Adrião Pereira de Farias. A única redatora do sexo feminino se trata da mameluca Isabel Maria Guedes de Brito.

Para a descrição do perfil sociocultural dos escreventes, foi realizado um levantamento das informações em dissertações, teses, artigos e livros que mencionavam ou abordavam sobre os escreventes. Os dados foram catalogados em fichas, seguindo o modelo de Carneiro (2005).

Ficha 1: Modelo de Ficha Bibliográfica

Dados Pessoais
Nome Completo:
Filiação:
Avós Paternos/maternos:
Naturalidade:
Nacionalidade:
Data de Nascimento: **Data de Falecimento:**
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):
Estado civil:
Instituição de Ensino:
Profissão/ Ofício:
Principais atividades:
Títulos:
Tipo de material para estudo:
Observações:
Fontes:

Fonte: Carneiro (2005).

O objetivo dessa ficha é registrar as informações diversas, como, por exemplo, o nome, a filiação, a idade, a data de nascimento, a naturalidade, a nacionalidade, o estado civil, a escolarização e a profissão de cada escrevente. Esse percurso é necessário, uma vez que permite conhecer quem foi o escrevente e a sua relação social e linguística com o período da escrita.

Cada escrevente compõe uma história recheada de grandes acontecimentos que impulsionaram o surgimento de guerras, conquistas e desavenças políticas. Dessa forma, vamos conhecer histórias e lugares diferentes, representantes e acontecimentos históricos que contribuíram para compreendemos a história do nosso povo e da nossa língua.

3.1.1 O caçador de índio: Domingos Jorge Velho

No século XVII, os bandeirantes[24] faziam expedições pelo sertão em busca de territórios não colonizados pelos portugueses. Adentravam o sertão para descer índios para os engenhos, capturá-los e usá-los em suas próprias fazendas ou vendê-los como escravos. Assim fez o

[24] Homens que participavam das bandeiras e entradas - eram principalmente paulistas, que, entre os séculos XVI e XVII atuaram na captura de escravos fugitivos, destruição de quilombos, aprisionamento de indígenas, mapeamento de territórios e na procura de pedras e metais preciosos (FRANCO, 1989).

mameluco paulista Domingos Jorge Velho, ficando conhecido como o fervoroso caçador de índio e também responsável pela captura de Zumbi de Palmares.

Houve uma época que era muito comum a utilização de homônimos, principalmente entre pai e filho, ou seja, o mesmo nome do pai era colocado no filho, gerando confusões na diferenciação de cada um. Para diferenciar um do outro, informações simples como a data de um escrito podem resolver esse impasse. Na história, aparecem vários Domingos Jorge Velho, porém o que o diferencia dos outros são as informações encontradas e analisadas sobre sua genealogia.

Nascido em 1641, natural da Capitania de São Vicente (São Paulo), filho de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves de Camargo, não era de linhagem nobre. De acordo com Sobrinho (1946), Domingos Jorge Velho era coirmão de Salvador Jorge Velho, descendente dos primeiros povoadores quinhentistas de São Vicente. O bandeirante casou-se com Jerônima Cardim Fróes e não há relatos se tiveram filhos. Em 1705, o mameluco faleceu.

Acredita-se que Domingos Jorge Velho, por ser mameluco e sertanista paulista, era falante do tupi, por ser uma língua muito falada pelos bandeirantes e mamelucos paulistas, a qual se manteve até o século XVIII. Monteiro (1995) refuta a ideia de que Domingos Jorge Velho falava apenas o tupi. O autor afirma que o referido bandeirante "não apenas falava como também escrevia em português" (MONTEIRO, 1995, p. 164). Ainda sustenta que o domínio da língua portuguesa, no período colonial, em São Paulo, era considerado altamente prestigiado e uma respeitável especialização dos sertanistas.

Os indícios a respeito do uso da língua tupi, por Domingos Jorge Velho, são atestados desde a carta escrita pelo bispo pernambucano, em 1697, na qual se relata que:

> Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferença do mais bárbaro Tapuya mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver se casado de pouco lhe assistem sete Indias Concubinas (ENNES, 1938, p. 373).

Diante disso, há a hipótese de que o mameluco falasse apenas o tupi, porém há um problema para essa possibilidade, devido à existência de documentos com assinatura do seu próprio punho e de documentos cujo texto tem sido atribuído ao bandeirante, como uma carta[25] que redigiu para o rei D. Pedro II tratando das condições da expedição dos Palmares e acerca

[25] Local de depósito do documento: Arquivo Histórico Ultramarino/Conselho Ultramarino Pernambuco (AHU_ACL_CU_015, Cx. 17\Doc. 1674)

da conveniência de se assentar os paulistas nas terras dos Palmares. As fontes históricas nos revelam a possibilidade de Domingos Jorge Velho falar tanto a língua tupi quanto a língua portuguesa, configurando informações de grande valia para entender que português chegava no interior baiano, além de trazer pistas do português falado pelos mamelucos.

Os sertanistas paulistas eram considerados guerreiros temíveis com técnicas de combate indígenas e de sobrevivência na mata, razão pela qual foram "contratados" pelas autoridades coloniais para combater os tapuias e quilombolas. Os paulistas aceitavam encomenda militar em troca de sesmarias, de cargos, de honrarias etc. Domingos Jorge Velho não hesitou em conquistar esses serviços e, através de acordo, firmou termos e condições com o governador de Pernambuco, João da Cunha Sotto Mayor, para conquistar e destruir os negros dos Palmares. Foram firmados 16 capítulos[26], estipulando condições e remunerações futuras. Seguem alguns deles:

> 1) Eram concedidos a Domingos Jorge Velho dois quintais de pólvora e chumbo para realizar a primeira entrada. As munições seriam colocadas no rio São Francisco à custa da Fazenda Real. Jorge Velho não poderia mais pedir, futuramente, munições ao Governador, nem ele teria obrigação de dá-la. 2) O governador mandava 600 alqueires de farinha, entre milho e feijão, para os moradores se acomodarem melhor. Além disso, seriam enviados 200 alqueires de dois em dois meses a postos na vila das Alagoas, que deveriam ser enviados pelos índios de Domingos Jorge Velho. 3) O governador deveria dar mais mil cruzados da Fazenda real, envolvendo, nessa quantia, armas de fogo e outros apetrechos para a campanha. [...] (ENNES, 1938, p. 238).

Após firmar o compromisso, o mameluco partiu satisfeito, provido de munições que o governador havia fornecido. O governador de Pernambuco escreve para o Conselho Ultramarino relatando o encontro com os enviados dos paulistas. Porém o representante não abordou os capítulos firmados de forma detalhada com Domingos Jorge Velho. Após a bem-sucedida guerra que invadiu o mocambo do Macaco e matou Zumbi, entre 1694 e 1695, iniciou-se uma outra batalha, dessa vez, escrita, entre o governador de Pernambuco e o mameluco Domingos Jorge Velho.

A razão da batalha foi a invalidação dos capítulos firmados entre o governador, no qual alegava que os paulistas não satisfizeram suas obrigações. No entanto o esforço do governador pernambucano fracassou. Domingos Jorge Velho, em carta[27] ao rei datada de 15 julho de 1694, "conseguiu antecipar a movimentação do governador, impondo condições para continuar na

[26] Cf.: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares. Documento Nº 34, p. 238-241. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/209/1/127%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf

[27] Essa carta encontra-se transcrita no capítulo v desse trabalho.

guerra e concluir a destruição dos Palmares" (DARIO FILHO, 2019, p. 307). Reconhecendo o papel fundamental que os sertanistas paulistas desenvolviam naquela guerra, D. Pedro II e o Procurador da Fazenda asseguraram a validade dos capítulos firmados, fazendo poucas alterações.

Ficha 2: Ficha Bibliográfica de Domingos Jorge Velho

DADOS PESSOAIS

Nome Completo: Domingos Jorge Velho.
Filiação: Francisco Jorge e de Francisca Gonçalves de Camargo.
Avós Paternos/maternos:
Naturalidade: São Paulo [Capitania de São Vicente]. **Nacionalidade**: Brasileira.
Data de Nascimento: 1641. **Data de Falecimento:** 1705.
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): 53 anos.
Estado civil: casado com Jerônima Cardim Fróes.
Instituição de Ensino:
Profissão/ Ofício: Bandeirantes, Sertanista Paulista.
Principais atividades: Principal organizador, no ano de 1694, do grande ataque que destruiu o Quilombo dos Palmares.
Títulos: Governador da guerra dos bárbaros, mestre de campo.
Tipo de material para estudo: carta.
Observações: (1) Domingos Jorge Velho era tetraneto de índios, sendo, portanto, mameluco.

Fonte: Dicionário de Sertanistas e Bandeirantes do Brasil (Francisco de Assis Carvalho).
Dario Filho, Luiz Pedro. SEGURANÇA JURÍDICA NO ULTRAMAR: DOMINGOS JORGE VELHO, CONSELHO ULTRAMARINO E O CONTRATO DE GUERRA AOS PALMARES. História UNICAP, Campinas, v. 6, n. 12, 2019.

Fonte: Elaborado por Cardoso e Souza a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.1.2 A Guerra dos Palmares e o sertanista Domingos Jorge Velho

Na segunda metade do século XVII, a Guerra dos Palmares consumiu tempo e recursos do governo de Pernambuco. Formado por negras e negros africanos ou nascidos no Brasil desde os finais do século XVI, os mocambos ganharam força e forma ao longo das serras das capitanias. Apesar de muitos confrontos, houve inúmeras tentativas de pacificação, que não tiveram sucesso, o que firmou um contrato de guerra entre o rei dos Palmares, Ganzazumba, e o governador pernambucano Aires de Souza Castro, em junho de 1678. De acordo com Dario Filho (2019, p. 297), "[...] o acordo, no entanto, não prosperou. Ganzazumba foi assassinado

dentro da aldeia recém-formada e um novo núcleo de resistência sendo formado nos Palmares em torno da liderança de Zumbi".

Diante da exaustão econômica, política e de conflitos que se arrastavam por décadas, o governo de Pernambuco decide continuar a qualquer preço, pois a Coroa Portuguesa queria acabar com a sociedade rebelde que se formava na região, contra o sistema escravista. É aí que o sertanista paulista Domingos Jorge Velho entrará no conflito. O sertanista envia carta ao governador de Pernambuco oferecendo seus serviços militares para lutar nos Palmares em troca de patentes de capitão-mor e capitães. O governador Sotto Mayor escreve para o Conselho Ultramarino, afirmando ter concordado em passar as patentes, caso os Palmares fossem conquistados. Domingos Jorge Velho e sua tropa chegam à região em 1692.

Esses sertanistas, aos quais o governador Sotto Mayor se refere, são os liderados por Domingos Jorge Velho, que se encontrava estacionado nos sertões do Piauí. Passando-se mais de ano, o governador Sotto Mayor firmou termos e condições com Domingos para conquistar, destruir e extinguir o Palmares. Foram firmados 16 capítulos[28], estipulando as condições e remunerações futuras. Após firmar o acordo, Sotto Mayor escreve ao Conselho Ultramarino relatando o encontro e que se achavam em disposição de realizar a guerra. No entanto o governador de Pernambuco não aborda, na carta, os capítulos firmados com Domingos Jorge Velho de forma detalhada.

Antes de realizar a guerra do Palmares, o sertanista foi convocado para realizar outras guerras contra os tapuias da nação Janduí, na capitania do Rio Grande do Norte, a pedido do governador-geral Manuel da Ressureição, que escreve para Domingos pedindo que deixasse a guerra dos índios e fosse realizar a guerra dos Palmares. Segundo Dario Filho (2019, p. 300):

> [...] em 20 de julho de 1690, a tropa de Domingos Jorge Velho se encontrava em deslocamento para a da serra da Barriga, onde estavam estabelecidos os mocambos e Zumbi. Chegaram à região em 1691, mas os ataques começaram apenas em 1692. O confronto armado duraria de agosto de 1692 até novembro de 1695, quando Zumbi foi localizado e morto.

Antes de capturar e matar o Zumbi dos Palmares, a tropa passou por várias circunstâncias, como os problemas de abastecimento de armas e de comida, atacados e cercados pelos palmarinos, além de sofrer derrotas significativas. Da guerra armada à guerra escrita, Domingos Jorge Velho trava uma disputa contra o governador de Pernambuco, o qual não reconhecia os termos e condições. De acordo com o governador, os capítulos deveriam ser

[28] ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares. Documento Nº 34, p. 238-241.

invalidados, pois a tropa de Domingos não cumpriu com o acordo firmado nos capítulos. Não ficando passivo, o sertanista escreve uma carta ao rei, datada do dia 15 de julho de 1694, narrando os sacrifícios por que havia passado. Então, o Conselho Ultramarino emite um parecer em 27 de janeiro de 1695, pedindo para a tropa de Domingos Jorge Velho continuar a guerra, pois o contrato seria mantido.

3.1.1.3 Serra da Barriga

A carta de Domingos Jorge Velho foi escrita em 15 de julho de 1664, em Outeiro da Barriga. Conhecida como a Serra da Barriga, atualmente, encontra-se situada no município de União dos Palmares, Zona da Mata do Estado de Alagoas[29]. A Serra abrange uma área de aproximadamente 27,92km² (IPHAN[30], 2021).

Durante o domínio colonial, milhões de seres humanos foram tratados com desdém, restando apenas a resistência para suportar a escravidão ou a fuga em busca de refúgios para sua sobrevivência e continuidade. Esses "refúgios" ficaram conhecidos no Brasil como quilombos, povoações em que se abrigavam escravos fugidos.

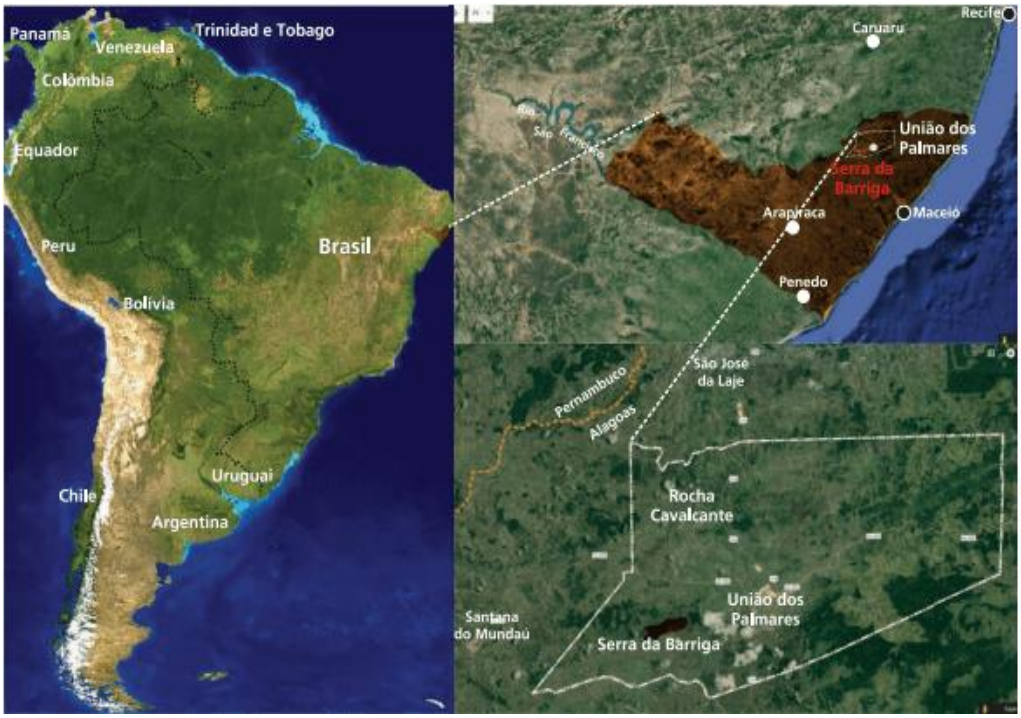
No Brasil, um dos quilombos mais conhecido e famoso em relação à história dos descendentes africanos foi o Quilombo dos Palmares, de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (2017):

> [...] fixam em 1597 a data em que começou a se organizar o Quilombo dos Palmares, quando um grupo de escravizados insurgiu-se contra os senhores de engenhos e seus comandados, assassinando todos e fugindo, em seguida, para a Serra da Barriga, Cerca Real dos Macacos, localizada no centro de um vale, cercada por uma floresta densa que permitia a visualização de todos os caminhos pelos quais viessem os inimigos (IPHAN, 2017, p. 30).

Na paisagem natural e edificada da Serra da Barriga, estabeleceu-se o Quilombo dos Macacos, sede do Quilombo dos Palmares. A serra possui grande quantidade de palmeiras que, segundo historiadores, deram origem ao nome de Palmares. Foi reconhecida e valorizada pela sua importância à memória e à identidade nacional, tornando-se patrimônio cultural no ano de 1896.

[29] No século XIX, parte do território da então província de Pernambuco foi dividida, criada a Província das Alagoas, atual Estado de Alagoas.
[30] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Figura 17: Localização da Serra da Barriga: Município de União dos Palmares - Alagoas



Fonte: IPHAN, disponível em**:** http://portal.iphan.gov.br.

Figura 18: Vista do Mirante da Serra da Barriga - Alagoas

Fonte: IPHAN, disponível em**:** http://portal.iphan.gov.br.

Figura 19: Símbolo do Principal Mocambo do Quilombo dos Palmares

Fonte: http://portal.iphan.gov.br.

A Serra da Barriga foi palco da Guerra dos Palmares e da destruição de Palmares pela tropa do bandeirante Domingos Jorge Velho. Foi nesse mesmo local que o mameluco escreveu ao rei pedindo reconhecimento pelos seus sacrifícios para destruição do quilombo.

3.1.2 O fidalgo e herdeiro do Caramuru: Lourenço de Brito Correa

Lourenço de Brito Correa nasceu aproximadamente em 1590, em Salvador, proprietário de terras e escravos da Bahia que, por desavenças políticas, cruzou o Atlântico e viu a cidade de Lisboa pelas grades da prisão do Limoeiro (SANTANA, 2012). Lourenço morreu em Lisboa, no ano de 1665. O fidalgo teve acesso à educação e aos ofícios administrativos destinados à elite colonial, por ser bisneto do Caramuru Diogo Álvares Correia. Governou a Bahia temporariamente em 1641 e, por questões políticas, brigou com o seu contemporâneo Bernardo Vieira Ravasco, motivo que o levou preso.

Filho de Sebastião de Brito Correa (branco) e Maria de Figueiredo Mascarenhas (brasileira, mameluca), Lourenço de Brito Correa teve o privilégio de nascer numa família proprietária de terras, cargos administrativos e militares. Seu pai casou-se com uma das mulheres mais cobiçadas da Capitania da Bahia, pois era neta de Catarina e Diogo Álvares, o Caramuru. Sua mãe morreu no dia 14 de janeiro de 1602 e seu pai em 19 de fevereiro de 1608.

Ficando órfão com dez anos, foi acolhido por suas irmãs mais velhas, Apolônia de Brito e Felipa de Brito. Segundo Santana (2012, p. 17), “era o primeiro varão daquela família e por isso herdeiro legítimo das mercês régias e propriedades adquiridas por seu pai e sua mãe”. Além dessas irmãs, Lourenço tinha mais dois irmãos caçulas: Joana Correa e João de Brito Correa, seu parceiro de batalhas e negócios, todos nascidos em Salvador.

Lourenço de Brito Correa foi considerado um dos combatentes mais aguerridos na expulsão dos holandeses da cidade de Salvador. As experiências militares e o clima tropical foram indispensáveis para aconselhar o seu superior para enfrentamentos dos batavos em Pernambuco. Seus escritos são direcionados ao rei para dar informações ou fazer queixas, principalmente de Bernardo Vieira Ravasco, como a carta transcrita na seção V, datada do dia 26 de setembro de 1662, sobre os altos salários de Bernardo Vieira Ravasco.

Lourenço de Brito Correa, ao lado do seu filho mais velho, Lourenço de Brito Figueredo, acabou seus dias de vida sem conhecer os reais motivos por que foi afastado dos seus parentes e propriedades. Seus históricos de contendas com os Governadores Gerais e vice-rei que o antecedeu foram utilizados pelo Conde de Óbidos, pois, segundo o conde, o bisneto do Caramuru mais uma vez protagonizava uma armação para derrubar D. Vasco Mascarenhas no Brasil. Com isso, segundo Santana (2012, p. 134):

> Sem papéis que comprovasse culpas, nem testemunhas suficientes que atestassem a versão do Conde de Óbidos, as acusações foram interpretadas pelo Conselho Ultramarino apenas como uma leve suspeita de conjura e as ações rigorosas que o vice-rei tomou para conter o que chamou de motim foram prejudiciais aos envolvidos e motivo de escândalo para os conselheiros do Ultramar ante o excesso e abuso de poder demonstrado, os suspeitos poderiam ficar presos na cidade de Salvador e apenas embarcarem depois que a devassa completa de suas culpas fossem produzidas, conforme as regras do direito.

O Conde de Óbidos não hesitou em perseguir os que não puderam ser expulsos da Bahia, ou seja, fez de tudo para não perder seu cargo de vice-rei até 1667, mesmo apresentando funcionários régios descontentes com seu governo. O vice-rei conseguiu mandar para Lisboa o mameluco Lourenço de Brito Correa apenas com escritos que nunca foram vistos, a que o Conde chamou de capítulos e pasquins. A suspeita do Conde de Óbidos de que o bisneto do Caramuru estava reunindo-se com outros militares descontentes para o retirar do seu posto fez Lourenço de Brito Correa morrer atrás das grades em Limoeiro.

Ficha 3: Ficha Bibliográfica de Lourenço de Brito Correa

Dados Pessoais
Nome Completo: Lourenço de Brito Correa.
Filiação: Sebastião de Brito Correa (branco) e Maria de Figueiredo Mascarenhas (brasileira, mameluca).
Avós Paternos/maternos: Aires Nunes e Brites Correa (paternos).
Naturalidade: Salvador [Capitania da Bahia]. **Nacionalidade:** Brasileira.
Data de Nascimento: aprox. 1590. **Data de Falecimento:** 1655.
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): aprox. 69 anos.
Estado civil:
Instituição de Ensino: Colégio da Companhia de Jesus (Salvador – BA).
Profissão/ Ofício: Provedor-Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Capitão dos aventureiros.
Principais atividades: Comandante de companhias de soldados na guerra de reconquista da cidade de Salvador, entre 1624 e 1625. Governou interinamente a Bahia em 1641.
Títulos: Fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. Comendador da guerra de reconquista da cidade de Salvador. Provedor Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil. Capitão-mor do Rio de Janeiro.
Tipo de material para estudo: Carta e texto de memória.
Observações: (1) Em 1619, Lourenço de Brito Correa se denominava possuidor da patente de capitão, herdada do pai. (2) Lourenço denominava-se cristão-velho. (3) Lourenço foi preso em 1642 e enviado a Portugal, por motivos administrativos. Retornou ao Brasil apenas em 1649, na condição de degredado. (4) Bisneto da Índia Paraguaçu e Diogo Álvares.
Fontes: SANTANA, Ricardo George Souza. **Lourenço de Brito Correa**: sujeito mais perverso e escandaloso. Conflitos e suspeitas de motim no segundo vice-reinado do Conde de Óbidos. (Bahia 1663-1667). 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

Fonte: Elaborado por Cardoso e Souza a partir do modelo extraído de Carneiro (2005).

3.1.2.1 Administração Colonial com a chegada do Conde Óbidos na Bahia

No final do século XVII, na Bahia, a situação da administração colonial revela um terreno de disputa e guarda estreitas relações com a conjuntura política vivenciada em Portugal após a saída de D. Luísa de Gusmão da Regência. O projeto de D. Afonso VI era estabelecer uma verdadeira reforma no fazer administrativo da Colônia do Brasil e essa tarefa estava delegada ao Conde Óbidos, representando a pessoa de "El Rei", efetuando mudanças radicais que trouxeram desagrado, prisões e conflitos à elite da Bahia.

Diversos acontecimentos, como o crescimento de quilombos na parte do Recôncavo e mudanças no valor e na forma de distribuição da moeda entre as Capitanias do Brasil,

caracterizam a gestão de Conde Óbidos movida pelo seu interesse em pôr fim a conflitos de jurisdição e normatização às práticas administrativas do Brasil Colonial. O Conde vice-rei tratou de garantir logo sua governabilidade enviando um regimento para que todos os seus subordinados aplicassem em suas Capitanias, tentando adquirir todas as preeminências do rei D. Afonso VI. Porém o Conselho Ultramarino demarcava posição às ações do Conde e lançava consecutivos pareceres ao Rei, informando as pretensões do vice-rei.

Assim, além do Conselho Ultramarino demarcar posição ao governo do Conde, Lourenço de Brito Correa, uma figura muito influente politicamente, acompanhou as passagens do Conde de Óbidos pelo Brasil. O mameluco era encarregado das finanças da Coroa e responsável pela administração do tesouro do Estado. Dessa forma, segundo Santana (2012, p. 93):

> Da mesma forma que o Conde de Óbidos estava ciente que poderia ser expulso novamente do seu cargo de vice-rei, caso não tivesse cuidado em conter seus opositores ou demonstrasse pouca afabilidade e diálogo com as autoridades constituídas, Lourenço de Brito Correa também sabia que as suas ações como Provedor Mor da Fazenda Real deveriam ser voltadas para coibir descaminhos e concorrer para a boa administração da Colônia, portanto, Lourenço conhecia os limites do cargo que ocupava e ressaltava em suas cartas o zelo que sempre manifestou para com as finanças da Coroa, assim ele legitimava os seus argumentos contra o modo como o vice-rei do Brasil vinha conduzindo seu governo e o Conselho Ultramarino fazia coro às suas críticas.

O Conde Óbidos e Lourenço de Brito Correa manifestavam vinculações políticas opostas dentro do jogo de interesses que disputavam em Portugal durante o reinado de D. Afonso VI. Vale lembrar que durante a Regência de D. Luísa Gusmão, principalmente nos primeiros anos de 1660, Lourenço de Brito foi agraciado com pedidos de mercê em formas de terra e cargos, que foram outorgados pela regente. Isso mostra a aproximação que Lourenço Correa tinha com a regente D. Luísa Gusmão, enquanto o Conde Óbidos tinha com o seu sucessor, D. Afonso VI. Ou seja, o Conde estava em direção política oposta anterior à Rainha Regente, pois ele foi um dos articuladores do golpe que auxiliou a elevação de D. Afonso VI.

Foram muitas críticas elaboradas pelo Conselho Ultramarino em relação ao abuso de poder do Conde de Óbidos, e consecutivas missivas escritas pelos homens letrados da Bahia, “aflitos com suas vidas em risco e seus cargos e funções adquiridas por mercês régias sendo vilipendiados pelas conveniências políticas do governante do Brasil” (SANTANA, 2012, p.114). Com o aumento de fidalgos da Bahia descontentes com tal situação, o vice-rei desconfiava que alguns homens poderosos da Bahia estavam articulando um motim contra ele para expulsá-lo do posto.

Em 29 de julho de 1665, cinco pessoas de destaque da cidade de Salvador da Bahia foram pegas de surpresa com ordem de prisão e embarque imediato para Portugal na frota que os aguardava pronta para partir. Eram três capitães de infantaria e o Provedor-Mor da Fazenda Real do Brasil, Lourenço de Brito Correa, acompanhado do seu filho Lourenço de Brito de Figueredo. O Conde de Óbidos desconfiava de que Lourenço Correa fosse a principal liderança desse suposto motim, isso porque o Provedor-Mor da Fazenda mostrava insatisfação e consecutivas queixas por escrito contra o Conde.

3.1.2.2 A Bahia no final do século XVII

Os manuscritos referentes aos mamelucos Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo são escritos na Bahia durante a segunda metade do século XVII. De forma breve, será retratada a conjuntura da época, expondo a complexa situação econômica enfrentada por Portugal e suas possessões, especificamente a Bahia. Segundo Oliveira (2017, p. 17), "os altos valores dos tributos pagos pela população, a baixa do preço do açúcar, o enfraquecimento do comércio, a diminuição de mão de obra escrava e a falta de dinheiro circulante, repercutiam na sociedade no final daquele século".

Com a independência de D. João IV em relação à Espanha e as alianças militares e diplomáticas com a França, Inglaterra e Holanda, Portugal passou por um período bastante delicado a partir de 1640. Esses acordos fizeram com que a situação econômica de Portugal se complicasse ainda mais, devido ao aumento nos tributos pagos pelo Reino e pelos problemas com a concorrência da produção açucareira, fazendo com que os produtos ficassem fora dos mercados franceses, ingleses e holandeses. Isso levou ao acúmulo de estoque do açúcar nos armazéns e à baixa de preços.

A baixa dos preços e da venda do açúcar acarretou sérios problemas para a sociedade da época: a elevação do preço dos subsídios dos engenhos, o endividamento de senhores que deixaram de honrar com seus impostos e pagamentos de donativos, além do aumento da miséria da população. De acordo com Carmo (2017, p. 14), "a queda no preço do açúcar foi motivada pelo aumento da oferta do produto, resultado da entrada de novos concorrentes no mercado internacional; num momento em que a demanda por açúcar crescia na Europa outras nações começaram a produzir visando suprir as necessidades de seus mercados internos". Nesse contexto, a população desprivilegiada da Capitania da Bahia enfrentava uma condição delicada, na qual a Câmara nada fazia, pois não era afetada diretamente e vivia em situação de fartura.

Não obstante, havia o sistema de frota adotado por Portugal que transportava todos os produtos, deixando a população na penúria.

Vale ressaltar que o sistema de frota teve seu lado positivo, pois protegia o comércio marítimo. Também era importante para os moradores da América Portuguesa e para o Reino, já que trazia notícias da Europa, correspondências e estimulava o comércio local, com os novos produtos que chegavam. Além dos impasses citados pela baixa do preço do açúcar, a Bahia viveu alguns surtos de doenças, que se alastraram rapidamente entre as pessoas. Esse quadro refletiu diretamente na economia, ocasionando a falência de fazendeiros que, sem mão de obra, não conseguiram levar adiante suas lavouras.

Diante disso, a crise econômica do final do século XVII afetou a Capitania da Bahia devido aos altos impostos pagos pela população, consequência dos acordos realizados por Portugal para sua independência em relação à Espanha. Isso levou à derrubada nos preços de venda do açúcar e, consequentemente, seu acúmulo nos armazéns, desencadeando várias outras complicações, como o endividamento e a falência dos senhores que, com a diminuição do valor e da venda do açúcar, não conseguiram sanar suas dívidas e impostos, prejudicando o comércio local e seu abastecimento.

É nesse cenário que os manuscritos pertencentes a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito Figueredo são escritos e enviados ao rei. O redator tinha o cargo de Provedor-Mor da fazenda, sendo sua a responsabilidade de informar à Coroa Portuguesa todos os impasses enfrentados por ele em relação ao não pagamento de dívidas, proibição de frotas e o não funcionamento dos engenhos em decorrência da crise vivenciada pela Capitania da Bahia no final do século XVII.

3.1.3 Lourenço de Brito de Figueiredo e a sua prisão

Nasceu na primeira metade do século XVII, filho de Lourenço de Brito Correa, teve uma carreira acadêmica e política parecida com a do seu pai. Em 1665, perpetrado pelo Conde Óbidos, foi preso junto com seu pai Lourenço de Brito Correa. Segundo o Conde de Óbidos, havia uma conjuração contra o seu governo por parte de Lourenço de Brito. Através de acusações direcionadas à “ordem moral e não social; ou seja, ao tratar da incapacidade de governo por parte de Lourenço de Brito Correia, para lhe desqualificar a ação de capitular contra si, usa de seu histórico na cidade de Salvador, como ‘escandaloso’” (SANTOS, 2016, p. 3-4).

O Conde de Óbidos consegue enviar Lourenço de Brito Correa e seu filho Lourenço de Brito de Figueiredo à prisão. Após a morte de seu pai, Lourenço de Brito de Figueiredo retorna

ao Brasil, sendo recompensado pelas agruras de ter sido preso e embarcado por motivos políticos, recebendo o ofício de Provedor-Mor da Fazenda Real do Brasil por herança do seu pai. Atua contra a invasão holandesa e recebe título de fidalgo da Casa Real e cavaleiro da ordem.

As cartas de Lourenço de Brito de Figueiredo, transcritas neste trabalho, são relacionadas aos seus ofícios e cumprimento das ordens de Vossa Alteza. São cartas avisando cargos que estão vagos, sobre pagamentos aos ordenados, rematações de dízimo, entre outros. São manuscritos importantes para estudar a história da Bahia, do Brasil e a história linguística do português brasileiro.

Ficha 4: Ficha Bibliográfica de Lourenço de Brito Figueiredo

Dados Pessoais

Nome Completo: Lourenço de Brito Figueiredo.
Filiação: Lourenço de Brito Correa.
Avós Paternos/maternos: Sebastião de Brito Correa e Maria de Figueiredo Mascarenhas (avós paternos).
Naturalidade: Salvador [Capitania da Bahia]. **Nacionalidade:** Brasileira.
Data de Nascimento: primeira metade do século XVII. **Data de Falecimento:**
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):
Estado civil:
Instituição de Ensino:
Profissão/ Ofício: Provedor Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil.
Principais atividades:
Títulos: Fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo.
Tipo de material para estudo: Carta.

Observações:
(1) Lourenço foi preso em 1642 e enviado a Portugal, por motivos políticos.

Fontes: SANTANA, Ricardo George Souza. **Lourenço de Brito Correa**: sujeito mais perverso e escandaloso. Conflitos e suspeitas de motim no segundo vice-reinado do Conde de Óbidos. (Bahia 1663-1667). 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

Fonte: Elaborado por Cardoso; Souza a partir do modelo extraído de Carneiro (2005).

3.1.4 A senhora de terras: Isabel Maria Guedes de Brito

Antônio Guedes de Brito era filho de Antônio de Brito Correia e Maria Guedes, cujo avô materno era tabelião e acabou herdando a propriedade desse ofício, podendo nomear quem quisesse para o cargo. Antônio de Brito Correa casou-se com Dona Guiomar Ximenes de

Aragão, em 1677, mas desse casamento não resultaram filhos. Porém ele tivera uma filha bastarda com a índia Serafina de Sousa Dormundo e acabou por torná-la sua herdeira oficial. Isabel Maria Guedes de Brito herdou uma imensa fortuna do seu pai e soube proteger seu patrimônio muito bem. Assim, como relata Neves (1998, p. 60):

> Antonio Guedes de Brito não teve filho com a viúva Guiomar Ximenes de Aragão, com quem se casara em 1677, transferindo toda sua enorme fortuna para Isabel Maria Guedes de Brito, filha extraconjugal com Serafina de Souza Dormundo que ele institui em testamento como sua "herdeira universal".

Isabel Maria Guedes de Brito casou-se com o coronel Antônio da Silva Pimentel que, por sua vez, também já possuía muitas terras, ao passo que se juntavam dois grandes patrimônios. Como Isabel Maria Guedes era mameluca e filha bastarda, e ainda ter conseguido um casamento vantajoso, isso pode ser visto como uma aliança entre essas duas famílias poderosas. Dessa união nasceu Joana da Silva Guedes de Brito; logo, não houve sucessores masculinos e toda herança familiar ficou para ela. Tanto Isabel Maria Guedes[31], filha bastarda, quanto a sua filha Joana tinham ascendência indígena e não pouparam esforços para defenderem-se de quem as ameaçava de administrar seus bens.

As mais ricas e herdeiras da América Portuguesa não pouparam esforços para proteger seus bens, ameaçado por João de Mascarenhas, filho do conde de Coculim e primeiro marido de Joana da Silva Guedes de Brito. Mãe e filha reuniram-se e o denunciaram ao rei Dom João V, o qual repreendeu as ações de Dom João Mascarenhas, que ficou prisioneiro, por ordem do vice-rei, e foi enviado para Lisboa em 1725, onde morreu cinco anos depois. De acordo com Alveal (2012, p. 68):

> O casamento foi muito conflituoso, pois Dom João de Mascarenhas não aceitava a condição de mameluca de sua esposa e de sua sogra. Ao mesmo tempo, começou a dilapidar o patrimônio adquirido pelo casamento. Mãe e filha uniram-se e o denunciaram ao rei. Dom João de Mascarenhas foi preso e retornou a Lisboa.

Apesar de as mamelucas conseguirem provar as ações de Dom João Mascarenhas contra o patrimônio delas, o rei Dom João V, em carta datada de 5 de maio de 1724, respondeu negativamente à alegação de D. Isabel Maria de que todas as terras das vertentes do rio das Velhas, na região do ouro, lhe pertenciam; a partir daí, houve o fim do imenso domínio

[31] Para mais detalhes da biografia de Isabel Maria Guedes de Brito, consultar *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a Atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.p. 283-4; p. 291-2 respectivamente. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Dicionario_Mulheres_do_Brasil_de_1500_at.pdf

latifundiário. Enviuvando, Joana da Silva Guedes contraiu a segunda núpcia com o fidalgo português D. Manuel de Saldanha da Gama Guedes de Brito.

Joana da Silva Guedes de Brito não teve filhos nem com o primeiro casamento, nem com o segundo. Após quatro anos do falecimento de Joana, o viúvo D. Manuel de Saldanha casa-se novamente com D. Francisca Joana Josefa da Câmara Coutinho, herdando-lhe toda fortuna, assim como rezava seu contrato de casamento. Dessa união nasceram quatros filhos que passaram a ser donos dos bens herdados pelo pai, recebendo os proventos advindos das vastas propriedades dos Guedes de Brito.

A partir do relatado, pode-se avaliar quão significativos foram os Guedes de Brito no processo de povoamento e formação da Bahia, assim como em outras capitanias que faziam parte das suas possessões territoriais.

Ficha 5: Ficha Bibliográfica de Isabel Maria Guedes de Brito

Dados Pessoais

Nome Completo: Isabel Maria Guedes Brito.
Filiação: Serafina de Sousa Dormundo (india) e Antonio Guedes de Brito.
Avós Paternos/maternos: Antonio de Brito Correa e Maria Guedes (avós paternos).
Naturalidade: Cidade da Bahia. **Nacionalidade:** Brasileira.
Data de Nascimento: **Data de Falecimento:**
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos):
Estado civil: casou-se com o coronel Antonio da Silva Pimentel.
Instituição de Ensino:
Profissão/ Ofício:
Principais atividades:
Títulos:
Tipo de material para estudo: Requerimento.

Observações:
- Teve uma filha chamada Joana da Silva Guedes de Brito.
- Era filha bastarda.
- A mais rica e herdeira da América Portuguesa.

Fonte: NEVES, Erivaldo Fagundes**.** *Posseiros, rendeiros e proprietários*: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Recife, 2003, 465 folhas. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

Fonte: Elaborada pela autora e extraído de Carneiro (2005).

3.1.4.1 Alto Sertão da Bahia e as sesmarias

Segundo Amado (1995), sertão foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses no decorrer do processo de colonização. Designado não apenas para os espaços da colônia, mas também para espaços desconhecidos, inacessíveis, habitados por bárbaros e hereges onde não havia chegado a civilização. Já Neves (2003) destaca que o sertão é um espaço geográfico constituído por um povo consciente de sua identidade social, econômica, política, religiosas, ou seja, convicta de suas raízes.

O processo de ocupação do sertão nordestino, em especial na Bahia, no início do século XVI, ocorreu quando Portugal, no Reinado de D. João III, estabeleceu concessões de terras onde viviam as populações indígenas as quais eram ameaçadas constantemente por invasores estrangeiros, no caso, os holandeses. Diante disso, as terras conquistadas dos índios por Antônio Guedes de Brito, incorporadas ao que herdara e obtivera do governo colonial pelo regime de sesmarias, estendiam-se desde as nascentes dos rios Salitre, Jacuípe e Itapicuru, no centro-norte da Bahia até as cabeceiras do rio das Velhas ou do Paraopeba, no centro-sul do atual território de Minas Gerais (NEVES, 2003).

Essas concessões deram origem à formação de grandes latifúndios, como o de Guedes de Brito, pelo que, somando as terras concedidas pela Coroa às conseguidas à força e por dominação servil, formou-se o morgado da família Guedes de Brito. Assim, foi instituído por testamento no século XVII por Antônio de Brito Correa e sua esposa Maria Guedes, sendo transmitido ao seu herdeiro Antônio Guedes de Brito.

A família Guedes de Brito destacou-se em virtude do poder econômico que obteve com grandes fazendas de gado e pecuária com o trabalho escravo. A incorporação de outras sesmarias ao patrimônio do Guedes de Brito deu-se também mediante serviços prestados à Coroa em defesa da Colônia e o acolhimento que dava às tropas portuguesas em suas terras. Através desses serviços, foi concedido a Antônio de Brito Correa e Antônio Guedes de Brito o título de Mestre-de-Campo. Segundo Alveal (2012, p. 66), a família Guedes de Brito "construía seu nome e o consolidava dentre a nobreza da terra, aliando cargos na colônia com a posse da terra, culminando na sua nomeação a fidalgo cavaleiro da Casa Real, em 1679, por meio de alvará".

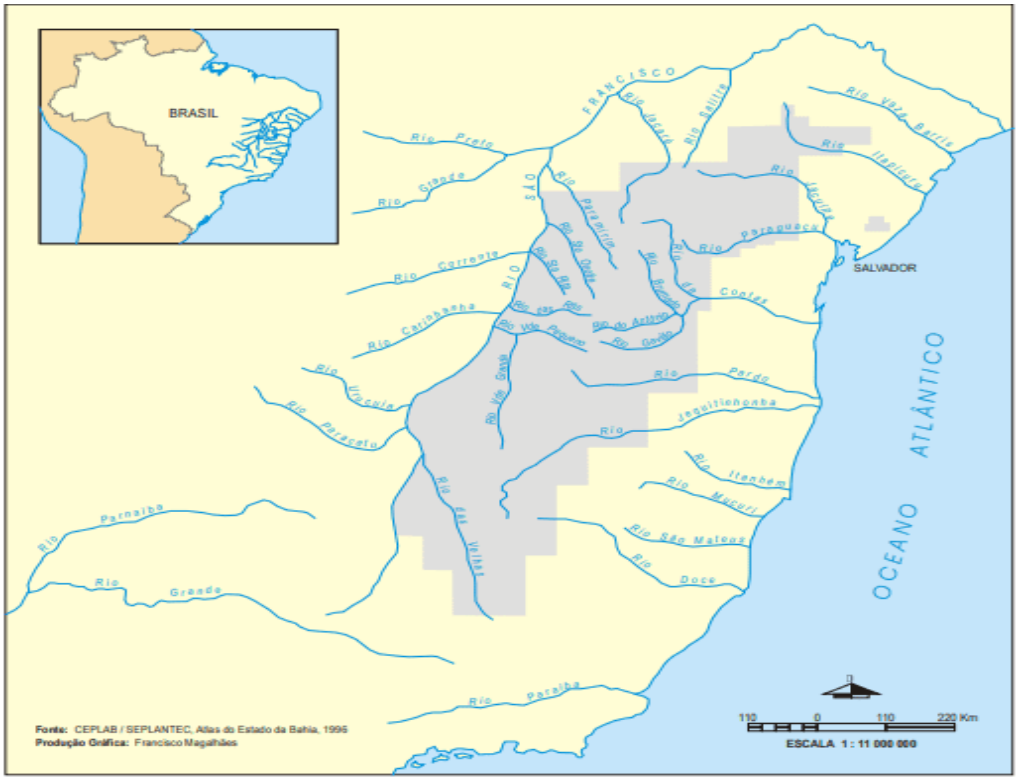
Sendo assim, as sesmarias eram um sistema de adoção de terras em que a Coroa Portuguesa cedia aos senhores terras, a fim de cultivar e povoar o novo território recém-conhecido. Esse sistema gerou diversos conflitos e o envolvimento de importantes famílias que constituiriam seu patrimônio nos idos e vindos dos séculos XVII e XVIII, quando a Coroa

Portuguesa tentava de todas as formas obter vantagens, oferendo extensas mercês a quem adentrasse pelos sertões em busca de ouro.

Com a descoberta do ouro na década de 1690, muitas pessoas conseguiram poder, por meio das vantagens cedidas pela Coroa, e uma gigantesca sesmaria, porém houve um choque com a Coroa, que queria reduzir as vantagens dessas pessoas que obtiveram sesmarias. Assim, Dom Pedro II outorgou uma legislação na tentativa de começar a limitar o domínio desses grandes sesmeiros. No entanto tais medidas não foram suficientes para contê-los, já que esses conflitos se estenderam por praticamente todo o século XVIII. Os conflitos acabaram por envolver várias gerações de uma mesma família, ao mesmo tempo em que a própria colônia passava por mudanças na consolidação de suas instituições.

Esses conflitos vinham de longa data, desde o início do século XVIII, passando por várias gerações, a exemplo da família de Antônio Guedes de Brito. Apesar de ter recebido várias sesmarias, estas somente foram registradas no Livro da Fazenda, localizado em Salvador, mas nunca confirmadas em seu nome nos Registros Geral de Mercês, em Lisboa. Segue o mapa com as sesmarias herdadas, compradas e conquistadas por Antônio Guedes de Brito:

Figura 20: Terras recebidas em sesmarias, herdadas, compradas e conquistadas por Antônio Guedes de Brito final do século XVII



Fonte: Extraído de Neves (2003, p. 20).

O requerimento mencionado neste trabalho representa bem esse conflito que envolveu várias gerações. Nesse documento, Maria Isabel reivindica as sesmarias herdadas de seu pai, entretanto não reconhecidas pela Coroa, pedindo a Vossa Alteza que faça uma provisão declarando as suas sesmarias. É importante mencionar os conflitos políticos e econômicos vivenciados durante o período e o local de escrita dos documentos, visto que a partir deles compreende-se o conteúdo abordado pelos redatores.

3.1.5 Entre o bem e o mal: Adrião Pereira de Farias

Adrião Pereira de Farias[32] foi condenado por feitiçaria pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em 1758. Adrião era mameluco, filho de um baiano com uma índia, nascido na vila de Vigia de Nossa Senhora de Nazaré. Sargento de ordenança, morava na via da Vigia, Bispado do Pará, quando foi denunciado em 1754 por pacto demoníaco e recebeu todas as penas (corporais, pecuniárias e espirituais).

Denunciado em 1754 e fazendo confissão ao Tribunal, Adrião Pereira apartou-se de Deus e da igreja para estabelecer algum tipo de pacto com o demônio, mesmo sendo "cristão batizado". Para Adrião fazer sua confissão ao Tribunal, passou por diversos interrogatórios e só confessou o pacto com o demônio quando foi enviado para tortura. Isso devido ao Réu "não ter feito inteira, e verdadeira confissão de suas culpas, não declarando a verdadeira intenção, que teve em as cometer", ou seja, "de ter crença no demônio". (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Por esse crime, Adrião Pereira recebeu todas as penas, foi a Auto de Fé realizado no Convento de São Domingos, onde recebeu sua sentença. O mameluco teve que carregar carocha com rótulos de feiticeiro; ser torturado e açoitado pelas ruas públicas da cidade; condenado ao cárcere e hábito penitencial perpétuo e proibido de entrar na vila de Vigia; além de ter seus bens confiscados para o Fisco e para a Câmara Real.

Laura de Mello e Souza, em seu livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), faz um relato riquíssimo, demonstrando o porquê e como o réu Adrião Pereira foi condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, conseguindo retornar ao Pará, em 1975. Segundo a autora, o mameluco era administrador do engenho de aguardente de seu padrasto. Em uma diligência dos escravos fugidos, deixou uns calções seus em casa do amigo chamado Manuel Pacheco Bitancur, que fazia parte da governança da vila.

[32] Constam também no processo os seguintes nomes: Adrião Pereira de Faria, Adrião Ferreira Passos ou Adrião Pereira de Simões.

Seu calvário teve início quando o seu amigo tomou o calção e viu que dele caíra um pedaço de papel escrito com sinais estranhos e desenhos e entregou o papel ao juiz ordinário da vila. O juiz percebeu que nas palavras "parecia ter pacto com o diabo" e que os desenhos representavam espadas e facas pintadas com tinta preta. Certificando-se de que a assinatura era mesmo de Adrião, resolve denunciá-lo.

Adrião Pereira de Farias deu pela falta do papel e desesperou-se, prevendo a tragédia. Foi atrás do seu amigo Crescêndio Escobar, que lhe copiara o papel e o aconselhara a trazê-lo sempre consigo para ter sucesso com mulheres e sair-se bem de brigas. De acordo com Souza (1986, p. 362), "no mesmo dia, à tarde, Adrião era preso por ordem do vigário local, sendo recolhido à cadeia da vila da Vigia". A acusação que pesava sobre ele com o conteúdo da carta era impossível se ser contraposta.

O réu tentou convencer os comissários de que assinara o papel sem saber o que continha nele, pois Crescêndio Escobar não lhe lera os escritos, e ele não era capaz de fazê-lo, porém não foram aceitos os argumentos. Após um ano de prisão, conseguiu ser solto por algum tempo, mas foi preso novamente pelo Santo Ofício e interrogado, remetendo as culpas e o escrito do pacto para a Inquisição de Lisboa. A Inquisição já estava convencida de sua culpa, decidindo enviá-lo para os cárceres secretos e processá-lo. Adrião foi percebendo que tinha de aderir à concepção da Inquisição e reconhecer sua culpa.

> Começou por se "lembrar" de que conhecia desde o início o conteúdo do escrito e, a seguir, reconheceu que "sabia multo bem que era pecaminoso e diabólico", tendo-o aceitado e usado "na esperança de que havia de experimentar os seus bons efeitos" (SOUZA, 1986, p. 364).

Desejando a confissão de pacto por Adrião, a Inquisição envia-o para tortura, intimida-o e consegue que ele assuma que assinara o papel. Em 5 de julho de 1758, o Santo Ofício lê suas penas no Convento de São Domingos e Adrião cumpre sua sentença em Lisboa. Em 1760, pede comutação por estar doente e não poder se curar na prisão. O médico do Santo Ofício atestou que Adrião encontrava-se com hidropsia universal de difícil cura, sobretudo no lugar em que se achava. O Tribunal julgou que Adrião já havia cumprido suficientemente os seus enganos. O processo encerra-se, e Adrião retorna em 1765, embarcando de volta para o Pará.

Adrião Pereira de Farias e Crescêndio Escobar estão envolvidos pela mesma história, sendo ambos julgados pelo crime de feitiçarias e práticas mágicas, porém com desfechos diferentes. Os dois foram processados em períodos e com sentenças diferentes. Enquanto Adrião foi condenado e punido, Crescêndio Escobar apresenta-se nove anos depois à Mesa da Visita do Santo Ofício confessando que:

> [...] estando ele as sós com Adrião Ferreira de Faria, este sacou de seu bolso um papel, dizendo que era uma carta de tocar mulheres. E que por essa carta, fizera um translado que Adrião Faria lhe pedira, além de receber três mil réis em prêmio, por lhe transladar. Confessou também que foi por ambição que o fizera, além de reconhecer que desta maneira "obrava mal" (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Sua confissão resultou contra ele fortes indícios de ser suspeito na fé, mas, como se apresentou voluntariamente à Mesa da Visita do Santo Ofício, prometendo livrar-se da dita carta, Crescêndio recebeu a sentença: faça abjuração de leve suspeito na fé, tenha penitências espirituais e instrução ordinária e pague as custas. Apesar de serem parceiros no mesmo crime, ambos foram julgados em períodos diferentes e receberam sentenças diferentes.

Ficha 6: Ficha Bibliográfica de Adrião Pereira de Farias

Dados Pessoais

Nome Completo: Adrião Ferreira de Farias.
Filiação: Florência Gomes (índia).
Avós Paternos/maternos:
Naturalidade: Salvador [vila de Vigia de Nossa Senhora de Nazaré]. **Nacionalidade:** Brasileira.
Data de Nascimento: Aproximadamente 1735. **Data de Falecimento:**
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): Aprox. 19 anos.
Estado civil: Casado com uma mulher que fugiu para o Maranhão e teve um caso com Eugênia Maria da Costa.
Instituição de Ensino:
Profissão/ Ofício: Sargento de ordenança e soldado.
Principais atividades: Administrador do engenho de aguardente de seu padrasto.
Títulos:
Tipo de material para estudo: Carta de tocar.

Observações:

Fontes:
OLIVEIRA, M.O.A. *OLHARES INQUISITORIAIS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA*: O tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes (XVII e XVIII). 2010, 154 f., Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3730/4/Maria%20Olindina.pdf. Acesso em 01 agosto de 2020.
SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.

Fonte: Elaborado pela autora e extraído de Carneiro (2005).

3.1.5.1 O Tribunal do Santo Ofício no Estado do Grão-Pará

Iniciado no século XIII, e vigorado até o século XIX, o Tribunal do Santo Ofício[33] foi uma instituição eclesiástica que tinha como principal objetivo inquirir heresias, daí o nome Inquisição. A palavra Inquisição vem do latim *inquirere*, que significa investigar; ou seja, tratava-se de um tribunal com intuito de apurar e punir possíveis heresias para preservar a fé cristã católica. O desejo primário da Inquisição era a conversão, contudo existiu muitos erros e abusos durante suas visitações. Como é o caso do escrevente Adrião Pereira que foi condenado e punido de forma diferente que seu amigo Crescêndio Escobar, sendo ambos julgados pelo crime de feitiçarias e práticas mágicas, porém com desfecho diferente.

Apesar do Tribunal do Santo Ofício português não ter estabelecido uma sede na América portuguesa, muitas foram as Visitações realizadas, tendo como última estadia o Bispado do Pará em meados dos setecentos, também conhecida por Visitação Pombalina. De acordo com Mattos (2009, p. 9-10):

> Nesta segunda metade dos setecentos, a Inquisição portuguesa foi minguando seu cariz religioso, para adotar uma postura extremamente política. Os interesses do Santo Ofício convergiam aos poucos com a política pombalina, pois, esvaziado o proselitismo religioso e subordinado ao Estado, o tribunal seria um instrumento de controle social, cuja estrutura estava, há muito, bem azeitada na metrópole e nas colônias.

O projeto de colonização pombalino, ao longo da administração do governo Mendonça Furtado, sofreu adaptações e realinhou aos objetivos dele, essas redefinições foram frutos das necessidades portuguesas no contexto singular marcado por conflito entre jesuítas e as demais ordens. O intuito do Tribunal do Santo Oficio era buscar novos adeptos, explanando o território do Grão-Pará, no período colonial, para impor as suas regras religiosas e evitar que práticas como a cura, partindo de um saber empírico, fossem desenvolvidas nessa localidade.

Esse tipo de prática era demonizado pelas autoridades dos autos de fé, que, por isso, considerava que deveria ser eliminado de uma sociedade que estava sob as ordens de um rei católico. As pessoas que praticavam rituais religiosos que não tinham como base a fé católica eram perseguidas e julgadas por esse tribunal de religiosos e, caso fossem consideradas

[33] Será uma breve contextualização, pois o objetivo não é discutir esse período, mas fazer uma explanação de maneira suscinta. Para saber mais, ler: MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição*: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará Pombalino (1763-1769), Niterói, RJ, 2009. Dissertação de mestrado.

culpadas, deveriam pagar, como foi o caso de Adrião, que foi penalizado por práticas considerada heréticas, passando anos a fio em cárceres inquisitoriais.

3.1.5.2 Bispado do Grão-Pará – Vila da Vigia

Durante o período colonial, a igreja e a coroa foram parceiras na conquista de novos territórios. Com o intuito da igreja de espalhar-se por todo mundo, os territórios foram colocados sob jurisdição de um bispo, sob obediência do Papa. O primeiro bispado primaz do Brasil foi a diocese de São Salvador da Bahia. Com o passar dos anos, foram surgindo outros bispados, como o do Rio de Janeiro e de Olinda. Só depois surgiu o do Maranhão e o do Pará, ambos sufragâneos de Lisboa[34].

O Estado do Brasil possuía sete jurisdições eclesiásticas, enquanto o Estado do Maranhão e Grão-Pará, duas. O bispado do Pará foi criado em 4 de março de 1719, tendo como primeiro bispo o carmelita Dom Bartolomeu do Pilar. Com a missão de evangelizar e estabelecer um novo modo de ser, abriu espaço para leigos exercerem a fé de modo efetivo e concreto, possibilitando uma presença maior da igreja viva no seu povo.

A Vila da Vigia fazia parte do Bispado do Grão-Pará e atualmente é conhecida como Vigia do Nazaré, localizada no Estado do Pará, a 99 km da capital de Belém. Teve sua data de celebração em 6 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco durante sua expedição de conquista do Grão-Pará. Em 1698, obteve categoria de município e, somente em 1854, recebeu foros de cidade, entretanto o seu patrimônio territorial só veio a se formar em 1734.

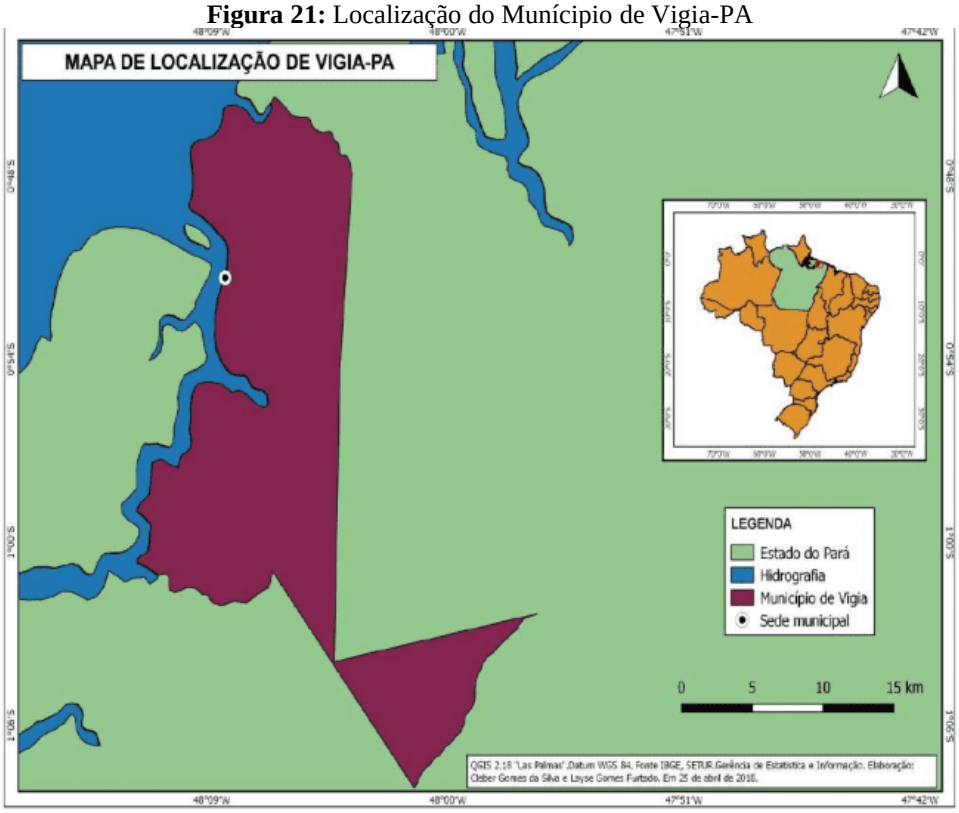
A Vila foi constituída a partir da aldeia de Uruitá, formada por uma tribo de índios tupinambá, que estava sob a jurisdição das missões da Companhia de Jesus. Nesse aldeamento, os colonizadores construíram um posto fiscal para proteger e fiscalizar as embarcações que abasteciam Belém e, assim, evitar a prática de contrabando, sendo esse o motivo para o nome dado à cidade. Com a criação desse posto, deu-se início à formação do povoado, que a elevou à categoria de vila, em 1693, permanecendo assim até a Independência do Brasil.

Isso posto, Vigia foi palco de dois ataques por volta de 1835, um em maio e outro em julho, este último mais sangrento, quando os cabanos chefiados por Bento Ferrão mataram as autoridades locais e os portugueses – um massacre violento, que fez o governo reagir e

[34] A organização eclesiástica seguiu a organização administrativa já presente para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que se constituía em uma unidade distinta do Estado do Brasil desde 1621. Por essa razão, as dioceses criadas em seu território ficavam submetidas ao Patriarcado de Lisboa e não ao Arcebispado da Bahia (Boxer, 2014).

reconquistar a capital e a própria Vigia já no início de 1836. Os habitantes voltaram pouco a pouco aos seus labores e o município renasceu, dando continuidade ao desenvolvimento do lugar. A lei provincial nº 252, de 2 de outubro de 1845, elevou o município de Vigia à condição de cidade.

Figura 21: Localização do Munícipio de Vigia-PA



Fonte: Extraído de Vigia (2013, p. 13).

Figura 22: Igreja da Mãe de Deus. Obra da Companhia de Jesus, construída na década de 1730

Fonte: Disponível em: https://vigia.pa.gov.br/o-municipio/historia/.

Sem dúvida, essa contextualização valida os documentos e contribui para a ressignificação da história desse povo. Vale ressaltar que o manuscrito pertencente a Adrião Pereira de Farias não traz nem o local, nem a data de escrita, mas, de acordo com os relatos da historiadora Laura de Melo e Souza, em seu livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), quando seu amigo Manuel Pacheco encontrou o bilhete em seu calção, era abril de 1754 na Vila da Vigia – Bispado do Pará, ocasião em que Adrião saiu apressado em busca de escravos fugidos e deixou o calção. Seu escrito trazia um pacto com o diabo, o intuito era ter sucesso com as mulheres e sair-se bem das brigas. Foi denunciado à Inquisição por apresentar práticas inaceitáveis: a heresia, a bruxaria e os costumes considerados desviantes das doutrinas impostas por ela.

3.4 PARA QUÊ?

Durante o período colonial brasileiro, as estruturas políticas-administrativas seguiam o modelo utilizado pela metrópole portuguesa para governar sua colônia na América após 1548. Os governos-gerais surgiram depois do sistema de capitanias hereditárias mostrar-se incapaz de levar adiante as empresas açucareiras e também como forma de centralizar a administração e promover o desenvolvimento na Colônia. Esse cargo administrativo tinha amplos poderes, principalmente para organizar e garantir as rendas da colônia.

Para auxiliar o governador-geral na administração da Colônia, criaram-se cargos administrativos com atribuições diferentes como: Provedor-mor, responsável pelas arrecadações e administração das finanças; Ouvidor-mor, responsável pelos assuntos da justiça e pela imposição de leis na Colônia e Capitão-mor, responsável pela defesa da Colônia contra invasores e contra-ataques indígenas.

Dessa maneira, esses cargos políticos-administrativos foram concedidos à elite da época ou, muitas vezes, eram passados de pai para filho, como é o caso de Lourenço de Brito Correa que exerceu a função de Provedor-mor, assim como seu filho Lourenço de Brito de Figueredo. As cartas escritas por eles ao rei, em sua maioria, prestam contas das arrecadações e administração da Colônia.

A carta de Domingos Jorge Velho é datada de 15 de julho de 1694, enviada à Coroa Portuguesa, narrando sobre a vinda do bandeirante para destruir os Palmares, a convite do governador João de Cunha de Souto Maior. O mameluco relata os sacrifícios pelos quais viviam em decorrência da guerra. Impõe condições para continuar e concluir a destruição dos Palmares.

O objetivo da carta era que o rei reconhecesse sua lealdade e acordo que fez com o governador de Pernambuco.

Os manuscritos de Lourenço de Brito Correa são escritos informando ao rei sobre os seus serviços e obrigações prestados como Provedor-mor da fazenda. Nos relatos, destacava: o contrato do sal que a esta Bahia vinha por estanque; envio de ordens e regimentos para quebrar e anular outros regimentos e assim cumprir suas obrigações e serviços; entregar ao governador Francisco Barreto outra carta e provisão com os 10 capítulos do regimento das fronteiras que a Vossa Majestade manda seguir; sobre a não inglesa Maria Dourada e o capitão Jomens Code não querer pagar quatro quintos de pólvora e quatro de chumbo de sua obrigação; criação de cargos como guarda-mor; remediar excessivos gastos da Fazenda Real, dentre outros serviços relacionados à sua função.

Os assuntos das cartas de Lourenço de Brito de Figueiredo não são diferentes dos escritos de seu pai, tendo em vista que teve o cargo de Provedor-mor. Direcionadas ao rei, o mameluco informa sobre suas obrigações e serviços, principalmente relacionados aos não pagamentos dos contratadores de dízimos de acordo com os contratos; as rendas obtidas; pedindo punições para os ministros por não cumprir as ordens e regimentos etc. No geral, são prestações de contas em função do seu cargo.

O requerimento de Isabel Maria Guedes de Brito solicita ao rei que fossem restituídos os sítios de terras que lhe foram tirados por falsa informação de estarem desocupados e sem nunca haver superintendente, sendo que seu pai, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, os descobriu e conquistou. Pedia ao rei que passasse uma provisão declarando e certificando as ditas sesmarias.

O escrevente Adrião Pereira em seu manuscrito faz um “pacto com diabo”, pelo qual teria a mulher que desejasse e o que quisesse, assim como estaria livre de todo mal, perigo e inimigos. Na carta de tocar, traz alguns desenhos de espadas e facas pintados com tinta preta. Foi julgado e punido pelo Santo Ofício.

Além desses, Domingos Jorge Velho foi um sertanista paulista e bandeirante que escreveu para o rei relatando os sacrifícios enfrentados na Guerra dos Palmares. São escritos importantes, pois revelam aspectos relevantes para o estudo da língua, assim como os costumes e histórias de uma população pouco reconhecida, principalmente durante o período colonial, e que, de forma direta ou indireta, conseguiu ter acesso à escrita.

3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, explanou-se o contexto de produção dos documentos a partir de quatro questões-problemas sugeridas por Petrucci (2003): *Quando?* No decorrer do século XVII e XVIII; *Onde?* Na Bahia, Outeiro de Barriga e Bispado do Pará; *Quem?* Os mamelucos: Domingos Jorge Velho, Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito de Figueredo, Adrião Pereira e Isabel Maria Guedes de Brito; *Para que?* Reconhecimento de serviços prestados; informar sobre prestações de serviços; requerimento de sesmarias, "pacto demoníaco" para conseguir o que quiser, etc. A partir da caracterização de cada aspecto, como decorrência deste estudo, revelou-se o perfil sociocultural dos escreventes, o fornecimento de dados biográficos de cada escrevente. Essas questões, segundo Mattos e Silva (2004), permitem um melhor controle metodológico dos documentos, conferindo maior confiabilidade e solidez ao material em estudo.

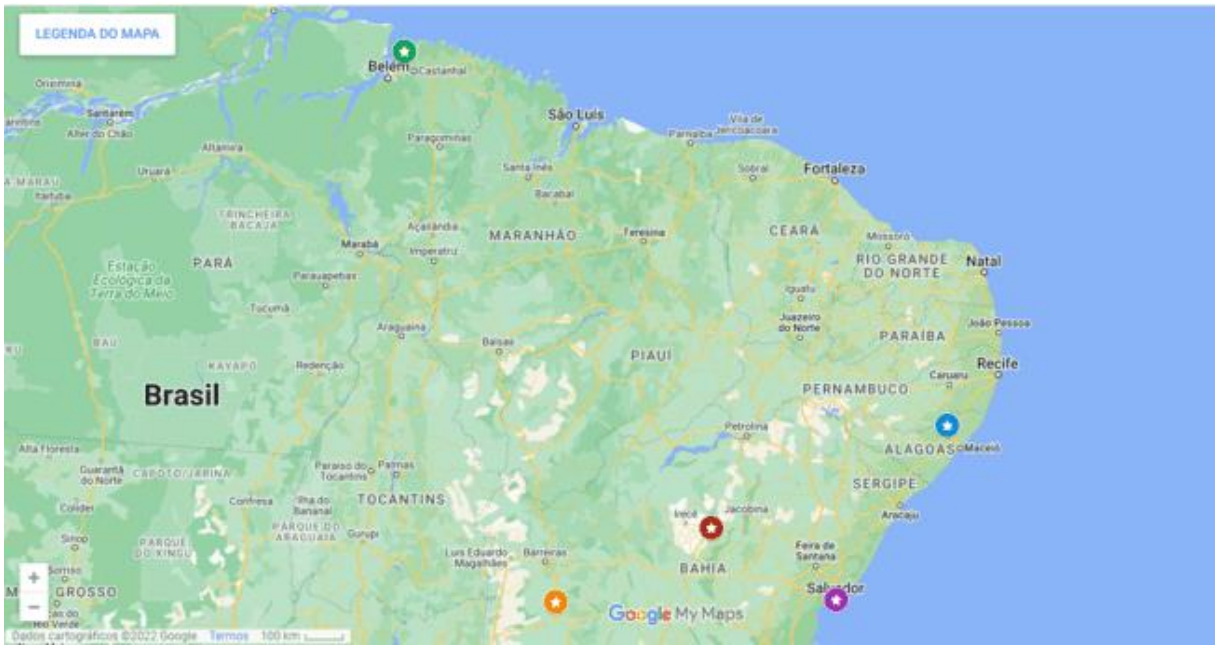
Através do *Google My Maps*, foi possível a criação e personalização de mapas[35] sobre os locais de nascimento e de escrita dos escreventes. É um mapa interativo, que, na dissertação, é apenas um print, mas ficará disponível no site do CE-DOHS[36], na aba "Locais de nascimento". Além deste, é possível acessar o mapa[37] com os locais de escrita dos manuscritos referentes aos escreventes.

Figura 23: Mapa com os locais de nascimento dos escreventes

Fonte: CE-DOHS (2022).

[35] A criação dos mapas foi realizada por Priscilla Tuy Batista, pesquisadora integrante do CE-DOHS.
[36] Para acessar o site: http://www5.uefs.br/cedohs/view/mamelucos.html
[37] Acesse o link: https://www.google.com/maps/d/u/1/viewer?mid=1UdT4MROqQsAdtVpIfzF7_QQ4FEDR0vTg&ll=-6.978097172436003%2C-42.08123915&z=6

Figura 24: Mapa com os locais de escrita dos escreventes



Fonte: CE-DOHS (2022).

SEÇÃO 4

Esta seção faz uma breve caracterização e estudo *scriptográfico* dos manuscritos pertencentes aos mamelucos Domingos Jorge Velho, Adrião Pereira de Farias, a mameluca Maria Isabel Guedes de Brito e, com maior ênfase, Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo. Através da comparação de cada morfologia da *scripta* dos escreventes, ou seja, o módulo, peso, ângulo, *ductus*, nexos e ligaduras, conjecturam-se quantas mãos existem nos documentos relacionados a cada escrevente, analisando minuciosamente cada aspecto paleográfico e linguístico, os quais, muitas vezes, vão além do traçado do texto e individualizam cada punho. Para investigação dos documentos, recorreu-se a Lose (no prelo), que elencou alguns marcadores da escrita, como módulo, hastes, peso, ductus, que foram fundamentais para descrever as mãos suspeitadas de cada manuscrito, e Lose e Souza (2020), sobre o estudo dos manuscritos além dos textos.

4 ESTUDO COMPARATIVO DOS ASPECTOS GRÁFICOS

A identificação de punho em manuscritos de sincronias passadas carece de um trabalho minucioso, paleográfico e linguístico. Segundo Lobo (2009), não bastava editar textos escritos no Brasil e tomá-los como representativos de um português brasileiro, tendo um passado em que a pena esteve nas mãos de portugueses, "brancos" brasileiros, africanos, índios e imigrantes. Era preciso identificar "quem" escreveu.

Para isso, é necessário apontar para as mãos que tecem o texto, sem restringi-las. É preciso diferenciar o texto de autoria, *scriptores* (profissionais de escrita) e sujeito intelectual (quem mandou fazer a cópia). Lose e Souza (2020, p. 19) defendem o "uso consciente das edições disponíveis e não pelo argumento de autoridade das edições 'conservadoras' que nem sempre mostram a diversidade material, fruto de uma leitura paleográfica e crítica".

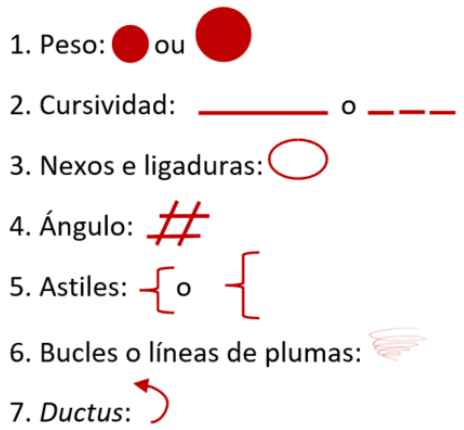
Segundo Lose e Souza (2020), o estudo *scriptográfico* da morfologia da *scripta* é necessário para comparar e afirmar quantas mãos determinado documento possui, de quem é a escrita e a quem o texto está atribuído. O estudo minucioso da morfologia de cada escrevente, como o módulo, peso, *ductus*, nexos e ligadura, possibilita caracterizar as diferentes mãos e elencar características peculiares que diferenciam um do outro.

No contexto da paleografia, os elementos constitutivos da escrita podem ser compreendidos de acordo a Lose (no prelo) como: **ângulo** (inclinação da linha em relação às regras de escrita, seu posicionamento e seu tipo de aparo); **módulo** (tamanho do corpo da letra);

hastes (traçado da letra que se estendem para cima ou para baixo na sequência do corpo da letra, alguns são ascendentes (<d>, <b>, <h>) e outros descendentes (<p>, <q>, <g >, <j>); **ductus** (o caminho que o instrumento percorre ao traçar a letra); **peso** (a pressão posta na mão sobre o suporte para fazer o traçado); **nexos** (entre duas ou mais letras que resulta no uso de uma ou mais linhas em forma geminada;); **cursividade** (a sequência de traços sem levantar a mão do suporte); o **ponto de fuga** (é o local onde o instrumento de escrita deixa de tocar o suporte); **ponto de ataque** (onde o instrumento de escrita toca o suporte para iniciar o golpe);

O estudo e a comparação das mãos foram representados, a partir desses elementos paleográficos, seguindo marcadores gráficos propostos por Lose e Santos (2019).

Figura 23: Marcadores gráficos



Fonte: Lose e Santos (2019).

Além desses marcadores gráficos, foram analisados outros aspectos relacionados ao morfema de cada *scriptor*, como abreviaturas, uso de fronteiras ou não, alternância de caráter gráfico no emprego de algumas palavras, dentre outros. A análise desses aspectos pode ser vista nas seções 3 e 4 deste trabalho.

Os documentos analisados são pertencentes a cinco redatores: Domingos Jorge Velho, Maria Isabel Guedes Brito e Adrião Pereira de Farias, que possuem apenas um manuscrito; Lourenço de Brito Correa, que possui 11, e Lourenço de Brito Figueiredo, 10. Diante do número de manuscritos pertencentes aos 2 últimos escreventes, foi possível fazer um estudo mais detalhado de cada manuscrito através do levantamento e comparação dos aspectos dos grafemas de cada *scriptor*, a partir da elaboração e estudo de quadros escriptográficos.

Com intuito de descrever e apontar as possíveis mãos e as suas características, realizou-se um estudo da grafia de cada *scriptor*. No decorrer do estudo dos manuscritos pertencentes a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo, perceberam-se aspectos diferentes

entre os manuscritos. Pelo menos 4 mãos diferentes foram encontradas para os documentos relacionados a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo.

4.1 INVESTIGANDO OS MANUSCRITOS

Os manuscritos referentes a Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito Figueiredo serão analisados e comparados para conjecturar a variação de punho apresentada neles. Foi possível realizar este estudo devido ao número de documentos correspondentes a esses escreventes.

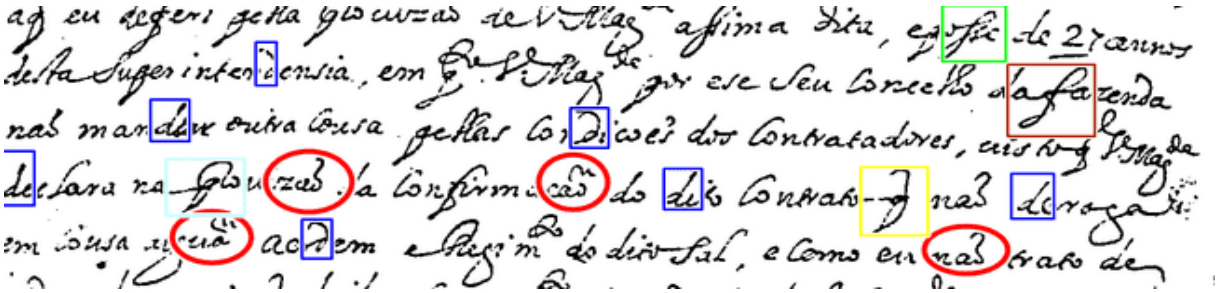
Os mamelucos Domingos Jorge Velho, Adrião Pereira e Isabel Maria Guedes de Brito possuem apenas um documento, o que não permitiu a realização de um estudo mais detalhado dos documentos neste trabalho. Esse estudo será feito em trabalhos futuros, pois a busca por documentos correspondentes a esses mamelucos continua, com objetivo de contribuir com os estudos sobre a formação do português brasileiro.

4.1.1 Lourenço de Brito Correa

Os documentos de Lourenço de Brito Correa são constituídos por 9 cartas e 1 texto de memória. Todos os manuscritos foram analisados e comparados uns com os outros para conjecturar a variação de mãos encontradas nesses documentos e serão mencionados pela respectiva data de escrita.

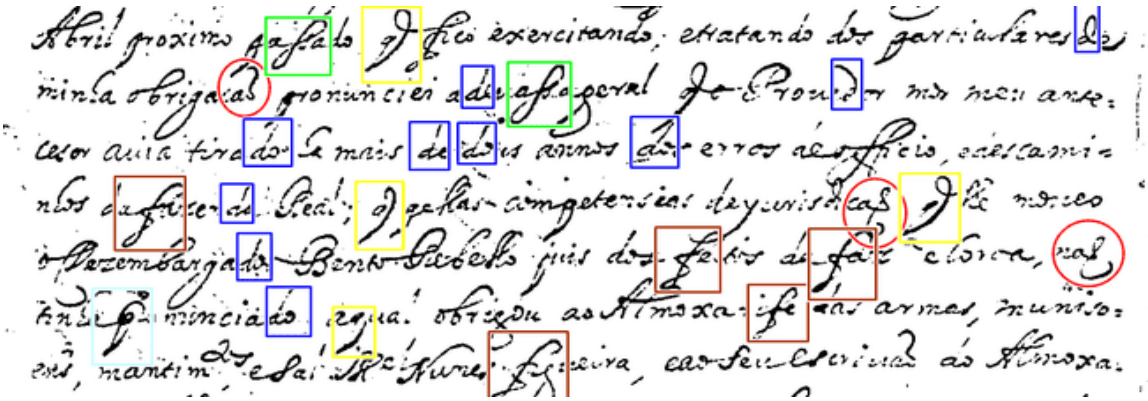
O documento de Lourenço de Brito Correa, datado de 12 de junho de 1659, apresenta características semelhantes ao documento datado de 15 de julho 1669. É possível notar que, nos dois documentos, a nasalidade é marcada no <o>, apresentando alguns exemplos de palavras com a nasalidade parecida com a nota musical clave sol invertida <&>.

Figura 24: Documento de LBC, datado de 12.06.659



Fonte: Imagem capturada de tela feita por Márcia Souza.

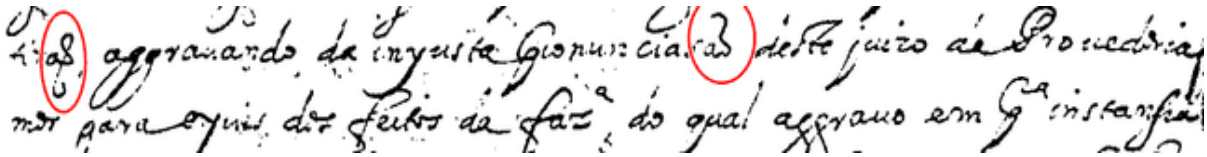
Figura 25: Documento de LBC, datado de 15.07.659



Fonte: Capturada de imagem feita por Márcia Souza.

Notou-se no documento datado de 15.07.1659 que a escrita de algumas palavras como *officio* e *agravo* são grafadas com duas consoantes, enquanto no datado de 12.06.1659 não há registro. Além desses aspectos correspondentes à nasalidade, encontra-se grafada a nasalidade de forma que a vogal <o> não se fecha, subindo até acima da parte superior da vogal. Porém é mais frequente a grafia parecida com a nota musical no documento datado de 15.07.1659.

Figura 26: Documento de LBC, datado de 15.07.1669, formas diferentes de marcar a nasalidade

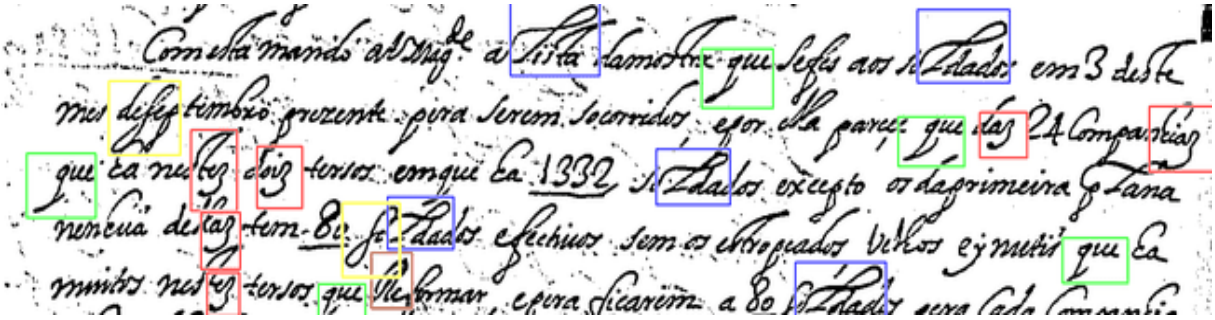


Fonte: captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Diante das características observadas e comparadas, considera-se que os dois documentos analisados são do mesmo punho, apesar de apresentarem alguns aspectos diferentes um do outro.

O documento datado de 14.07.1660 apresenta uma escrita com peso maior do que os dois anteriores, módulo médio, poucas laçadas, com hastes ascendentes para direita, pouca cursividade, com ligações em pontos correntes. Além dessas características, há outras peculiaridades, como as palavras grafadas no plural; apresenta-se o <s> bastante parecido com a consoante <z>; utiliza-se o <l> maiúsculo tanto no início quanto na posição medial. As palavras que iniciam com <s> apresentam, na maioria das vezes, grafia com <s> longo.

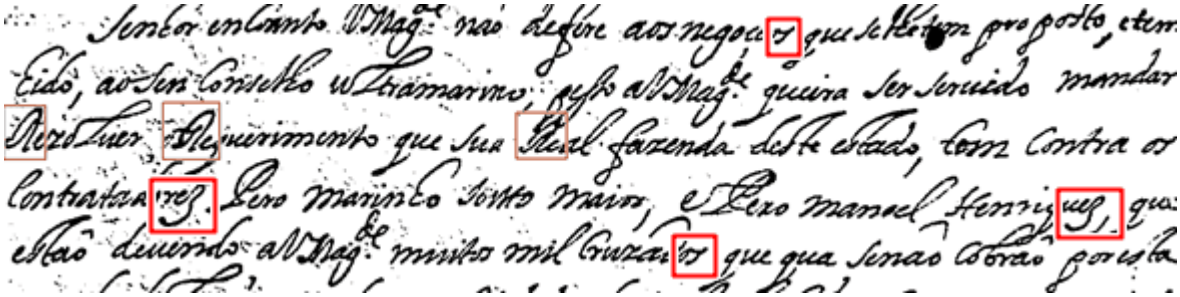
Figura 27: Documento de LBC, datado de 14.07.1660



Fonte: captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Observa-se que as palavras terminadas com a vogal <i> são grafadas com <y>; não usa abreviatura para a palavra *que*, sendo muito comum nos outros documentos o uso da abreviatura. Um aspecto marcante desse manuscrito é o <s> final, aparece de duas formas, com o <s> e com grafema <z> com valor de <s>. Palavras escritas com <m> em vez de <n> como é o caso de *comforme*; o uso do <R> maiúsculos para todas as palavras iniciadas com <r>.

Figura 28: Documento de LBC, datado de 14.07.1660

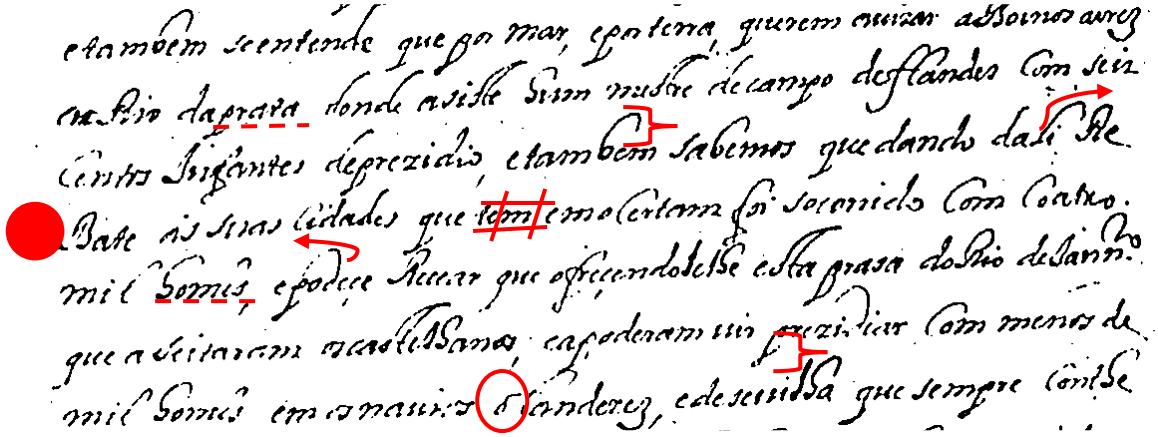


Fonte: captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

Apesar de esse documento apresentar aspectos diferentes dos outros, a partir dos quais é classificado com punho diferente dos dois anteriores, há alguns traços semelhantes aos outros documentos que irão ser abordados. Assim, apresenta a variação da consoante <d> tanto com haste ascendente para esquerda não muito longa e pouca curvada quanto haste reta. Há também o uso do <y> com valor de <j>, tanto no início de palavras quanto na posição medial.

O documento datado de 27.04.1661 apresenta uma escrita com pouco peso, com pouca cursividade, ou seja, a pena é levantada recorrentes vezes no momento da escrita. As ligações não são tão recorrentes, a inclinação do ângulo da letra é o mesmo. Apresenta uma escrita tombada para direita, com hastes não muito longas e pouco inclinadas e sem laçadas.

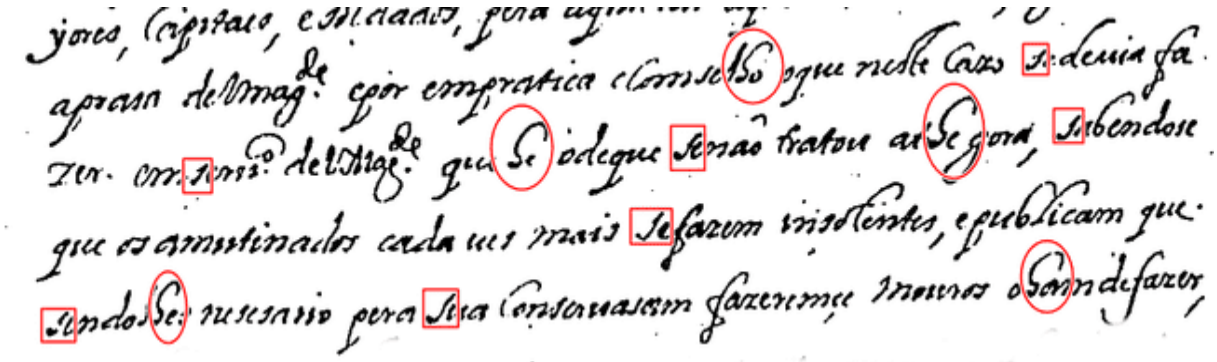
Figura 29: Documento de LBC, datado de 27.04.1661



Fonte: Captura de tela de imagem feita por Márcia Souza.

Observa-se no documento acima que a consoante <h> apresenta-se diferente dos documentos mencionados; os <s> inicias são grafados da mesma forma, não apresenta <s> longo. Porém observam-se aspectos semelhantes ao documento datado de 14.07.1660, como as palavras iniciadas com a consoante <R> maiúscula e o vocábulo *que* não vem abreviado. Além disso, encontram-se letras do alfabeto grafadas iguais às do documento datado de 14.07.1660 e 27.04.1661.

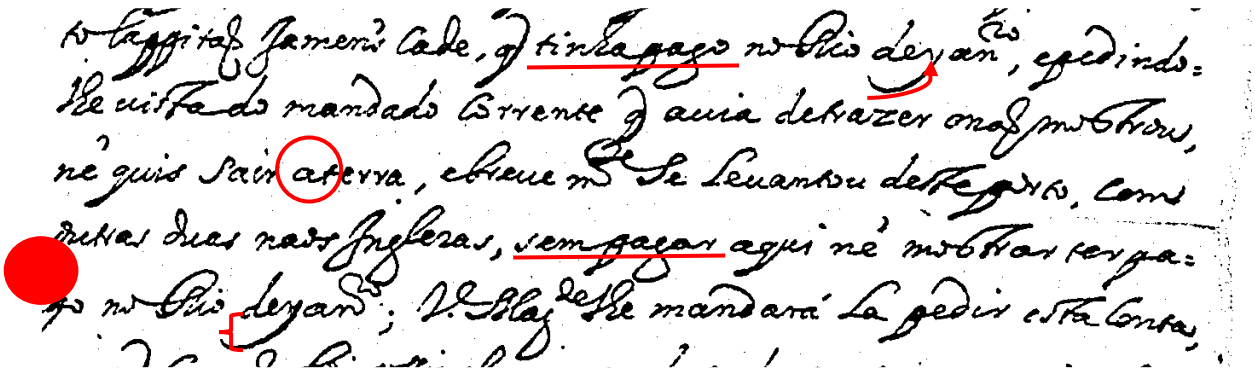
Figura 30: Documento de LBC, datado de 27.04.1661 – consoante <h> e a consoante <s> na posição inicial



Fonte: captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

O manuscrito datado de 13.05.1661 apresenta uma escrita com peso mais leve, cursividade, são recorrentes os nexos, hastes não muito longas, sem laçadas e *ductus* característico.

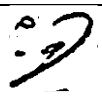
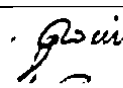
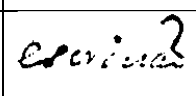
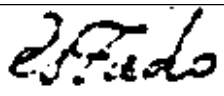
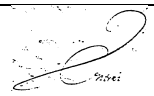
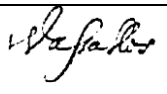
Figura 31: Documento de LBC, datado de 13.05.1661



Fonte: captura de imagem feita por Márcia Souza.

Observa-se que a escrita do manuscrito datado de 13.05.1661 assemelha-se com os documentos datados de 12.06.1659 e 15.06.1669. Apresenta a palavra *que* abreviada com a haste descendente até a parte superior da consoante <q>; duplicação de consoante, no caso da palavra *cappitão*; a nasalidade é marcada de duas formas; a vogal <e> inicial, em algumas palavras, é grafada com um sinal especial sobre a parte superior da letra; apresenta <s> longo, a abreviatura da palavra *para* é grafada sem que a pena seja levantada. Veja abaixo:

Tabela 4: Comparação entre os documentos de LBC

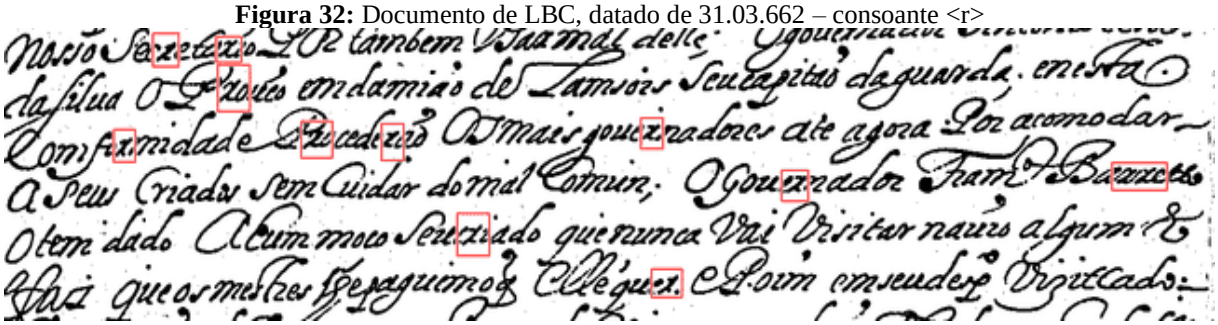
12.06.1659	15.07.1659	13.05.1661
		
		
		
		

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diante dos aspectos levantados e analisados, percebe-se que os documentos datados em 12.06.1659, 15.07.1659 e 13.05.1661 são do mesmo punho. Chegou-se a esse resultado considerando as características peculiares dos grafemas de cada letra e elementos linguísticos semelhantes.

Em carta de 31.03.1662, percebe-se uma escrita tombada para direita, arredondada e graúda, com pouca cursividade, pouca presença de nexos, mesmo ângulo, hastes ascendentes curtas e hastes descendentes um pouco mais longas. Além dessas, há outras características muito peculiares desse manuscrito, como a consoante <r> tanto na posição medial quanto na final, grafada semelhante à consoante <x>.

Figura 32: Documento de LBC, datado de 31.03.662 – consoante <r>

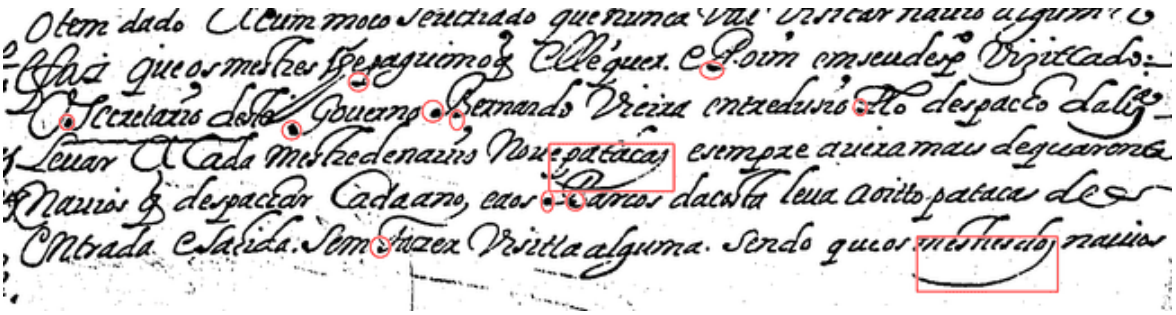


Fonte: Captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

É possível notar que, no final da linha, o redator deixa um traço. Não há variação da consoante <d> na posição inicial e medial, com haste ascendente pouco inclinada para direita. Verifica-se a presença de letras maiúscula na posição inicial e medial de forma inadequada, bem como nomes próprios escritos com letra minúscula. Ocorre variação na grafia da palavra *Gaspar*, o ducto da consoante <g> varia.

Diante das peculiaridades observadas nesse manuscrito, é classificado com punho diferente dos outros documentos citados. Uma característica específica dessa mão é a presença de uma bolinha pequena pintada no início do percurso do traçado de algumas letras maiúsculas como A, B, S, P, R, G e F. Verifica-se o uso do <s> longo na posição final das palavras, com haste descendente longa, assim como a consoante <f> minúscula apresenta uma haste longa e curvada para esquerda.

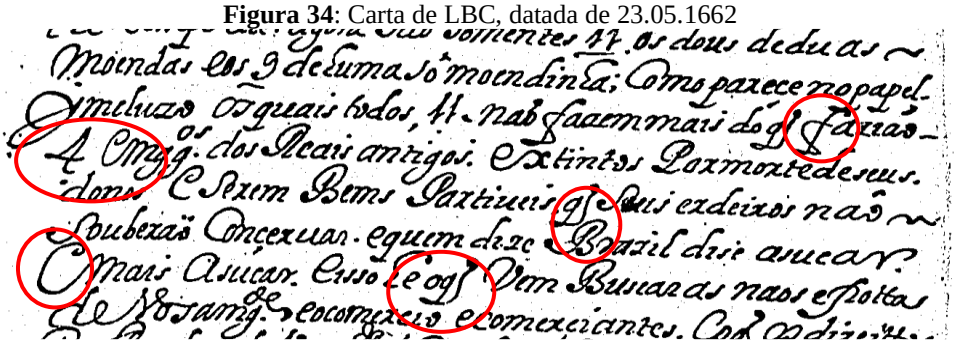
Figura 33: Documento de LBC, datado de 31.03.1662



Fonte: captura de imagem de tela feita por Márcia Souza.

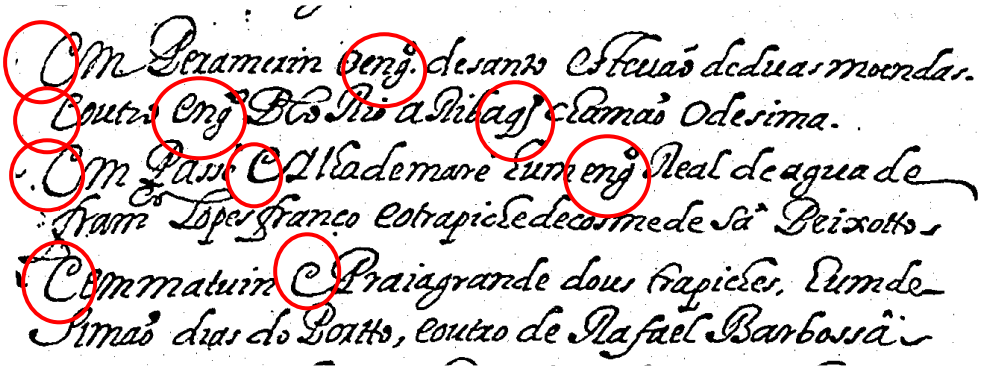
A carta e o memorial datados de 23.05.1662 são escritos pela mesma mão, pois ocorre uma escrita tombada para direita, pouca cursividade, poucas ligações e o ducto é característico. Nesses documentos, foi possível observar alguns traços caligráficos, como o artigo <e> na posição inicial, que se apresenta semelhante à consoante <c> em algumas palavras; a abreviatura *que* é grafada de modo que a haste é levada até a parte superior e termina com uma pequena bolinha preta. Os dois manuscritos apresentam variação da abreviatura *engenho*.

Figura 34: Carta de LBC, datada de 23.05.1662



Fonte: captura de imagem feita pela autora.

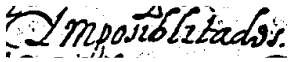
Figura 35: Memorial de LBC, datada de 23.05.1662



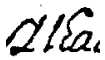
Fonte: Captura de imagem feita pela autora (2022).

Nota-se nesses documentos que a consoante <r> é grafada semelhante à consoante <x>. No início e no final do traçado das letras, como B, F, P, S, D, L e Q, o redator faz uma pequena bolinha preenchida com tinta preta. A vogal <i> na posição inicial é grafada em algumas palavras de modo semelhante à consoante <y>.

Figura 36: Carta e memorial de LBC, datados de 23.05.662 – Vogal <i> semelhante a consoante <Y>



Ympossibilitados

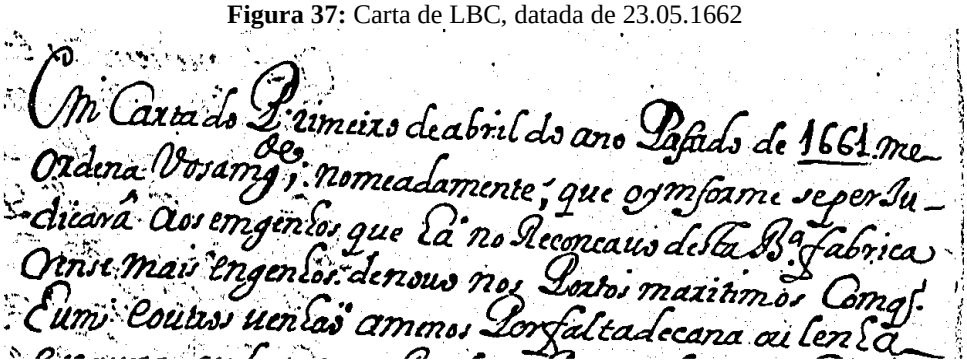


Ylha

Fonte: Captura de imagem feita pela autora (2022).

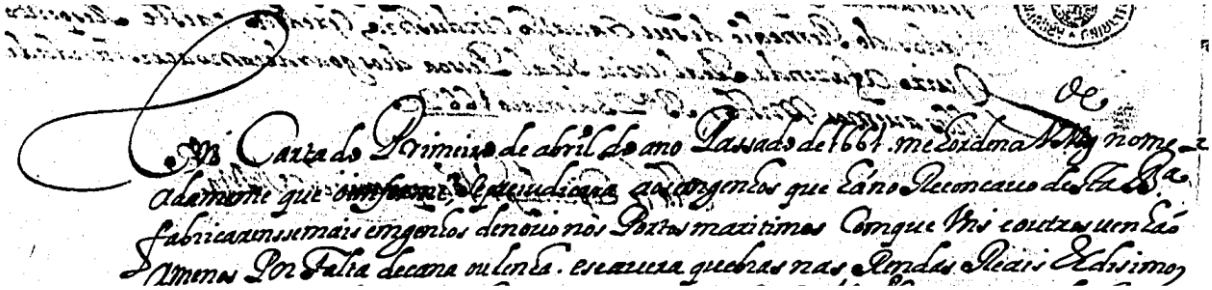
A carta datada de 20.09.1662 traz uma cópia da escrita da carta datada de 23.05.1662, pois o redator envia a carta como cópia para Vossa Majestade como uma forma de comprovar que a tinha enviado e relata o pedido que a coroa fez sobre fabricar mais engenhos. Foram comparadas as duas cartas, principalmente a parte que contém o mesmo conteúdo e percebeu-se que o punho é diferente, em especial a forma como algumas palavras são grafadas e o *ductus* não são característicos.

Figura 37: Carta de LBC, datada de 23.05.1662



Fonte: Captura de tela de imagem feita pela autora (2022).

Figura 38: Carta de LBC, datada de 20.09.1662

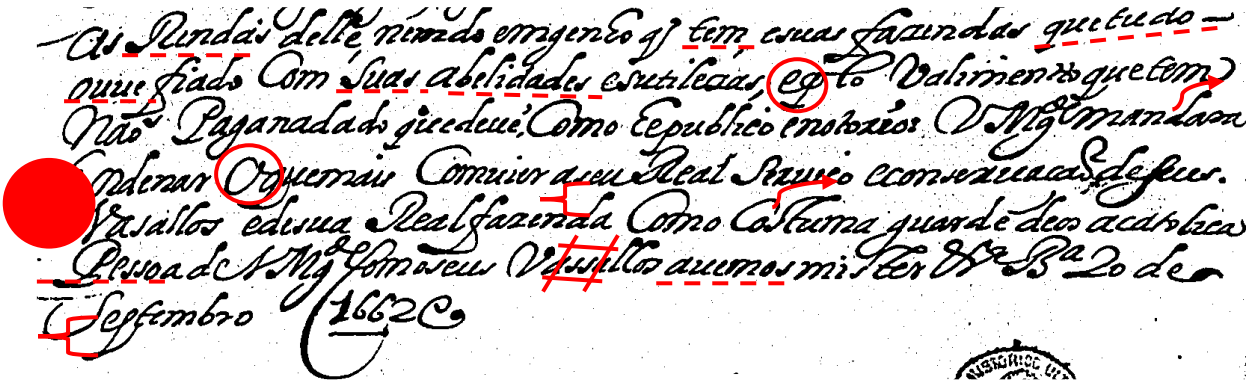


Fonte: Captura de imagem de tela feita pela autora (2022)

Percebe-se nessas quatros primeiras linhas que as letras de uma carta são mais graúdas do que as da outra. As vogais <e> que iniciam o texto são diferentes, a haste de uma consoante <d> é mais inclinada que a outra, usa-se abreviatura *que* em um texto e no outro, não. A palavra *falta* é grafada de forma diferente, na primeira com letra minúscula e na segunda com letra maiúscula.

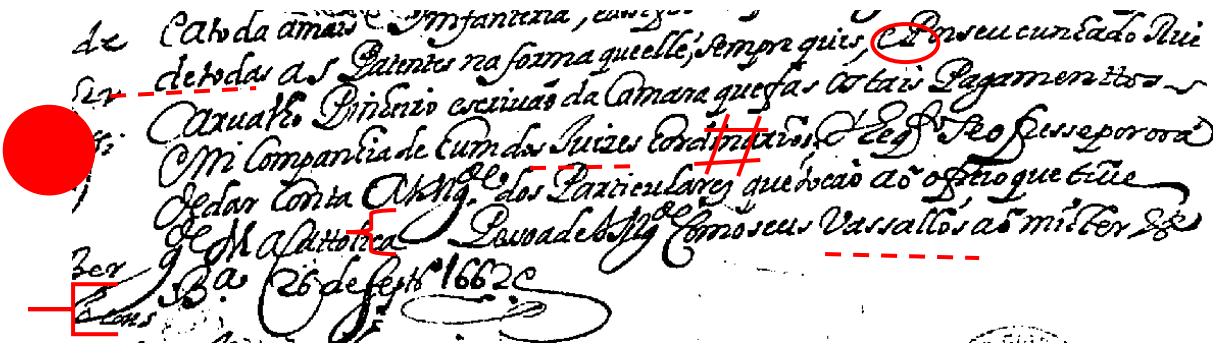
O documento datado de 20.09.1662 traz elementos semelhantes ao datado de 26.09.1662. As escritas apresentam pressão sobre o papel; a pena é levantada recorrentes vezes, ou seja, há pouca cursividade; os nexos não são frequentes; as letras são inclinadas para direita. As hastes descendentes são mais longas do que as descendentes.

Figura 39: Documento de LBC, datado de 20.09.1662



Fonte: captura de imagem de tela feita pela autora (2022)

Figura 40: Documento de LBC, datado de 26.09.1662



Fonte: Captura de imagem feita pela autora (2022)

Sendo assim, conjectura-se que os documentos datados de 12.06.1659, 15.07.1659 e 13.05.1661 são pertencentes a uma única mão. Os datados de 23.05.1662, 20.09.1662 e 23.05.1662 são escritos por outro punho, já os datados de 14.07.660, 27.04.661 e 26.09.662 apresentam características peculiares que se supõe serem escritos por mãos diferentes. Diante disso, levanta-se a hipótese de que esses manuscritos possuem 5 mãos diferentes.

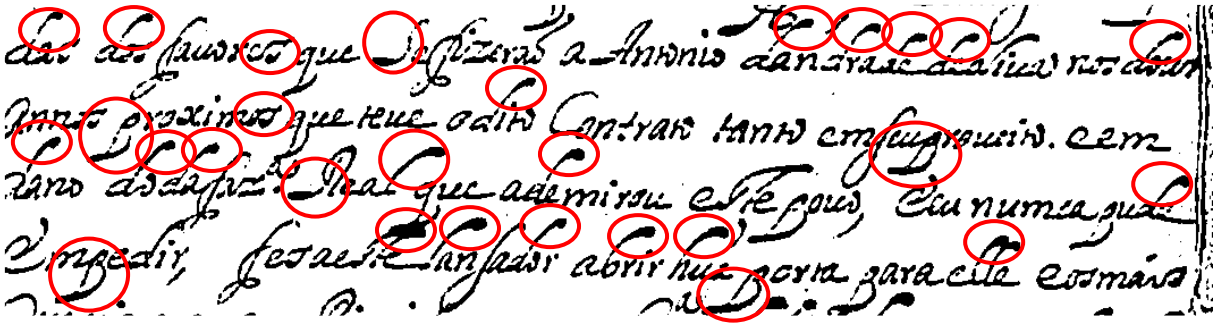
A partir dos estudos e análises dos quadros escriptográficos dos documentos referentes a Lourenço de Brito Correa, levanta-se a hipótese de que o documento datado de 27.04.1661 é o que mais se assemelha à escrita do redator. Para isso, observou-se e comparou-se cada letra da sua assinatura com as dos documentos citados. Observou-se, inicialmente, o grafema <r> que se assemelha ao grafema <x> e, a partir desse aspecto, confrontaram-se as demais letras da assinatura com os grafemas dos documentos semelhantes.

4.1.2 Lourenço de Brito de Figueiredo

Analisando as cartas do redator Lourenço de Brito de Figueiredo, no contexto paleográfico, alguns aspectos constitutivos da escrita, como ângulo, módulo, peso, ducto etc. ajudaram na identificação do punho dos manuscritos. Verificou-se que as cartas datadas de 04.04.1669 e 09.04.1669 são do mesmo punho. As características paleográficas encontradas foram: ângulo um pouco inclinado para direita, módulo pequeno, hastes ascendentes para esquerda não muito longas, o peso da escrita varia de pouco para médio a depender do manuscrito.

Além dessas características, outros elementos linguísticos contribuíram para identificar esses documentos como de uma única mão. A maioria das letras aparecem com uma bolinha preenchida com tinta preta no início do percurso do traçado e também, em alguns casos, na ponta fina das hastes.

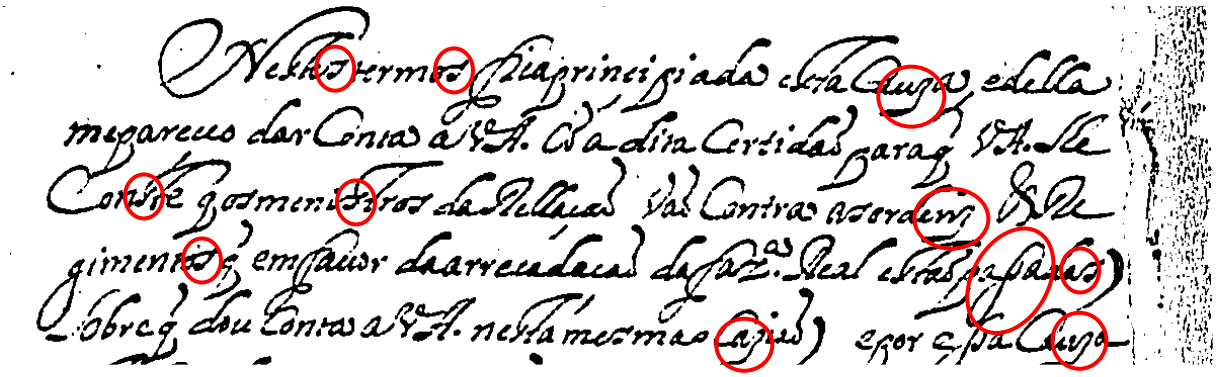
Figura 41: Documento de LBF, datado de 08.07.1662



Fonte: captura de imagem de tela feita pela autora (2022).

Observa-se que o grafema <h> é grafada de duas formas, uma semelhante à <E> e a outra com haste inclinada para direita, semelhante à haste dos grafemas <d>, <l> e <b>; faz uso de <s> longo em posição inicial, medial e em vocábulos grafados com <ss>. Encontra-se o grafema <s> semelhante à <z;> tanto na posição medial quanto final.

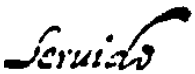
Figura 42: Documento de LBF, datado de 15.07.1669. As diferentes formas de apresenta <s>



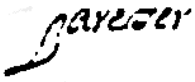
Fonte: captura de imagem de tela feita pela autora (2022).

A variação do grafema <s> é constante nos documentos, na posição inicial, medial e final. Na posição inicial, ocorre no grafema <s> escrita maiúscula e o <s> longo. Já na posição medial apresenta-se <s> comum, o longo e o semelhante à <z>, o que trouxe muitas dúvidas quanto a tratar-se de um <s> ou <z>, como é o caso das palavras *ocasião* e *causa*, que podem ser grafadas com <s> ou <z>. Na posição final, aparece o <s> comum e o semelhante ao <z>.

sua



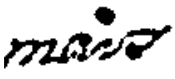
Seruido



parecer

causa

Ordens



mais

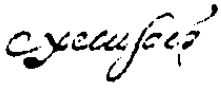
O grafema <s> semelhante à <z> na posição medial deixou muitas dúvidas durante o processo de transcrição, ou seja, se a palavra era escrita com <s> ou <z>. Porém, nos documentos, apareceram palavras escritas com o grafema <z> na posição medial, o que possibilitou a comparação. A palavra *causa* é escrita no documento com um grafema semelhante a /z/, porém esse mesmo grafema aparece na palavra *bens*, o que revela a possibilidade de ser um /s/, porque a palavra *bens* não é escrita com <z> na posição final. Não há ocorrências na posição final para consoante <z>.

Consoante /s/ posição medial	Consoante /s/ na posição final	Consoante /z/ posição medial

Além desses aspectos, observou-se que a variação da vogal /e/ na posição inicial apresenta-se de duas formas: semelhante à impressa e a segunda com um traço suspenso para parte superior da letra. Outra característica peculiar dessa mão ocorre no grafema .<x>, em que a serifa inicia abaixo da linha com uma bolinha preta pintada.

Este

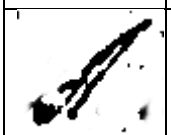
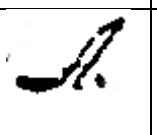
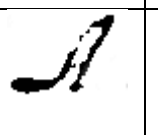
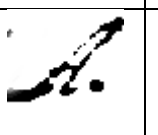
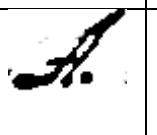
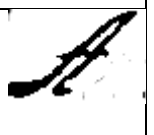
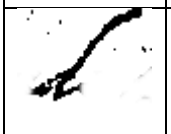
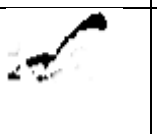
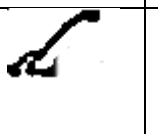
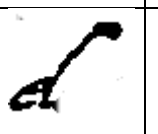
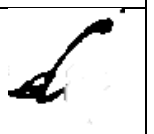
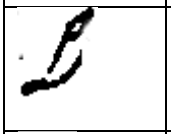
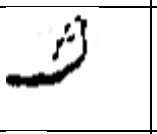
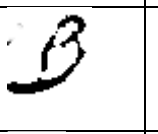
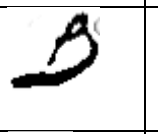
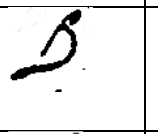
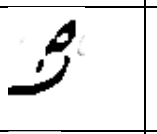
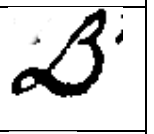
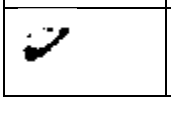
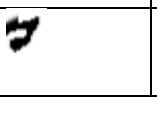
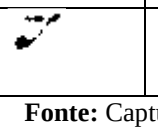
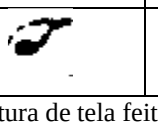
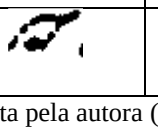
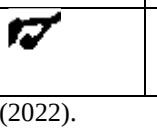
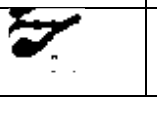
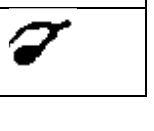
Empedir



execusoẽs

Investigaram-se outras características, como a semelhança das letras. Para isso, fez-se a comparação de algumas dessas letras em posição diferente. No quadro abaixo, apresenta-se o fac-símile de algumas letras para mostrar a semelhança desses documentos. A vogal maiúscula /A/ dos documentos datados; a seguir o grafema <d> na posição medial; depois <p> na posição inicial e, por último, <s> na posição final. Todos os exemplos mostram que o traçado das letras é semelhante um ao outro.

Quadro 16: Letras semelhantes nos documentos

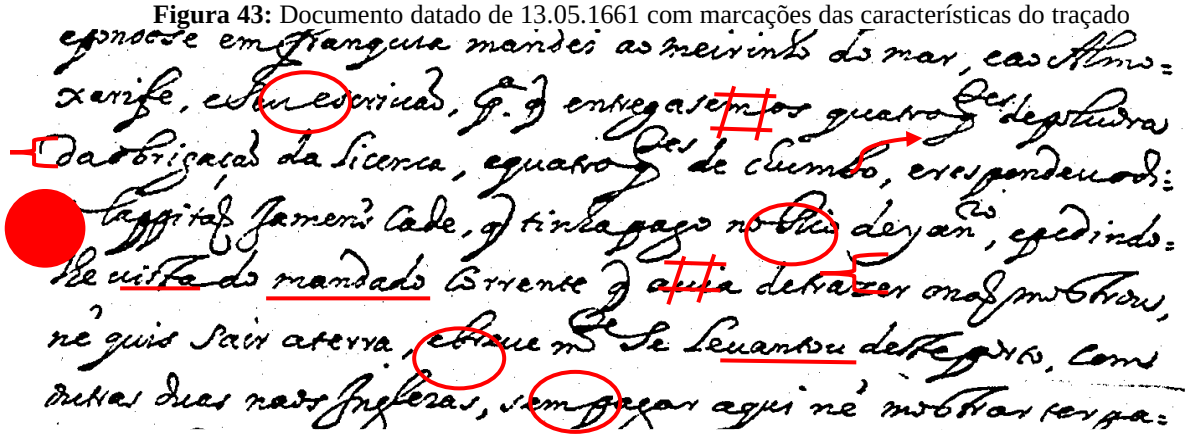
04.04.1669	09.04.1661	12.04.1669	16.04.1669	15.07.1669	08.07.1669	24.06.1670	13.05.1671
							
							
							
							

Fonte: Captura de tela feita pela autora (2022).

Diante dos aspectos levantados e estudados pode-se inferir que os documentos mencionados são de um mesmo punho. Chegou-se a essa conclusão a partir do estudo das características paleográficas e linguísticas.

Os documentos datados de 13.05.1661, 12.05.1671 e 15.08.1671 são diferentes dos citados e não possuem características semelhantes entre si. O documento datado de 13.05.1661 tem uma escrita com pouca pressão sobre o papel, com mais cursividade, ou seja, levanta poucas vezes a pena no momento da escrita; nexos em pontos recorrentes; o ângulo mais reto e um pouco inclinado para direita; hastes curtas e retas e pouco tendência a inclinar-se; o *ductus* de algumas letras varia. O grafema <d> varia com haste ascendente para esquerda, reta e com laço.

Figura 43: Documento datado de 13.05.1661 com marcações das características do traçado

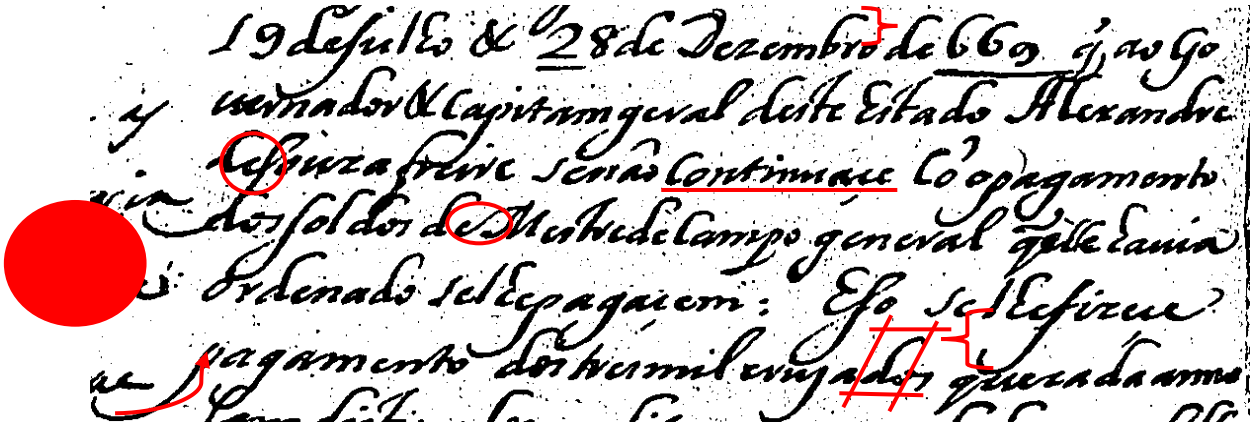


Fonte: Imagem de captura de tela feita pela autora (2022).

Diante da análise dos elementos básicos que compõem a escrita desse documento, conclui-se que a mão que produziu esse documento é diferente dos citados.

O documento datado de 15.08.1671 possui uma escrita pesada e ligeira, pouca cursiva, tombada para direita, nexos em pontos recorrentes, hastes um pouco longas e curvadas e *ductus* característico.

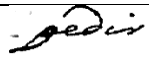
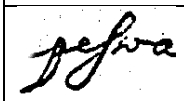
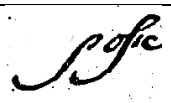
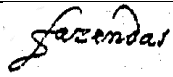
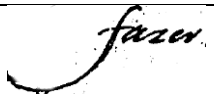
Figura 44: Datado de 15.08.1671, características da escrita



Fonte: Captura de imagem de tela feita pela autora (2022).

Os elementos convergentes do documento datado de 12.03.1671 em relação ao datado de 13.05.1661 são diversos, tendo um documento uma escrita peculiar em relação aos outros. O grafema <d> tem haste ascendente para direita, enquanto no outro varia para esquerda e reto.

Tabela 5: Documento datado de 15.08.671 – caracterização da escrita

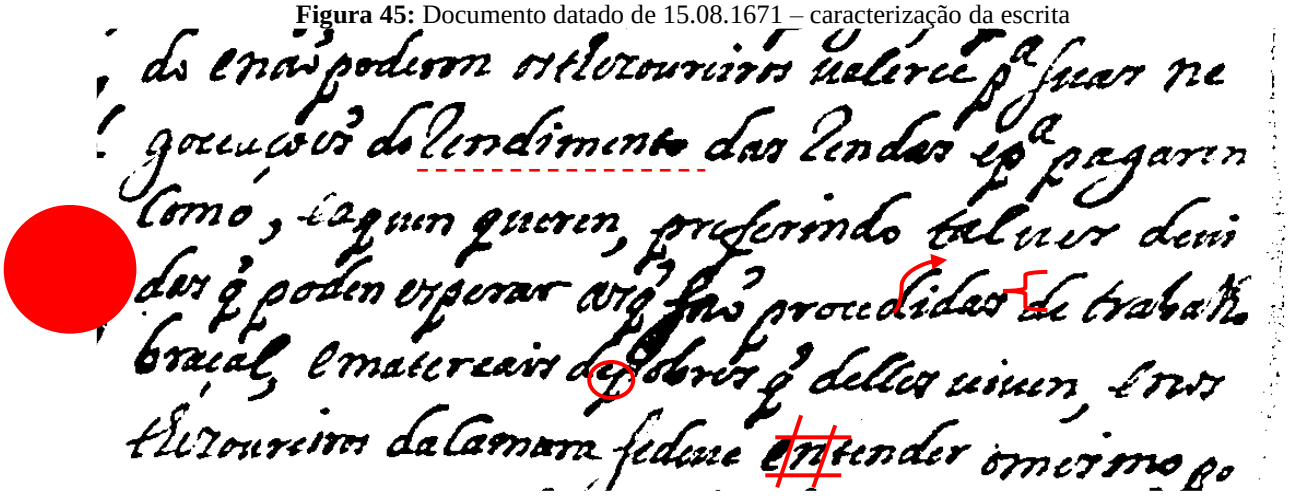
13.05.661	12.03.671	Características da grafia
 pedir	Mandar	No primeiro a consoante /d/ na posição medial tem a haste ascendente inclinada para esquerda enquanto no segundo temos a consoante /d/ com haste inclinada para direita.
 pessoa	 Posse	Na posição inicial, a consoante /p/ tem haste descendente para direita, enquanto no segundo a consoante /r/ é grafada apenas com um traço e o ponto de ataque começa pela parte inferior da haste descendente.
 fazendas	 fazer	No primeiro exemplo a consoante /f/ na posição inicial, apresenta um ducto diferente da segunda. O ponto de ataque é pelo gancho, enquanto na segunda é pela serifa, sendo grafada apenas com um traço.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os aspectos levantados acima contribuem para analisar e caracterizar o traçado dos diferentes punhos encontrados nos documentos referentes a LBF. Sendo assim, supõe-se haver um punho para o documento datado de 13.05.1661 e outro para o datado de 12.03.1671.

O documento datado de 15.08.1671 apresenta aspectos diferentes dos anteriores. Há uma escrita com mais pressão sobre o papel, com pouca cursividade, ou seja, levanta a pena várias vezes no momento da escrita, apresenta poucas ligaduras, hastes curtas e pouca curvadas, sem laçadas, ducto característico. A escrita é pouco tombada para direita com algumas letras retas.

Figura 45: Documento datado de 15.08.1671 – caracterização da escrita



Fonte: Captura de imagem de tela feita pela autora (2022).

Observa-se que o grafema <R> maiúscula assemelha-se ao numeral dois e, na posição inicial das palavras, apresenta-se o <s> longo. São elementos que caracterizam uma mão e a diferenciam de outras. Diante dos documentos analisados e assinados por Lourenço de Brito de Figueiredo, supõe-se que os manuscritos apresentam 4 punhos.

Para levantar a hipótese sobre qual seria o punho de Lourenço de Brito de Figueiredo, analisou-se sua assinatura, comparando-a à escrita dos documentos. O datado de 13.05.1661 é o que mais se assemelha. Não houve ocorrências dos grafemas maiúsculas /L/ e /F/ em nenhum documento.

4.1.3 Isabel Maria Guedes de Brito

A escrevente Isabel Maria Guedes de Brito possui apenas um requerimento, ou seja, apresenta uma escrita delegada e sem assinatura da escrevente. O tipo de texto e o número de documentos dificultaram a investigação e comparação dos grafemas relacionados à mameluca.

Devido à falta de produtos gráficos referente a Isabel Maria Guedes, não foi possível a investigação de punho no documento da escrevente.

4.1.4 Domingos Jorge Velho

O escrevente Domingos Jorge Velho possui apenas um documento, diferente dos escreventes Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo, que dispõem de vários manuscritos que possibilitam fazer um levantamento dos aspectos paleográficos e linguísticos de cada documento e compará-los entre si.

O manuscrito do sertanista também apresenta assinatura, e foi analisada e comparada com o texto. Percebeu-se semelhança com as letras da assinatura, supondo-se ser escrito por ele. São necessários outros manuscritos referentes ao mameluco para realização de um trabalho minucioso de investigação de punho.

4.1.5 Adrião Pereira de Farias

O documento de Adrião Pereira de Farias é um texto de memória que contém partes da escrita com uma leitura incoerente. No processo de transcrição, percebeu-se que algumas letras eram semelhantes a outras e apresentavam *ductus* sem traços característicos. Esses aspectos dificultaram a decifração de palavras, o que nem mesmo o contexto possibilitou resolver.

Segundo Laura de Melo e Souza (1986), Adrião Pereira relata que não foi ele quem escreveu o bilhete, e sim o seu amigo Crescêncio Escobar. Sendo assim, "[...] Adrião procurou convencer os comissários que o interrogavam de que assinara o papel sem saber o que continha, pois Crescêncio não lhe lera os escritos, e ele não era capaz de fazê-lo" (SOUZA, 1986, p. 363). Mais tarde, a fim de ser libertado, reconheceu sua culpa, informando ao Tribunal do Santo Oficio que conhecia desde o início o conteúdo do escrito, para que fosse aliviado das culpas.

Diante dessa informação, observaram-se os grafemas da assinatura de Adrião Pereira de Farias e levantaram-se alguns aspectos da assinatura do escrevente em relação às letras do texto. Percebeu-se que alguns grafemas se assemelham uns com os outros, como, por exemplo, a consoante <d>.

Diante dos aspectos levantados, percebe-se a necessidade de mais estudos, principalmente na busca de outros manuscritos do referido mameluco, para que haja uma comparação e investigação de elementos peculiares entre si, como, por exemplo, os grafemas. Isso é necessário para uma boa qualidade das conclusões a serem obtidas sobre a escrita de Adrião Pereira.

4.2 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, apresentou-se uma comparação dos aspectos morfológicos da *scripta* dos redatores, ou seja, o módulo, peso, ângulo, *ductus*, nexos e ligaduras, com o objetivo de investigar quantas mãos existem nos documentos relacionados aos escreventes Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo. Através dessas comparações, conjecturou-se que os documentos foram escritos por mais de uma mão. Porém não foi possível fazer estudos e comparações minuciosas com os documentos referentes aos escreventes: Domingos Jorge Velho, Adrião Pereira e Isabel Maria Guedes de Brito, pois possuem apenas um manuscrito.

SEÇÃO 5

Nesta seção, apresenta-se o conceito de Inabilidade, buscando identificar, nos manuscritos dos *Documentos de mamelucos do Brasil Colonial*, níveis de inabilidade/habilidade e, além disso, verificar possíveis ocorrências de aspectos gráficos, delimitando o que seria aspecto da *scriptualidade* e o que seria fenômeno de variação. Discute-se, também, a proposta de Marquilhas (2000) na identificação de redatores em fase inicial de aquisição da escrita em manuscritos no período seiscentista e oitocentista, e de Barbosa (1999; 2017), Santiago (2012; 2019) e Santos (2019) em seus trabalhos sobre a mesma temática.

5 INABILIDADE: ALGUNS ASPECTOS

Através da tese de doutorado de 1996 intitulada: *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII,* a pesquisadora portuguesa Rita Marquilhas associa à expressão francesa *scripteurs maladroits*, usada por Claire Blanche-Benveniste (1993), uma tradução portuguesa aproximada, *mãos inábeis*, empregadas para caracterizar redatores estacionados em fase inicial da aquisição da escrita alfabética ou a mão pouco exercitada, e esta expressão foi consolidada e utilizada posteriormente em vários trabalhos, como Oliveira (2006) e Santiago (2012; 2019).

Segundo Marquilhas (2000, p. 237), em termos metodológicos, o reconhecimento dos textos das mãos inábeis pode ser realizado pela "[...] sua aparência física, constituída pela caligrafia da mão e por particularidades do suporte". Fundamentada na paleografia italiana, a autora elenca algumas características físico-caligráficas para as mãos inábeis:

> a. *ausência de curso*: o desenho autónomo de cada carácter, ou mesmo de traços de cada caráter, decorrente da falta de agilidade dos músculos da mão;
> b. uso de modulo grande: a dificuldade em integrar as letras num modulo pequeno;
> c. *ausência de regramento ideal*: a incapacidade de respeitar um pautado mental manifesta-se sobretudo na tendência descendente do alinhamento, à medida que se aproxima a margem direita da folha;
> d. *traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras; ridídez; falta de leveza do conjunto*: a detectação destas características é naturalmente muito subjectiva;
> e. *irregularidade da empaginação*: falta proporção entre as margens, as quais podem nem se quer estar definidas, ou relegam a mancha gráfica para um extremo da folha;
> f. letras monolíticas: há um desconhecimento da alografia combinatória dos sinais em contexto inicial, medial ou final. Esta característica relaciona-se com

> a falta de cursividade e com o desenho autónomo dos carácter [...] (MARQUILHAS, 2000, p. 239-240).

Completando-as com outras, a autora cita diferentes dificuldades dos inábeis em representar, na escrita alfabética, elementos supragráficos; a segmentação fonológica, a exemplo da hipersegmentação; a grafia para sílabas com consoante líquida /r/, /l/; a variação de vocalismo e de consonantismo, ressaltando que a presença dessas características não é acumulativa nem equilibrada, podendo acontecer só em nível isolado ou, às vezes, em conjunto. Barbosa (2017, p. 28) chama a atenção para as características que definem uma mão inábil, pois, segundo ele

> [...] as chamadas mãos inábeis apresentam marcas de inabilidade em diferentes planos da escrita em cooperação e, em cada plano, podem estar em diferentes graus. Não há um elenco fixo de características que, por si só, defina uma mão inábil, mas o peso do grau máximo de características de um desses planos, ou o peso da reunião de características pertencentes a planos distintos. Um manuscrito pode ser considerado como o de uma mão inábil em um nível e ser um bom exemplo de habilidade em outro.

Para o autor, não basta a simples presença de marcas na escrita, como monotongação, abaixamento/alteamento, apagamento de <r> em fim de sílaba, etc., para definir uma mão inábil de uma outra hábil, e sim "o qualitativo de marcas raras e a maior concentração de variantes escritas que sugiram variantes fonéticas mais gerais da fala" (BARBOSA, 2017, p. 30-31).

Em sua tese de doutorado, *Para uma história do português colonial*: *aspectos linguísticos em cartas do comércio*, Afrânio Gonçalves Barbosa analisa 93 cartas do comércio escritas por mercadores portugueses residentes no Brasil, no século XVII, e também 24 documentos de circulação oficial. A partir da metodologia de Marquilhas (2000), o autor identifica esses redatores como *pouco hábeis*. A expressão *pouco hábeis* é utilizada como um intermédio entre redatores inábeis e hábeis.

Barbosa (1996, p. 158) chama atenção para o fato de que "nem sempre os aspectos físicos são suficientes para identificar o texto de pessoas com poucas habilidades de escrita". Isso porque "há caso de encontrar texto com a aparência bem cuidada, mas, na verdade, são obras de mão inábil". Para ele, o nível ortográfico será a melhor forma de identificar, com segurança, o grau de habilidade.

Para Barbosa (2017), algumas pessoas que utilizam *corpora* linguísticos costumam fazer deduções erradas sobre redatores inábeis, por levarem em consideração apenas marcas físicas, resultado da dificuldade motora. É possível visualizar um fac-símile de um documento

que em nada lembra uma mão inábil, já que não há elementos caligráficos mal executados, e, no entanto, o redator desse documento ser caracterizado como inábil, devido a se constatar a inversão de sílabas complexas, como /r/ e /l/.

A partir dos critérios destacados por Marquilhas (2000), e de outros trabalhos com *corpora* histórico-diacrônicos, no âmbito do PHPB, de alguns aplicados por Oliveira (2006) e Santiago (2012; 2019), Barbosa (2017) destaca algumas dimensões que influenciam na variação gradual de níveis de habilidade,

> 1) Na dimensão da escriptualidade, os grafismos; (2) Na aquisição de nível fonológico a escrita, os índices grafo-fonéticos; (3) No epifenômeno, a pontuação; (4) Na dimensão lexical, a repetição de vocábulos; (5) dificuldade de riqueza na variação e precisão do léxico; (6) os aspectos sintáticos; (7) a reprodução de tendências e modelos discursivos; (8) a habilidade motora; (9) a segmentação gráfica (BARBOSA, 2017, p. 24-27).

Dessa forma, há vários fatores propícios para a configuração de um redator em fase inicial da escrita. A depender do grau de influência utilizada para detectar uma mão inábil, pode-se definir um quadro de habilidade ou inabilidade, em vários segmentos, desde o nível mínimo ao máximo. Além de Barbosa (1996; 2017), os estudos de Oliveira (2006) e Santiago (2012; 2019) serão utilizados neste trabalho.

Em sua tese *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, Oliveira (2006) investiu nas atas dos negros e afrodescendentes da Sociedade Protetora dos Desvalidos, observando uma série de aspectos em diferentes níveis, como: segmentação gráfica; aspectos da aquisição da escrita; fenômenos gráficos e marcas da oralidade. A partir desses aspectos, constatou graus diferentes de domínio da escrita, caracterizado como *mãos inábeis*, a partir de Marquilhas (2000) e *mãos pouco hábeis*, de acordo com a proposta de Barbosa (1999).

Em Santiago (2012; 2019), apresenta-se a descrição de um conjunto de aspectos de inabilidade em escrita alfabética, identificado em cartas pertencentes a sertanejos baianos. A partir dos critérios estabelecidos por Marquilhas (2000), também identificou marcas próprias àqueles redatores em fase incipiente da escrita distribuídas em vários planos como: supragráficos e paleográficos; segmentação gráfica: hipossegmentação e hipersegmentação; repetição vocabular; aspectos de aquisição da escrita; e fenômenos fônicos. A pesquisadora, ancorada em proposta já citada, mostra a ideia de contínuo de inabilidade distribuído entre máxima: alta frequência e marcas mais raras; parcial: baixa frequência e marcas mais comuns;

mínima: pode ser caracterizada pela ausência de aspectos relacionados à *escriptualidade*, presença de dados de escrita fonética, além de marcas de mais de uma das demais dimensões.

5.1 A BUSCA DE INDICES GRAFOFONÉTICOS

De acordo com Santos (2019, p. 133), os índices grafofonéticos são "grafias que indicam aproximação de sons vocálicos, distanciados daqueles estabelecidos por convenções gráficas". Quanto à averiguação desses índices em documentos antigos, principalmente dos séculos XVII e XVIII, precisa-se de um certo cuidado para não confundir traços de inabilidade com características ortográficas, já que, até o final do século XVIII, existia uma pluriortografia, devido à normatização linguística ser estabelecida, no Brasil, a partir do século XX.

As marcas grafofonéticas faziam parte de forma pendular, do século XVIII para trás, de algumas ortografias publicadas. Havia um desconhecimento de normatizações que, segundo Gonçalves (1992), inclui uma escrituração pendular: ora em grafação mais fonética, ora em grafação cheia de convencionalismos ortográficos, supondo-se existir "pouco rigor ortográfico" como algo generalizado no Brasil-colônia:

> Outra característica desses manuscritos é a variabilidade de algumas palavras. Um exemplo pontual: encontra-se o artigo "uma" grafado, entre outras maneiras, como "ua", "huma", "uma", e isto, por vezes, na mesma fonte. Ponto este que revela o pouco rigor ortográfico, típico dos dois primeiros séculos de Colônia [...] (SAMARA,1999, p. 19).

Devido a essa pluriortografia, era possível encontrar em manuscritos do século XVIII quantidades significativas de dados grafofonéticos, o que está ligado à aquisição da escrita, ou seja, à representação gráfica de sons vocálicos. De acordo com Barbosa (2017), era comum encontrar vocábulos grafados de diferentes formas, assim como a falta de emprego dos dígrafos latinizantes, como /ss/, no qual podíamos encontrar *vosa*, em vez de *vossa*, dentre outras peculiaridades.

A partir do século XX, a identificação de um inábil não era tão dificultosa quanto nos séculos anteriores, tendo em vista o estabelecimento da normatização linguística, quando passa a existir uma única forma para escrever um determinado vocábulo. Sobre isso, Barbosa (2017, p. 40) descreve o seguinte:

> O mapeamento da gradiência de habilidades e inabilidades de conhecimento das convenções do padrão gráfico se estabelece mais direta: partindo dos níveis elementares de habilidade e passando às mãos inábeis, aumenta a

> incidência das marcas grafo-fonéticas e aumenta a proporção de erros de um dado redator em relação ao grafismo preconizado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e dicionários.

Acerca das discussões sobre habilidade/inabilidade, busca-se investigar, nos escritos dos mamelucos mencionados neste trabalho, vestígios de um português brasileiro de sincronias passadas. Para caracterizar os aspectos físicos, caligráficos e grafofonéticos, serão aplicados os critérios definidos por Marquilhas (2000) e as dimensões de inabilidade por Barbosa (1999).

5.1.1 Investigando as mãos dos escreventes

O desejo em investigar os escritos dos mamelucos citados neste trabalho é averiguar a existência de uma possível *mão inábil* ou *pouco hábil*, proposta de Barbosa (1999), tendo em vista que os manuscritos são raros e pertencem a mamelucos, indivíduos que faziam parte de uma classe social bastarda, em que poucos tiveram acesso à leitura e à escrita. Levando em consideração o contexto da escolarização no Brasil, citado na seção 1 deste trabalho, o ensino formal da leitura e da escrita não contemplou todas as classes e nem todas as localidades do país. As primeiras letras eram ensinadas nas fazendas, custeadas pelos próprios fazendeiros, possuidores de muita riqueza.

É nesse contexto que os mamelucos citados neste trabalho tiveram o contato com as primeiras letras. Alguns escreventes como Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito de Figueiredo e Isabel Maria Guedes de Brito tiveram pais com poder tanto político quanto econômico, oportunizando o acesso à escola. Contudo, quanto aos mamelucos Domingos Jorge Velho e Adrião Pereira, não há registro de sua escolarização, sendo seus manuscritos importantíssimos para o estudo da história e formação do português brasileiro.

Nesse sentido, nortearam o estudo das mãos dos escreventes pertencentes ao conjunto documental *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* as dimensões de inabilidade ressaltados por Barbosa (1999; 2017): os *grafismos*; os *índices grafofonéticos*; a *habilidade motora*; a *segmentação gráfica*; a *pontuação*; a *repetição de vocábulos* e a *dificuldade de riqueza na variação e precisão do léxico*. A seguir, apresentamos análise dos manuscritos referentes aos escreventes mencionados no trabalho.

5.1.1.1 Aspectos da escrita de Domingos Jorge Velho

O manuscrito referente a Domingos Jorge Velho é uma carta com 4 fólios. Ao analisar os fac-símiles, notaram-se elementos caligráficos com letras firmes e inexistência de módulos grandes. No entanto constatou-se a presença do fenômeno de hipossegmentação – união de formas lexicais na sentença, as quais deveriam estar separadas por espaços em branco entre palavras. Não há presença de hipersegmentação, como se vê no trecho abaixo:

Figura 46: Trecho do fólio 1r, DJV; exemplo de hipossegmentação

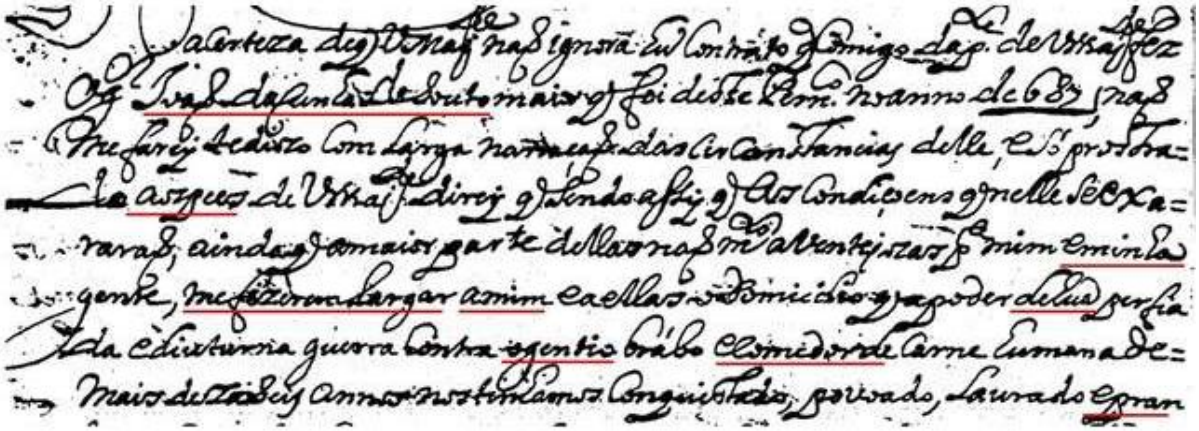
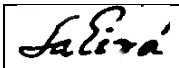
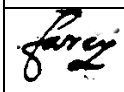
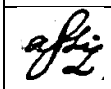
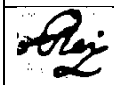
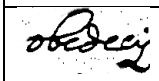
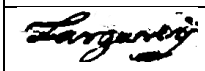
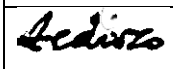
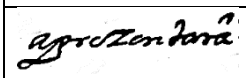
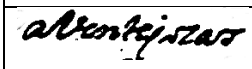
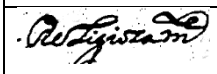
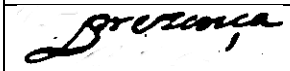
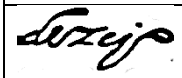


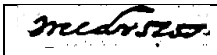
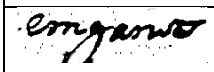
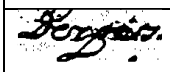
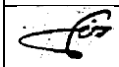
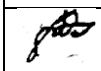
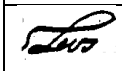
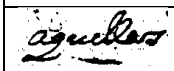
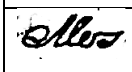
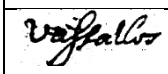
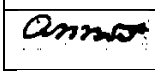
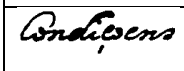
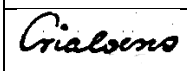
Foto: Captura de imagem de tela por Márcia Souza.

Em relação ao nível gráfico, foram encontradas ocorrências de vocábulos grafados com a latinização em artigos escritos com o /h/; o emprego da consoante /z/ por /s/, situações destacadas por Barbosa (2017) como habituais no período em que reinava a pluriortografia. Verificou-se o emprego da consoante /s/ por /z/; emprego da consoante /m/ por /n/; a presença de etimologização /nn/ e /ll/ e o emprego do /y/ por /i/ em final de vocábulos. No entanto não foram encontradas sílabas complexas envolvendo /r/, o que, segundo Marquilhas (2000), é o traço mais característico dos inábeis portugueses do século XVII, em ocorrências como *afrimara* por *afirmara*, *abirl* por *abril*. Segue o quadro com as ocorrências:

Quadro 17: Ocorrências gráficas

Exemplos de fác-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	hũ por um	Latinização	1r, 1v, 2r	5
	hua por uma	Latinização	1r	2

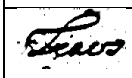
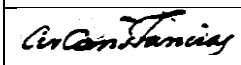
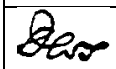
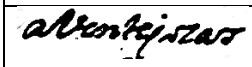
	sa**h**irá por sairá	Latinização	2r	1
	fare**y** por farei	Substituição de grafema	1r, 2r	2
	dire**y** por direi	Substituição de grafema	1r	2
	ass**y** por assim	Substituição de grafema	1r, 1v	4
	re**y** por rei	Substituição de grafema	1r	1
	obedec**y** por obedeci	Substituição de grafema	1r	2
	dec**y** por desci	Eliminação de grafema	1v	1
	largare**y** por largarei	Substituição de grafema	1v	1
	tedio**z**o por tedioso	Substituição de grafema	1r	1
	apre**z**entará por apresentará	Substituição de grafema	2r	1
	apu**z**entado por aposentado	Substituição de grafema	1v	1
	aventejo**z**as por avantajosas	Substituição de grafema	1r	1
	religio**z**amente por religiosamente	Substituição de grafema	1r	1
	cau**z**a por causa	Substituição de grafema	1r, 1v	2
	pre**z**ença por presença	Substituição de grafema	2r	1
	de**z**ejo por desejo	Substituição de grafema	2r	2

	Medro**z**os por medrosos	Substituição de grafema	1v	1
	e**m**ganos por enganos	Substituição de grafema	1r	2
	De**z**pois por depois	Acréscimo de <z> posição de coda	1r, 1v	3
	fi**s** por fiz	Substituição de grafema	1r, 2r	3
	fa**s** por faz	Substituição de grafema	1v	1
	lu**s** por luz	Substituição de grafema	1v	1
	aque**ll**as por aquelas	Latinização	1r, 1v	6
	e**ll**as por elas	Latinização	1r	2
	e**ll**es por eles	Latinização	1r, 1v	5
	de**ll**e por dele	Latinização	1r, 1v	2
	ne**ll**e por nele	Latinização	1r	2
	vassa**ll**os por vassalos	Latinização	1r, 2r	2
	a**nn**os por anos	Latinização	1r	2
	condiçoe**n**s por condições	Nasalização	1r, 1v, 2r	3
	criacoe**n**s por criações	Nasalização	1r	2

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santiago (2012).

Há outros fenômenos identificados na escrita de Domingos Jorge Velho, como o emprego da vogal <e> no lugar da vogal <i>/; o emprego da <o> no lugar de <u> e da vogal <e> no lugar da vogal <a>. Segue o quadro abaixo.

Quadro 18: Outras ocorrências no manuscrito de DJV

Exemplos de fác-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	lea**e**s por leais	Variação da vogal */e/* por */i/*	1r	1
	circ**o**nstancias por circunstâncias	Variação da vogal /o/ por /u/	1r	1
	de**o**s por Deus	Variação da vogal /o/ por /u/	2r	1
	av**e**nt**e**jozas por avantajosas	Variação da vogal /e/ por /a/	1r	1

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Ainda sobre as dimensões de inabilidade, não consta pobreza de léxico ou repetição de vocábulos. Segundo Santiago (2019, p. 143), "a repetição não é determinante na caracterização de uma maior dificuldade com o código escrito; só combinada a outros aspectos é que contribui para indicar um nível de escrita mais inábil". Em relação ao uso da pontuação, apresentam-se vírgulas, pontos e dois pontos.

Sobre a dimensão de habilidade motora, Barbosa (2017) relaciona os níveis supragráfico e paleográfico às características físico-caligráficas mencionadas por Marquilhas (2000). Além disso, discute e exemplifica o fato de que nem sempre há coincidência entre as dimensões da *escriptualidade*, da escrita fonética e a habilidade motora. Ou seja, pode apresentar uma caligrafia segura, isto é, hábil no nível motor, mas com marcas de inabilidade em outros planos, como a inversão de <r> por <l> em sílaba complexa.

Segundo Marquilhas (2000, p.239) a *ausência de cursus* é caracterizada pelo "[...] desenho autônomo de cada carácter, ou mesmo de traços de cada carácter", isto é, sem manter o curso natural da escrita, os grafemas são desenhados um a um. Isso acontece devido à falta de agilidade dos músculos da mão. Em alguns casos, pode ocorrer a manifestação do uso do *módulo grande,* não sendo uma característica presente em todo o texto, podendo, portanto,

oscilar. Também é comum nos documentos históricos aparecerem letras maiúsculas no meio de palavras.

Em relação ao *traçado inseguro*, o redator apresenta uma rigidez e falta de leveza no traçado do seu texto, no entanto apresenta uma habilidade motora. Na carta, encontram-se muitas ocorrências de abreviaturas, que são elementos bastante utilizados por redatores em manuscritos do século XVII e XVIII. E, de acordo com Marquilhas (2000), a falta das abreviaturas pode indicar inabilidade.

Em relação à pontuação, apresenta poucos sinais gráficos, o que é caracterizado por Barbosa (2017) pelo uso reduzido de sinais, restrito ao ponto e à vírgula. No texto, há a presença da vírgula, e o ponto final ocorre apenas para fazer a divisão de parágrafo, resultando em períodos muitos longos. Outro sinal gráfico que aparece no texto é o de igualdade para separação de sílaba em finais de linhas.

De acordo com os critérios paleográficos e gráficos, e considerando o contexto social de Domingos Jorge Velho, um sertanista paulista que vivia caçando índios e que, segundo fontes históricas, falava tupi e português, os estudos ainda não revelam se ele teve acesso ou não à escola. Através de uma carta autografada, enviada ao rei relatando as condições que ele e a tropa vivenciavam na guerra contra os Palmares, levanta-se a hipótese de que esse mameluco teve acesso à escrita, ainda que limitado. No entanto, como não há fontes ainda sobre sua escolarização, não se pode descartar que a carta tenha sido assinada por Domingos, mas escrita por outro punho.

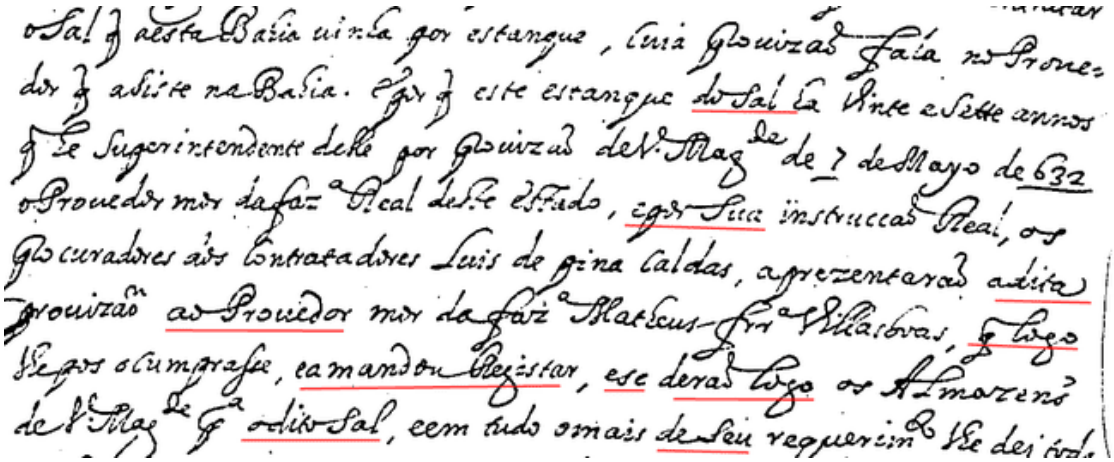
Considerando a possibilidade de o manuscrito ser escrito pelo escrevente Domingos Jorge Velho, pode-se concluir que esse escrevente é *hábil* na dimensão motora e quanto o grau de inabilidade/habilidade é possível inferir que o escrevente é *pouco hábil*, consoante a Barbosa (1999). Pois, não apresenta aspecto de inábil em grau elevado porque não há má execução caligráfica; não existe o desvio gráfico de sílabas complexas /r/, /l/; faz o uso de abreviaturas, porém atestou a presença dos fenômenos da hipersegmentação e o emprego de alguns sinais de pontuação.

5.1.1.2 Aspectos da escrita de Lourenço de Brito Correa

Ao se analisar as nove cartas e um texto de memória pertencente a Lourenço de Brito Correa, constatou-se a presença de 4 punhos. Para a análise linguística, serão objetos de estudo todos os manuscritos. Observaram-se traçados seguros, letras pequenas e proporcionais, poucos

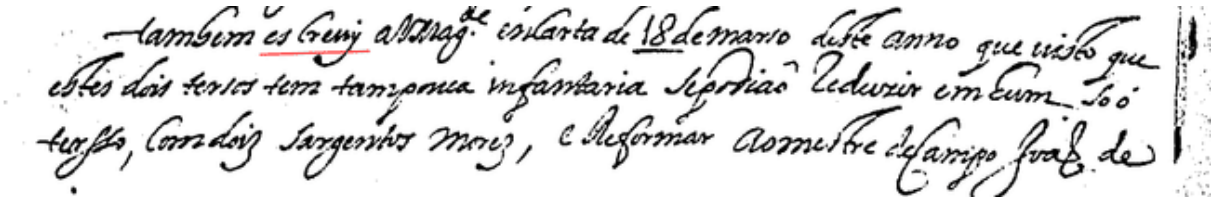
módulos grandes, presença de abreviaturas em todos os manuscritos. Quanto ao aspecto de segmentação fonológica, como hipossegmentação, foi manifestado em todos os punhos, assim como a hipersegmentação. Não há repetição de vocábulos ou pobreza de léxico.

Figura 47: Trecho do fólio da carta escrita em 12.06.1659 – exemplos de hipossegmentação



Fonte: Captura de imagem de tela feita por Márcia Souza (2022).

Figura 48: Trecho do fólio da carta escrita em 14.09.1660 – exemplo de hipersegmentação

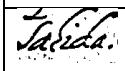
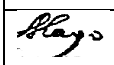
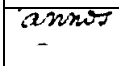
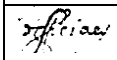
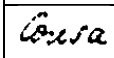
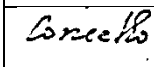
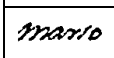
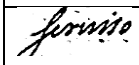
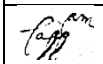
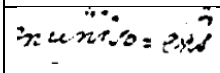
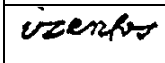
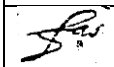


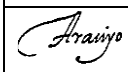
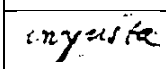
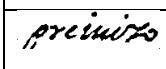
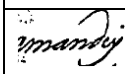
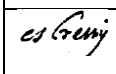
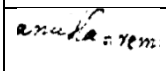
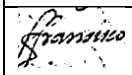
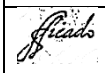
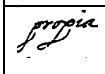
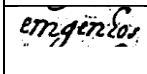
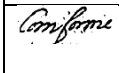
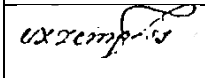
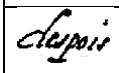
Fonte: Captura de imagem de tela feita por Márcia Souza (2022).

Em todos os manuscritos pertencentes ao mameluco Lourenço de Brito Correa, identificaram-se reflexos da oralidade e aspectos gráficos que podem indicar dificuldades com a escrita. Encontra-se a ocorrência do verbo no futuro do presente /*abaterão*/ sendo sua forma modernizada /*abateram*/ grafada no pretérito perfeito do modo indicativo. No entanto tal ocorrência era comum na escrita dos séculos XVII e XVIII.

Além desse fenômeno, foram identificados outros relacionados à questão gráfica, com o grafema <s>; a latinização em artigos escritos com o <h>; o emprego do grafema <z> por <s>; emprego do <r> pelo dígrafo <rr>, e vice-versa; o uso do grafema <s> por <z> e <s> por <x>; o uso de <r> em final de palavra no lugar do grafema <l>; emprego de <m> ao invés de <n>; a presença de etimologização <nn> e <ll>, conforme expõe o quadro que segue.

Quadro 19: Ocorrências das grafias de LBC

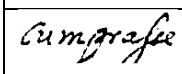
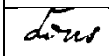
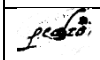
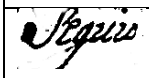
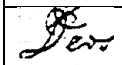
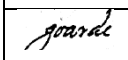
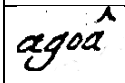
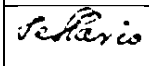
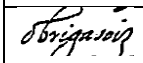
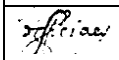
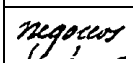
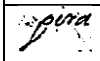
Exemplos de fac-símile	Ocorrências	Aspecto	Ano de escrita da carta	Quantidade
	sahida por saída	Latinização	1662	1
	he por e	Latinização	1659; 1662	11
	Hum e suas variações	Latinização	1660; 1662	17
	Ma**y**o por maio	Latinização	1661	1
	**ann**os por anos	Etimologização	1659; 1660; 1661	15
	**off**iciaes	Latinização	1659.2	1
	di**tt**a por dita	Latinização	1660; 1662	3
	co**u**sa por coisa	Latinização	1659; 1662	4
	con**c**elho por conselho	Substituição de grafema	1659	3
	mar**s**o por março	Substituição de grafema	1660	1
	seru**i**so por serviço	Substituição de grafema	1660; 1661	4
	Cappita**m** por capitão	Nasalidade	1659	2
	munisoeñs por munições	Nasalidade	1659	1
	horde**ñs** por ordem	Nasalidade	1660; 1662	5
	**iz**entos por isentos	Substituição de grafema	1661	1
	fa**s** por faz	Substituição de grafema	1659; 1662	5
	fi**s** por fiz	Substituição de grafema	1659; 1660; 1662	3
	fe**s** por fez	Substituição de grafema	1660; 1662;	8

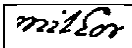
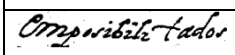
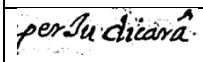
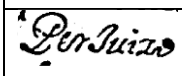
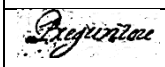
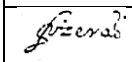
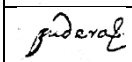
	yunho por junho	Substituição de grafema	1660	1
	Arau**y**o por Araujo	Substituição de grafema	1660	1
	in**y**usta por injusta	Substituição de grafema	1659.2	1
	pre**i**uizo por prejuizo	Substituição de grafema	1660	1
	receb**y** por recebi	Substituição de grafema	1660	1
	mande**y** por mandei	Substituição de grafema	1660	1
	escreu**y** por escrevi	Substituição de grafema	1660	1
	anu**ll**arem por anularem	Latinização	1659.2	1
	**Ff**ransisco por Francisco	Acréscimo de grafema	1660	1
	**ff**icado por ficado	Acréscimo de grafema	1660	1
	propØia por própria	Eliminação de grafema	1660; 1661	2
	**em**genhos por engenhos	Substituição de grafema	1662; 1662;	16
	co**m**forme por conforme	Substituição de grafema	1660; 1661;	2
	ex**z**emplos por exemplos	Acréscimo de grafismo	1661	1
	de**s**pois por depois	Acréscimo de grafismo	1662	2
	n**ẽ** por nem	Nasalização	1661	2

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santiago (2012).

Nos aspectos gráficos apresentados, todas as mãos apresentaram resultados. Na investigação sobre os índices grafofonéticos, foram encontrados dados que podem confirmar tal aspecto, conforme o quadro abaixo:

Quadro 20: Ocorrências de supostos índices grafofonéticos LBC

Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Ano de escrita da carta	Quantidade
	C**u**mprasse por comprasse	Elevação de vogais médias pretônicas /o/~/u/	1659	1
	do**u**s por dois	Elevação de vogais médias pretônicas /o/~/u/	1659; 1662.4	6
	pedi**o** por pedi**u**	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1662	2
	segui**o** *por* seguiu	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1662	1
	vi**o** *por* viu	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1661	1
	De**o**s *por* Deus	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1659; 1662	6
	G**o**arde por guarde	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1660; 1661; 1662	4
	ag**o**â por ág**u**a	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1662	1
	Sellario por salário	Variação da vogal /e/ por /a/	1659; 1662	3
	Obrigasois por obrigações	Alteamento da vogal /i/ ~/e/	1660	1
	Officiaes por oficiais	Alteamento da vogal /i/ ~/e/	1659	1
	Negoçeos por negócio	Alteamento da vogal /i/ ~/e/	1660	1
	Siguintte por seguinte	Elevação de vogais médias pretônicas /e/ por /i/	1662.1	1
	Pera por para	Variação da vogal /e/ por /a/	1660; 1661; 1662	15
	Encluzo por incluso	Elevação de vogais médias pretônicas /i/~/e/	1662	1

	Milhor por melhor	Elevação da vogal média postônica /i/ ~/e/	1662	1
	Emposibilitados por impossibilitados	Abaixamento da vogal.	1662	1
	Perjudicará por prejudicará	Grafia com /r/ ramificado	1662	1
	Perjuizo por prejuízo	Grafia com /r/ ramificado	1662	5
	Preguntou por perguntar	Grafia com /r/ em posição de coda	1662	1
	Fizera**õ** por fizeram	Nasalização	1659	1
	Pudera**õ** por poderam	Nasalização	1661	1

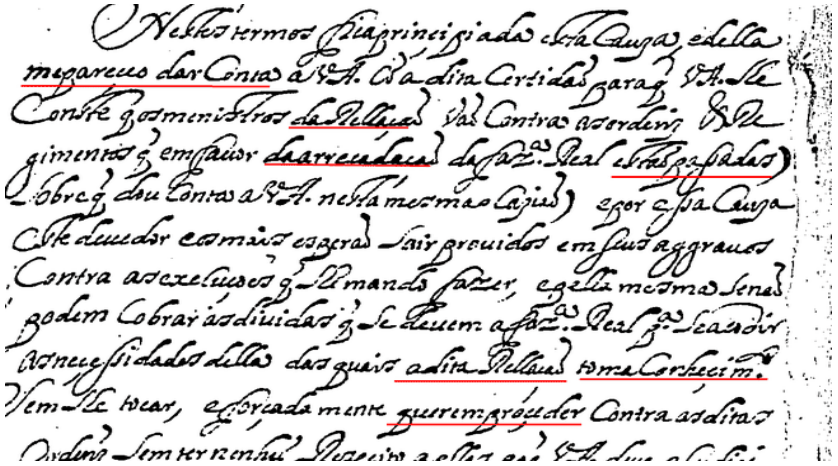
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santiago (2012).

Vale ressaltar que os documentos foram analisados sob a ótica de vários punhos, e em todos se constatou a presença de ocorrências gráficas e de marcas da oralidade. Contudo o documento datado de 31.03.1662 apresentou mais aspectos da oralidade. Esse documento traz características peculiares que foram consideradas, com punho diferente dos outros. Verificaram-se traçados seguros, uso de pontuação e a presença de abreviaturas nos manuscritos referentes a Lourenço de Brito Correa. Mesmo havendo a variação de punho nos documentos assinados pelo escrevente, em relação ao grau de inabilidade| habilidade é *pouco hábil*.

5.1.1.3 Aspectos da escrita de Lourenço de Brito de Figueiredo

As 12 cartas pertencentes a Lourenço de Brito de Figueredo não indicam uma situação incipiente motora. Apresentam traçados seguros, letras pequenas e regramento no alinhamento. Os aspectos de segmentação fonológica, como hipossegmentação, foi manifestado. Não há repetição de vocábulos e o uso de abreviaturas é constante.

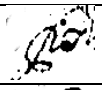
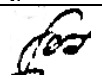
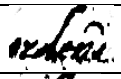
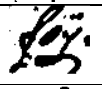
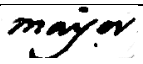
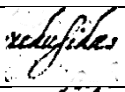
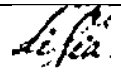
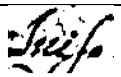
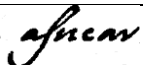
Figura 49: Trecho do fólio da carta escrita 15.07.1669 por LBF – exemplo de hipossegmentação

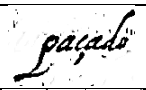
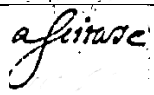
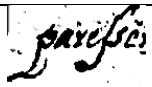
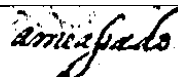
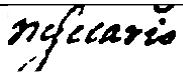
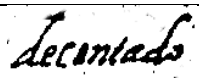
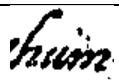
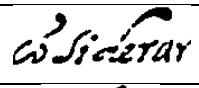
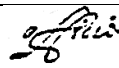
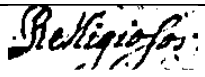
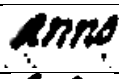
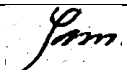
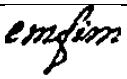
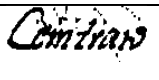
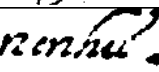
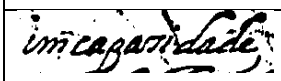
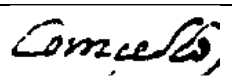
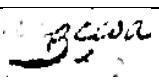
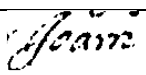


Fonte: Captura de imagem de tela por Márcia Souza.

Encontramos aspectos gráficos, como a ocorrência do emprego do verbo no futuro do presente /*julgarão*/ usado como inadequado, porém era forma comum na escrita do século XVII. Foi identificado o uso de latinizações; /y/ substituindo a vogal /i/ tanto na posição final como medial; etimologização /nn/; grafia para som nasal, conforme a tabela:

Quadro 21: Ocorrências da grafia de LBF

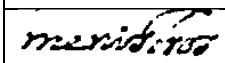
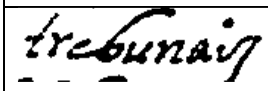
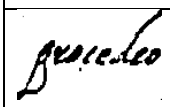
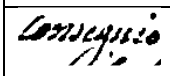
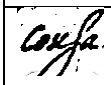
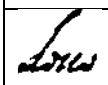
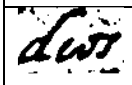
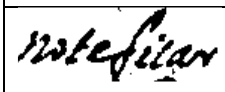
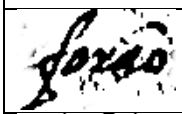
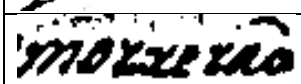
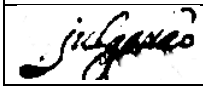
Exemplos de fac-símile	Ocorrências	Aspecto	Ano de escrita da Carta	Quantidade
	Fis por fiz	Substituição de grafema	1669	1
	Fes por fez	Substituição de grafema	1669; 1671	2
	Ordeñs por ordens	Nasalização	1669; 1671	4
	Foy por foi	Substituição de grafema	1669	1
	Mayor por maior	Substituição de grafema	1669	1
	Fiansas por fianças	Substituição de grafema	1669	1
	Redusidas por reduzidas	Substituição de grafema	1669	1
	Disia por dizia	Substituição de grafema	1669	1
	Juiso por juízo	Substituição de grafema	1669	1
	Asucar por açucar	Substituição de grafema	1669	1

	Paçado por passado	Grafismo	1669.1; 1771.1	7
	Aseitase por aceitasse	Grafismo	1669	1
	Paresser por parecer	Grafismo	1669	1
	Comessou por começou	Grafismo	1669	1
	Ameassado por ameaçado	Grafismo	1669	1
	Nesecario por necessário	Grafismo	1771	1
	DeØcontado por descontado	Eliminação de grafema	1669	4
	Hum por um e suas variações	Latinização	1669; 1770	5
	Cõsiderar por considerar	Nasalidade	1770.1	1
	Offiçio	Etimologização	1770.1	1
	Relligiosos por religiosos	Latinização	1669.1	1
	Anno por ano	Latinização	1669; 1671	20
	Cappitam por capitão	grafia para ditongo nasal	1669; 1770; 1771	6
	Sam por são	grafia para ditongo nasal	1771	1
	Emfim por enfim	Substituição do grafema	1669	1
	Comtrato por contrato	Substituição do grafema	1669	1
	Algũs por alguns	Nasalização	1669.1	3
	Nenhũ por nenhum	Nasalização	1669.6; 1770.1	2
	Imcapasidade por incapacidade	Substituição de grafema	1770.1	1
	Comcelho por conselho	Substituição de grafema	1669.4	1
	Peçoa por pessoa	Grafismo	1669.2; 1771.1	3
	Joam por João	grafia para ditongo nasal	1669.3; 1771.2	5

Fonte: Captura de imagem de tela feia por Márcia Souza.

Em relação à identificação de índices grafofonéticos, foram encontrados alguns exemplos em diferentes documentos. A investigação deu-se nas 12 cartas, considerando a sua variação de punho.

Quadro 22: Ocorrências de supostos índices garfofonéticos

Exemplo de fac-símile	Ocorrência	aspecto	Data da carta	Quantidade
	Menistros por ministros	Elevação de vogais médias pretônicas /i/ ~ /e/	1669; 1671	5
	Trebunais por tribunais	Elevação de vogais médias pretônicas /e/ ~ /i/	1669	1
	Procedeo por procedeu	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1669.1	1
	Conseguio por conseguiu	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	1669.1	1
	Cousa por coisa	Elevação de vogais médias pretônicas /i/ ~ /u/	1669	2
	Dous por dois	Elevação de vogais médias pretônicas /i/ ~ /u/	1691; 1770	6
	Deos por deus	Elevação das vogais médias [o] ~ [u]	1771	1
	Noteficar por notificar	Abaixamento da vogal /i/ ~/e/	1669	1
	Foraõ por foram	Nasalidade	1669	1
	Morrerão por morreram	Nasalidade	1669	1
	Julgaraõ por julgaram	Nasalidade	1669	1

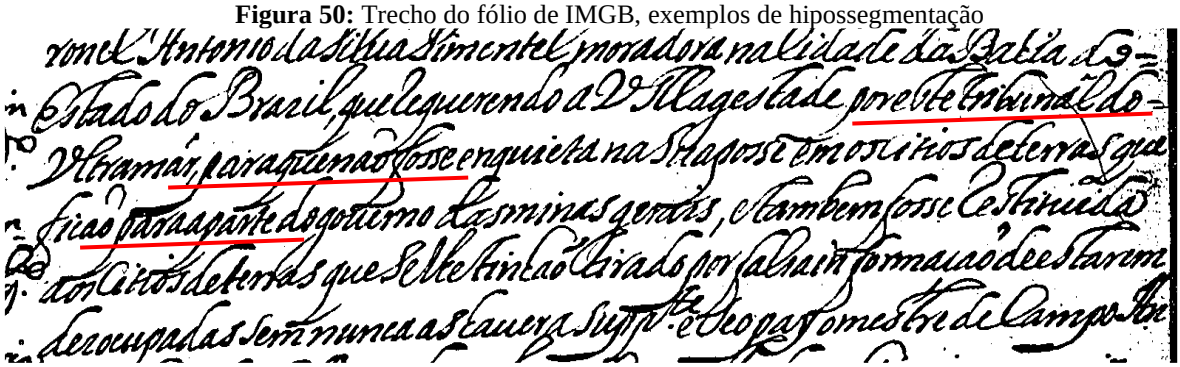
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santiago (2012).

Ressaltamos que não foram encontradas ocorrências grafofonéticas envolvendo o uso de sílabas complexas com <r>, <l> e <s>, aspecto importante para definir uma mão inábil. De acordo com os aspectos gráficos e fonéticos, Lourenço de Brito de Figueiredo configura-se como *pouco hábil*, pois constatou-se a presença da hipersegmentação e hipossegmentação, a existência de variações ortográficas.

5.1.1.4 Aspectos da escrita de Isabel Maria Guedes de Brito

Ao analisar o manuscrito pertencente a Isabel Maria Guedes de Brito, verifica-se que não indica situação incipiente motora, posto que apresenta traçado seguro, não ausência de *cursus*, letras graúdas e proporcionais. Com relação aos aspectos de segmentação fonológica, só foi manifestado o de hipersegmentação.

Figura 50: Trecho do fólio de IMGB, exemplos de hipossegmentação



Fonte: Captura de imagem de tela por Márcia Souza.

Não há repetição de palavras ou pobreza de léxico, nem regramento no alinhamento. Apresenta o uso de abreviaturas. Notaram-se aspectos gráficos, como a ocorrência de emprego do verbo no futuro do presente /ficão/, usado, aparentemente, como inadequado no contexto de hoje, e que deveria ser grafado no pretérito perfeito do modo indicativo /ficam/. Entretanto tal ocorrência era comum na escrita oitocentista.

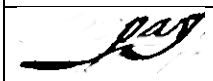
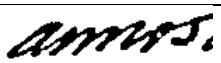
/ficão/ em vez de ficam

/tinhão/ em vez de tinha

/forão/ em vez de foram

Foi identificado o uso de latinizações: /y/ substituindo a vogal /i/; huã para uma; etimologização.

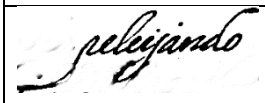
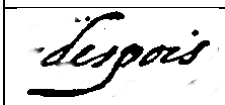
Quadro 23: Ocorrências da grafia IMGB

Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Linha	Quantidade
	Pa**y**	Latinização	l.7	4
	Huã	Latinização	l.10	1
	A**nn**os	Etimologização	1.9	1

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santiago (2012).

Na investigação dos índices grafofonéticos, foram encontrados poucos dados, como se vê:

Quadro 24: Ocorrências de supostos índices grafofonéticos

Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Linha	Quantidade
	Seo por seu	Abaixamento da vogal /u/ ~ /o/	l.7	5
	desc**u**berto por descoberto	Elevação da vogal média /o/ por /u/	l.8	2
	deffende**o** por defendeu	Elevação da vogal <o> postônico final > /o/	l.9	1
	pele**i**jando por pelejar	Ditongação	l.10	1
	de**s**poi**s** por depois	Acréscimo de <s> em posição de coda	l.14	2

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Devido à pluriortografia vigente durante o período colonial, ocorriam representações das características fonéticas na escrita. Santiago (2019, p. 110) indica “que não é a simples

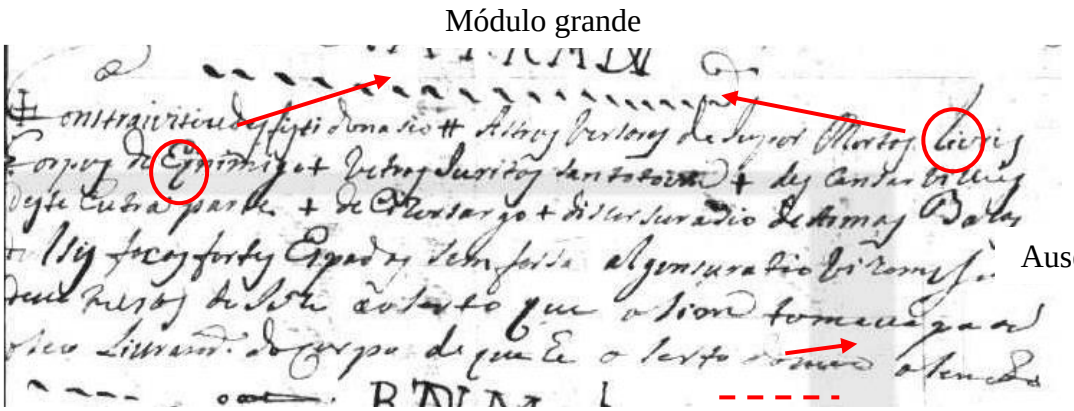
presença de marcas fonéticas ou de aparentes desvios de normas gráficas que caracterizariam uma mão inábil no século XVIII, mas sim o balanço contrastivo de suas distribuições em diferentes materiais da mesma época".

Nos registros de Isabel Maria Guedes de Brito, faz-se uso da pontuação, principalmente da vírgula e do ponto. Não foram encontradas irregularidades envolvendo o uso de sílabas complexas com <r>, <l> e <s>. De acordo com o grau de inabilidade| habilidade é *pouco hábil*. Apresenta-se uma pequena presença de aspectos na dimensão da escriptualidade, e a presença da segmentação gráfica hipossegmentação.

5.1.1.5 Aspectos da escrita de Adrião Pereira de Farias

No registro de Adrião Pereira de Farias, há evidências de uma escrita com pouca cursividade, uso de módulo grande, traçado aparentemente inseguro e pouca leveza.

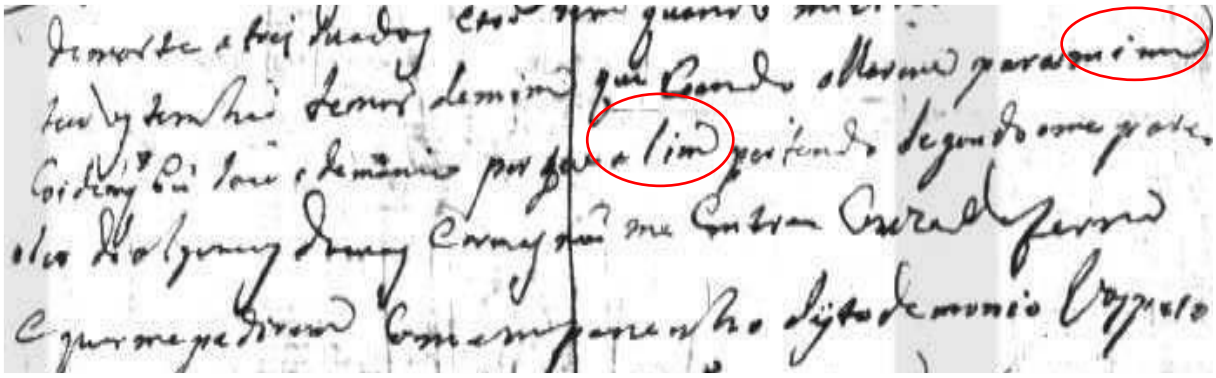
Figura 51: fac-símile da carta de APF com marcas de inabilidade físico-caligráficas



Fonte: Captura de imagem de tela por Márcia Souza.

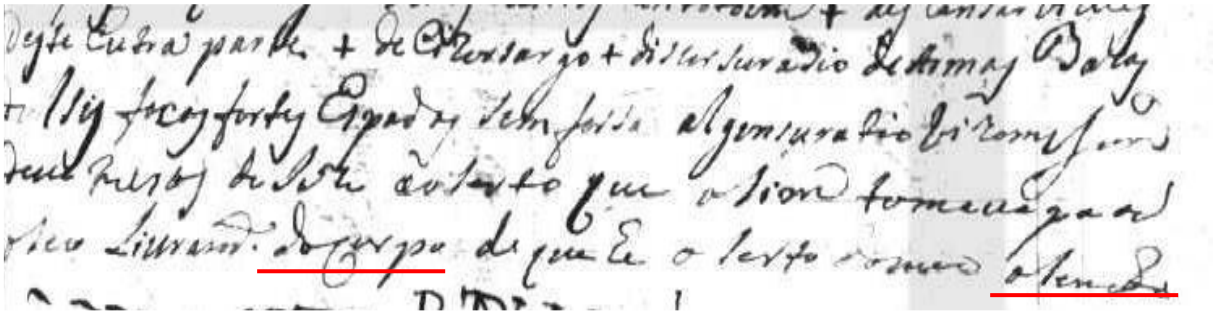
Constatou-se a segmentação gráfica de hipersegmentação e a hipossegmentação. Os dois fenômenos são vistos no texto, porém com uma frequência baixa.

Figura 52: fac-símile da carta de APF com exemplo de hipersegmentação



Fonte: Captura de imagem de tela por Márcia Souza.

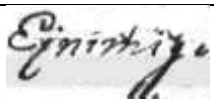
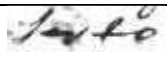
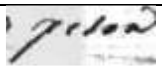
Figura 53: fac-símile da carta de APF com exemplo de hipossegmentação

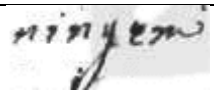
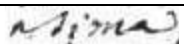
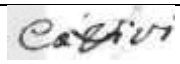


Fonte: captura de imagem de tela por Márcia Souza

Observou-se a omissão de <u> na redução do dígrafo <gu>; ausência de representação, em que a consoante nasal é omitida, como em *covivi*; substituição de grafemas.

Quadro 25: Aspectos referentes à escriptualidade, na carta de APF

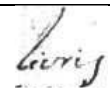
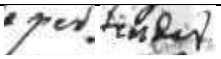
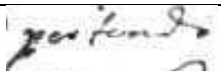
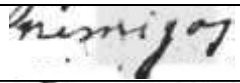
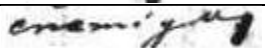
Fac-símile	Ocorrências	Aspecto	Linha	Quantidade
	He	Latinização	l.5	1
	Eynimigo por inimigo	Acréscimo e substituição de grafema	l.3	1
	Serto por certo	Substituição de grafema	l.5	1
	pesoa por pessoa	Substituição de grafema	l.15	2
	algem por alguém	Representação de dígrafo <gu> ~ <g>	l.4	1

	ningem por ninguém	Representação de dígrafo <gu> ~ <g>	l.18	2
	Asima por acima	Substituição de grafema	l. 10	1
	Covivi por convivi	Ausência de nasalidade	l.20	1

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Na dimensão da escrita fonética, ou seja, a representação gráfica de sons vocálicos e consonantais que, de acordo com Barbosa (2017, p. 25), "[...] busca formas de imitar a pronúncia e tende a se afastar das convenções gráficas", foram constatados os seguintes aspectos:

Quadro 26: Aspectos referentes a índices grafofonéticos, na carta de APF

Fac-símile	Ocorrências	Aspecto	Linha	Quantidade
	Livris por livres	Elevação da vogal postônica	l.1	1
	Eutra por outra	Abaixamento da vogal média.	l.21	1
	per tender por pretender	Grafia com /r/ em posição de coda (deslocamento)	l.22	1
	per tendo por pretendo	Grafia com /r/ em posição de coda (deslocamento)	l.231	1
	nimigos	Aférese	l.17	1
	enimigos por inimigos	Elevação de vogais médias pretônicas	1.18	1

Fonte: Captura de tela de imagem por Márcia Souza.

Essas ocorrências evidenciam a possibilidade de que os casos identificados na escrita podem ser traços de oralidade. Isso porque, nessa carta, há grafia com dígrafo, em *ningem* por ninguém; inversão de <r> e elevação de vogais. Em relação à pontuação, apresenta ausência de

sinal gráfico, apresenta no primeiro parágrafo o sinal de +, com a intenção de elencar itens. Além desse recurso, o uso de espaço em branco entre um parágrafo e outro. Não há ocorrência de repetição de palavras.

Em relação às dimensões de inabilidade, e considerando o contexto de produção da carta, não há indícios de que esse redator teve acesso à escrita, e, se teve, foi restrito. Pressupõe-se pelas ocorrências que se trata de escrevente *pouco hábil*, pois há uma menor presença, na dimensão da escriptualidade, em coocorrência à escrita fonética. Não há ocorrências de repetição de palavras, apresenta um pouco de habilidade motora, mesmo apresentando aspectos da hipossegmentação e hipersegmentação.

5.2 FONTE PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nas últimas décadas, muitas representações do português brasileiro feitas pela pesquisa sociolinguística permitiram afirmar a heterogeneidade do português brasileiro. Como resultado da complexa história de formação do português do Brasil, Dante Luchessi (2001) faz uma ressalva: o português brasileiro é não apenas heterogêneo e variável, mas plural e polarizado. Ao se referir aos dois polos, o autor separa as normas vernáculas das normas cultas do país.

Nesse sentido, Mattos e Silva (2008), no artigo intitulado *Para a História do Português Culto e Popular Brasileiro:* sugestões para uma pesquisa, aponta caminhos viáveis para a reconstrução das vertentes culta e popular do português brasileiro. Para isso, a autora destaca que tal investigação deve ser rastreada por vias distintas.

> 1. para a reconstrução do passado do *português brasileiro culto*, pesquisar em corpora do português europeu contemporâneo e da mesma natureza dos nossos corpora os fatos lingüísticos gramaticais que forem selecionados;
> 2. para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro*, pesquisar no espaço brasileiro as variedades conviventes hoje sobretudo as dos não-escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil;
> 3. reconstruir, detalhadamente e com a precisão possível, a sócio-história linguística das diversas áreas brasileiras cobertas pelo Projeto, considerando as línguas que aí estiveram em contacto, os movimentos demográficos, a ausência/presença da escolarização e, consequentemente da escrita, como elemento normatizador. (MATTOS E SILVA, 2002a, p. 461)

Dessa maneira, o português culto brasileiro poderá ser recuperado por documentos remanescentes e diversificados, principalmente nas áreas urbanas, e o português popular brasileiro não só por *corpora* escritos, mas pela história social e por localidades rurais, nas quais

é mais favorável a presença de dados representativos do português popular. Na perspectiva de buscar e de colaborar com *corpora* significativos para o português popular brasileiro é que este trabalho dialoga.

Sobre o estudo realizado nos *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial*, escritos nos séculos XVII e XVIII, conclui-se que os dados levantados não foram suficientes para provar se essa amostra linguística representa um português popular brasileiro de sincronias passadas. Traz indícios, contudo, de que podem ser consideradas marcas da oralidade, mesmo que ainda não sejam suficientes, posto que é necessário mais estudo e análise dos testemunhos. Para se chegar, de fato, a *corpora* representativos do português popular brasileiro, são necessários outros estudos morfossintáticos, assim como ampliar o referido *corpus* com outros documentos escritos por mamelucos que escreveram durante o período colonial.

Apesar de os dados ainda serem insuficientes nestes documentos para considerá-los como *corpora* representativos do português popular brasileiro, abriram-se possibilidades para uma investigação estrutural linguística, além do estudo em outras perspectivas, como na cultura escrita e na penetração da língua escrita na Bahia, Pernambuco e Bispado do Pará, mostrando-se fértil para outras investigações, como na perspectiva da sociolinguística paramétrica, além de outras áreas.

5.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, voltou-se ao estudo e à análise linguística para o nível de inabilidade/habilidade dos escreventes dos manuscritos, além da descrição dos supostos aspectos de índices grafofonéticos e gráficos. Em relação à inabilidade/habilidade, infere-se que os escreventes, de acordo com o que Santiago (2019) define como contínuo de inabilidade de escrita, possuem características que correspondem a uma inabilidade mínima e parcial. Em relação ao levantamento de índices grafofonéticos, aparentam ser aspectos de abaixamento de vogais; redução de ditongo; nasalização e elevação de vogal. Já no que tange aos traços gráficos, identifica-se: grafismo; latinização; substituição de grafema; eliminação de grafema; grafia para ditongo nasal.

SEÇÃO 6

Nesta seção, apresentamos as edições fac-similar e semidiplomática de 25 documentos que variam entre 1 a 3 fólios em recto e verso; outros, apenas no recto. Os manuscritos são: 1 carta de Domingos Jorge Velho; 10 cartas e 1 memória de Lourenço de Brito Correa; 12 cartas de Lourenço de Brito Figueiredo; 1 carta de tocar de Adrião Pereira e 1 requerimento de Isabel Maria Guedes de Brito. Os documentos são escritos por mamelucos que abrangem o período colonial e pertencem ao banco de textos Documentos Históricos do Sertão, caracterizado como *Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial* (1580 – 1750).

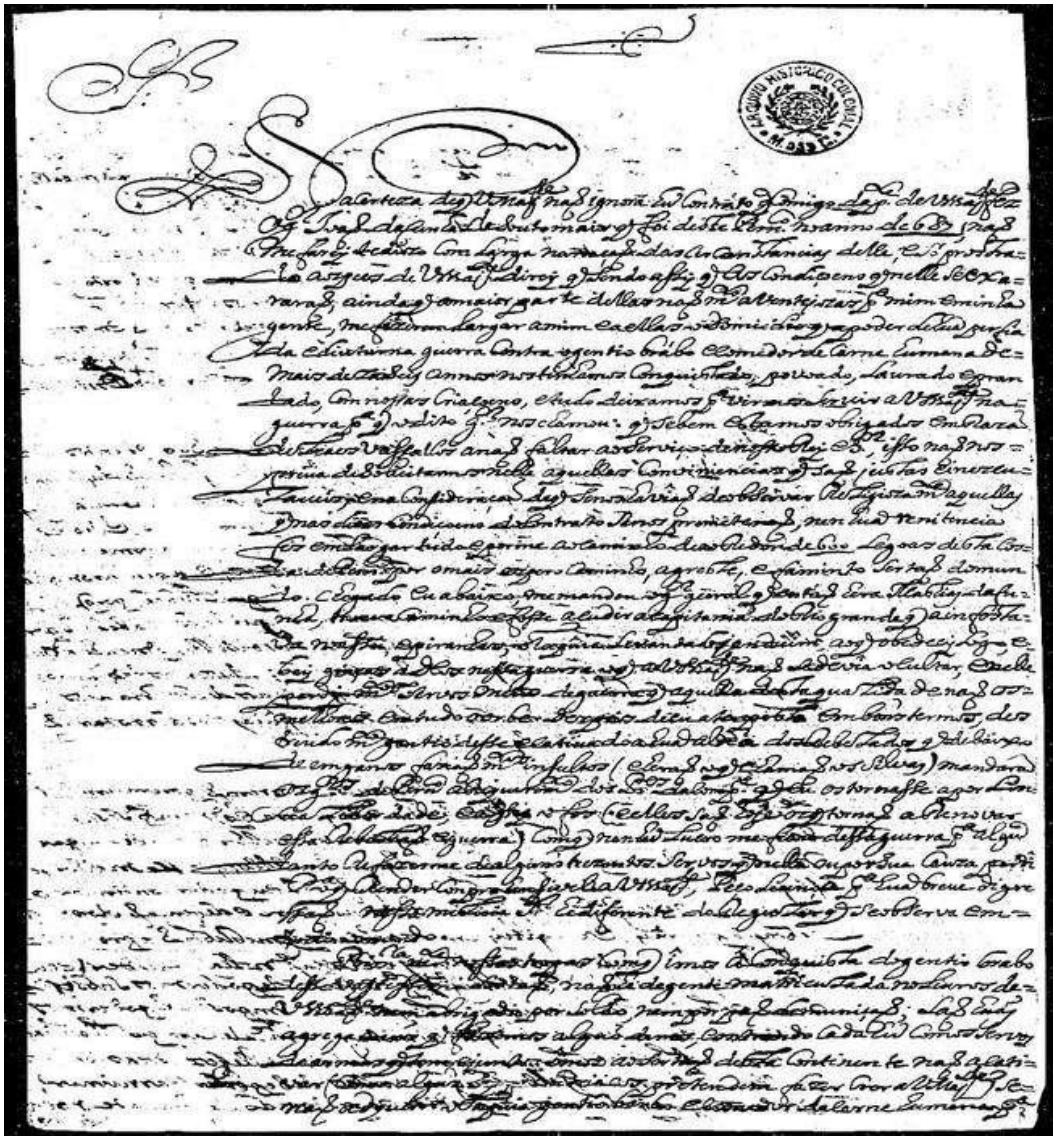
Os critérios de transcrição adotados para edição seguem as normas do PHPB, com alguns ajustes devido à necessidade do documento. Tais critérios encontram-se na seção 2, que pode ser consultada pelo leitor. A seguir, as edições:

Assunto: Narra os sacrifícios passados pelo sertanista Domingos Jorge Velho na destruição dos Palmares, a convite do governador João de Cunha de Souto Maior. O mameluco escreve para o rei impondo condições para continuar na guerra e concluir a destruição dos Palmares. Além disso, pede reconhecimento pelo seu serviço, pois foi leal e obedeceu às ordens da autoridade colonial, perdendo grande quantidade de homens, não obtendo nenhum lucro com a guerra.

Local: Outeiro do Barriga.

Data: 15 de julho de 1694.

Escrevente: Domingos Jorge Velho.



[Fól.1r]

S*enh*or[38]

[carimbo][39]

Nacerteza deq*ue* Vossa Mag*esta*de naõ ignora hũ contrato q*ue* comigo da p*ar*te deVossa Mag*esta*de fez| og*overnad*or JoaõdaCunha deSouto maior q*ue* foi deste Pern*ambu*co noanno de 687, naõ| me farey tediozo com larga nomeaçaõ das circonstancias delle, esó prostra=[40]| do aospees de Vossa Mag*esta*de direy q*ue* sendo assy q*ue* as condiçoens q*ue*nelle seexa=| raraõ, ainda q*ue* amaior parte dellas naõ m*ui*to aventejozas p*ar*a mim eminha| gente, mefizeremlargar amim ea ellas o[d]omicilio q*ue* apoder dehua perfia| da ediuturna guerra contra ogentio brábo[41] ecomedor de carne humanade=| mais dez[a]seis annosnos tinhamos conquistado, povoado, laurado epran| tado, com nossas criaçoens, etudo deixamos para vir[m]os seruir aVossa Mag*esta*de na=| guerra p*ar*a q*ue* odito g*overnad*or nos chamou: q*ue*sebem estamos obrigados emRazaõ| deLeaes vassallos anaõ faltar aoserviço denosso Rey e s*enh*or, isso naõ nos=| priua desolicitarmosnelle aquellas conviniencias q*ue*saõ justas einezcu=| zaueis, ena consideraçaõ deq*ue*seno[s] haviaõ deobservar Reliozamente aquellas| q*ue*nas di[ta]s condiçoens docontrato senos prometeraõ, nen hua [r]enitencia| fis emlargar tudo e por me aocaminhodeaoRedor de 600 Legoas desta cos= | [t]a dePernambuco por o mais [a]spero caminho, agreste, efaminto sertaõ domun| do. Chegado hu abaixo, me mandou o G*overnad*or geeral q*ue*entaõ hera Mathias da Cu=| nha, [tivera] acaminho efosse acudir acapitania doRio Grande q*ue* ainf[e]sta=| va no ass[u], epiranhas, o Tapûia levan[do]dos [j]anduim, aoq*ue* obedecy logo, e=| [b]ey g[ra]ças a Deos nossa guerra oque aVossaMag*esta*de naõ [se]devia ocultar, enelle| perd[i] muitos servos me[us] deguerra que aquella destaqualida de naõ os=| melho[res] em tudo oorbe dezpois deeu a resposta em bons termos, des| truido muito gentio desse ecatiuados ahua al[d]ea dos RebeLados q*ue* debaixo| de emganos fa[r]iaõ muitos insultos (eheraõ oque chamaõ os Silvas) mandaraõ| osgovernadores de Pernambuco oRequerimento dos Padres da Companhia que eu os tornasse apor L[?]| sua Li[ber]dade, ea[ssy] o fis (eelles saõ hoje o que tornaõ aRenovar| essa Re[beL]iaõ eguerra) comq*ue* nenhũ Lucro me fi[ilegível] dessaguerra p*ar*a algũ| tanto Refazerme dealguns trezentos servos quenella ouporsua cauza perdi| P*ar*a oque [R]ender conp[r]h[n]sivelaVossaMag*esta*de, Peço Li[c]ença p*ar*a huã breue digre| ssaõ n[o]ssa milicia [ilgível] hediferente da ReguL[a]r q*ue* se observa em=| [ilegível + 1 linha] || Prim*ei*ra m*en*te [no]ss[as] t[ro]pas comq*ue* imos a conquista dogentio brabo | [desse] [ilegível] sertaõ, naõ he

[38] No corpo do texto apresenta marcas de tinta da escrita do verso.

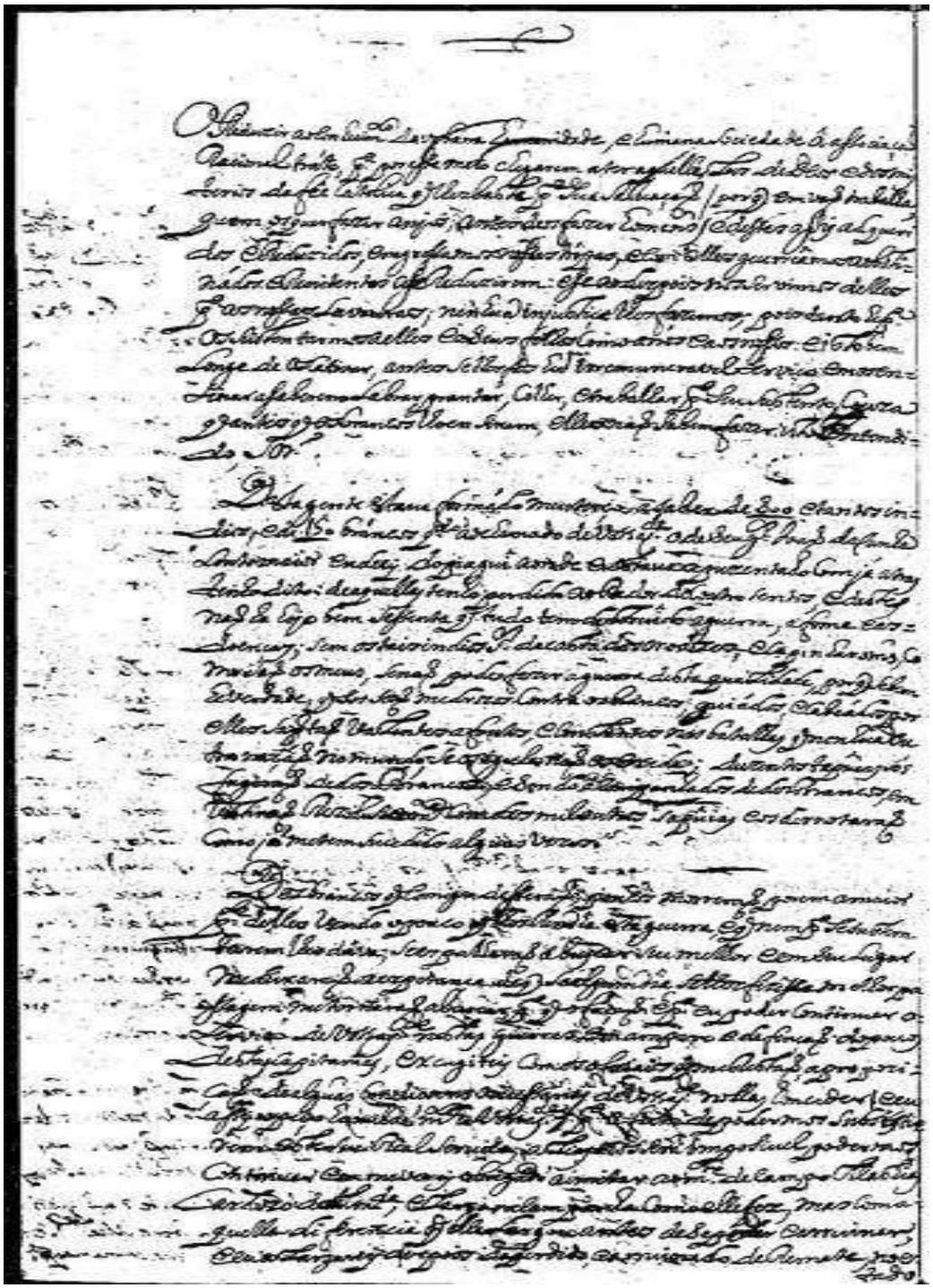
[39] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial.

[40] Sinal parecido com uma igualdade empregado para separação silábica de palavra no final da linha. Quando a palavra não dar para ser escrita completamente, usa-se o sinal para marcar que o restante será escrito na outra linha, como por exemplo a palavra *prosta=do*.

[41] O vocábulo brabo aparece de três formas: brábo, brabo e bárbo.

de gente ma[tr]iculada nolivros de=| VossaMag*esta*de nem obrigad[a] por soldo, nem por paõ demuniçaõ; saõ huãs | agrega[çoins] q*ue* f[iz]emos algũs denos, emtr[.]do cada hũ comos
35 servos| de ar[mas] q*ue*tem juntos [ilegível] aoser[t]aõ deste continente naõ acati=| var (como algũs [ilégivel] os pretendem fazer crer aVossa Mag*esta*de se=| naõ adq[uirir] o [Ta]pûia [ge]ntio bárbo e[comedor] dacarne humanap*ar*a

[Fól.1v]



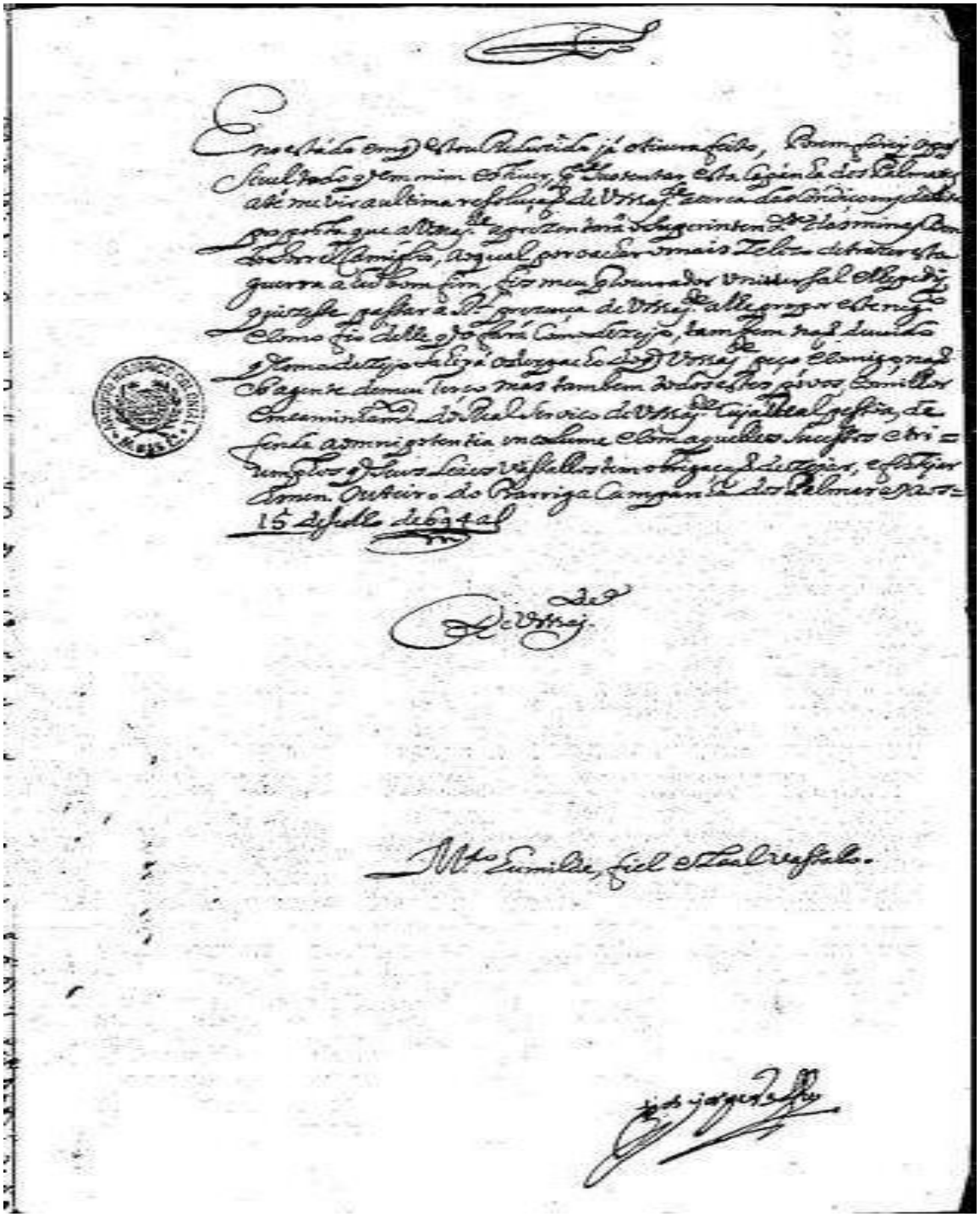
[fól. 1v]

OReduzir aoconhecim*en*to da v[.]bama humanidade, e humana sociedade â associaçaõ| Racional trato, p*ar*a por esse meio a chegarem ater aquella Lus dedeos edosmis| terios dafêe catolica q*ue*lhesbasta p*ar*a sua saluaçaõ (por q*ue* em vaõ trabalha,| quem os quer fazer anjos, antes deos fazer homens) e desses assy adqueri| dos eReduzidos, emgrossamosnossas trópas, ecom elles guerreâmos aobsti=| nados eRenitentes as[e] Reduzirem: eseaodezpoisnos servimos delles| p*ar*a as nossas lavouras; nenhuã injustiça lhes fazemos; pois tanto hep*ar*a| os sustentarmos aelles easeus filhos comoanós eas nossas: ei[s]to bem| longe de oscativar, antes se lhes fas hũ irremuneravel servico em os en=| sinar asaberemo labrar, prantar, colher, etrabalhar p*ar*a seu sustento, couza | q*ue* antes que os brancos lheensin[e]m, elle[.]naõ sabemfazer isto [.][42]ntendi= | do, s*enh*or? || Desta gente estaua formado meuterço a saber de 800[43] e tantos in=| dios, ede 150[44] brancos quando aochamado de Vossa Mag*esta*de o de seu G*overnad*or Joaõ da Cunha| Souto maior eudecy do piaguî aonde eu[es]taua apuzentado com já atras| tenho dito deaquellas tenho perdido ao Redor decoatro sentos, e destes| naõ ha hoj[.] bem seisenta q*ue* tudo tem destruîdo aguerra, afome eas=| doenças; sem os tais indios s*enh*or dacosta dos oroazes, e cupinharoms, co| mo saõ osmeus, senaõ podefazer ague[.][45]a destaqualidade, por q*ue* sebem| mo saõ osmeus, senaõ podefazer aguerra destaqualidade, por q*ue* sebem| he verdade, que sos saõ medrozos contra os brancos, guiados, ecabeadospor| elles s[aõ] taõ valentes afoutos, e constantes nas batalhas q*ue*nenhuã ou| tra naçaõ no mundo, se os [.]gula naõ os[ilegível][46] ; duzentos tapuiâs sos| fugiraõ dedos Branco[s], esendo ac[o]mpanhados de deBrancos, em | v[.]tiraõ rezolutam*en*te com dos mil outros Tapuiâs eos derrotaraõ | como [já] metem sucedido alguas vezes || Dos brancos q*ue*comigo desseraõ pou[c]os morreraõ porem amaior| p*ar*te delles vendo opouco q*ue* [l]hes Rendia [es]ta guerra, e q*ue*nem p*ar*a sesustem| [t]arem lhes dava, seespalharaõ abus[c]ar seu melhor eem seu lugar| medeixaraõ aesperança deq*ue* se[a]lgum dia selhes[47] fizesse melhor pa| assagem metornaraõ abu[s]car para que o façaõ epara eu poder continuar o=| servico deVossaMag*esta*de n[e]stas guerras em amparo e defençaõ dopouos| destascapitanias, excugiteis comos ofi[cci]ais que meRestaõ, apropozi=| çaõ de algũas condi[çoe]ns ne[ce]jsarias deVossaMag*esta*de nellas conceder (eeu | assy os peç[o] humildem*en*te aVossaMag*esta*de) p*ar*a [ilegível] depodermos

[42] Borrão causado pela tinta
[43] Palavra grifada pelo próprio escrevente.
[44] Palavra grifada pelo próprio escrevente.
[45] Letras ilegível devido dano no suporte.
[46] Vocabulário ilegível por corrosão da tinta.
[47] Palavra grifada no manuscrito, podendo ser marca de tinta.

sub[is]ti | rem [es]te s[eu] Real seruicos aLi[.]os [.]os sera emposiuel podermos | continuar e[.]
meverey obriga[d]o aimitar aomestre de campo Mathias | Cardozo d[e] Almeida, eLar[g]ar a
campa[n]ha comoellefez, mas coma= | q*ue*lla diferencia que elleLargou antes desepe[rd]er
70 earruinar, | eeu[o] largarey dezpois deperdido, ea[rr]uinado de Remate, no es| tado

[Fól.2r]



[Fól.2r]

Eno estádo emq*ue* estou Reduzîdo já otiuerafeito, Porem farey opos| siuel, tudo q*ue*em mim estiuer, p*ar*a sustentar esta Capánha dos Palmares| até me vir a ultima resoluçaõ de Vossa Maj*esta*de acerca das condiçoens da [d]ita| proposta que aVossaMaj*esta*de aprezentarâ osuperintend*en*te das minas sen| do SorrellCamiglio, aoqual por oachar o mais Zeloso detrazer esta| guerra a hũ bom fim, fis meu procurador vniuersal elhepedy| quizesse passar a R*ea*l prezença de VossaMaj*esta*de alhepropor este negocio | ecomo fio delle q*ue* o fará comodezejo, tambem naõ duuido | q*ue*comodezejo sahirá osdespacho doq*ue* VossaMajestade peço ecomigo, naõ | Só agente demeu Terço mas tambem todos estes povos, eomilhor | emcaminhamento do Real serviço de VossaMaj*esta*de cuja Real pessôa, de| fenda aomnipotentia [.]ncolume ecomaquelles sucessos e tri= | umphos que seus Leais vassallos tem obrigaçaõ dezejar, e festejar | amen. Outeiro do Barriga Campanha dos Palmaras aos= | 15 de julho de 694 anos.

De VossaMaj*esta*de
M*ui*to humilde, fiel eleal vassallo.

D*oming*os Jorge Velho

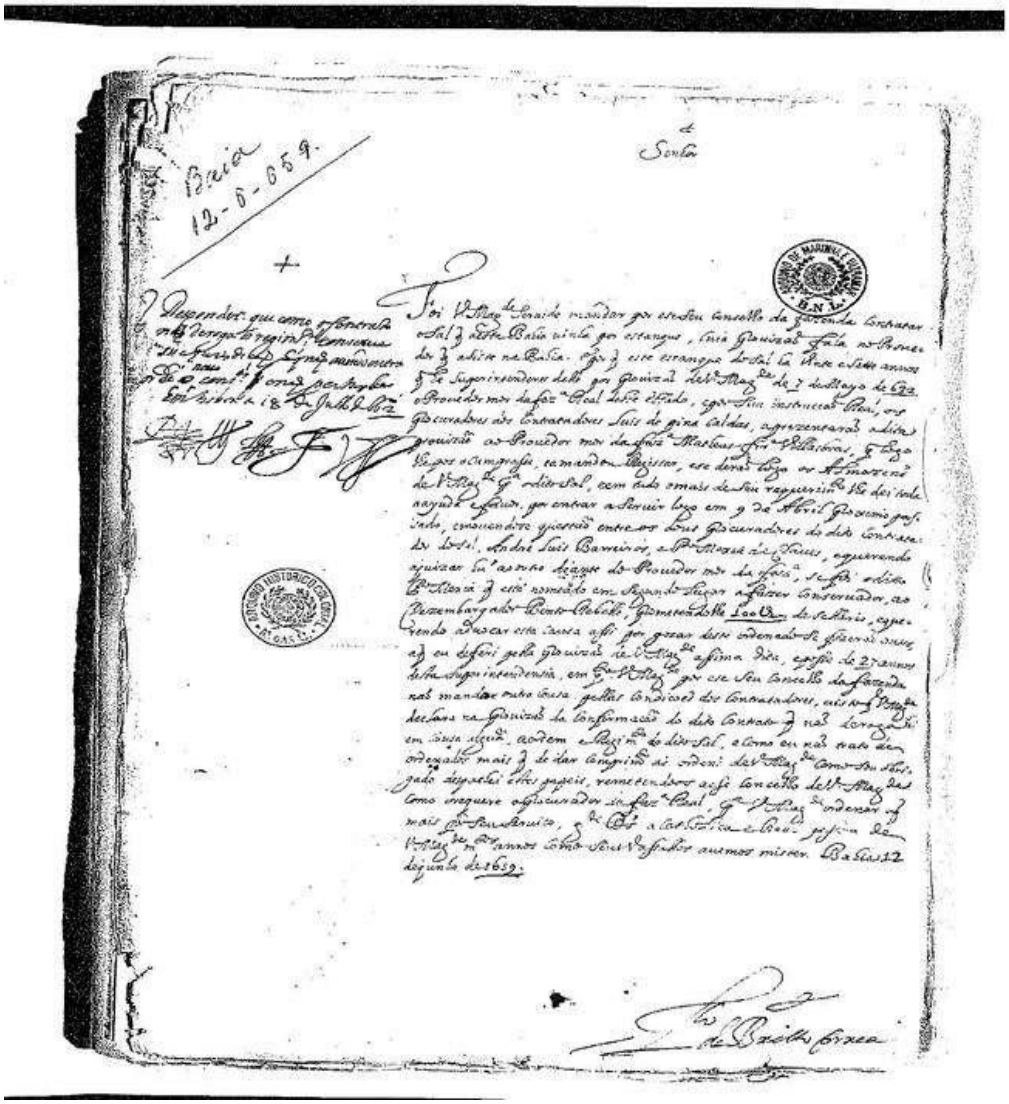
Assunto: Carta enviada ao rei informando sobre o contrato do sal que a esta Bahia vinha por estanque. Cumprindo as ordens, despachou os papeis de posse de vinte e sete anos da superintendência na confirmação do contrato do sal, no qual o provedor mor concede por provisão de Vossa Majestade.

Local: Bahia.

Data: 12 de junho de 1659.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



Baia
12 – 6 – 659[48].

+

Senhor

[carimbo][51]

Foi VossaMag*esta*deSeruido mandar por eseSeu conselho da fazenda contratar| oSal q*ue* aesta Bahia uinha por estanque, cuia prouizaõ fala noProue= | dor q*ue* asiste naBahia. e por q*ue* este estanque dosal ha vinte sette annos| q*ue*he Superintendente delle por prouizaõ deV*ossa*Mag*esta*de de 7 deMayo de 632 | oProuedor mor dafaz*end*aReal deste estado, epor Sua instruccaõ Real, os| procuradores dos contratadores Luis de pina Caldas, aprezentaraõ adita| prouizaõ aoProuedor mor dafaz*end*a Matheus FerreiraVillasboas, q*ue*logo| lhepos o cumprasse, e a mandouRegistrar, ese deraõlogo os Almazeñs| de V*ossa*Mag*esta*de para oditosal, eem tudo o mais de seu requerimento lhe dei toda| a ajuda efauor, por entrar aSeruir logo em 9 de Abril proximo pas=| [s]ado, emouendose questaõ entreos dous procuradores do dito Contrata=| dor dosal, Andre Luis Barreiros, e P*aul*o Mexia deChaues, equerendo| ajuizar hũ ao outro diante doProuedor mor da fazenda, sefoi oditto| Paulo Mexia que está nomeado em SegundoLugar afazer conseruador, ao| Desembargador Bento Rebello, prometendo lhe 100 reis de sellario, eque=| rendo aduocar esta causa assi por gozar deste ordenadose fizeraõ autos,| a que eu deferi pella prouizaõ de V*ossa*Mag*esta*de assima dita, eposse de 27 annos| destaSuperintendensia, em quantoV*ossa*Mag*esta*de por ese Seu concelho[52] dafazenda| naõ mandar outra cousa pellas condicoẽs dos Contratadores, uisto que Vossa Magestade | declara naprouizaõ da confirmacão do dito contrato que naõ deroga| em cousa alguã, aordem eRegim*en*to do ditosal, e como eu naõ trato de| ordenados mais q*ue* de dar comprim*en*to as ordeñs de V*ossa*Mag*esta*de comosou obri=| gado despachei estes papeis, remetendoos aese concelho de V*ossa*Mag*esta*de| como orequere oprocurador dafaz*end*a Real, p*ar*aV*ossa* Mag*esta*de ordenar oq*ue*| mais for SeuSeruico, guarde D*eu*s a catholica e Real pessoa de| V*ossa*Mag*esta*de muitos annos comoSeusVassallos auemos mister. Bahia 12| dejunho de 1659.

+

L*ouren*co de Britto Correa

[49]Responder que como ocontrato | n[aõ] deroga os regimentos conse[r]ue| su ajurisdiçaõ [por] q*ue* naõ auendo outra | orde cons[.] [.] naõ pertur[b]e | Emlisboa a 18 de julho de 662

Rubricas

[50][carimbo]

[48] Anotação posterior.
[49] Escrita a margem esquerda do corpo do texto com punho diferente.
[50] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial à esquerda do corpo do texto.
[51] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar situado na parte superior do corpo do texto.
[52] A palavra conselho varia a escrita. Apresentando-se como concelho.

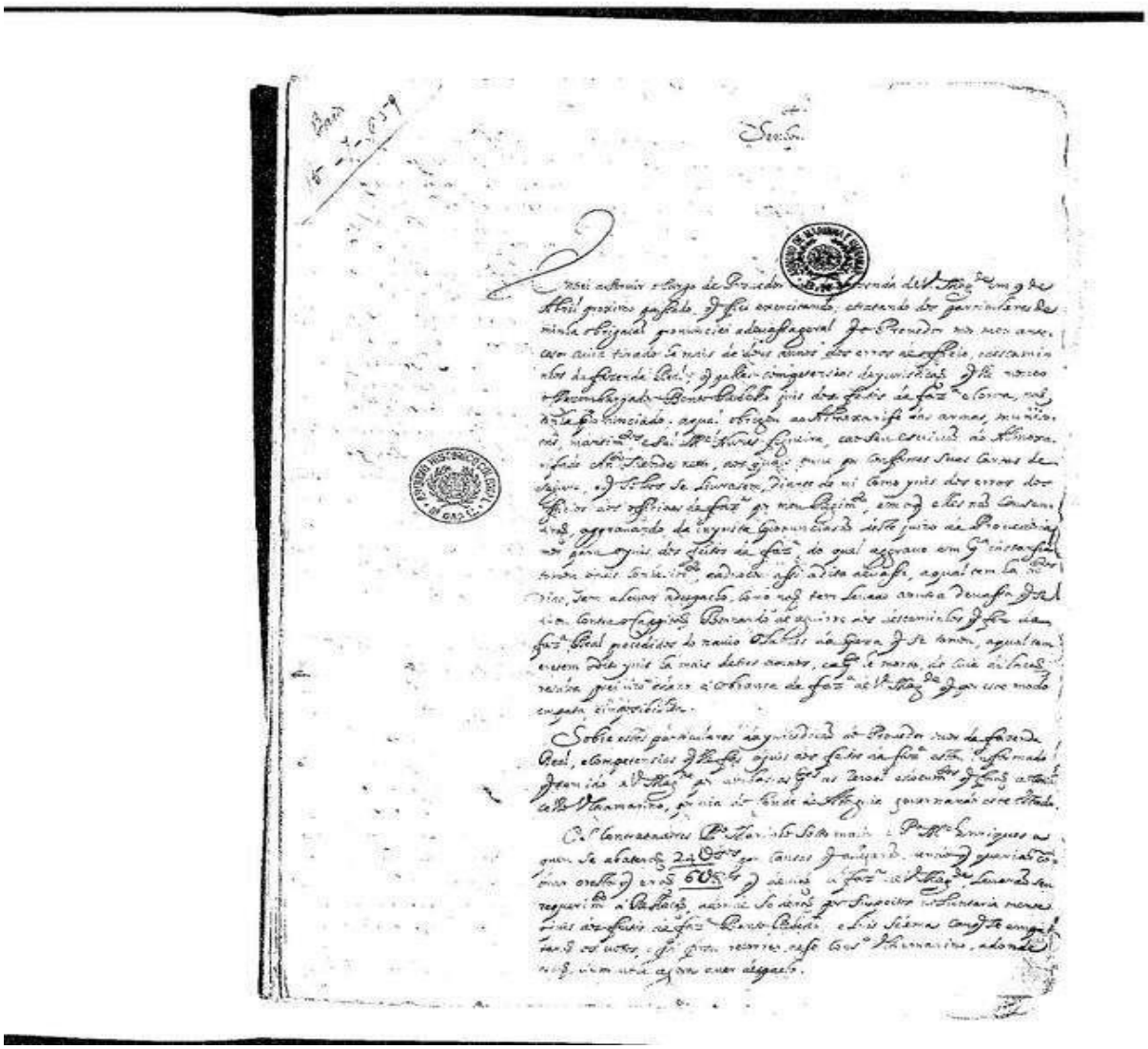
Assunto: Informa a Vossa Majestade sobre o cargo de Provedor mor da Fazenda e pede para mandar algumas ordens e regimentos para quebrar e anular outros regimentos e assim cumprir suas obrigações e serviços. Relata alguns particulares como pagamentos sem ordem de Vossa Majestade que podem danificar ou lesar a Fazenda Real.

Local: Bahia.

Data: 15 de julho de 1659.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól.1r]



[Fól. 1r]

[53]Baía
15 - 7 - 659

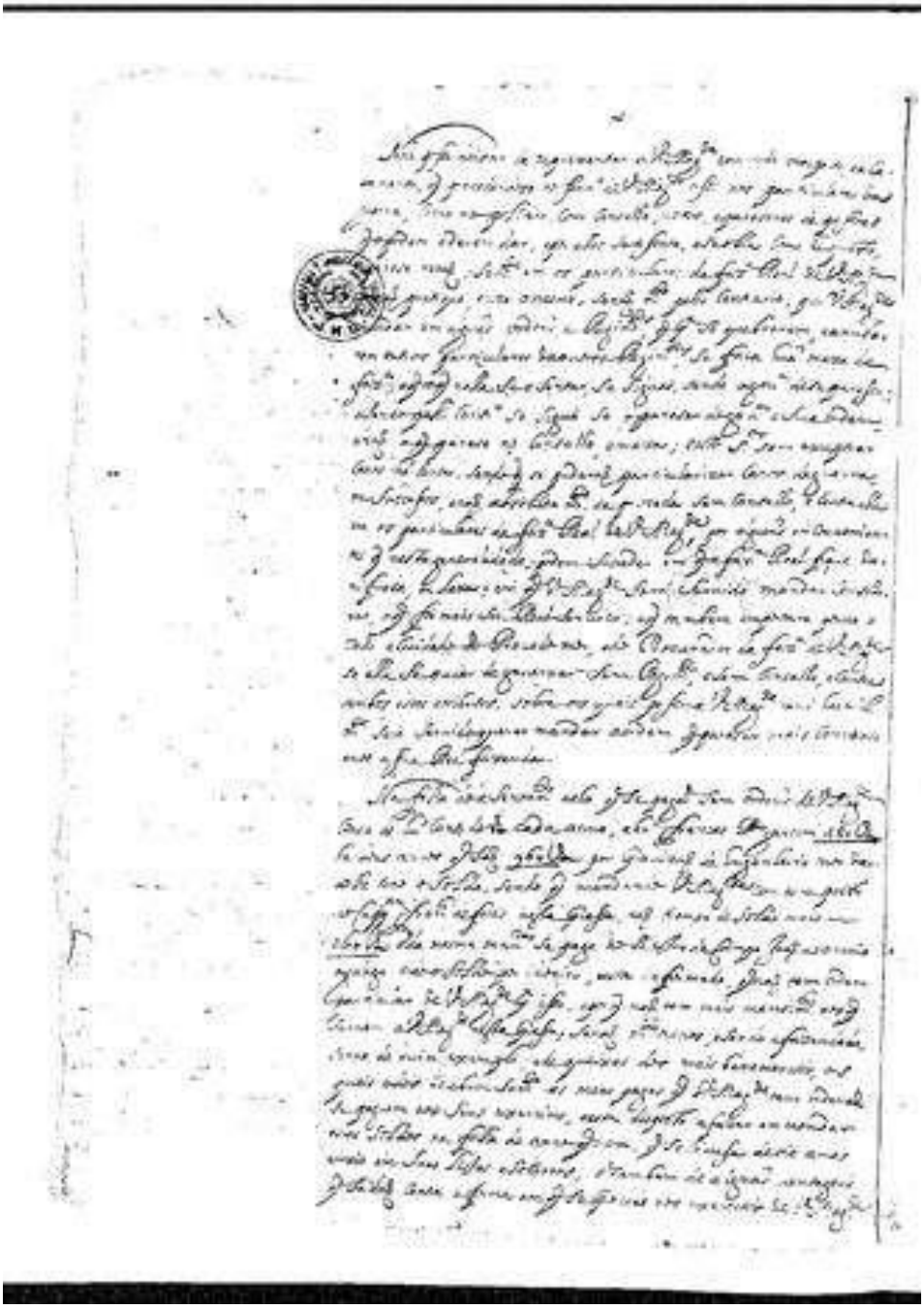
+

Senhor.

Entrei aservir ocargo deProvedor mor [carimbo][55] da Fazenda deV*ossa* Mag*esta*de em 9 de| Abril proximo passado, q*ue* fico exercitando; etratando dos particulares de| minha obrigaçaõ pronunciei a denossageral q*ue* o Provedor mor meu ante= | cesor auia tirado ha mais de do[u]s annos dos erros deofficio, edescami=| nhos dafazenda Real, q*ue* pellas competensias de jurisdicaõ q*ue* lhe mo[u]eo| oDezembargado Bento Rebello quis dos fe[i]tos da faz*end*a ecoroa, naõ| tinha pronunciado; aqual obrigou ao Almoxarife das armas, muniso=| eñs, [carimbo][54] mantim*en*tos eSal M*anu*elNunes Figueira, eaoseuescriuaõ do Almoxa=| rifado Antonio Mendes netto, aos quais ouue por conformes suas cartas de| seguro, e q*ue* sol[t]os se liurasem, diante de mi como juis dos erros dos| officios dos officiaes da Faz*end*a por meu Regim*en*to, em oq*ue* e lhes naõ consen=| tiraõ, aggrauando da injusta pronunciasaõ deste juizo de Prouedoria| mor para ojuis dos feitos da Faz*end*a do qual aggrauo em p*ar*a instansia| tomou ojuis conhesimento, ead[u]oco[u] assi a dita deuossa, a qual tem ha m*ui*tos| dias, sem a Leuar [o]despacho, como naõ tem Leuado a outra deuossa q*ue* se | [.]ou contra oCappitaõ Bernardo de aguirre dos descaminhos q*ue* fez da| Faz*end*a Real procedidos do nauio oLan[d]es da preza q*ue*se tomou, aqual tem| e[r]etem odito juis ha mais detres annos, eap*ar*te he morto, de cuia dilacaõ | resulta pre[i]uizo edano á cobranca da Faz*end*a de V*ossa* Mag*esta*de q*ue* por este modo| empata e Inposibilita. || Sobre estes particulares da jurisdicaõ do Prouedor mor da Fazenda| Real, e competensias q*ue* lhefas ajuis dos feitos da Faz*end*a estou informado| q*ue*temido a V*ossa* M*agesta*de por ambas as partes as [l]eroes odocumentos q*ue* foraõ a cons= | celho Ultramarino, por uia do Conde de Atorguia gouernando este estado. || Os contratadores Pero Marinho Sotto maior e Pero Manuel enriques a| quem se abateraõ 24 c*ruzad*os por causas quea[ll]egaraõ [se]enaõq*ue* queriaõ co= | brar oresto q*ue* eraõ 6 cruzados que deuiaõ a Faz*end*a de V*ossa*Mag*esta*de, Leuaraõ seu| requerim*en*to á Rellacaõ, adonde se deraõ porSuspeitos [uo]Luntaria mente| a[j]uis dos feitos da Faz*end*a Bento Rebello e Luis Salema comq*ue*se empa= | taraõ os uotos, e foi f[.]osa recorrer aese Cons*elh*o Ultramarino, adonde| teraõ [ilegível]m [athe] agora auer despacho.

[53] Escrita posterior situada no canto superior esquerdo do corpo do texto.
[54] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado à esquerda do corpo do texto.
[55] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar situado no corpo do texto.

[fól.1v]



[Fól.1v]

Naõ posso deixar de reprezentar a V*ossa* Mag*esta*de em todo respe[i]to ea ha| tamento, que procedendose no seru*ic*o de V*ossa* Mag*esta*de assi nos particulares ha | guerra, como no politico, com conselho, uotos, epareseres de pessoas| q*ue*opodem e deuem dar, epor elles se[a]senta, eseobra como heq*ue* uoto, | parese rezaõ; som*en*te em os particulares da fazenda Real de VossaMagestade | [.]naõ pratique, e uze o mesmo, senaõ m*ui*to pello contrario, por V*ossa* Mag*esta*de| mandar em alguãs ordeñs e Regim*en*tos, q*ue* p*ar*a se quebrarem, eanulla=| rem outros particulares deoutros Regim*en*tos, sefaca huã meza da| Faz*end*a eq*ue* oq*ue* nella se asentar, se sigua, sendo ogou*ernad*or de separese:| esendopello contr*at*o se sigua so opareser dogou*ernad*or e sua ordem | enaõ oq*ue* parese no conselho, emeza, eisto s*enh*or sem exceptuar| cazos [nẽ] cousas, sendoq*ue* se puderaõ [56]particularizar cazos deguerra,| ou succesos, enaõ absoluta m*en*te se proceda sem conselho, e contra elle| em os particulares da Faz*end*a Real de V*ossa*Mag*esta*de, por alguñs inconuenien=| tes q*ue* nestageneralidade podem succeder em q*ue* a Faz*end*a Real fique da=| nificada, ou leza em q*ue* V*ossa*Mag*esta*de sem seruido mandar conside= | rar, o q*ue* for mais seu Realseruico; oq*ue* tambem importara pouco o| zello e cuidado doProuedor mor, e do Procurador da Faz*end*a de V*ossa*Mag*esta*de| se ella se ouuir de gouernar sem Regim*en*to, e sem conselho, e contra| ambos estes atributos, sobre os quais pesoa V*ossa*Mag*esta*de [mui] hu mil| m*en*te sera seruidoquerer mandar aordem q*ue*pareser mais conueni=| ente a sua Real Fazenda.|| Na folha do asentam*en*to acho que pagaõsem ordeñs de V*ossa*Mag*esta*de| cousa de hũ conto de reis cada anno, a hũ frances P[o][57] Garcim <u>480 [reis]</u>| ha dous annos q*ue* saõ <u>960</u> [reis] por prouizaõ de Engenheiro mor dan| do lhe todo o soldo, sendo q*ue* mandando V*ossa*Mag*esta*de com e[s]e posto| ao Capp*it*am Franc*is*co de Frias aesta prassa, naõ trouxe de soldo mais de| <u>160 [reis]</u>. e da mesma man*ei*ra se paga ao Mestre de Campo Joaõ de arauio| ogalego todoosoldo por inteiro, eestou informado, q*ue*naõ tem ordem| particular de V*ossa*Mag*esta*de p*ar*a isso, epor q*ue* naõ tem mais meresim*en*to aos q*ue*| seruem aV*ossa*Mag*esta*de nesta pr[a]ssa; senaõ m*ui*to menos, esendo afazenda do,| serue de ruim exemplo, e de queixas dos benemeretos, os| quais todos recebem som*en*te as meas pagas que V*ossa*Mag*esta*de tem ordenado| se paguem aos seus exercitos, eestou disposto a fazer em mandar,| estes soldos na folha do anno q*ue*uem, q*ue*se comesa deo[i]e ames| emeio em suas listas e so[c]orros, e tambem de alguãs vantagens| q*ue* se daõ contra a forma em q*ue* se procede nos exercitos de V*ossa*Mag*esta*de

[56] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar – B.N.L situado à esquerda do corpo do texto.
[57] O contexto não possibilitou desenvolver a abreviatura, podendo ser Pedro ou Paulo.

[Fól.2r]

[Fól.2r]

ealguñs ordenados sem prouizaõ de V*ossa*Mag*esta*de ep*ar*a o melhor ase[r]to e con=| ueniensas doseruico Real seu V*ossa*Mag*esta*de seruido mandar uer, eresoluer| os particulares q*ue* aqui relato e reprezentoa V*ossa*Mag*esta*de com toda abre=| uidade, de q*ue* elles nesesitaõ, p*ar*a poder dar todo [i]nteiro comprimento| esatisfacaõ Diminhas obrigacoẽs noseru*ic*o de V*ossa*Mag*esta*de como sempre| fis. G*uar*de Deos acatholicae Real pejsoa deV*ossa*Mag*esta*de m*ui*tos annos| como seus Vassallos auemos mister. Bahia 15 dejunho de 1659

[carimbo][58]

[carimbo] +

L*ouren*co de Britto Correa

[58] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar e do Arquivo Histórico Colonial situado depois do corpo do texto.

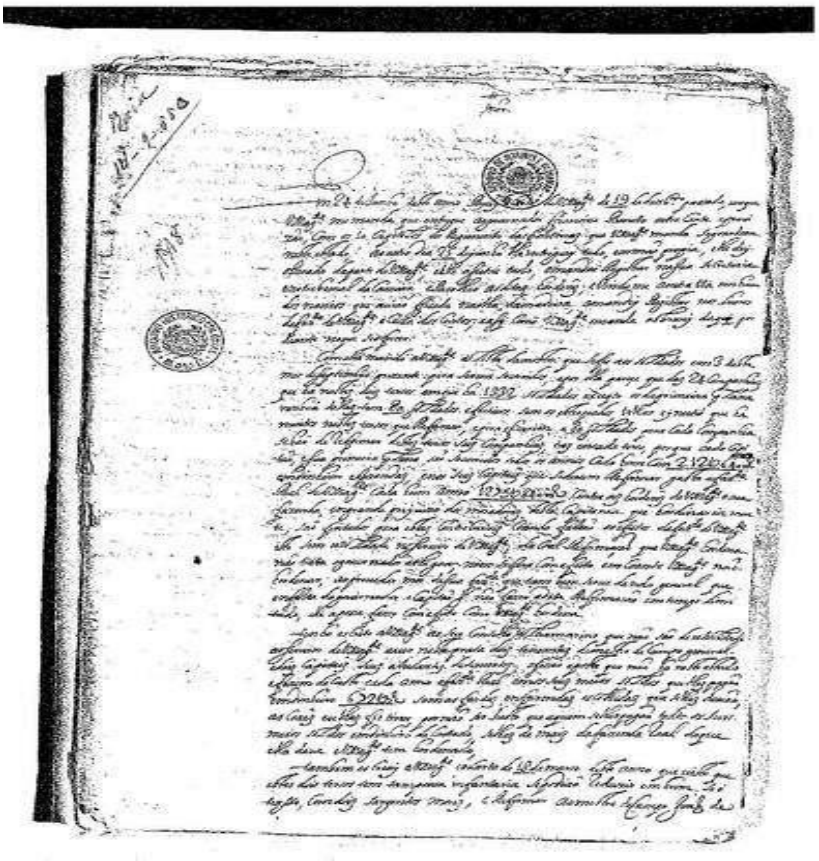
Assunto: Informa o recebimento da carta de Vossa Majestade pedindo que entregasse ao governador Francisco Barreto outra carta e provisão com os 10 capítulos do regimento das fronteiras que a Vossa Majestade manda seguir. Também comunica a Vossa Majestade sobre a quantidade de soldados que tem cada terço[59]; sugere a reforma dos terços a fim de diminuir os prejuízos gerados pelos pagamentos de maiores postos e o não pagamento de alguns contratadores.

Local: Bahia.

Data: 14 de setembro de 1660.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól.1r]



[59] O terço era a forma como se organizava as tropas que atuavam nas fronteiras. Esse tipo de organização era baseado no sistema militar da Espanha. Cada terço era comandado por um mestre de campo, os homens eram disciplinados instruídos por oficiais hábeis. Para saber mais conferir: http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/213-tropas-auxiliares

[Fól.1r]

Baía

14 –9 – 660[60]

1818[61]

[carimbo][62]

+

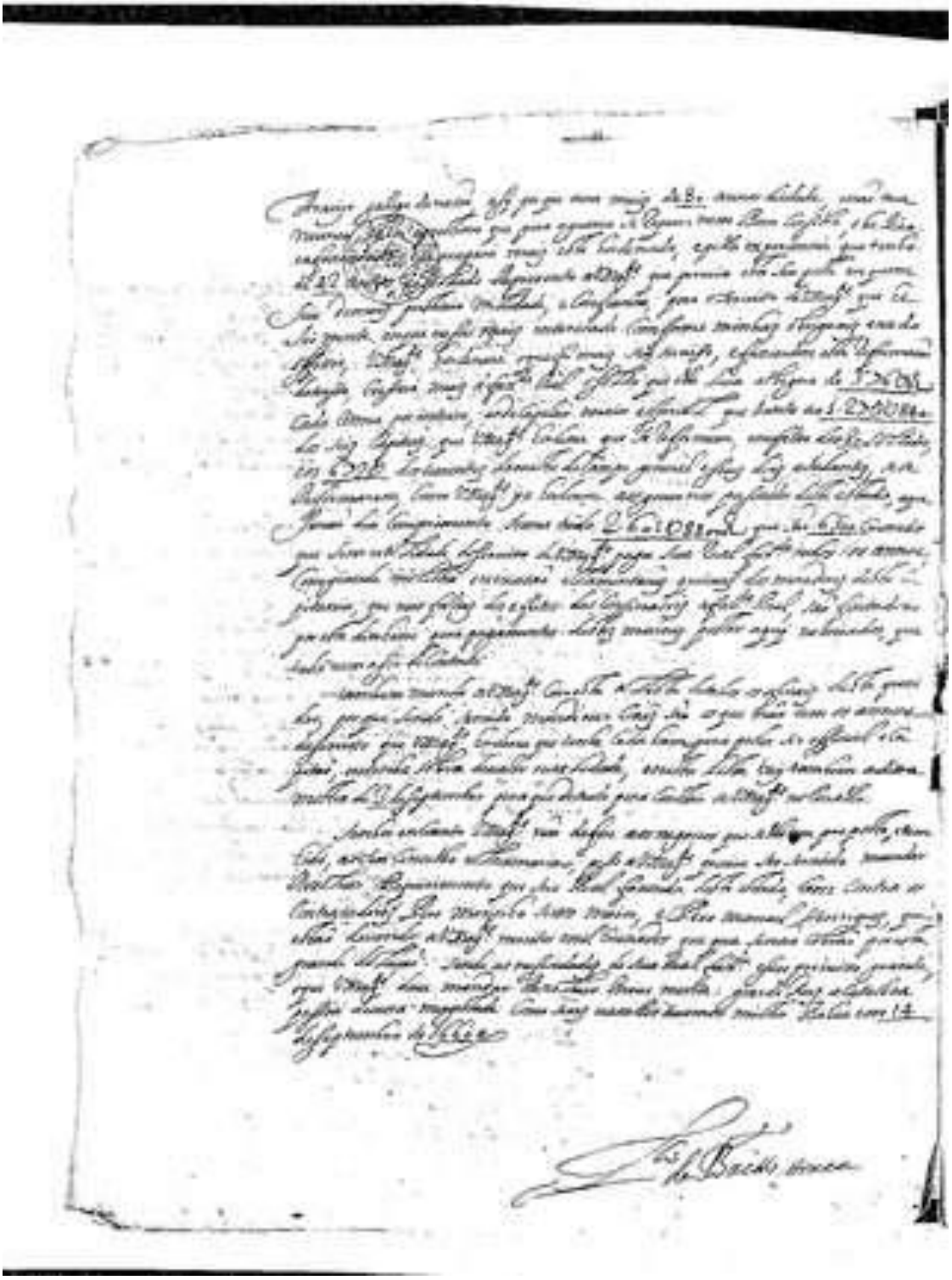
Se*nh*or[63]

Em 24 deJunho deste anno Recebi a carta [carimbo][64] deV*ossa*Mag*esta*de de 19 de dez*em*bro passado, emque| V*ossa* Mag*esta*de me manda que entregue ao gouernador FFransisco Barreto outra carta eproui| zaõ, com os 10 capitulos do Regimento das fronteiras que V*ossa*Mag*esta*de manda segoardem| neste estado, ao outro dia 25 dejunho lhe entreguei tudo, em maõ propia, e lhe dei| oRecado daparte de V*ossa*Mag*esta*de, eelle aseitou tudo, emandou Registrar nasua secretaria| eno tribunal da Camara, e Recolheo as ditas hordeñs, e vindo me aoutra lha em hum| dos nauios que auiaõ fficado nailha damadeira, amandei Registrar nos Liuros| dafaz*en*da deV*ossa*Mag*esta*de e caza dos contos, easy como V*ossa*Mag*esta*de o manda o [b]rarei daqui por| diante no que seofrecer|| Com esta mando aV*ossa*Mag*esta*de aLista damostra que sefes aos soLdados em 3 deste| mes deseptembro prezente pera serem socorridos, epor ella pareçe que das 24 Companhias| que ha nestes dois tersos em que ha 1332 soLdados excepto os daprimeira para Lana| nenhuã dellas tem 80 soLdados efec[ti]uos sem os estropeados, velhos e inuti[s] que ha| muitos nestes tersos que Reformar, e pera ficarem a 80 soLdados pera cada companhia| se haõ de Reformar destes tersos seis companhias, tres encada terso, por que cada capi| taõ, esua primeira para Lana saõ socorridos todos os annos cada hum com 2126640 mil *réis*| condinheiroe fazendas, enos seis capitaẽs que sedeuem Reformar gasta a faz*en*da| Real de V*ossa*Mag*esta*de cada hum anno12756840 mil *réis* contra as hordeñs de V*ossa*Mag*esta*de esua| fazenda engrande prejuizo dos moradores desta capitania que hordinaria men| te, saõ fintados pera estas contrebuisois coando faltaõ os efeitos dafaz*en*da de V*ossa*Mag*esta*de| isto sem utiLidade n[o]seruiso de V*ossa*Mag*esta*de; da coal Reformaçaõ que V*ossa*Mag*esta*de hordena| naõ trata ogouernador athegora, nem sefara com efeito em coanto V*ossa*Mag*esta*de naõ| hordenar, ao prouedor mor desua faz*en*da que tam bem serue deuedor general que| enfalta do gouernador e capitaõ g*eral* naõ fazer adita Reformasaõ em tempo Limi| tado, elhe apossa fazer com efeito como V*ossa*Mag*esta*de hordera || tenho escrito aV*ossa*Mag*esta*de ao seu conselho

[60] Anotação posterior.
[61] Escrita posterior a lápis.
[62] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.
[63] Apresenta macha de tinta da escrita do verso.
[64] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar – B.N.L situado na parte superior do corpo do texto.

uLtramarino que naõ saõ de utiLidade| aoseruico deV*ossa*Mag*esta*de auer nesta prasa dois tenemtes demestre de campo general.| edois capitaẽs seus ajudantes detenentes offissio eposto que naõ ha neste estado| efazem de custo cada anno afaz*en*da Real emos seus meios soLdos que lhes pagaõ| emdinheiro 672[6] mil *réis* sem as fardas enfazendas escolhidas que lhes dauaõ,| as coaẽs eu lhas fis tirar, por naõ ser justo que aquem selhes pagaõ todos os seus| meios soLdos emdinheiro de contado, selhes de mais dafazenda Real do que| ella deue aV*ossa*Mag*esta*de tem hordenado,|| tambem escreui aV*ossa*Mag*esta*de encarta de 18 de marso deste anno que uisto que| estes dois tersos tem tampouca infantaria sep[o]diaõ Reduzir em hum so o| terssos, com dois sargentos mores, e Reformar ao mestre deCampo Joaõ de

[Fól.1v]



[Fól.1v]

Araujo galego de nasaõ asy por que tem mais de 80 annos de idade, enaõ teue| numca valor oprestimo que pera aguerra se requer, nem Bom conselho, e he rico| eafazendado ese po[r]para mais este hordenado, e pella experiensia que tenho| de 42 annos [carimbo][65] de soLdado Reprezento aV*ossa*Mag*esta*de que proueia este seu posto en quem| Seia demais prestimo UtiLidade, e Confiansa, pera oseruisso de V*ossa*Mag*esta*de que he| Sóo mente enque eusou mais interesado comforme minhas obrigasois e as do| ofissio, V*ossa*Mag*esta*de hordenara oquefor mais seu seruisso, efazendose esta Reformasaõ| do tersso, Cresserá mais á faz*enda* Real osoLdo que elle Leua athegora de 576[.] mil *réis*| cada anno por inteiro, eo de cap[it]aõ maior e forri[.]l que junto ao 1.2750840 | dos seis capitaẽs que VossaMagestade hordena que se Reformem, em falta dos 80 Soldados,| eos 6720 dos tenentes demestre de Campo general eseus dois ajudantes, se se| Reformarem como V*ossa*Mag*esta*de ja hordenan aos gouernos passados deste estado, oque| Senaõ deu comprimento soma tudo 2.601[$]840 mil réis que saõ 6500 cruzados| que sem utiLidade do seruiso deV*ossa*Mag*esta*de paga sua Real faz*enda* a todos os annos| Comgrande m[o]lestia euexasaõ eLamentaues queixas dos moradores desta ca| pitania, que nos faltas dos efeitos das consina[so]is afaz*enda* Real, saõ fintados| por este dinheiro pera pagamentos destes maiores postos aqui nomeados, que| tudo uem aser decontado|| tambem mando aV*ossa*Mag*esta*de com esta aLista detodos os ofisiais deste prezi| dio, por que sendo seruido mande uer coaẽs saõ os que naõ tem os annos| deseruiso que V*ossa*Mag*esta*de hordena que tenha cada hum pera poder ser offisial e ca| pitaõ, intenha sobra deualor eucalidade, enesta lista vai tambem aditta| mostra de 3 deseptembro pera que detudo posa constar aV*ossa*Mag*esta*de no conselho.| Senhor encoanto V*ossa*Mag*esta*de naõ defere aos negoçeos que se lhe tem proposto, e tem| hido, aoseu conselho uLtramarino, pesso aV*ossa*Mag*esta*de queira ser seruido mandar| Rezoluer Requerimento que sua Real fazenda deste estado, tem contra os| Contratadores Pero Marinho Soutto maior, ePero Manoel Henriques, que estaõ deuendo aV*ossa*Mag*esta*de muitos mil cruzados que qua senaõ cobraõ por esta| grande dilaçaõ. Sendo as nesesidades de sua Real faz*enda* eseu preiuizo grande, | oque V*ossa*Mag*esta*de deue mandar RezoLuer Breue mente: goarde Deus a catolica| pessoa deuosa magestade como seus uasallos auemos mister Bahia em 14 deseptembro de 1660 a*nnos*.

+

L*ouren*co de Britto Correa

[65] Carimbo do Arquivo Histórico e Colonial situado no corpo do texto.

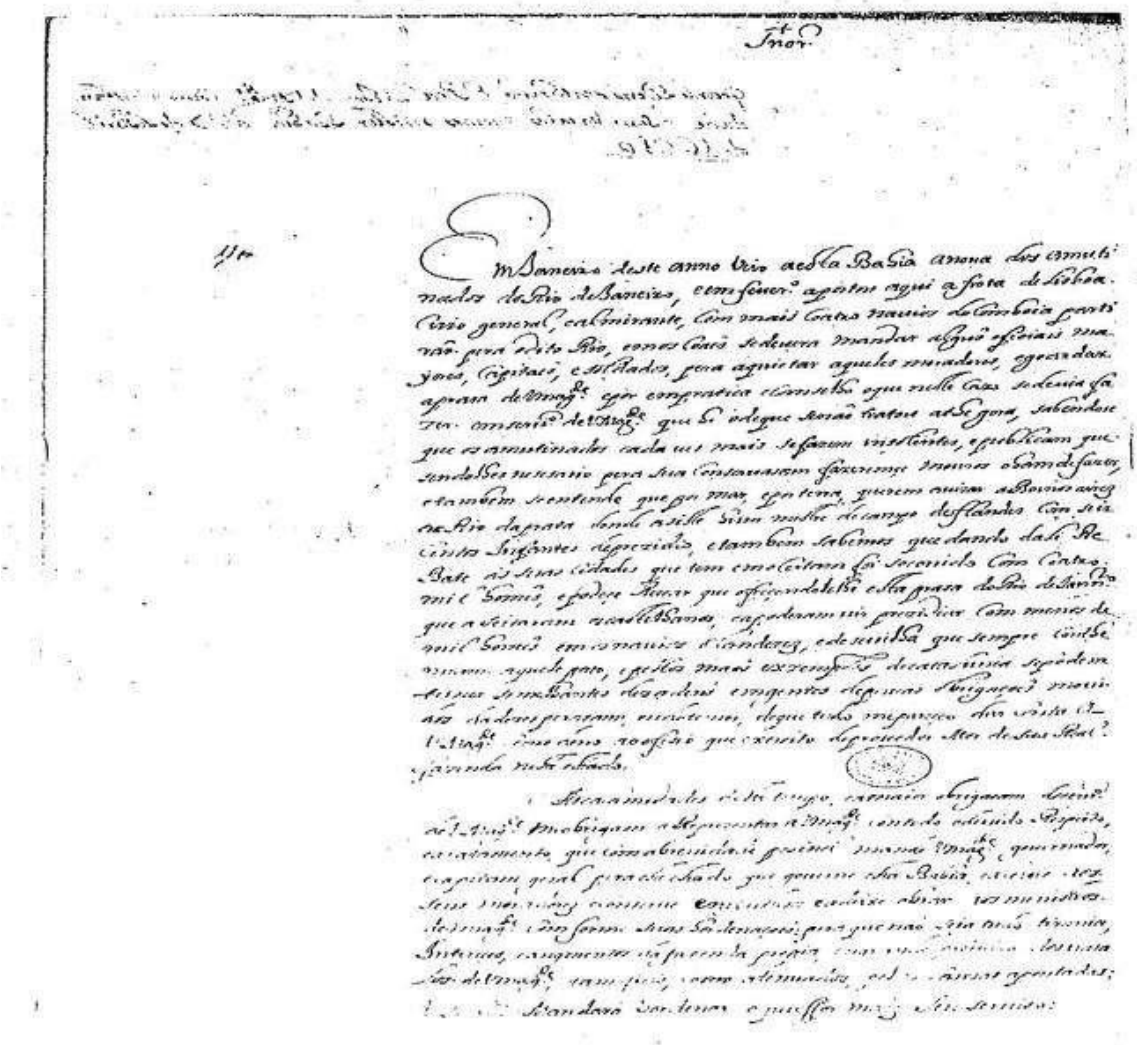
Assunto: Informa sobre os amotinados do Rio de Janeiro. Em fevereiro aportou uma frota de Lisboa que partiu para o Rio de Janeiro com mais quatros navios, alguns capitães, oficiais e soldados para aquietar os moradores e guardar a praça de Vossa Majestade e pôr em prática e conselho o que se devia fazer em serviço da Vossa Majestade.

Local: Bahia.

Data: 27 de abril de 66.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

+

S*enhor*[66]

Emjaneiro deste anno veio a esta Bahia anoua dos amuti| nados do Rio deJaneiro, e em feuer*eir*o apo[r]tou aqui a frota de Lisboa.| Cuio general, ealmirante, com mais coatro nauios do Comboia parti| raõ. Pera o dito Rio, em os coaẽs se deuera mandar alguõ oficiais ma| iores, Capitaes, e soldados, pera aqui[e]tar aqueles moradores, egoardar| aprasa de V*ossa*mag*esta*de epor empratica e Comselho o que neste cazo sedeuia fa| zer. Em seru*ic*o de V*ossa*Mag*esta*de que he o deque senaõ tratou athe gora, sabendo se| que os amutinados cada ues mais se fazem insolentes, e publicam que| sendolhes nesesario pera sua conseruasem fazeremçe [mouros] o hom de fazer,| e tambem se entende que por mar, e por terra, querem auizar aBoinos aires| [ao] Rio da pra[t]a donde asiste hum mestre de campo desf[l]andes com seis| Centos Infantes deprezidio, e tambem sabemos que dando dali Re| Bate as suas cidades que tem em o cert[om] foi socorrido com coatro| mil homẽs, e podeçe Re[.]ar que ofreçendose lhe esta prasa do Rio de Jann*ei*ro| que aseitaram os castelhanos, capoderam uir prezidiar com menos de| mil homẽs, em os nauios oLanderes, e deseuilha que sempre con[t]he|m em aquele porto, e pellos maos exxemplos de catalunia se pódem| te[mer] semelhantes desordens emgentes de p[.]as obrigaçoẽs moui| dos da dezesperasam, [ilegível], de que tudo meparecço dar conta a | V*ossa*Mag*esta*de [ilegível]deno do ofisio que exersito de prouedor Mor de sua Real| fazenda neste estado. || [carimbo][67] As ca[l]amidades deste tempo, e a [ilegível] obrigasam doseru*ic*o| de V*ossa*Mag*esta*de me obrigam a Reprezentar a V*ossa*Mag*esta*de contudo odeuido Respeito,| e a[.]tamento que com abreuidade posiuel mande V*ossa*Mag*esta*de gouernador,| capitam geral pera este estado que gouerne esta Bahia [ilegível] aos| seus moradores [ilegível] e a deixe o[b]rar os m[e]nistros| de V*ossa*Mag*esta*de Comforme suas hordenaçoes pera que se[i]a tudo ti[.]| Intereceo, [.]g[.]nentos da fazenda propia [legível]| los de V*ossa*Mag*esta*de tam[.]cio como atenuados [pelas] [causas] apontadas| [ilegível] Mandará hordenar [.]ffor mais sem seruiso.

[66] Apresenta manchas da escrita do verso.

[67] Entre um parágrafo e outro apresenta um carimbo.

[Fól. 1v]

[Fól.1v]

Goarde Deus a catholica, EReal Pesoa de V*ossa*Mag*esta*de como a cristan| dade e seus vasalos auemos mister Bahia a 27 de ABril| de 1661 a*nos*.

+

Lourenco de Britto Correa

Assunto: Sobre a não Inglesa Maria Dourada e o capitão Jamens Code não querer pagar os quatro quintos de pólvora e quatro de chumbo de sua obrigação, e levando da cidade e estado todo dinheiro pelas drogas, deixando tão faltosos deste gênero e impossibilitando os moradores desta conquista do comércio Solicita, portanto, a Vossa Majestade que peça a conta, porque cá não foi possível.

Local: Bahia.

Data: 13 de maio de 1661.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól.1r]

[Fól.1r]

27 de junho 662[68]

Bahia

Do Conc*elh*o Ultramarino

Sobre oqueescreue oProuedor Mor da Faz*end*a do| Brasil acerca da nao Ingreza Mariadourada| não querer pagar [p*o*r]quatroquintosdepoluora| equatro dechumbo de sua obrigação

[carimbo][69]

[68] Escrita posterior de punho diferente do corpo do texto.

[69] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial na parte inferior do corpo do texto.

[Fól. 2r]

[Fól.2r]

+

[70]C*ar*ta [q*ue*] ao prouedor dor [M]mor se ordene [ilegível] ex[.]| apoluora emunicaõ e o q*ue* [.] dep[.]da na falsa.| de se entregar no [ilegível] nos nauios estas se refere o q*ue* | [ilegível] e que o mais| se anda com[.] pelo o q*ue* [ilegível] escreueo para [ilegível][71].

Haja uistao Procurador| da faz*en*da. Em Lisboa a 4| de marco de66[.]

Rubricas[72]

[73]Devesse mandar sab[e]r| dos f[i]adores q*ue* este capp*i*tão| deo n[os] Almazens epor| elles sedeue hauer [quatro]| *quintaes* de poluora e[4] q*uin*taes| dechumbo

Baia

13 - 5 - 661[74]

[carimbo][75]

[76]Por Varcaõ repostas a[L]us| q*ue* sepediraõ p*e*llos Inglezes| [t]enho ditto adestruicaõ| q*ue* resulta aeste R[ilégivel] de| se lhas conceder e ajnda| sem esta certeza de q*ue* da conta| o

+

Senhor[77]

[carimbo][78]

Dou conta aV*ossa*Mag*esta*de de como anao Ingleza q*ue* aportou nesta Bahia| uindo com Licenca de V*ossa*Mag*esta*de por nome Maria dourada, eocappitaõ| Jamens Co[d]e cuia Licenca alcancou Duarte [b]uxel mercador inglez| morador em Londres, por seus procuradores q*ue* requereraõ aditalicen= ca Thomas Breue, e Diogo de Chaues moradores em L*ix*b*o*a; e come=| sando a descarregar suas fazendas se partio de hũ dia atheoutro| para o Rio de Janeiro, donde tornou aesta Bahia carregado deasucares,| epondose em franquia mandei ao meirinho do mar, eao Almo=| xarife, eseu escriuaõ, p*ar*a q*ue* entregasemos quatrop*ar*tes depoluora| daobrigaçaõ da licenca, equatrop*ar*tes de chumbo, e respondeu odi=| to cappitaõ Jameñs Code, q*ue* tinhapago noRio deJaneiro, e pedindo=| lhe uista do mandado corrente q*ue* auia detrazer naõ mostrou,| nẽ quis sair aterra, e breue m*en*te se leuantou desteporto, com| outras duas naos inglezas, sempagar aqui nẽ mostrar ter pa=| go no Rio de janeiro; V*ossa*Mag*esta*de lhe mandará la pedir esta conta,| porq*ue* ca naõ foi possiuel, por o relatado, eoutros respeitos de| naõ proceder uiolenta m*en*te comesta naçaõ taõ recomendadade | <u>V*ossa*Mag*esta*de, estaõ izentos[79]</u> elles, emercadores, q*ue*nos tem leuado desta<u>| cidade, edetodo o estado</u> todo od*inhei*ro q*ue* nelle auia, porsuas [dro]=| gas, deixandonos taõ faltos deste genero, como impossibilita=| dos os moradores destas conquistas docomercio, q*ue* so os In=| glezes tem continua m*en*te, sobre o q*ue* V*ossa*Mag*esta*de ordenará, oq*ue* mais| for seu seruiso, e conseruacaõ de seus vassallos. gu*ar*de D*eu*s acatho=| lica

[70] Escrita posterior situada a esquerda da parte superior do corpo do texto, escrito por outro punho.
[71] Apresentou dificuldades de transcrição, pois o documento possui mancha de tintas do verso.
[72] Contém 4 rubricas.
[73] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto embaixo da escrita anterior.
[74] Escrita porterior situado a esquerda do corpo do texto.
[75] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.
[76] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto que permeia até o fólio 3.
[77] Na parte superior do documento apresenta marcas de tinta da escrita do verso.
[78] Carimbo do Arquivo de Marinha e Ultramar – B.N.L entre a palavra senhor e o corpo do texto.
[79] Sublinhado pelo escrevente.

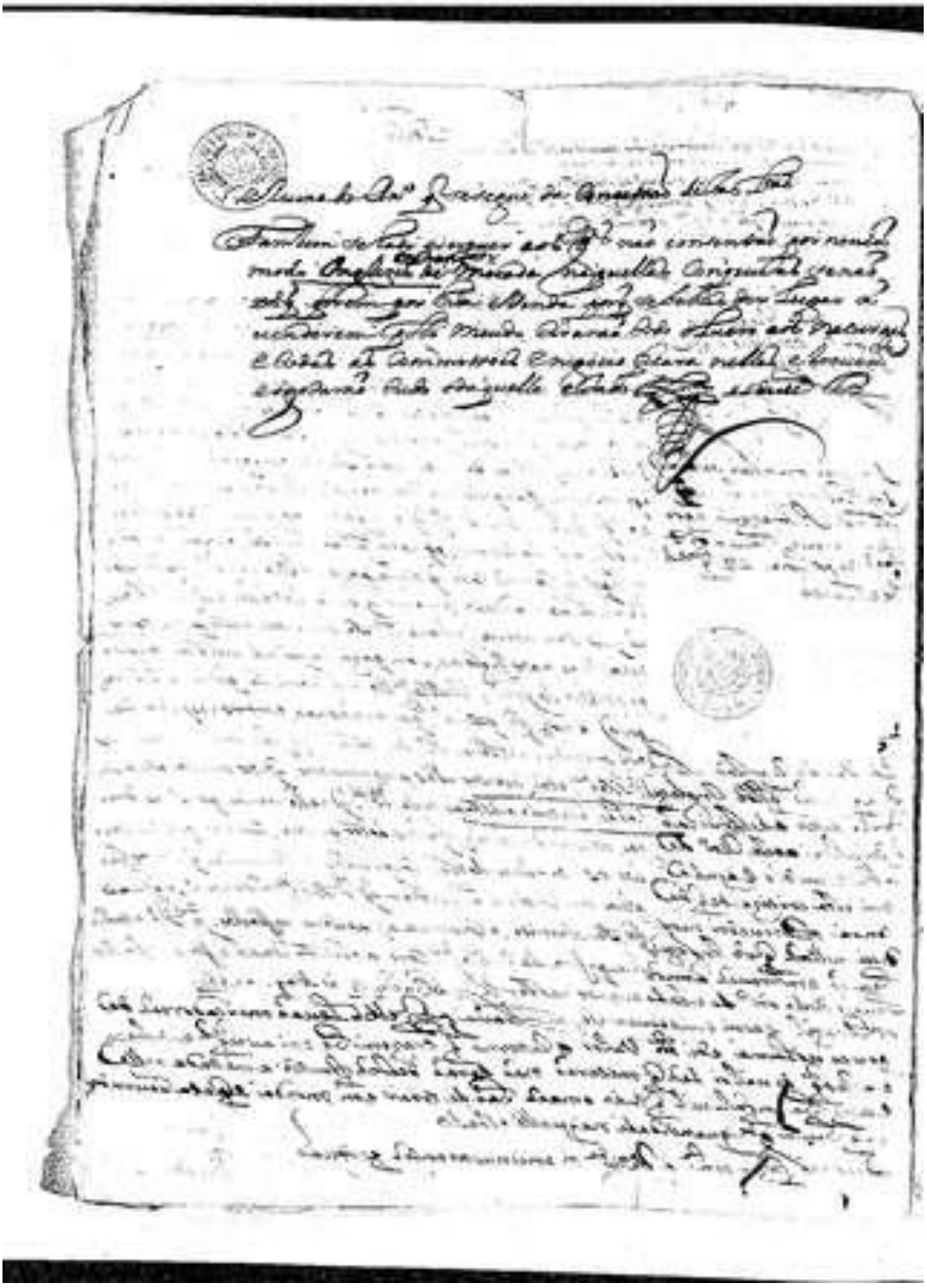
Prouedor mor| deui nellas q*ue* os Inglezes| hauiaõ em[b]reues annos| leuar todo od*inhei*ro do estado| do Brazil e com euidencia se mostraua [queelles] leuaõ mercadorias de| pouco uolume e de m*ui*to valor [o] Retorno q*ue* trazem he em asuq*a*res e[t]abaco| e a resp*os*ta do ualor das que metiraõ naõ teraõ destes frutos. amisade delle| e assi he infaliuel quetudo o mais haõ de tirar em moeda apra[t]a Laurada| de q*ue* hauça g*ran*de quantidade naquelle estado| Deuesse fazer consta a V*ossa*Mag*esta*de os inconuensentes perdição

pessoa deV*ossa*Mag*esta*de como achristandade e seus vassallos| auemos mister. [.] Bahia 13 de Mayo de1661.

30 +

L*ouren*co de Britto Correa

[Fól.1v]



[Fól.1v]

[80]Ruina do [senhor] q*ue*se segue da comissaõ destas lea[.]| Tambem sehada ei erguer [aos] q*uan*tos naõ consentaõ por nenhũ| modo Inglezes[81] de morada naquellas conquistas se naõ| [.]q*ue* forem por hida evinda porq*ue* selhes der lugar a| uenderem p*e*llo m[e]udo traraõ todo oLucro aos naturaes| e todas as commissoes e negocio ficara nelles e breuem*en*te| esgotaraõ tudo od'aquelle estado Lix*bo*a 15de[.] 66[2][82].

[80] Continuação da escrita situada a esquerda do corpo do texto do fólio anterior. No terceiro fólio a continuação dessa escrita fica situada no corpo do manuscrito.
[81] há uma escrita na entrelinha superior que está difícil, mas dá para ver que termina com "tos" e depois tem um "x".
[82] Nesse manuscrito encontra-se manchas da escrita do reto.

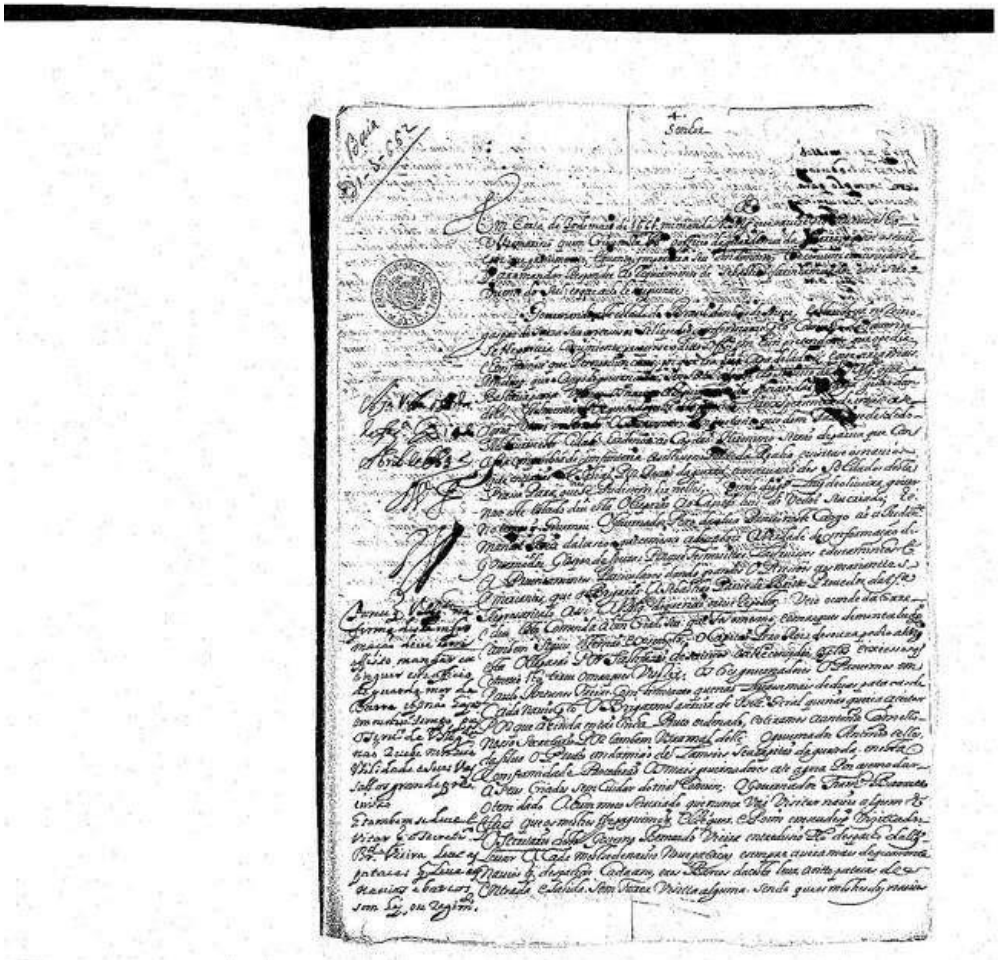
Assunto: Informar que a Vossa Majestade em carta pede para que o avise pelo Conselho Ultramarino sobre a criação do cargo de guarda mor da barra, quem o serve e por que provimento, quanto importara seu rendimento, e se convém continuar. O Provedor Mor da Fazenda descreve como ele deve responder ao requerimento de Sebastião Farinha, morador em São Vicente do Sul, e diz ser prejudicial ao serviço de Vossa Majestade e sem utilidade alguma.

Local: Bahia.

Data: 31 de março de 1662.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



[Fól.1r]

Baía

31 – 3 – 662[83]

+

Senhor_

[carimbo][84]

Aja vi[s]t[a] o[Prouedor]| dafaz*end*a L*ixbo*a [.] de| Abril de 663.
Rubricas[85]

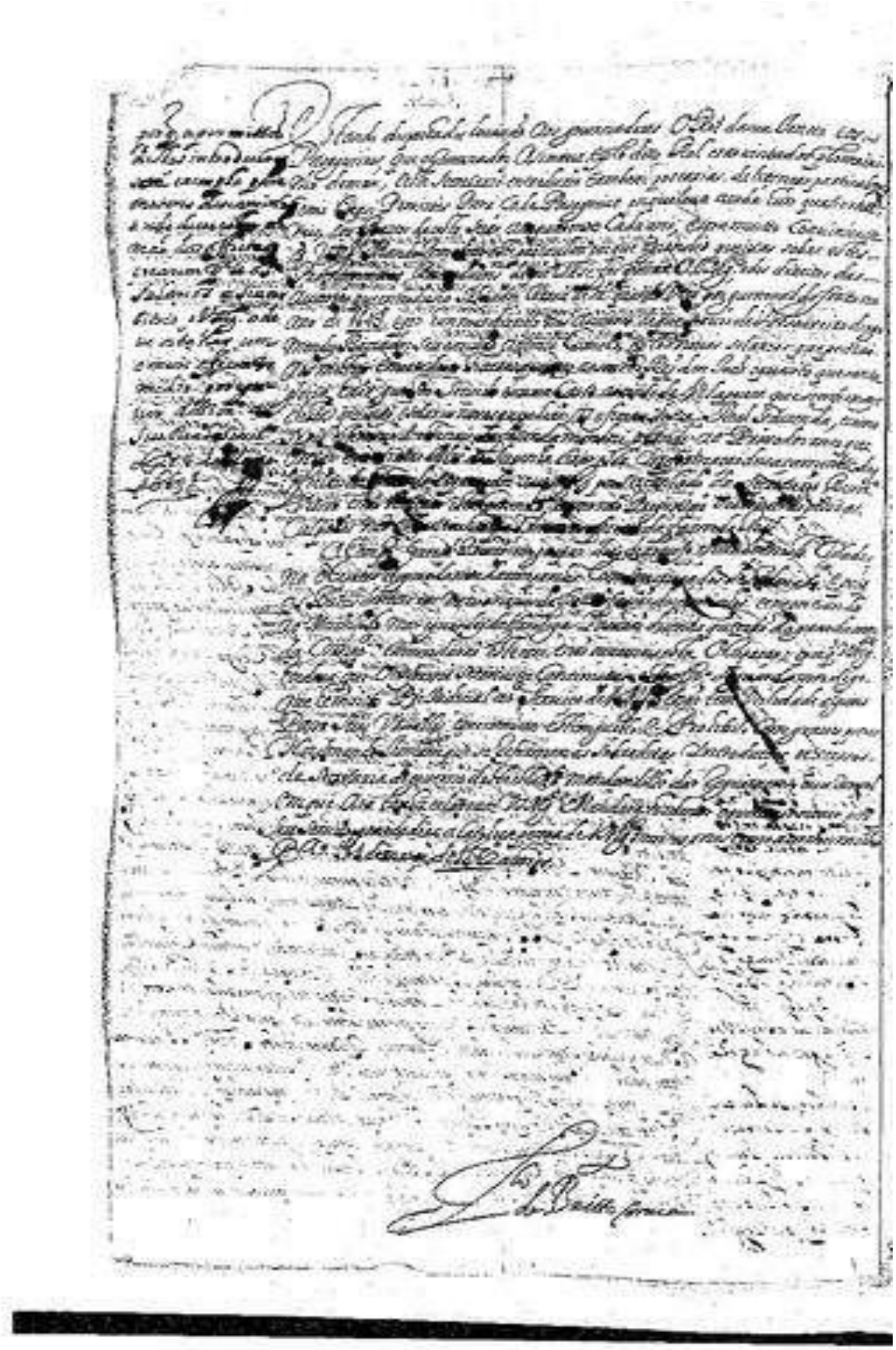
[86]Parece q*ue* V*ossa*Mag*esta*de na| forma desta infor| maçaõ deue com| effeito mandar e[x]| [ti]nguir este officio| de guarda mor da| Barra e q*ue* o naõ haja em nenhũ tempo, pois| o seruiço de V*ossa*Mag*esta*de| naõ recebe nenhua vtilidade e seus vassallos gra[n]de pre|iuizo|| E tambem se deue e| vitar q*ue* osecret*ari*o B*ernar*do Vieira leue as| patacas q*ue* leua o[s]| nauios e barcos sem l[e]y, ou regim*en*to

Em carta de 30 de maio de 1661 me manda V*ossa*Mag*esta*de que o auize pelo seu conselho_| Ultramarino quem criou nesta B*ahi*a o officio deguardamor da [.]arra, q[u]en oserue_| epor que prouime[n]to, equanto, impor[ta]ra seu rendimento, e [s]econuem co[n]tinuarse| Para mandar responder ao Requerimento de Sebasti[a]õ farinha morador em Saõ| Vicent[e] do Sul: eo que acho he o[s]iguintte: || Gouernand[o] [e]ste estado do Brasil don luis de souza, eestando ja no reino_| gaspar de Souza seu antessesor selhe pedio [i]nforma[c]ao pelo com[se]lho da fazenda_| se lhe p[a]reçia conuiniente [p]rouerse o ditto off*ici*o em hun pretende[n]te que o pedia| e Em formou que Per ninhun ca[.], por q[u]e era huã cã[p]a de ladroẽs e que seria mais,| Rendais o que o Cargo de gouerna[dor], sem [ilegível] al[gu]n ao s[er]uiço de V*ossa*Mag*esta*de que| Bastauapara vi[.]t[.] os nau[ios] o Regui[.] d[os] oficiais das [.]ga guardan| dolo, fielmentte [.]que tudo [n]elle [es]t[a] p[.]uido eaexsperiençia de entaõ ate| agora o[tem] m[os]tr[a]do c[la]ramentte, [P]or [q]ue tant[o] que dom Fa[.]e de [T]oledo_| Rest[a]urou esta cidade hordenou ao Capitaõ Heronimo Serraõ depauia que Con| a s[u]a com[pa]nhia de imfanteria asestissen na F[.]e da Prahia euisitase os nauios_| que entra[.]aõ e sahiaõ Por Rez[a]õ da guerra, e conse[r]uaçaõ dos soldados desta| Prassa Para que [naõ] se Pudessem hir nelles; Vindo diogo Luis de oliueira gouer| nar este estado deu esta Ocupa[ç]ão ao Capitaõ Luis de Vedo[i] seu criado; he| no t[empo] q*ue* gouernou. OGouernador Pero dasilua Proueo neste Cargo aõ ajudante| Mano[e]l Ro*drigu*iz dalca ser que comesor o ad[escu]brir averdade da informaçaõ do| Gouernador Gaspar de Souza; Porque Fes muittas Ladruisses e descaminhos e| aProueitamentos Particulares dando grandes Opressois aos marianttes| e mercantis, que oBrigaraõ aSebastiao Parue de Britto Prouedor da Faz*end*a| Repressentalo assi aV*ossa*Mag*esta*de dequenaõ ouue Reposta, veio o conde da torre_| e deu esta comenda a hun

[83] Anotação posterior à margem superior, à esquerda.
[84] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.
[85] Contém três rubricas.
[86] Escrita Posterior situada a esquerda do corpo do texto e embaixo das rubricas.

criado seu que Fes o mesmo, eo Ma[r]ques demontaluaõ| tambem seguio estemao exsemplo, o capitaõ Pero Roiz de souza pedio aV*ossa*Mag*esta*de| esta ocupasaõ Por sastifacaõ de seruiços e se lhe conçedeo ep*e*los eixcessos que| come[t]eo e o tirou omarques V[is]orei, os tres gouernadores oprouemos em| Paulo Antunes Freire. Com limitaçao quenaõ Leuassemais de duas patacas de| cada nauio p*e*lo OBrigarrnos aseruir de Thez*oureir*o geral quenaõ queria aceitar| Por que a hinda entaõ tinha Pouco ordenado, e o tiramos a antonio Camello_| nosso secretario Por tambem vsar mal delle, o gouernador Antonio telles| dasilua o Proueo em damiao deLamsois seucapitaõ daguarda, enesta| Comformidade Procederaõ os mais gouernadores ate agora Por acomodar_| a seus criados sem cuidar do mal comun; O gouernador Fram*cis*co Barretto| o tem dado a hum moço seu criado que nunca vai visitar nauio algum e| efas que os mestres lhepaguem o que elle quer. e Poim em seu desp*ach*o vizitlado_| Osecretario deste gouerno Bernardo Vieira entredusio p*e*lo despacho da liz*ença*| leuar a cada mestre de nauio noue patacas esempre auera mais dequarenta| nauios q*ue* despachar cada ano, e aos Barcos daCosta leua a oitto pataca de| entrada esahida. Sem Fazer vistta alguma. Sendo que os mestres dos nauios

[Fól.1v]



[Fól. 1v]

Estando despachados leuauaõ aos gouernadores oRol da sua jentte eos| Pasagueiros, que o Gouernador asinaua epelo ditto Rol erao uisitados pelo meiri| nho do mar, e este secretario entredu[z]io tambem portarias de licenças particul[ares]| Como Causi Proui[z]ois Para cada Pasagueiro porque leua acada hun quatro[.]| veis, eos [B]arcos da costa seraõ at[e] qua[r]enta cada ano, e sera muitto conuinientte| q*ue* V*ossa*Mag*esta*de Mande Rem[e]dear este particular por que agrande queixas sobre estes_| Procedimenttos eent[.]ducois de que já se fes queixa aV*ossa*Mag*esta*de e dos direitos das_| auartas que entreodu[s]io Sal[u]ador Correa de sá quando veio por gueneral da Frotta no| ano de 1643. epor hun nouo direitto nos asucares de que [s]eruio de thesoureiro diogo| Mendes Barradas seu escriuaõ Antonio Camello, epelos nouos selarios quepediao| aos mestres e mercador[.] Fazias quei[xa]s ao se[n]hor Rei don Joaõ o quarto que santa| gloria haia que Foi seruido escre[uer] carta a[o] conde de [Vi]lapouca que se enformase| destas queixas e selarios nouos os que[p]ediaõ os ofic[ias] de sua Real Fazenda, ecomo| se pos este [re]medeo oFiciais [da] Fazenda mandou oConde ao Prouedor mor que| [e]ntaõ em [Simaõ] A[ba] [de] Sapenha tirar esta informacao deuaçamentte dos| Oficiais da F[azen]da e o p[rouedor] a[ilegível] por ser cunhado do secretario Bern*ardo*| Vieira en[.] [ilegível] est[a] comenda [co]mo naõ Preguntou sob[.] outras pessoas.| Culpa[d]os naõ [.]ultou ca[.] con[.] [ilegível] da fazenda Real.|| A Compp*anhi*a gueral Praueo em Ga[s]par dias de araujo morado[r] nesta cidade| na ocupaçaõ de guardamor dacompanhia com sem cru[.]ados de h[ord]ens e porq*ue*| os Bateis denoi[tt]e em varios nauios da frott[a] fa[.]raõ desc[a]m[in]hos eencontrando| ao meirinhodo mar eguardas dalfandega. Pasaraõ dizendo que eraõ do guarda mor| da compp*anhi*a emmendaraõ este erro, e naõ ouve mais esta ocupaçaõ, eporq*ue* V*ossa*M*agesta*de| horde[n]a que o imforme se conuem continua[r] se [es]te off*ici*o d[e]guarda mor digo| que he muitto Prejudicial ao Seruico de V*ossa*Mag*esta*de e naõ tem Vtilidade alguma| Para seus vassalos e que comuem estimguitlo e Prohibilo com graues penas| hordenando juntam*en*te que se reformen as sobreditas Introduço[i]s eexçessos_| da secretaria do gouerno deste estad[o] mandando lhe dar Reguimento ou a Rancel| em que aia ta[.]ha e clareza:

[87] per q*ue* a permissaõ| destas introduco[.]| será exemplo para| maiores descaminhos| e naõ deue [estar] [na]| maõ dos offi[ciais]| crearem p*ar*a si [ilegível]| salarios siuar| [.]ilrio e V*ossa*Mag*esta*de o de| ue esta lhas com| o mais offic[.] re| medio por [ilegível]| assim [.]| seu real seru*ic*o| Lix*bo*a [9] de [ilegível]| de 663

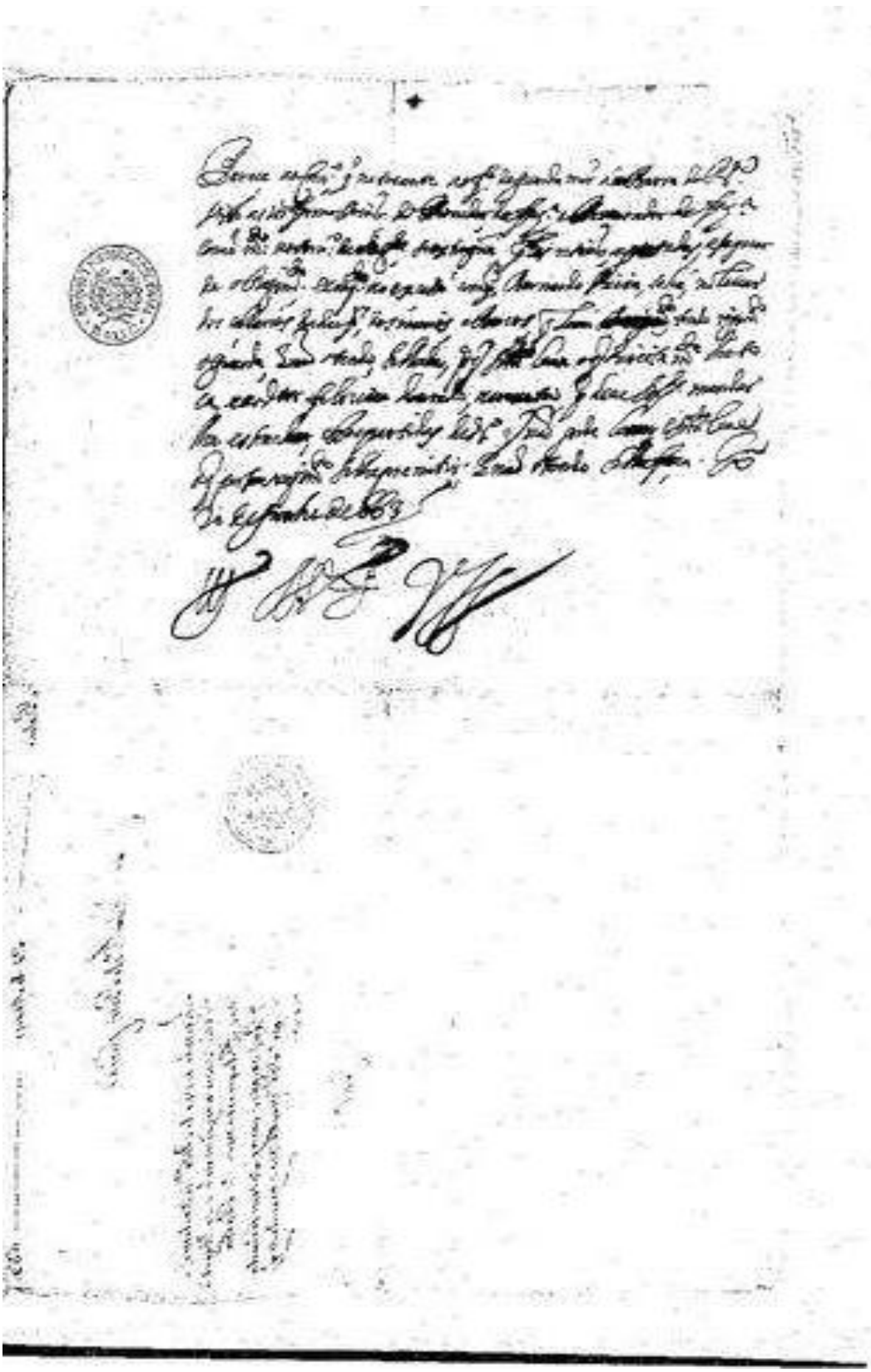
[87] Escrita posterior a esquerda do corpo do texto.

V*ossa*Mag*esta*de Mandara horden[a]r o que [ilegível] ouuer por| seu seruico Go[a]rde deos a Catolica pessoa de V*ossa*Mag*esta*de muitos anos [co]mo a[u]emos mister| B*ahi*a 31 de março de 1662 annos

85 +

L*ouren*co de Britto Correa

[Fól. 2r]



[Fól. 2r]

[88]Parece ao Conse*lh*o q*ue* tocante aof*ici*o deguarda mor d[a]Barra da B*ahi*a| [visto] as informacoes do Prouedor da faz*end*a e[Pro]curador da faz*end*a| conuẽ m*ui*to aoseru*ic*o de [ilegível] seos [ilegível] p*e*los [ilegível] [ilegível] eseguar|de oRegim*en*to [com]q*uan*to ao e[x]ce[sso] comq*ue* Bernardo Vieira, se ha, noleuar| dos sallarios dos [despachos], dos [nauios], e barcos q*ue*La[.] [ilegível] [t]endo regimento| oguarda [se]naõ tendo, se hadedar, p*o*r q*ue* [ilegível] como oq*ue* direitam*en*te lhe[to]| ca [.]sl[.]ar] felici[.] dourada, acr[.]ta q*ue* deve V*ossa*Mag*esta*de mandar| lhe estranh[a]r, [ilegível] de d*inhei*ro q*ue* naõ [.]te [ilegível] esom*en*te leue| oq*ue* per [seu]regim*en*to selhe premitir E naõ tendo [ilegível] Lix*bo*a| 20 de junhode 663

4 Rubricas

[88] Escrita posterior e punho diferente do corpo do texto.

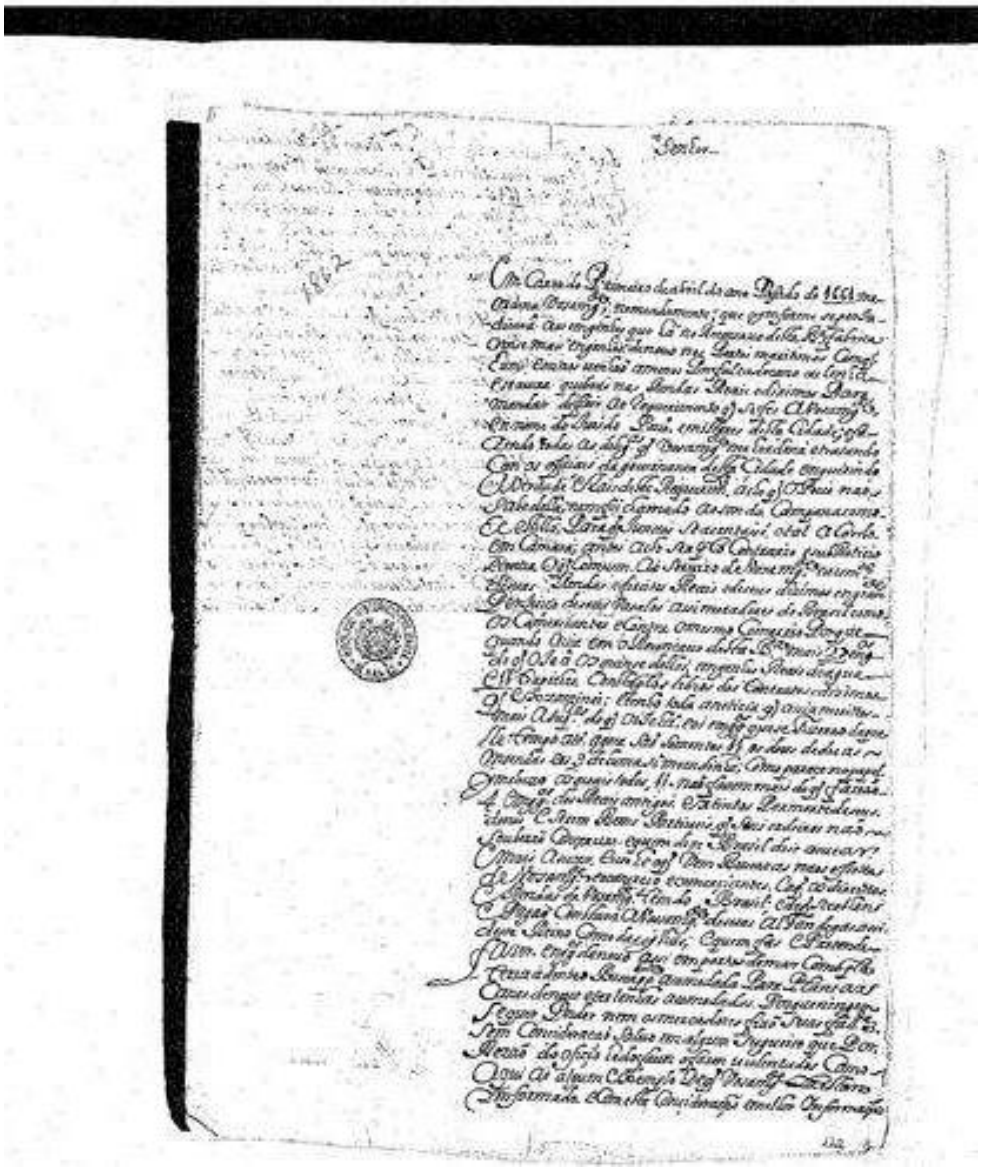
Assunto: Sobre ordenação na qual Vossa Majestade pede para informar se fabricar mais engenhos de novo nos Portos marítimos prejudicará os engenhos que há no Recôncavo da Bahia, , a menos que falte cana ou lenha. Pede que avise nas rendas reais e dízimos.

Local: Bahia.

Data: 23 de maio de 1662.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



[Fól.1r]

+

Senhor

1862[89] Em carta do Primeiro de abril do ano Passado de 1661. me| ordena Vossa mag*esta*de, nomeadamente, que o ymforme se perju-| dicarâ aos emgenhos que há no Reconcauo desta B*ahi*a fabrica| [re]nse mais engenhos denouo nos Portos maritimos comq*ue*| hum eoutros uenhao a menos Por faltadecana ou lenha_| e se auiza quebras nas Rendas Reais e dizimos. Para| mandar difirir ao Requerimento [carimbo][90] q*ue* se fes aVossa mag*esta*de| en nome do Juis do Pouo'[91], emisteres desta Cidade; e fazendo todas as dilig*ênci*as q*ue* Vossa Mag*esta*de me hordera etratando| con os oficiais da gouernança desta Cidade enquirindo| averdade e[.]ais deste Requerim*en*to acho q*ue* o Pouo não_| sabe delle, nem foi chamado ao son da Compana como_| he estillo; Para que junttos se asentassé, o tal a cordo_| em Camara; antes acho ser p*e*lo contrario e subRoticio| e contra o q*ue* comuem. Ao seruizo de Vossa mag*esta*de e aum*en*to| desuas Rendas e direitos Reais e deseus dizimos en grande| Perjuiço de seus Vasalos assi moradores do Brasil como| os comerciantes econtra o mesmo Comercio Porque_| quando auia em o Reconcavo desta B*ahi*a mais 27 eng*enh*os| do q*ue* oje â os quinse deles: emgenhos Reais de agua_| C11 trapiches. Constap*e*los libros dos Contratos e dizimos _| que exzaminei; etenho toda a noticia q*ue* auia muittos_| mais asuq*a*res do que oijehâ e os emgg*enh*os que se Fizerao daque| lle tempo atê agora saõ somentes 11. os dous de duas_| moendas eos 9 de huma só moendinha; como parece no papel| [y]imeluzo os quais todos, 11 naõ fazem mais do q*ue* fazião_| 4 emgg*enh*os dos Reais antigos extintos Por morte de seus| donos e serem Bems Partiueis, q*ue* s[eu]s erdeiros não_| souberaõ conçeruar e quem dize Brazil dise asucar emais asucar. E isso he oq*ue* vem Buscar as naos e frotta| de Vossamag*esta*de e o comerçio e comerçiantes. eo que os direittos| e Rendas de Vos*s*a mag*esta*de temdo Brasil; edeq*ue* se colhen| e Pagaõ constara aVossamag*esta*de de suas alFandegas assi| desse Reino como das ylhas; equem fas ePretende| fazer. engg*enh*os denouo assi em portos demar como p*e*la| terra a dentro Buscap*o*r p*ar*te acomodada Para Plantar| Canas denouo eter lenhas acomodadas. Porque ningem| se quer Perder nem os mercadores fiaõ suas faz*en*das| sem concideracaõ saluo em algum sugueito que Por| Rezaõ do ofiçio he

[89] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.

[90] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.

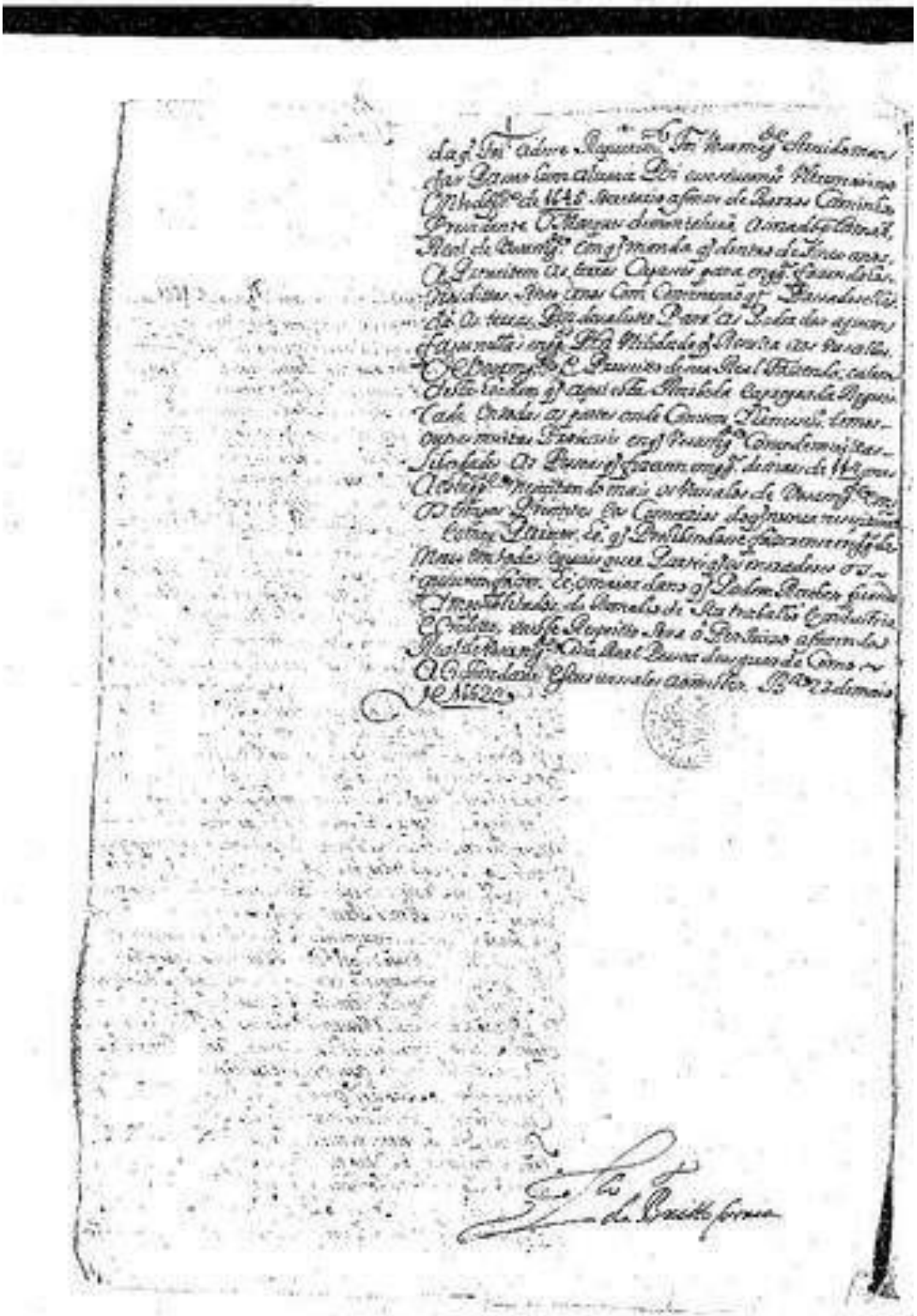
[91] Símbolo aparece no corpo do texto representado pela [']

do fauor o fazen uiolentados como_| aqui ai algum exemplo Deq*ue*Vossamag*esta*de la estara| Ymformado. e com esta concideração emelhor Ynformação

112[92]

[92] Escrita situada na parte inferior do corpo do texto.

[Fól. 1v]



[Fól.1v]

+[93]

[94]daq*ue* Foi adesse Requerim*en*to Foi Vossa magestade seruido man| dar Passar hum aluara Por esse seuconss*elh*o Ultramarino| en 10 de f*euereir*o de 1645 secretario afonsso de Barros Caminha| Pressidente OMarques demontaluaõ, asinado p*e*la maõ,| Real de Vossamag*esta*de emq*ue* manda q*ue* dentro de sinco anos_| A Proueitem as terras capasses para engg*enh*os fazendo hos_| nos dittos sinco anos com cominaçaõ q*ue* Passados elles| da as terras Por deualutto Para os poder dar aquem| fassa nellas engg*enh*os P*e*la Vtilidade q*ue* Resulta aos vasallos| deVossamag*esta*de e Proueitto de sua Real Fazenda; e alem| desta hordem q*ue* aqui esta Recebida e apregoada Reguis| tada en todas as partes onde conuem Ihenessess*ari*o temos_| outras muitas Prouizois en q*ue* Vossa mag*esta*de conçede muittas_ Liberdades as Pessoas que fizexem emggenhos demais de 114 anos| a esta pparte neseçitando mais os Vassalos de Vossamag*esta*de em| os tempos Presentes e os comercios do que nunca neseçitarão| e o meu Pareçer he, q*ue* Prohibindosse fazerense engg*enh*os de| nouo em todas equais quer Partes q*ue* os moradores os_| quizerem fazer. He o maior dano q*ue* Podem Receber ficando| Ymposiblitados do Remedio de seu trabalho e yndustria| ecreditto, e a este Respeitto sera ô Perjuizo a fazenda| Real de Vossamag*esta*de cuia Real Pessoa deos guarde como_| a Cristandade eseus uassalos aomister. B*ahi*a 23 de maio| de 1662 a*nos*.

+

L*ouren*co de Britto Correa

[93] Cruz situada na margem superior do corpo do texto.

[94] No manuscrito aparece marcas da escrita do reto.

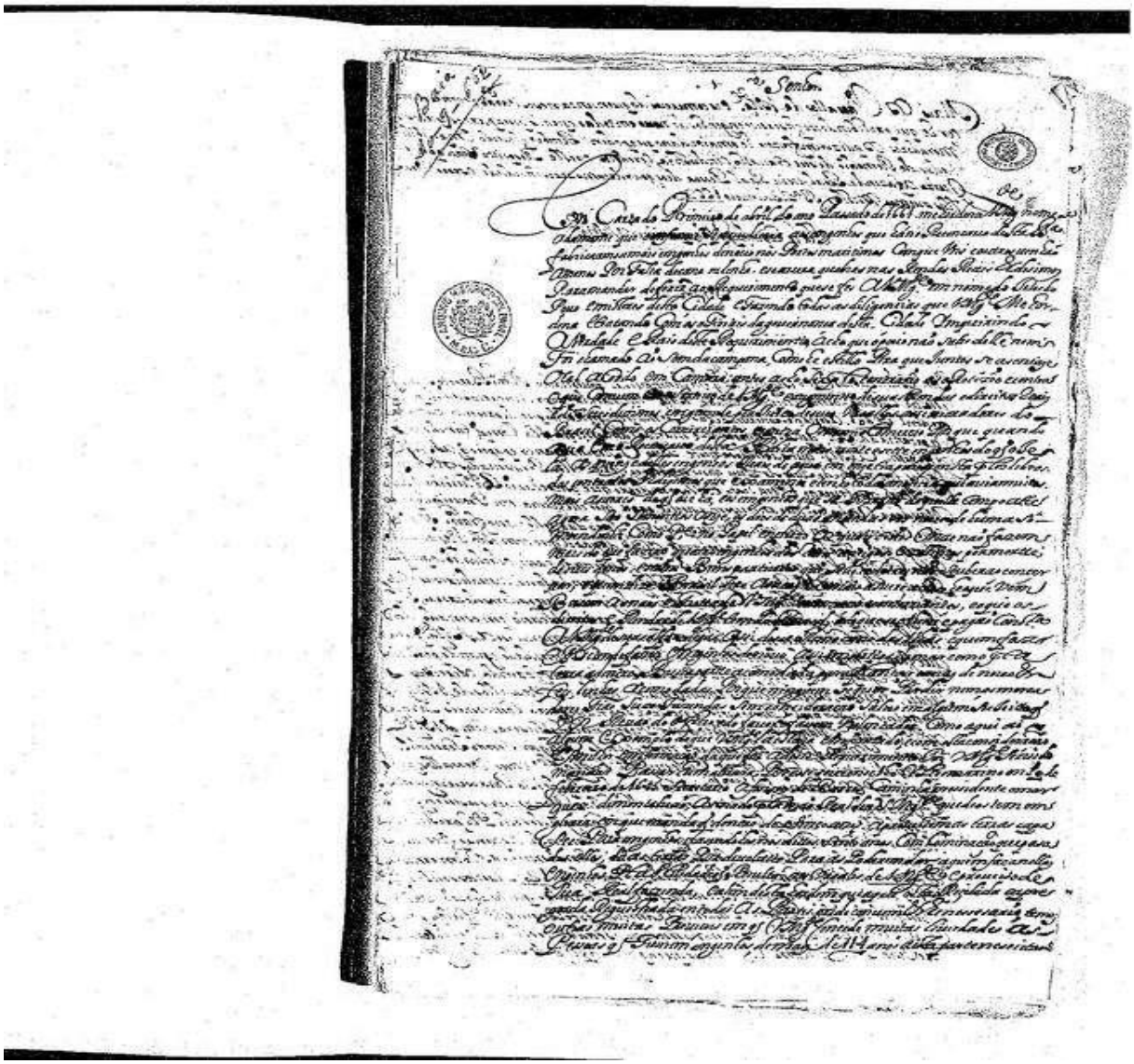
Assunto: Relata sobre a carta que escreveu em primeiro de abril de 661 para Vossa Majestade sobre a informação de haver de fabricar mais engenhos do que o que há na capitania da Bahia. Manda cópia e também fala sobre o requerimento e papeis que se fez em nome do juiz do povo para informar a Vossa Majestade da verdade que ele contém e do prejuízo.

Local: Bahia.

Data: 20 de setembro de 1662.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól.1r]



[Fól. 1r]

Baía + Senhor[97]

20 - 9 - 662[95]

Em carta do Primeiro de abril do ano Passado de 1661 me hordena V*ossa*M*agesta*de nome_| adamente que o imforme, se [p]reiudicara aos e[m]genhos que há no Reconcauo desta B*ahi*a| fabricarensse mais emgenhos denouo nos Portos maritimos com que lhes V[.]s eoutras uenhaõ| amenos Por Falta decana ou lenha. eseaui[z]a quebras nas Rendas Reais & disimos| Para mandar deferir ao Requerimento que se fes aV*ossa*M*agesta*de em nome do juis do| Pouo e misteres desta Cidade e Fazendo todas as diligencias que V*ossa*M*agesta*de Me hor_| dena etratando com os oFiciais da gouernança desta Cidade Ymquirindo_| averdade e [R]ais deste Requerimentlo, acho que o pouo naõ sabe delle, e nem| Foi chamado ao somda campana, como he estillo Pera que juntos se asentase| Otal aCordo em Camara, antes acho serp*e*lo contrario e o rotizio e contra| o que conuem [.] seruiço de V*ossa* M*agesta*de eaugmentto de suas Rendas e direitos Reais| e de seus dizimos em grande pexju[i]o de seus Vasallos assi moradores do_| Brasil como os comercia[n]tes e[co]ntra O[mesmo] comercio Por que quando| a[.]ia em o Reconcauo desta Bahia m[ai]s uinte e sette eng[en]hos do q*ue* oje| ha os quinse delles engenhos Reais de agua em onje trapi[ches] [c]onsta pelos libros| dos contrat[.] [.] disi[.]s que examin[a] e tenho toda anot[.] [q]ue auia muitos| mais asucares do q*ue* a e há, e os emgenhos que se Fize[r]aõ daquelle tempo atte| agora saõ somentles onse, [os] dois de duas m[oe]nda eos no[ue] de huma sô_| moendinha como P[e] no Papel encluzo os quai[s] [.]ntos onse naõ fazem| mais do que faziaõ quatro engenhos dos R[.]s [an]tigos e [ilégivel] por mortte;| de seus donos e serem Bems partiu[eis] que seus [ilegível] [naõ] souberaõ concer| uar, e quem di[z]e B[.]sil asua [senaõ] as uezes [.] he oque vem| B[uscar] a mais e F[.]tta V*ossa* M*agesta*de [ilegível] e[comerciantes], e o que os_| [direittos] e Rendas de Vossa Magestade [ilegível] B[.]sil do que se lhe[.] e pagaõ constatemente| aV*ossa*M*agestad*e de suas alf[an]degas assi desse Re[i]no como das ilhas e quem faz| ePre[t]ende fazer emgenhos denouo assi [.]mp[.]tlos do mar como p*e*la| terra adentro Busca partte acomadada para plantar a [m]ais de nouo &| ter lenhas acomodadas Por que ninguem se qu[e]r Perder nem os marca| darey Fiao suas Fazendas sem concideracaõ saluo emalgum sujeitto q*ue*| Por Rezaõ do oficio e do fauor o fossem [Vio]llentado[s] como aqui [ai]| algum exemplo de que V*ossa* M*agesta*de la estara emforma do e com esta consideraçaõ| [e]milhor emformaçaõ do que faz adess[.] [R]equerimento F[as] V*ossa* M*agesta*de seruido|

[carimbo][96]

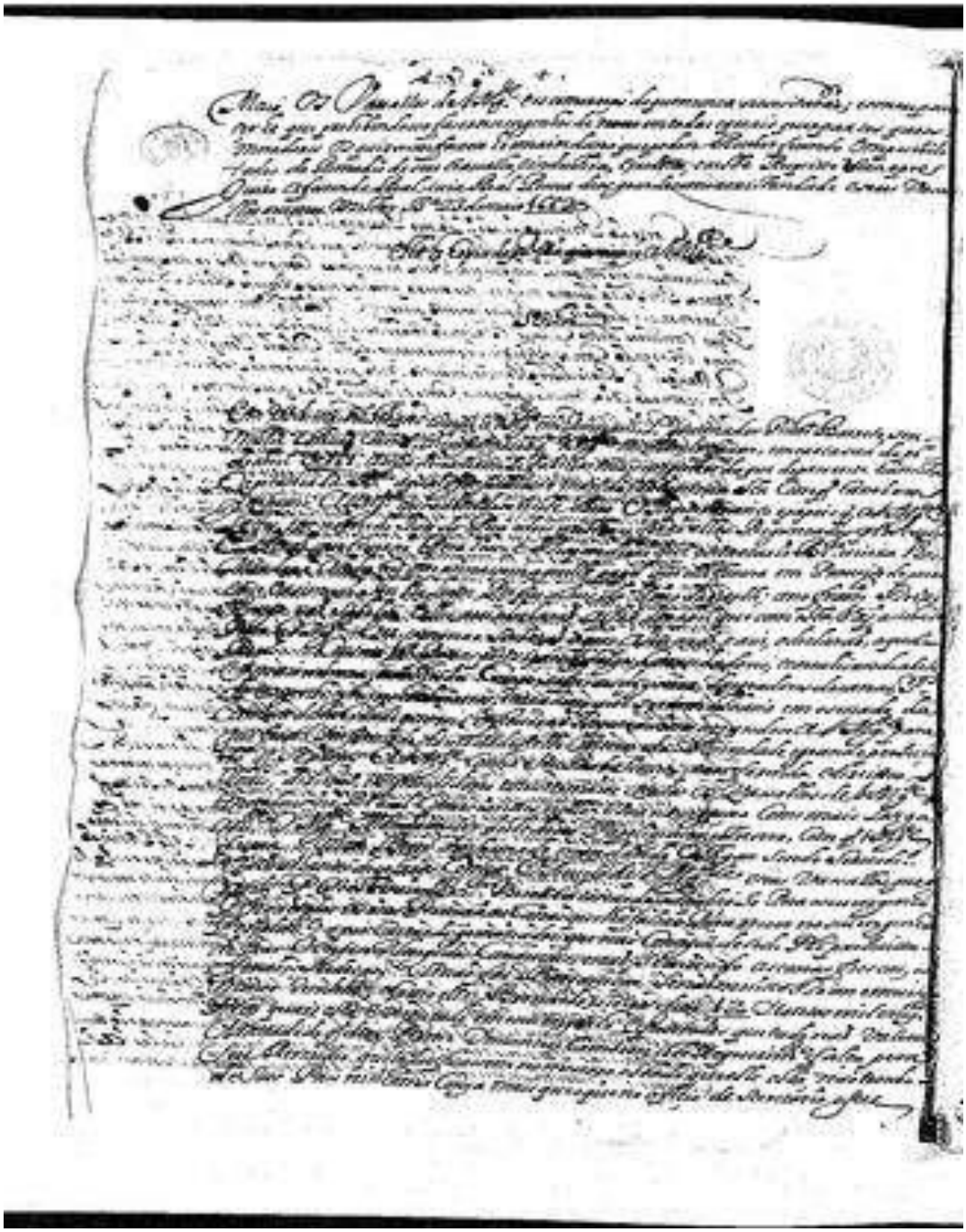
[95] Escrita posterior situada no canto superior esquerdo.

[96] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.

[97] Na parte superior e no corpo do texto aparecem marcas de tinta da escrita do verso.

mandar Passar hum aluara. Por esse seu conselho Vltramarino en 10 de| feber[ei]ro de 1645 secretario Afonsso de Barros Caminha pressidente omar| ques demontauaõ, asinado pelo m[.] Real de V*ossa* M*agesta*de que deos tem em| gloria em que manda q*ue* dentro de sinco anos Aproueitem as terras capa| ses Para emgenhos fasendo has nos dittos sinco anos com cominaçaõ que pasa| das elles, dâ as terras. Por deuolutto Para as Poderem dar a quem faça nellas| engenhos P*e*la Utilidadeq*ue* Resulta aos Vasalos deV*ossa* M*agesta*de eproueito de| sua Real fazenda, e além desta hordem queaqui esta Recebida eapre| goada Reguistrada en todas as Partis onde conuem &lhe nessesario temos| outras muitas P[r]ouicois em que V*ossa* M*agesta*de Concede muitas liuerdade as_| Pessoas que Fisserem engenhos de mais de114 anos a esta partenesecita[raõ]

[Fól. 1v]



[Fól. 1v]

[98]Mais os Vassallos de V*ossa*M*agesta*de e os comercios do que nunca nesesitaraõ, e omeu para| çer he que prohibindosse fasernse engenhos de no[u]o em todas e quais querpartes queos| moradores os quizerem fazer he omaior dano quepoden Receber ficando emposibili| tados do Remedio de seu traualho, eindustria, eixeditto, e a este Respeitto [v]era o pre| Juizo a fazenda Real, cuia Real Pessoa deos goarde como acristandade eseus vasa| llos auemos mister B*ahi*a 23 de maio 1662a*nos*

esta he copia da pr*imeir*a via q*ue* [ilegível]ey aV*ossa*M*agesta*de

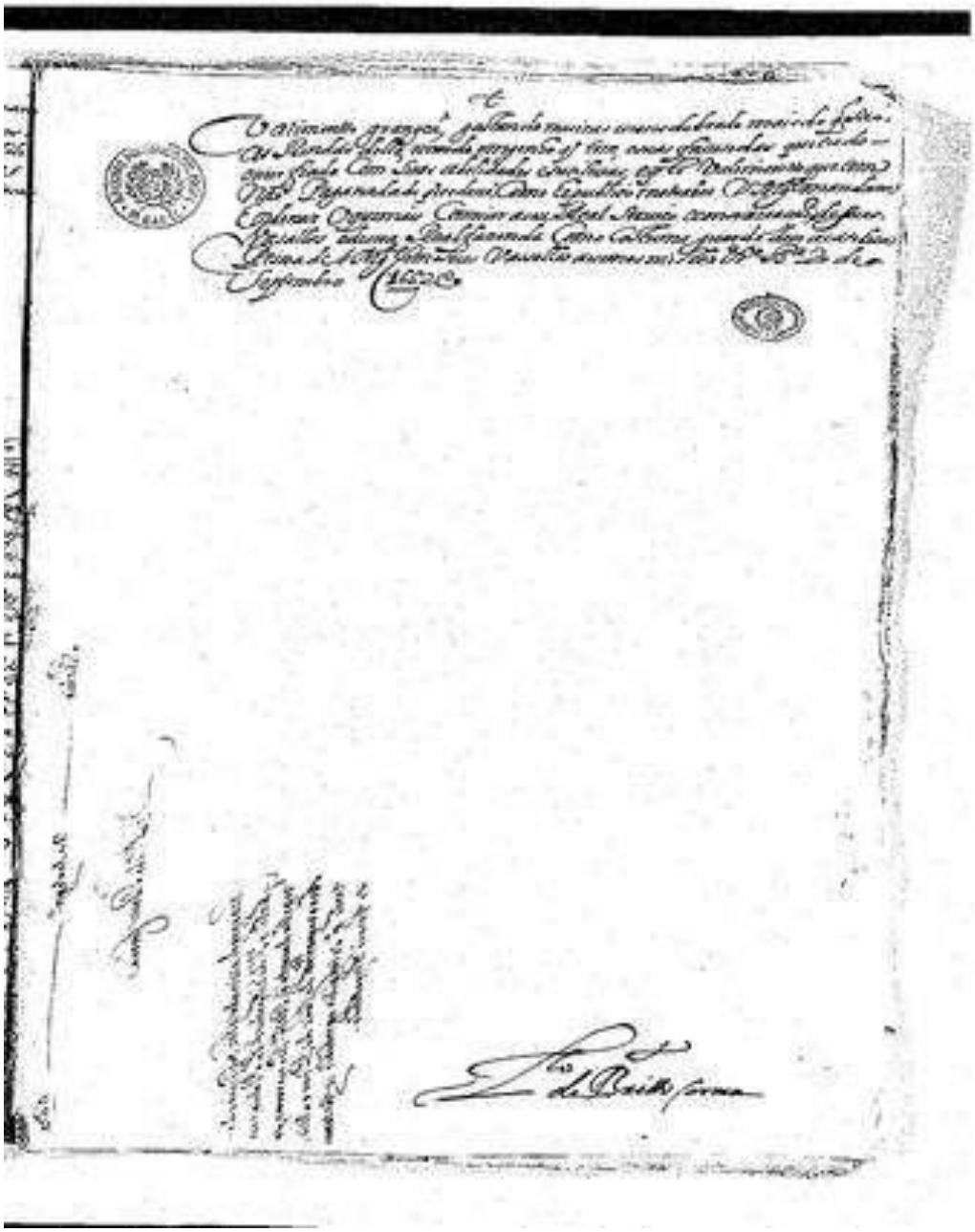
Senhor

Em 23 de maio deste ano escreui a V*ossa* M*agesta*de em hum nauio do gouernador Fram*cis*co Barreto, seu mestre esteua[õ] coron[e]l, ahimf[or]macaõ q*ue* V*ossa* M*agesta*de me manda fazer, em carta sua do p*rimeir*o| de abril de661. Aserca deseauerem de fabricar mais emgenhos do que depresente ha nesta| Capitania da B*ahi*a aqual Ymformacaõ mando tam[b]em com [e]sta comq*ue* tambem| Ymformo AV*ossa*M*agesta*de que sabendose neste Pouo O Reque[ri]mento epapeis q*ue* aV*ossa*M*agesta*de| se fes em nome do Juis do Pouo e dois mi[steres], forao elles Preguntados p*e*la causa| e [Rezaõ] que tiueraõ Pera hisso e Respond[e]raõ que osecretario Bernardo uieira lhes| Mand[ara] atodos tres que asinassem aquelle p[apel] que elle fizera em Proueito do pouo| e que o asinaraõ sen lhe le[re]n Porque o juis do Po[u]o daquelle, ano Fram*cis*co Rodriguiz B[.] naõ sabe le[.] eelles auiadeclaraõ afr[.] do papel que com estaVai asinado| [Para] aV*ossa* M*agesta*de [.]ez c[omo]nao souberaõ o[que] as[e]naraõ e assi, o declaraõ, o qual| papel Cont[em] 108 Pe[sso]as princi[pae]s [fil]dalg[.]s, comendadores, ecaualeiros do abi[.]| e[ma[.]nobrezas], m[estres] do Campo, [ilegível] de guerra, lauradores de cana, s*enho*res| [de] [emgenhos], juizes hord[inarios], euze a d[.] que [.]m este ano em o senado da| Camara desta cidade quem o ofisserao Requerendo[me] o mandase aV*ossa*M*agesta*de para| que faça Ymformado da uerdade deq*ue* elle contem e da R[.]indade e grande perjuiço| do que sepropos aV*ossa*M*agesta*de contra seu R[ea]l seruiço, e [sua] fazenda e direittos| Reais, dizimos, em grande dano emuitto maior atodos os Vassallos de V*ossa*M*agesta*de|

[98] No decorrer do manuscrito apresenta manchas de tinta da escrita do reto.

moradores no Bras[i]l comercianttes nelle e sua nauegaçao como mais larga| m*en*te V*ossa*M*agesta*de mandarauer deste ditto Papel que ca[.] e[s]ta sera, com q*ue* V*ossa*M*agesta*de| ficara ma[is]Bem Ymformado mandando Castigar sendo seruido.| q*ue* semelhantes de [.]faças cont[.] Oseruiço de V*ossa*M*agesta*de e seus
80 vassallos , que| rendo Por estancia B*ernar*do Vieira [.] canas de sauberjo Pera o seu engenho| Por que todos os anos Procura as Canas que lhe faltaõ Para moer no seu engenho| Pessoalm*en*te e por cartas do gouernador que naõ concegue de todo P*e*lo prejuizo| de ficar Oengenho longe das canauçoes, e naõ, semoendo as canas frescas,| senaõ, s[e]dicas, senaõ fas Bom asucar, senaõ muitto Roim e muito|
85 menos Rendim*en*tos, e como elle Bernardo uieira deue 120 Ytantos mil cruz*a*dos| P*e*los quais esta executado em o seu eng[e]nho e fa[z]endas que tudo naõ valera| Ametade do que deue Parte e Ymuentou tambem este Requerim*en*to falço pera| seu Remedio que todos ficassem no mesmo estado que elle esta, naõ tendo| de seus Pais ninhuma couza mais que o que no ofiçio de secretario e seu

[Fól. 2r]



[Fól. 2r]

Valimentto grang[e]a, gastando muitas uesses dobrado mais do q*ue* saõ| as Rendas delle, nem do emgenho q*ue* tem, esuas fazendas que tudo_| ouue fiado com suas
[carimbo][99] abelidades esutilezas, e P*e*lo valimentto que tem| naõ Paga nada do que deue Como hepublico e notorios V*ossa*M*agesta*de mandara| Hordenar oquemais comuier a seu Real seruico econseruaçaõ de seus| Vasallos ede sua Real fazenda como costuma guarde deos a catolica| Pessoa de V*ossa*M*agesta*de como seus vassallos auemos mister &ª B*ahi*a 20 de| Septembro 1662 a*nos*[100].

[carimbo][101]

+

L*ouren*co de Britto Correa

[99] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado na parte esquerda do texto.

[100] Marcas de tintas da escrita do verso situada na parte inferior e esquerda do corpo do texto.

[101] Carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino situado na parte inferior do corpo do texto.

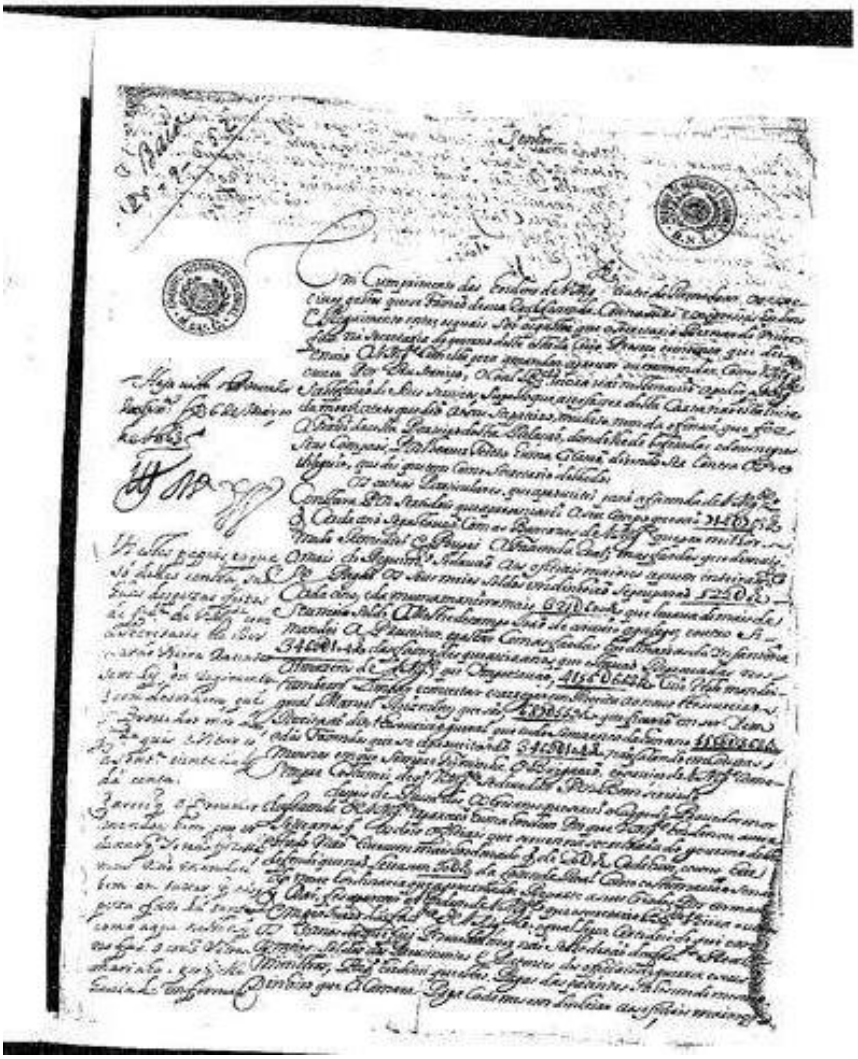
Assunto: Informar sobre o cumprimento das ordens de Vossa Majestade em tratar de remediar os excessivos gastos que se fazia de sua Real Fazenda. Entre os quais, os que Bernardo Vieira Ravasco faz na secretaria do governo deste estado.

Local: Bahia.

Data: 26 de setembro de 1662.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



[Fól.1r]

Baía[102]
26-9-662

+

Senhor[106]

carimbo[103]

[104]Haja uista oProuedor| dafaz*en*da Lix*bo*a 6 demarço| de 1663 a*nos*

Rubricas[105]

Vi estes papeis; e o que| só delles consta saõ[.] huâs despezas feitas da Faz*en*da de V*ossa* M*agesta*de com| a secretaria de Ber| nardo Vieira [R]auasco| sem ley, ou regimento e com desordem, que| o Prouedor mor da faz*en*da quis evitar cõ| asent*amen*to [.]inta de q*ue* dá conta.|| Parece q*ue*

[107]Em cumprimento das hordens de V*ossa*M*agesta*de tratei de Remedear os exe_| ciuos gastos que se Faziaõ desua Real fazenda. Contra suas exspressas hordens| e Reguimento entre os quais saõ os gastos que o secretario Bernardo Vieira| faz na secretaria do gouerno deste estado cuio Proseço e centenca que dei_| enuio aV*ossa*M*agesta*de com esta pera amandar aprouar ou emmendar. Como V*ossa*M*agesta*de| ouuia Por seu seruiço, o coal Bern*ar*do uieira uai nestenauio apedir aV*ossa*M*agesta*de| Sastifaçaõ de seus seruicos, suposto que a[t]eo fazer desta carta naõ esta liure| da morte atr[o]s que deo ao seu sapateiro, mulato, nem da ofenssa, que fez| A Fram*cis*co da costa Porteiro desta Relaçaõ, dando lhe de bofetadas e dous negros| seus compaos, Por lhe auer feitlo huma citacaõ, dizendo ser contra oPre| uíleguio, que dis que tem como secretario destado:|| Os outros particulares que aproueitei para a fazenda de V*ossa*Mag*esta*de| Constara Por sertidois que apresentarei a seu tempo que saõ 714$763 réis| q*ue* cada ano segastauaõ. Com as Barca[z]as de V*ossa*M*agesta*de que por milhor_| modo Remediei e Poupei a Fazenda Real; e nas fardas que demais| a mais do Reguim*en*to se dauaõ aos ofiçiais maiores aquem inteiram*en*te| se Pagaõ os seus meios soldos emdinheiro sepouparaõ 522 *réis*| Cada ano, eda mesmamaneira mais 321$60 réis , que leuaua de mais de| seu meio soldo OMestre de campo Joaõ de arauio o galego; e outro s[i]| mandei aProueitar egastar com as fardas hordinarias da Ynfanteria| 3469$104 réis dasfazendas que auiaanos que estauaõ Reprouadas nos_| Almazens de V*ossa*M*agesta*de, que Ymportauaõ, 4156$663 réis cuio resto mandei_| tambem Limpar e concertar e carregarem Receita ao nouo thesoureiro| Geral Manoel Ro[í]a nunes que saõ, 687$559 réis que ficaraõ em ser Yem| Receita ao dito thesoureiro gueral que tudo soma en cada hun ano 1558$363 réis| e das Fazendas que se aproueitaraõ 3469$104 réis naõ falando em couzas| menores em que sempre Fiz minha OBrigaçaõ, eoseruiço de V*ossa*M*agesta*de como_| sempre Costumei de q*ue* V*ossa*M*agesta*de se deue dar Por Bem seruido| despois de

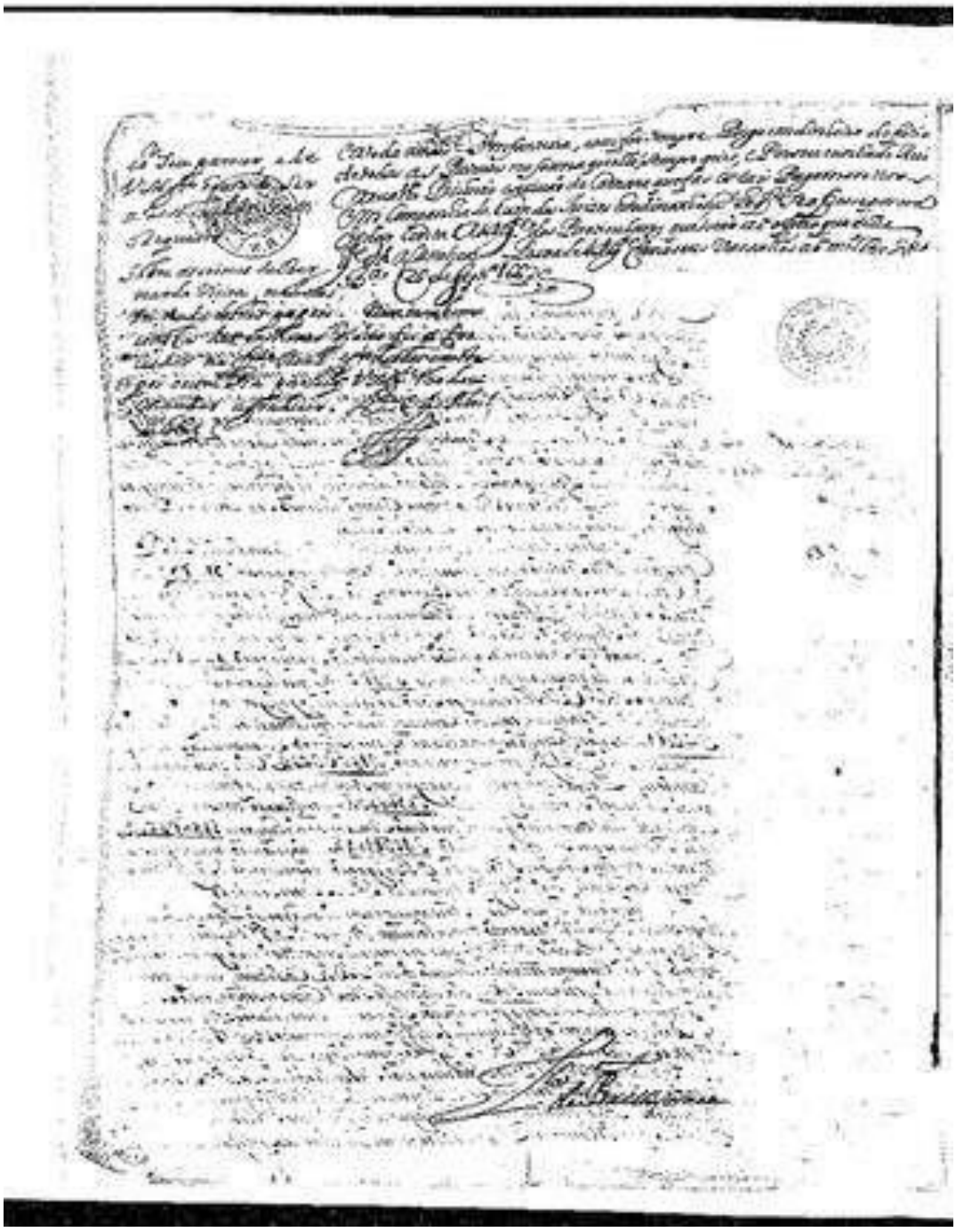
[102] Escrita posterior situada no canto esquerdo superior do corpo do texto.
[103] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial
[104] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[105] Encontra-se três rubricas.
[106] Carimbo do Arquivo da Marinha e Ultramar entre o vocativo e o corpo do texto na parte direita do manuscrito.
[107] Apresenta marcas da escrita do verso na parte superior do corpo do texto.

o Prouedor| mandou bem em or| denar q*ue* se não fizese| mas naõ mandou| bem em ta[x]ar q*ue* [l]ey| pera fosse lá tanto| como o que| neste o que no fas o conselho Ultramarinho.

porque [elle]| hauia de informar.

Passados os tres anos que serui o Cargo de Prouedor mor| dafazenda deV*ossa*M*agesta*de apareceo huma hordem Por que V*ossa*M*agesta*de, hordenou aui[.]| sette anos q*ue* os dois oficiais que seruen na secretaria do gouerno deste| estado naõ tiuessem mais hordenado q*ue* de 20 réis cada hum, e como heu| defendi que naõ leuasem [3]0 réis da fazenda Real como costumauaõ senaõ| da merce hordinaria que o gouernador Reparte aseus Criados, Por tormai| q*ue* [d]ar fes apare[c]er A hordem deV*ossa*M*agesta*de que osecretario B*ernar*do Vieira o [.]ou| emperjuizo da Faz*en*da de V*ossa*M*agesta*de, o qual leua certidoes de que em| os [3]anos deque fui Prouedor mor naõ selhe deraõ da faz*en*da Real| os meios soldos dos Prouimentos e Patentes dos ofiçiais de guerra e seus| ministros, Porq*ue* hordenei que estas Pagas das patentes [s]ahisemdo mesmo| Dinheiro que a Camara Paga cada mes em dinheiro aos oficiais maiores

[Fól. 1v]



[Fól. 1v]

[108]Cõ seu parecer e de| V*ossa*M*agesta*de hauer de ser| a resol[.] hassi| Requer[.]| sobre os crimes de Ber| nardoVieira naõ cons| ta nada destes papeis nem tambem| consta das melhores q*ue* [.] fes o Pro| uedor na Fazenda Real| quando desta consta| por outra [via] parecer q*ue* V*ossa*M*agesta*de naõ deue| mandar agradecer . Lix*bo*a 6 de abril de 663

Rubrica

[109]E ato da amais Ymfanteria, eassi foi sempre Pago em dinheixo do feitio| de todas as Patentes na foxma que elle, sempre quis, ePor seu cunhado Rui| Carualho Pinheiro escriuaõ da Camara que fas os tais Pagamenttos| em Companhia de hum dos juizes hordinarios y he q*uan*to seo presse por ora| de dar conta aV*ossa*M*agesta*de dos Particulares que [to]caõ aõ ofiçio que tiue| G*uar*de [.] aCattolica Pouoade V*ossa*M*agesta*de Como seus vassallos ao mister| & B*ahi*a 26 de septembro 1662 a*nos*.

+

L*ouren*co de Britto Correa

[108] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.

[109] Apresenta manchas de tinta da escrita do reto.

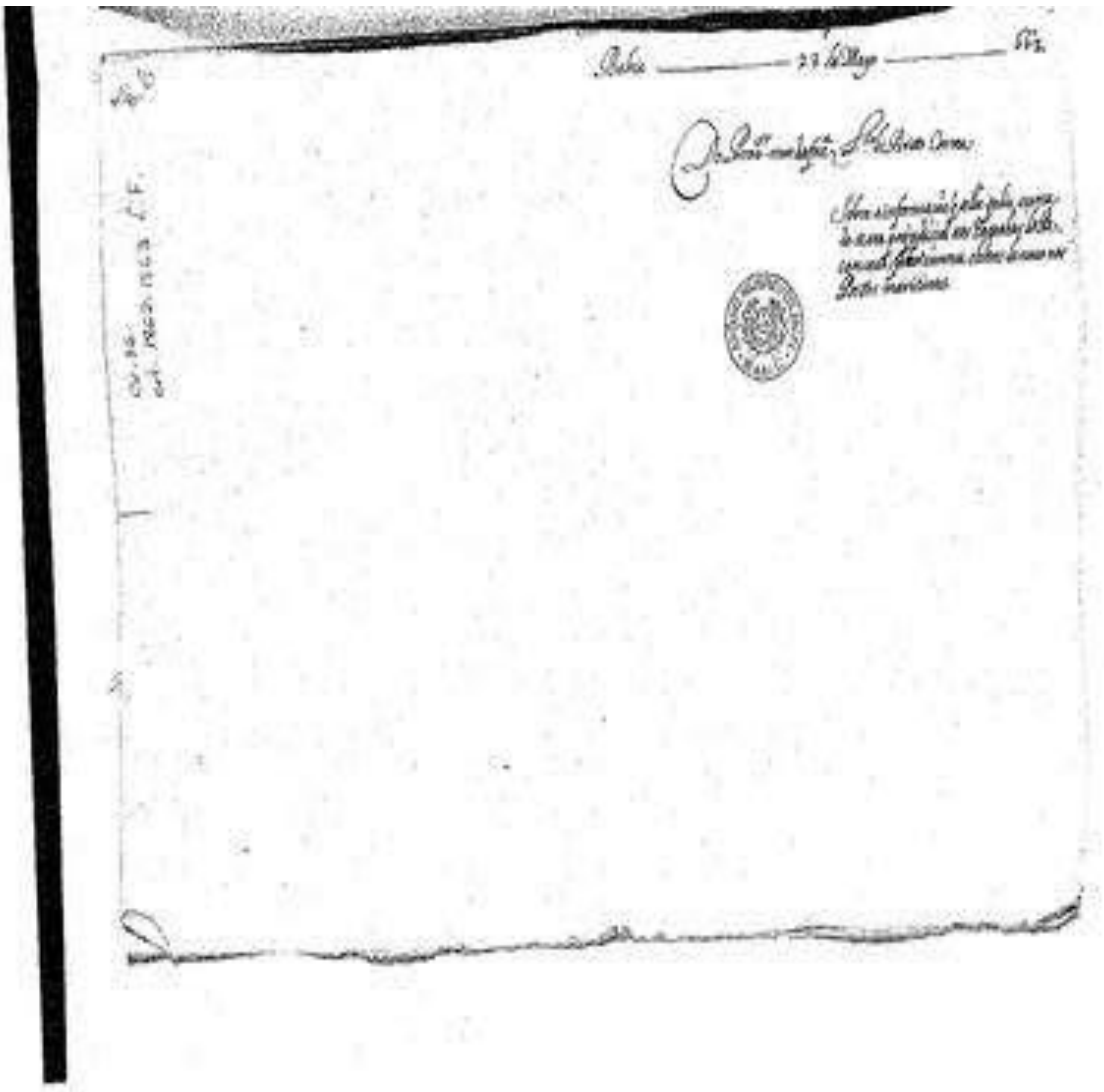
Assunto: Informar sobre os engenhos que houve no Recôncavo desta Bahia e que estão desfabricados e juntamente os que se fizeram de novo, depois de extintos os outros.

Local: Bahia

Data: 23 de maio de 1662.

Escrevente: Lourenço de Britto Correa.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

+

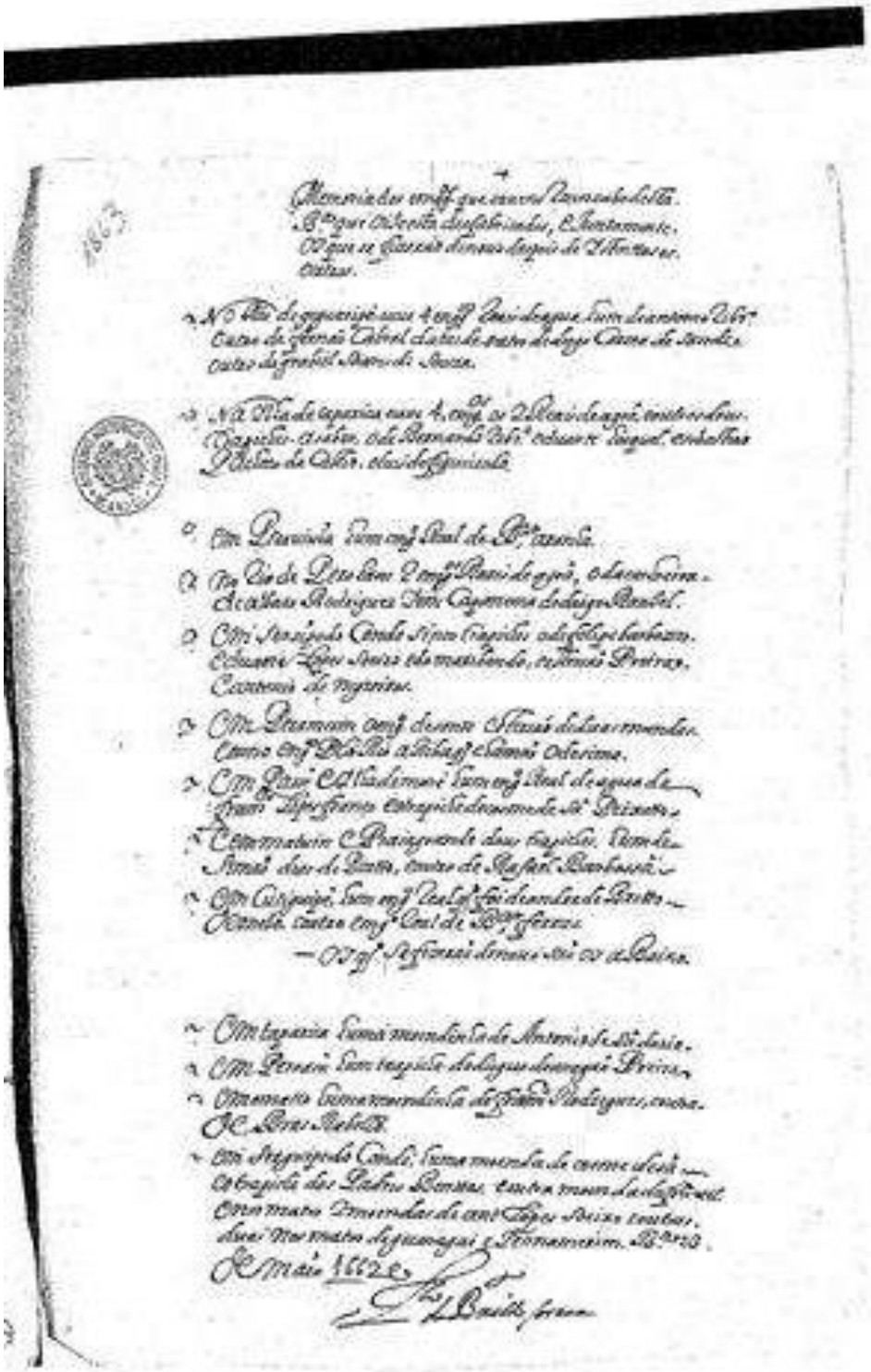
cx. 16
cat. 1862 – 1863 L:F

Bahia_____23 de Mayo_____662

[110]Do Prou*ed*or mor dafaz*en*da Lourenco de Britto Correa
Sobre ainformacaõ, q*ue* selhe pedio, acerca| de se era prejudiçial aos Engenhos do Re| concauo, fabricarense outros de nouo nos| Portos maritimos.

[110] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial a esquerda do texto.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

+

Memoria dos emgg*enh*os que ouue no Reconcabo desta.
1863 B*ahi*a que oije esta desfabricados, e juntamente.
111 Os que se fizeraõ denouo despois de Ystinttos os.
outros.

5

~[112] No Rio de geguaripé, ouue 4 engg*enh*os Reais de agua. Hum de antonio Rib*ei*ro
Outro de fernão Cabral dataide. outro de diogo Correa de sandes.
Outro de grabiel Soares de Souza.

10 ~ Na Ylha de taparica ouue 4. emgg*enh*os os 2 Reais de agoâ, eoutros dous.
trapiches. a saber, o de Bernardo Rib*ei*ro eduarte hosquel. esebastiao
Pacheco de Castro, eluis de figueiredo.

~ Em Pirauiuia hum emg*enh*o Real de B*acel*ar aranha.
15 ~ No Rio de Pero hasu 2 emg*enh*os Reais de agoâ, o dacachoeira –
dealbaro Rodriguez Yem Capanema de diogo Ranjel.
~ Em Serzipedo Conde sinco trapiches o de felipe barboza.
e duarte Lopes Soeiro edo maribondo, eesteuaõ P*e*reira
e antonio de negreiros.

20

~ Em Peramerin o eng*enh*o de santo esteuaõ deduas moendas.
eoutro eng*enh*o P*e*lo Rio a Riba q*ue* chamaõ o de sima.
~ Em Passé eYlhade maré hum eng*enh*o Real de agua de
fram*cis*co Lopes franco eotrapiche de cosme de Sá Peixotto-
25 ~ E em matuin ePraiagrande dous trapiches, hum de
Simaõ dias do Portto, eoutro de Rafael Barbossâ _
~ Em Cutiguipe, hum eng*enh*o Real q*ue* foi deandre de Britto._
demelo. eoutro emg*enh*o Real de B*acel*ar ferras.
- Os q*ue* se fizexaõ denouo saõ os aBaixo.

30

~ Em taparica huma moendinha de Antonio de Sâ doria-

---

111 Escrita posterior situada no canto esquerdo do corpo do texto.
112 Símbolo usado para representar o termo "item" que antecede cada item de um inventário, como é o caso do texto (Memória, neste caso, é sinônimo de Inventário)

~ Em Peroasú hum trapiche. de dioguo dearagaõ P*e*reira
~ Em omatto huma moendinha de fram*cis*co Rodrigues, eoutra-
de Bras Rabello.
~ em Serguipe do Conde: huma moenda de cosme de sâ_.
eo trapiche dos Padres Benttos. eoutra moenda de fr*ancis*co Gil
enos matos 2 moendas de ant*oni*o Lopes Soeiro e outras –
duas nos matos de guaragai ePernamerim. B*ahi*a 23 demaio de 1662 a*nos*

+

Lo*uren*co de Britto Correa

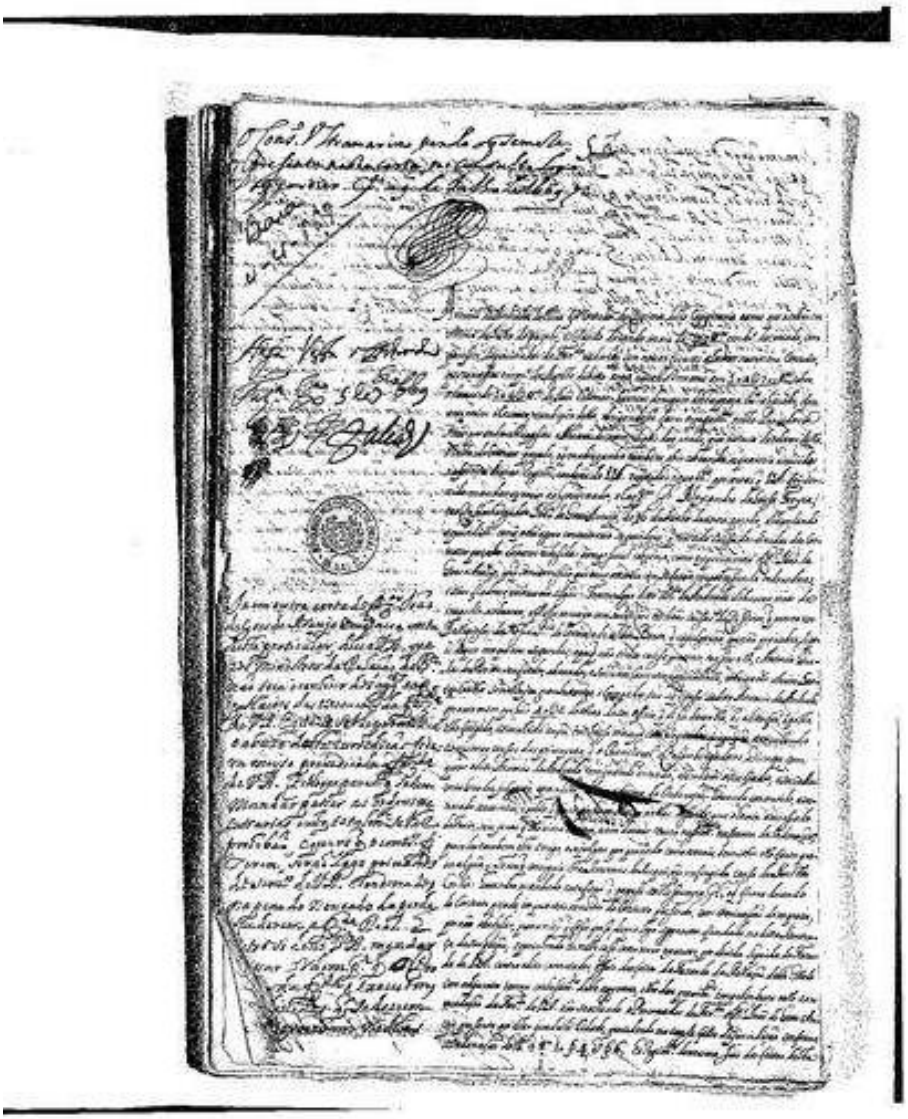
Assunto: Informar sobre Antônio de Andrade de Oliva, que foi contratador dos dízimos desta capitania e que acabou em julho do ano passado devendo dinheiro, pedindo para fazer um contrato e condições obrigando-o a fazer os pagamentos nessa provedoria mor.

Local: Bahia

Data: 04 de abril de 1669

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo:

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

+

Senhor

Nº 2298[118]

[113]O Conse*lh*o Vltramarino, sendo o q*ue* seme[r]e| presenta esta carta, se consulta logo| o que for o [.] L*ixbo*a a 9 de julho de 669.

[114]Rubrica

[115]Baia
4 – 4 – 669

Haja vista o Prouedorda| Faz*end*a Lix*bo*a 3 dez*em*bro de 669.

[116]Rubricas

[117][carimbo]

Ja em outra carta do governador Joaõ| de Goes de Araujo em q*ue* fazia conta| deste particular dice V*ossa* A*lteza* que| aos ministros da Relação da B*ahi*a não toca o concluir dos agg*rau*os e o q*ue*| pellas acoes das

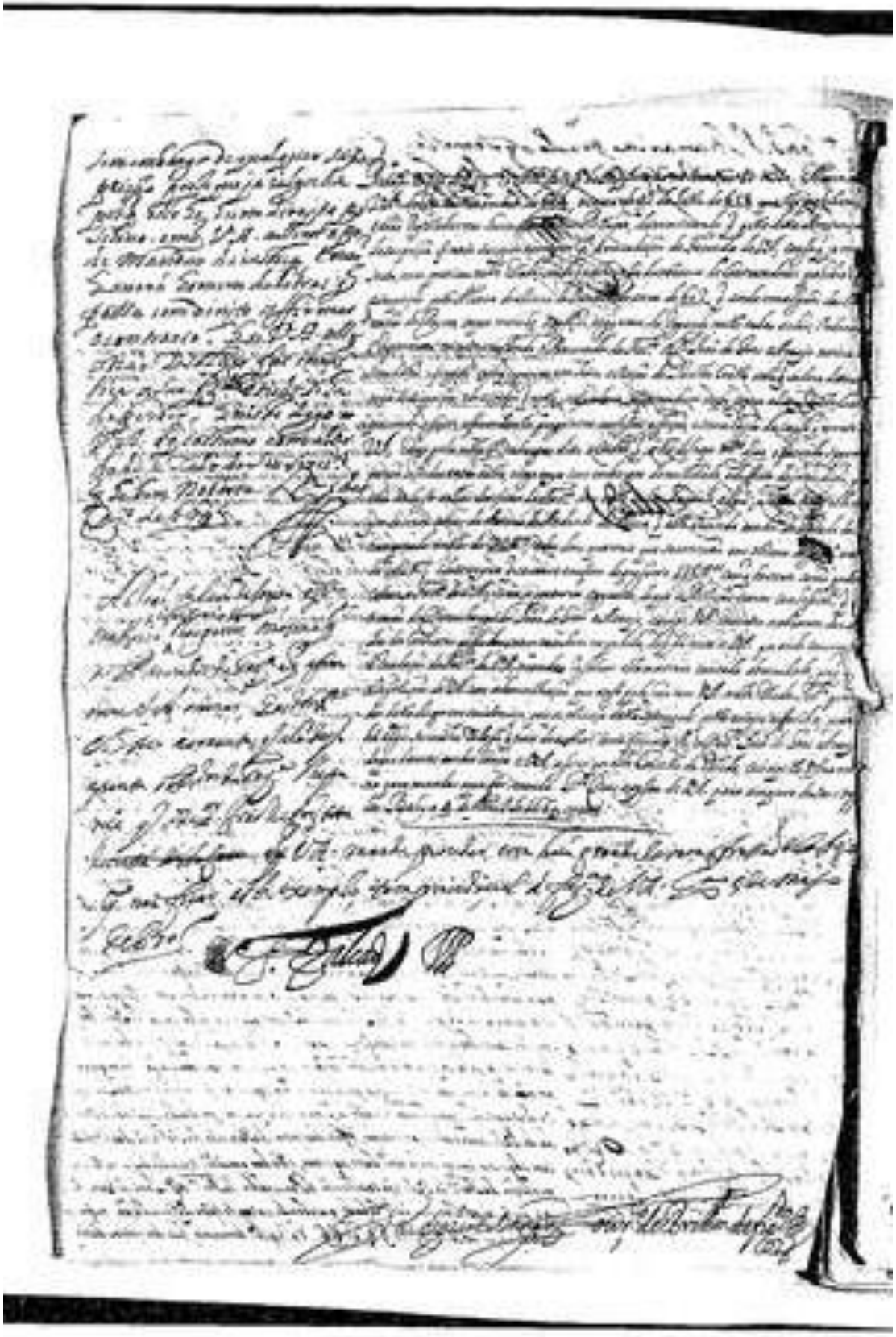
Antonio de Andrada deOliua foi contrador dos Dizimos desta cappitania oanno que acabou em| vltimo de julho do paçado, e estando deuendo mais de [.]6 *cruza*dos em d*inhei*ro decontado, com| paresser doprocurador da F*azend*a o admi[t]y com nouas fiansas alama[r] nomesmo contrato,| que comessou em pr*imeir*o deAgosto de di[tt]o anno, o qual o Rematou em 10[4]6200 *cruzad*os sobre| oLanso de 1046 *cruzad*os de Joaõ Calmaõ homem de negocio destapraça m*ui*to abonado, e fez| ante mim o Contrato, e condiçoẽs delle, obrigandosse fazer os pagam*ent*os nesta Prouedoria| mor por onde se lhe passou o Alua[r]a de correr, depois do q*ue* uendo que trataua de cobrar delle| o Resto do contrato paçado, e q*ue* medispunha tambem a[h]ir cobran[d]o os quarteis uencidos| naforma de m[e]u Regim*en*to, eorde[ñ]s de V*ossa* A*lteza* repetidao nouam*en*te por cartas q*ue* V*ossa* A*lteza* foy ser=| uido mandar escreuer ao Gouernador, e Capp*it*am G*eral* Alexandre de Sousa Freyre,| eao Desembargador Joaõ de Goes e Araujo, de 16 de junho do anno paçado, estranhando| o procedim*en*to comq*ue* athe agora em contrario se procedera, q*ue* tem sido causa das diuidas dos con=| tratos paçados estarem redusidas a impossiuel cobrança, como experimenta o D*esembargad*or Joaõ de| Goes e Araujo, porq*ue* com [c]omissaõ que ouue na cobrança seforaõ empobressendo os deuedores,| e seus fiadores, e morreraõ algũs. Tratou logo ditto Anto*nio* de Andrade de buscar meos de| impedir a cobransa, e p*ar*a isso me ueyo com susgeiçoẽs emboãs causas de Disimos, q*ue* moueo aos| Relligiosos da Nossa S*enho*ra do Carmo, e de Sam Bento, q*ue* se julgaraõ por naõ prouadas, dipo=| is doque maquinou segundas, eporq*ue* naõ tinha causa pe[.]tente, trassou e lhe, e Antonio Gue-| des de Britto seu fiador, abonador, e socio nos Contratos; eperss[.]diraõ, eobrigaraõ ahum San=|

[113] Escrita posterior situado a esquerda do canto superior do corpo do texto.
[114] Uma rubrica.
[115] Escrita posterior a esquerda do corpo do texto.
[116] Cinco rubricas.
[117] Carimbo do Arquivo Historico Colonial situado a esquerdo corpo do texto.
[118] Numeração posterior a lápis entre o vocativo ‘Senhor’ e o corpo do texto.

execucoes da Faz*end*a| de V*ossa* A*lteza* e que se lhe permitia| o abuzo desta jurisdição [.]ia=| ra muito preiudicada a Faz*end*a| de V*ossa* A*lteza*. Pelo que parece q*ue* se deue| mandar passar as ordens ne| cessarias em q*ue* totalm*en*te se lhe| prohibiaõ, e que os q*ue* contr*at*o fi| zerem, seraõ logo priuados do seru*ic*o de V*ossa* A*lteza* e condenado| na pena noueado da perda| que derem a Faz*end*a Real. [.]| [.]utros sideue V*ossa* A*lteza* mandar| [.]ssar ordem p*ar*a q*ue* o Pro| [.] da faz*en*da e executores| [.] diuidas q*ue* se deuem nellas.

tos Coelho serralhey[r]o grande amigo, e Compadre seu aq*uan*to citasse aoditto Antonio de Andrade| perante mim por hũs 406 *cruzad*os de obras de seu oficio, q*ue* disia deuer lhe, o q*ue* oditto fez, e posta| esta fingida, esimulada auçaõ, em juiso me u[e]yo com segu[nd]a suspei[çoẽs] articulando| as mesmas causas das primeyras, que o Chancharel, eDesembargadores [a]diuntos com| quem o ditto Antonio de Andrada tem grande entrada, etambem oseu fiador, esocioAn=| tonio Guedes, julgaraõ oprocedim*en*to [.]derma da Ordenaçaõ. Havendo consentido, econ=| tratado ante mim, e posto q*ue* f[.]z mais hum Arti[g]o nellas d[i]sendo que o hauia ameassado| destruir, sem jurar q*ue* lhe uieira [.]ouo, nem denouo tiuera nassim*en*to naforma da Ordenaçaõ,| procedeo tambem este artigo, e sejulgou por prouado como os mais, sem sobre elle fazer pro=| ua alguã. Tanto q*ue* conseguio esta scentensa de suspeiçoẽs na fingida causa deSantos| Coelho: Havendo mandado noteficar q*ue* pagasse ao Thesoureyro G*eral*, o q*ue* ficara deuendo| do contrato p[a]çado, e os quarteis uencidos do Contrato presente, com cominassaõ de ser prezo,| por naõ obedesser, pronunciey q*ue* fosse preso, deque logo aggrauou, fundado na ditta scenten-| ça desuspeiçaõ; e procedendo eu neste caso como mero executor por diuida liquida da Fazen=| da de V*ossa* A*lteza* contra o ditto Contratador, ojuis dos feitos daFazenda da Rellaçaõ deste Estado| com adjuntos tomou conhessim*en*to deste aggrauo, e lhe dou prouim*en*to impendindome nesta [.]ar=| recadaçaõ daFaz*en*da de V*ossa* A*lteza* naõ se achando o Procurador da F*azen*da oD*esembargad*or Joaõ de Goes eAra=| ujo presente, por estar fora desta cidade, procedendo na ca[u]sa fals[a] de jurisdiçaõ conforme| aOrdenaçaõ do [.] – 1. 11º. 10 § 4, Ɔ § 6, E o Regim*en*to do mesmo juis dos feitos desta

[Fól. 1v]



[Fól. 1v]

Sem embargo de qualquer sus| peiçaõ posto que já julgada| por q*ue* isto se hum direyto po| sitiuo emq*ue* V*ossa* A*lteza* assim o po| de mandar de iustiça e naõ| hauerá homem de letras q*ue*| possa com dereyto afirmar| o contrario. [Esse] V*ossa* A*lteza* assy| o naõ resoluer faz inius| tica a sua f*azen*da tudo se ha| de perder, e nisto digo a| V*ossa* A*lteza* o q*ue* costuma com ver| dade e zelo de seu seru*ic*o q*ue* he bem no t[.]rra. L*ixboa* [1] de| D*ezembr*o de 669.

Rubricas

A Joaõ Alexandre Sousa F*rei*re|

Rellaçaõ no fim do § 53 ho estilo da casa da suppl[icaçaõ]na anotaçaõ 10 nº 10. Aluara| V*ossa* A*lteza* de 2[0] de Novembro de 6[1]4, e carta de 12 de julho de 612, que lhe prohibem| e estaõ registados nos liuros de [.] Rellaçaõ, determinando q*ue* pella ditta scentença| desuspeiçaõ ficaria suspeito tambem p*ar*a arrecadaçaõ da Fazenda de V*ossa* A*lteza*; cousa q*ue*, jama[.]| seuio, nem praticou neste Estado; sendo q*ue* nestes casos de cobransa de Contratadores prohibio [.]| asuspeiçaõ pello Aluara do ultimo de Outub[ro] do anno de 602. q*ue* anda emalguãs das O[.]| naçoẽs do Reyno, eoque mais he ape[.]iaõ, e aggrauo de Rogando neste todas as leis, ordena[.]| e Regimentos em contrario. Tendo o Procurador da F*azen*da o D*esembagad*or Joaõ de Goes eAraujo noticia| Simulaçaõ efingim*en*to comq*ue* sepuzera em Juizo aAuçaõ de Santos Coelho sobreq*ue* se dera ditta e| tensa desuspeiçoẽs do acordaõ q*ue* nella se [fundaua] requerer hum auto contra o ditto Santos Coelho| que uindo a juizo e fazendoselhe perguntas confessou aficçaõ, e simulaçaõ da causa q*ue* remeti| V*ossa* A*lteza*, E logo pedia uista p*ar*a embargar ditto acordaõ que se lhe dilatou m*ui*tos dias, e fazendo segui[.]| petiçaõ se lhe deu entaõ uista, elogo ueyo com embargos de nullidade, e deffeito de jurisdiçaõ, q[.]| estaõ conclusos ao juis dos feitos da Faz*en*da sem nelle se dar despacho algũ, se[nd]o [ilegível] isto| yos de senaõ cobrar de Antonio de Andrade de Oliua, q*ue* esta deuendo em d*inhei*ro decontado do [co]| trato paçado melhor de [?]6 *cruza*dos e dos dous quarteis que se uenceraõ em vltimo de [ilegível] ma[.]| de 206 *cruza*dos, e do terceyro q*ue* se [.]se emfim do presente 186 *cruzad*os, com q*ue* he serto senaõ pode| cobrar a Faz*en*da da V*ossa* A*lteza* como já por outro aggrauos, de que a rellaçaõ tomou conhessim*en*to, q*ue*| tiraraõ do Desembargador Joaõ de Goes e Araujo, aquem V*ossa* A*lteza* comerco acobransa das [.]| das dos Contratos passa[dos] se tem t[a]mbem em pelido, deq*ue* da conta a V*ossa* A*lteza* por onde conuem| âRecadaçaõ da Faz*en*da de V*ossa* A*lteza*, manda[r] resolver esta materia com toda abreuidade, porq*ue* aResoluçaõ da V*ossa* A*lteza* com ad[e]minstraçaõ que acaso pede naõ tem V*ossa* Al*teza* neste Estado Faz*en*da par[.]| der della dispor em seuseruiço, pois acobrança d[e]lla se impede pello meyos referidos, quan[.]| há algũ ministro zeloso, q*ue* trata de acobrar como fizemos eu, eoDez*embargad*or Joaõ de Goes e Arauj[o]| deque damos ambos conta aV*ossa* A*lteza*; assim por este Conselho do Estado, como pello

[ilegível] lheparece omesmo que| o Procurador da Faz*end*a assim| ordene V*ossa* A*lteza* ordenar [ilegível]| [ilegível] acrescentar q*ue* doq*ue*| a[.]enta oProcuradordaF az*end*a lhe pa| rece que o dez*embargad*or João [ilegível]| desouza desta casa que Vossa Alteza mande proceder cem huã g[.]de [ilegível]| [.] naõ ficar este exemplo tem preiudicial á fazenda deVossa Alteza. Li*xbo*a 5 de Marso| de 670.

Vltramari| no para mandaro quefor seruido. G*uar*de Deus apessoa de V*ossa*
95 A*lteza* para amparo de seus vassa| los. Bahya 4 de Abrilde 1669 annos.

+

Joaõ de goes e Araujo Lour*en*co de Britto de fig*uere*do

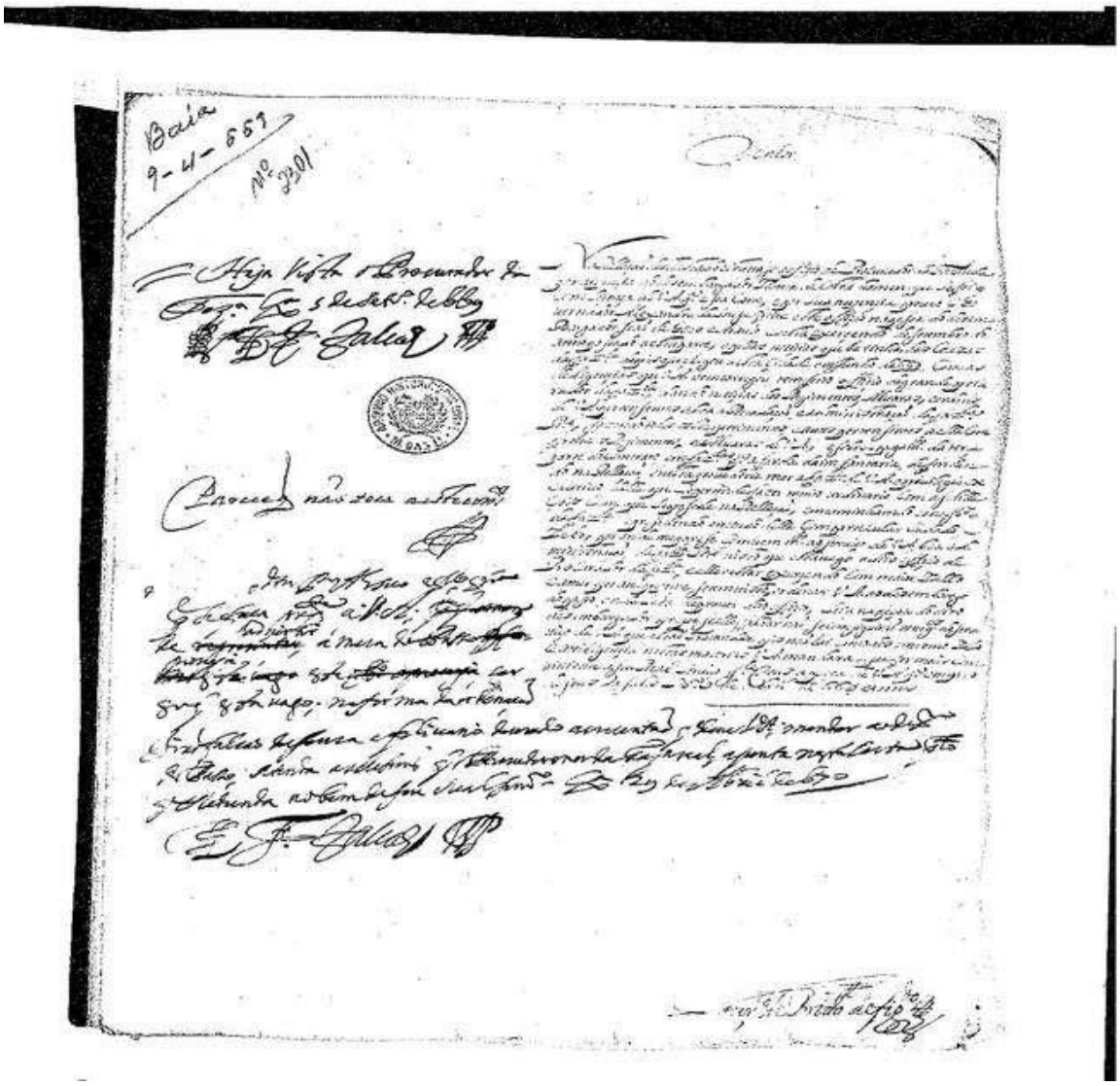
Assunto: Relata sobre o desembargador João de Goes e Araujo tem feito ofício de procurador da fazenda, dando notícias dos regimentos, alvarás e ordens de Vossa Alteza pertencentes a boa arrecadação e administração da fazenda.

Local: Bahia.

Data: 09 de abril de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

[119]Baía

9 – 4 – 669

Nº 2301

Haja vista o Procurador| da Fazenda a Lixboa de setembro de 669.

[120]Rubricas

[carimbo][121]

Parece que naõ toca a este conselho

Rubrica

o desta [ilegível]| que se faca [.]te a Vossa Alteza para [ilegível] ~~representar á meza do P[.] [ilegível~~] este caso este [ilegível] cargos estaua[?]o na forma de ordenação| Joaõ defalcaõ desousa e feliciano dourado acrescentar que

Senhor

Na rellaçaõ desteestado [.]uago ooffiçio de Procurador da Fazenda| ge[.] do desembargador Thome da Costa homem que sefeiz=| com [l]icença a V*ossa* A*lteza* para essa co[.], e por sua azençia proueo o Go| uernador Alexandre de Sousa Freyre este offiçio na pesoa do desem=| Bargador Joaõ de Goes e Arauio e esta exercendo de setembro do| anno passado a esta par[t]e, e pellas notiçias que já tinha das couzas| dafaz*en*da dap[.]is que elegeu a esta cidade emJunho de667, com as| deligençias que V*ossa* A*lteza* e emcarregou tem feito offiçio degrande procu| rador daFazenda, dando notiçias dos Regimentos, Aluaras, eordens| de V*ossa* A*lteza* pe[r]tensentes aboa a Reca[d]açaõ, eadministraçaõ da faz*en*da| R*eal*, fazendo todos os Requerimentos, eautos pertensentes a ella com| forme os Regimentos, eAluaras de V*ossa* A*lteza*, esobreo pagam*en*to da terça| parte do comtrato em faz*en*das para a farda da imfantaria defenden-| do na Rellaçaõ e nesta prouedoria mor a faz*en*da de V*ossa* A*lteza* a priuilegio ex [.]tiuo della que sepertendefazer muito ordinario com as[d]illa| Ço[e]s com que sepreseda na Rellaçaõ, emcaminhamdo os neg*oci*os=| dafaz*en*da [e]prosedendo emtudo della compartecular cuidado-| Zelo, por [o]nde meparese comuem m*ui*to ao seruiço de V*ossa* A*lteza*; boa ad| ministraçaõ da Faz*en*da R*eal* uisto que este uago o dito offiçio de| Procurador da faz*en*da, eelle o estar exerçendo com maior zello| Eamor que [ate] presente serem uisto, ordenar V*ossa* A*lteza* e o desembarga| do passo onde se ha deprouer dito offiçio, seia napeçoa do dito| desembargador por que seelle faltar naõ se comsiguiraõ os neg*oci*os do ser=| uiço de V*ossa* A*lteza* que estaõ Tratand[os]e pois naõ hei em todos omesmo Zelo| einteligençia nestas ma[.]as V*ossa* A*lteza* mandara [o] que for mais com| uiniente a seu Real seruiço G*uar*de Deus a peçoa de V*ossa* A*lteza* q*ue* em [.]| de seus Vasalos. B*ahi*a 9 de abril de 669 annos.

Loure*n*co de Britto de fig*uere*do

[119] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto no canto superior.
[120] Contém cincos rubricas.
[121] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial

ordene Vossa
Alteza mande
Voss Alteza
mandar
aodezembargador|
de Pess[.] atenda
as ordens que
Procuradormorda
Fazenda [ilegível]
ajunta nestaca[.]|
que redunda
aobemdesou
realjaneiro Lix*bo*a
29 de Abril de670

Rubricas

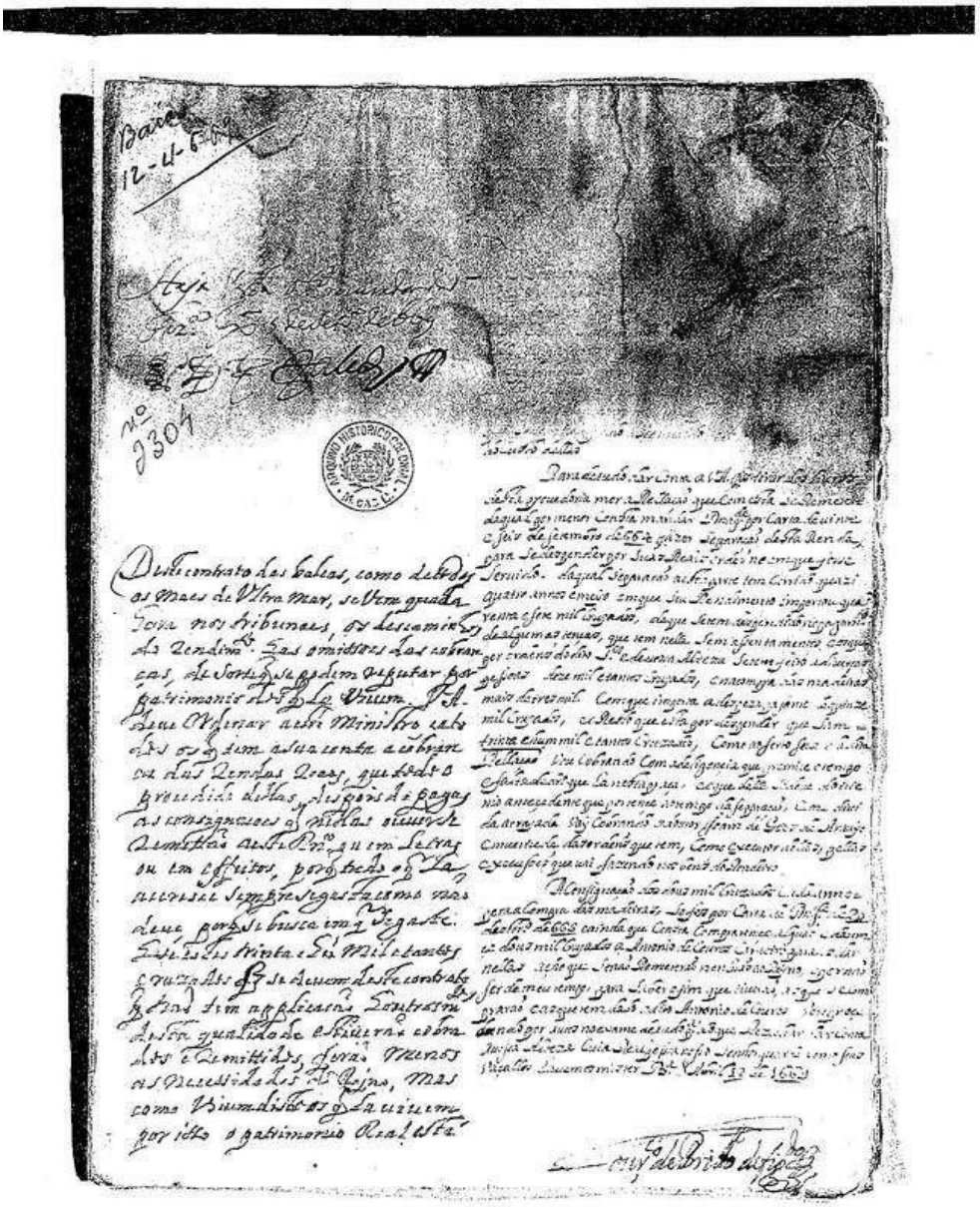
Assunto: Relata sobre a relação das rendas que tirou dos livros da provedoria mor e dos pagamentos que se fizeram durante quatro anos e meio.

Local: Bahia.

Data: 12 de abril de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

Baía[122]
12 – 4 – 669

Haja[123] vista oProcurador| da Faz*enda*. L*ixbo*a [5] de set*em*bro de 669.

Rubricas[124]

Nº 2304[125]

[carimbo] [126]

Deste contrato das baleas, como de todos| os mais de Vltra mar, se vem quada| tava nos tribunaes, os descaminho,| do Rendim*en*to. Saõ omissoes das cobran| ças de sorte q*ue* se podem reputar por| patrimonio dos q*ue* la viuem. V*ossa* A*lteza*| deue ordenar a este ministro e a to| dos os que tem a sua conta a cobran| cas das rendas Reais, que todo o| procedido dellas, despois de pagas| as consignacoes q*ue* nellas ouuer se| remettaõ a este [R*ein*o] que uem liuros| ou em offiçios, por q*ue* tudo o que la| [accresse] sempre se gastacomo naõ| deue, por q*ue* se busca em q*ue* se gaste| e se estes trinta e hu mil e tantos| cruzados q*ue* se deuem deste contrato| q*ue* naõ tem applicaçaõ houtros muitos| desta qualidade estiueraõ cobra| dos e remittidos, faraõ menos as necessidades do Reyno, mas

[ilegível + 10 linhas][127]

Para detudo dar conta a V*ossa* A*lteza* fis tirar dos liuros=| desta prouedoria mor a Rellaçaõ que com esta seRemete=| daqual por menor contia mandar [?]de por carta deuinte| e seis de setembro de 664 fazer separaçaõ desta Renda,| para sedespender por suas reais ordes' ne em que fosse| seruido. daqual separaçaõ a esta parte tem corrido quazi| quatro annos emeyo em que seu Rendimento importou qua| renta e sete mil cruzados, deque setem despendidono pagam*en*to| dealgumas tenças, que tem nella sem assentamentos eos que| por ordens do dito s*enh*or edeuossa Alteza se tem feito adiuerças| pessoas doze mil e tantos cruzados, e na compra das madeiras| mais de tres mil. Com que importa a despeza passame dequinze| mil cruzados, eo Resto que esta por despender que sam=| trinta ehum mil e tantos cruzados, comoao serto s[.] da dita| Rellaçaõ vou cobrando com adeligençia que p[r]emite o tempo| efalta do d*inhei*ro que ha nesta praça, eo que delle sedeue do trie| nio anteçadente que pertençe ao tempo da separaçaõ, c[o]m[o] diui| da atrazada vay cobrando o doutor Joam de Goes de Arauyo| em uirtude das ordeñs que tem, como executor dellas, pellas | execusoes que uai fazendo nos bens do Rendeiro|| A consignaçaõ dos dous mil cruzados [cada] do anno=| pera a compra das madeiras, sefes por carta de [.] de2[9]| de o*utu*bro de 665 eainda que consta compraremça alguas e darem| çe dous mil cruzados a Antonio de Couros Car[n]eiro pr[.] os dar| nellas açaõ que se naõ Remeteraõ nenhuãs ao Reyno, e por naõ| ser de meu tempo, para saber o fim que tiueraõ, as que [s]e com| praraõ eas que tem dado odito Antonio de Couros [.]ou proç[.]| d[a]ndo por autos no e[.]ame detudo p*ar*a [.]o que Rez[u]ltar dar conta| auossa Alteza cuia Real pessoa nosso senhor guarde como seus| Vaçallos hauemos mister. B*ahi*a Abril 12 de 1669.

[122] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[123] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[124] Contém cinco rubricas.
[125] Escrita posterior. Marcação a lápis.
[126] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.
[127] Ilegível devido borrão de tinta e falta de qualidade do facsímile.

como vissemdistoos q*ue* lauiuem| por isso o patrimonio Real está

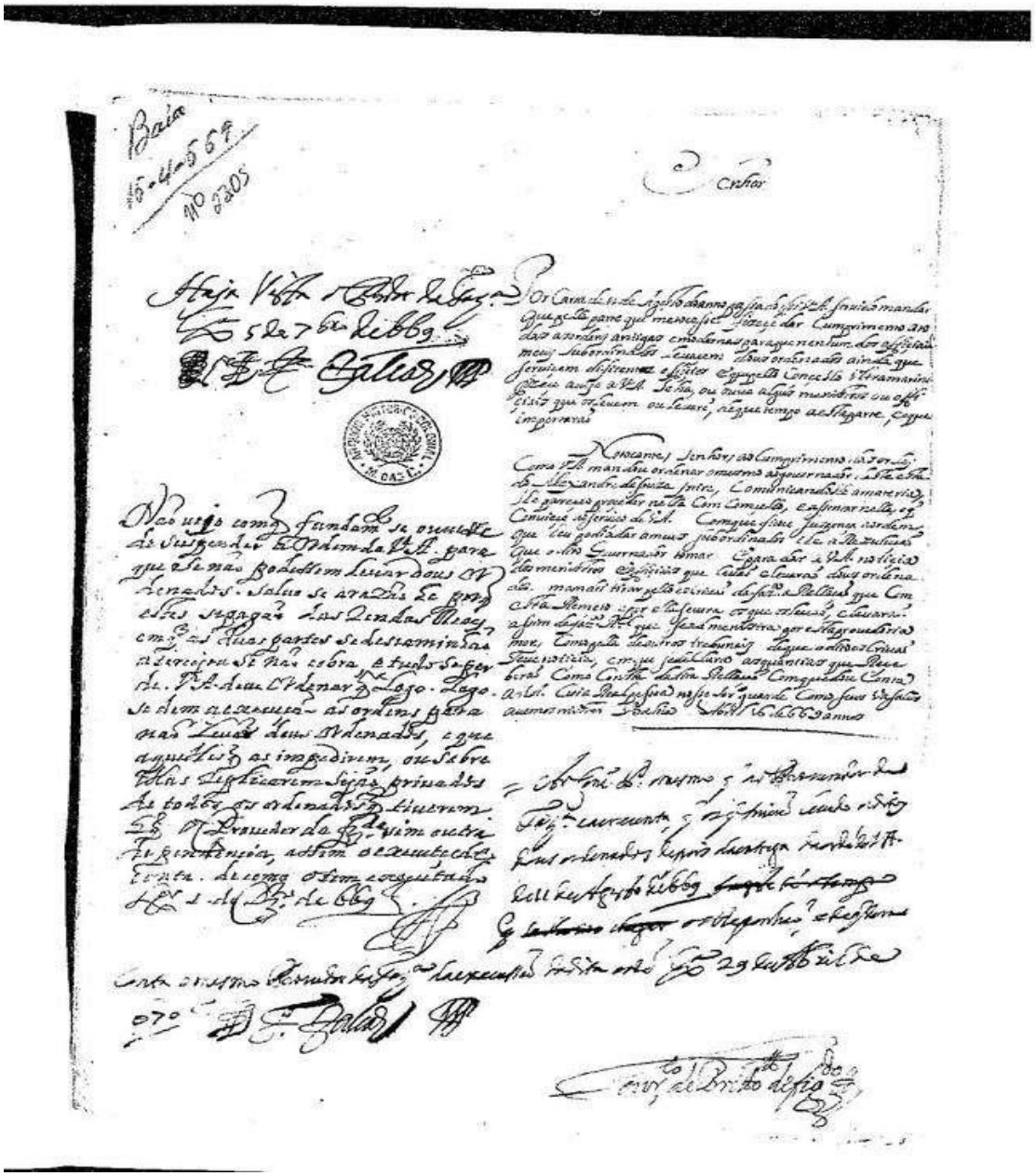
Assunto: Pede que Vossa Alteza faça cumprir todas as ordens antigas e modernas para qu nenhum oficial levasse dos ordenados ainda que servissem diferentes ofícios.

Local: Bahia.

Data: 16 de abril de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól.1r]

Baía[128]
16-4-669

Nº 2305

Haja vista o Procurador da Faz*en*da| L*ix*b*o*a 5 de *setem*bro de 669.

Rubricas[129]

[carimbo][130]

[131]Não uejo com q*ue* fundam*en*to se ouuesse| de suspender a ordem da V*ossa* A*lteza* para| que se não podessem leuar dous or| enados. salvo se a razão he porq*ue*| estes se pagaõ das rendas Reais em q*ue* as duas partes se descaminhaõ| a terceira se naõ cobra, e tudo se per| de. V*ossa* A*lteza* deue ordenar q*ue* logo. Logo| se dem a execução as ordens para| naõ leua[r] d[o]us ordenados, e que| aquelles q*ue* os impedirem, ou sobre| [ellas] Replicarem sejão priuados| de todos os ordenados q*ue* tiuerem| e q*ue* oProuedor da F*azen*da sem outra| dependenc[ia], assim o executadoede| conta. de como o tem executado| L*ix*b*o*a 1 de d*ezem*bro de 669

Rubrica

Senhor

Por carta de 11 de Agosto do anno passado foi V*ossa* A*lteza* seruido mandar| que pella parte que metocasse fizeçe dar cumprimento a to| das as ordens antigas e modernas paraque nenhum dos ofiçiais| meus subordinados leuaçem dous ordenados ainda que| seruiçem diferent[e]s offiçios e quepello conçelho Ultramarino| fizeçe auiso a V*ossa* A*lteza*. Se ha, ou ouue algus menisteros ou offi| çiais que os leuem ou leuare, deque tempo aestaparte, eoque| importaraõ|| No tocante, Senhor, ao Cumprimento das ordes| como V*ossa* A*lteza* mandou ordenar o mesmo ao governador deste esta| do Alexandre de Souza freire, comunicandolhe a materia| lhe pareçeo proçeder nella com comçelho, e assentar nela, o q*ue*| conuiçie ao serviço de V*ossa* A*lteza* comque ficou suspença aordem| que heu podiadar a meus subordinados e he a rezuluuçaõ| que o dito Governador tomar e para dar a V*ossa* A*lteza* notiçia| dos menistros e offiçiais que leuaõ e leuaraõ dous ordena| dos. mandei tirar pello es[c]riuaõ da faz*en*da a Rellaçaõ que com| esta Remeto e por ella seuira os que os leuaõ, e leuara.| assim da fazenda Real que seadmenistra por esta provedoria| mor. Como pella deoutros trebunais deque o dito esCriuaõ| Teve notiçia, em que sedeclara as quantias que Reçe| beraõ como consta dadita Rellaçaõ comquedou conta| aV*ossa* A*lteza*. Cuia Real pessoa nosso s*enh*or guarde como seus vassalos| auemos mister Bahia Abril 16 de 669 annos[132].

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

[128] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[129] Contém cinco rubricas.
[130] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerdo do corpo do texto.
[131] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[132] Grifo do escrevente.

Conta o mesmo Prouedor
da Fazenda da execussaõ
desta ordẽ.Lix*bo*a 29 de
Abril de| 670 rubricas

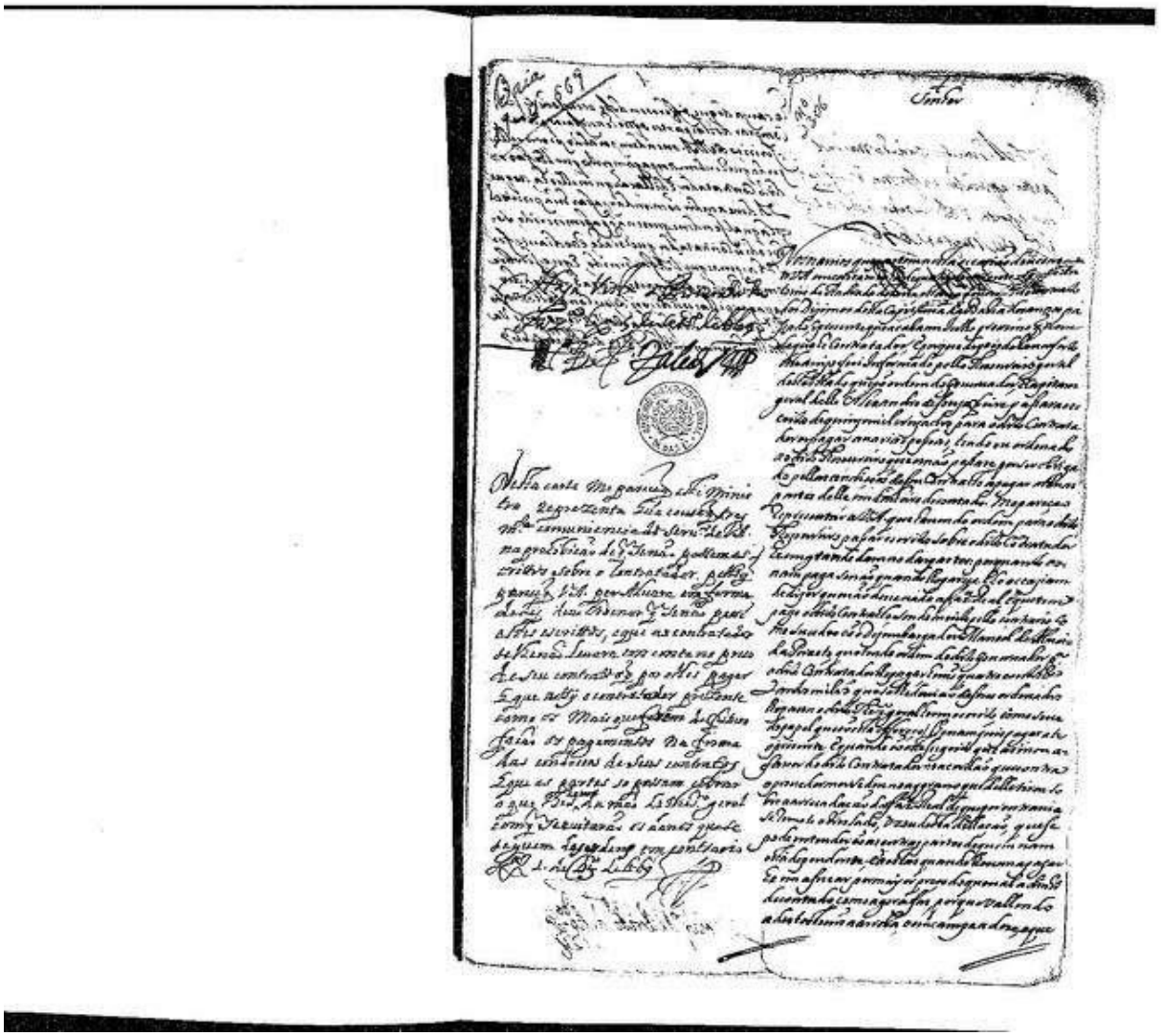
Assunto: Informa sobre o aviso que recebeu do tesoureiro geral e pede para Vossa Alteza por alvará ordene que não passe esses escritos, e que os contratadores façam os pagamentos de acordo as condições do contrato.

Local: Bahia.

Data: 17 de abril de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól.1r]

[133]Baía

17 – 4 – 669

[134]Nº 2306

Haja uista o Procurador da| Fazenda. L*ixbo*a [.] de *setem*bro de 669.

[135]Rubricas

[136][carimbo]

Nesta carta me parece q*ue* este minis| tro reprezenta sua causa q*ue* tras| m*ui*ta conuiniencia do seru*iç*o de V*ossa* A*lteza* na prohibicaõ de q*ue* se naõ passem es-|critos sobre o contratador pello q*ue*| parece q*ue* V*ossa* A*lteza* por Aluara em forma| de ley deue ordenar q*ue* se naõ passe| estes escritos, e que os contratador| se lhe naõ leuara em conta no preco| de seu contrato o q*ue* por elles pagar| e que assy o contratador presente| como os mais que fo[r]em de fi[.]| facaõ os pagamentos na forma| das condicoes de seus contratos| e que as partes so passam cobrar| o que lhes[deuo] do the*zoure*iro geral| com que se euitaraõ os danos quese| seguem das ordens em contrato. L*ixbo*a 1. de D*ezembr*o de 669

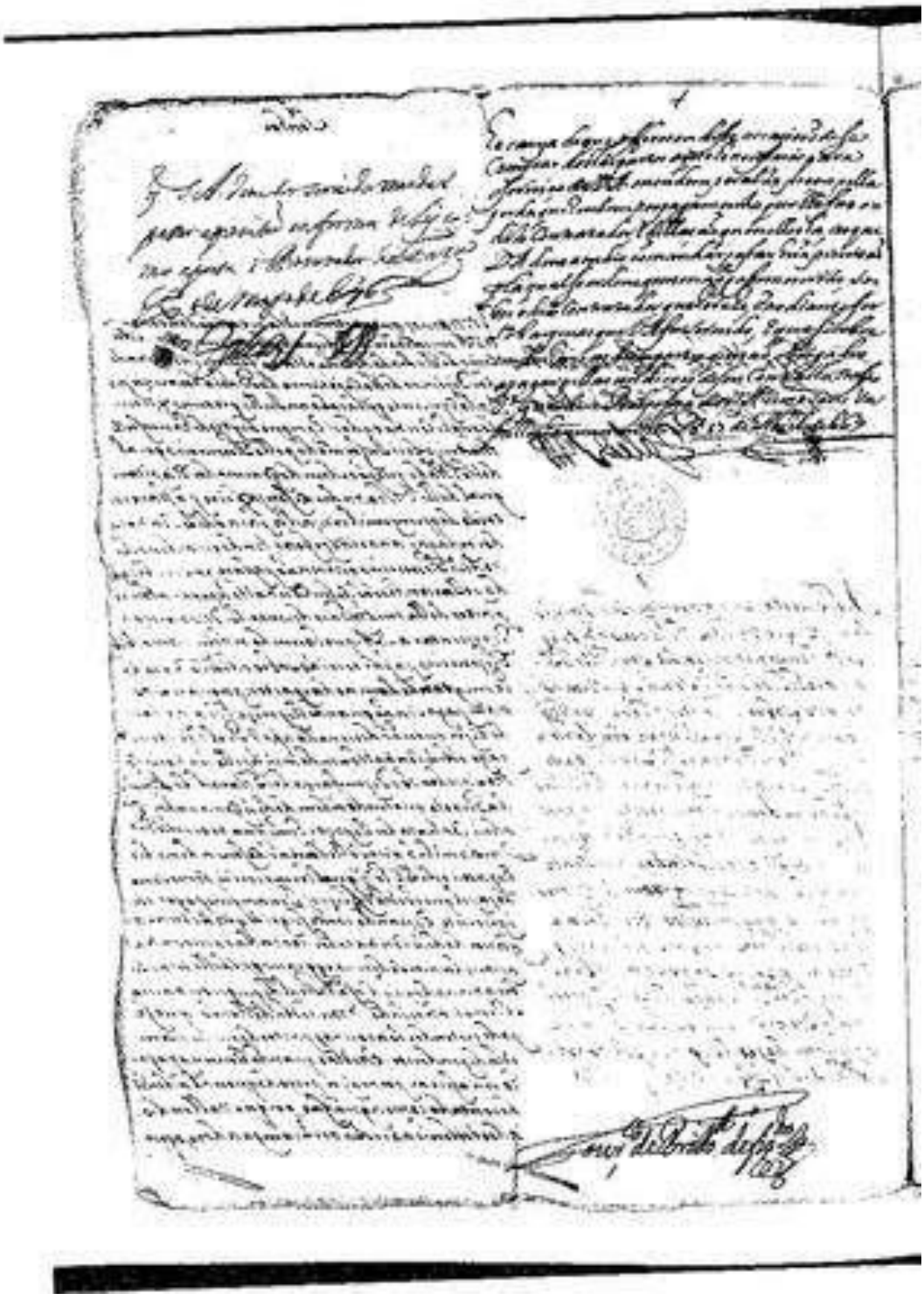
+

Senhor

Nos nomis que estauam esta occasiaõ dou con[ta]| aV*ossa* A*lteza* [ilegível] ha de que [ilegível] d[e] An| tonio de Andrada doliua esta[u]a [ilegível] do [ilegível]| dos Dizimos desta capitania da Bahia dos annos pa| ssado, epresente que acabam julho proximo q*ue* nom| de que he contratador, e porque depois do [.]orforto| este auizo fui Informado pello Thesoureiro geral| deste estado que cõ ordem do gouernador, e capitam| geral delle Alexandre deSousa Freires assara es=| crito de quinsemil cruzados para o dito contrata| dor oupagar a uarias pessoas, tendo eu ordenado| ao dito Thesoureiro que os naõ passase por ser obriga| do pellas condiçoẽs deseu contrato a pagar [.]nas partes delle em dinheiro decontado. Mepareçao| Representar aV*ossa* A*lteza* que havendo ordem para o dito| Thesoreiro passar escrito sobre o dito contratador| [s]em grande d[a]mno dosportos: por quanto os=| nem paga se naõ quando lhe parece lhe ocasiam| de diser que naõ deue nada a faz*end*a Real e que tem| pago o dito contracto sendo muito pello contrario co| mo sucedaõ cõ o Desembargador Manoel de Almei=| da Pinto, que tendo ordem do dito gouernador p*ar*a| o dito contratador lhe pagar com quatro contos &| [S]antos milaõ que o lhe deuiaõ deseus ordenados repasen o dito Thez*oureir*o geral com escrito como sena| do papel quecõ esta offereco lhe nam[.] pagar ate| o presente e quando cõ este sugerido que os inoua=| faruor do dito contratador no acordaõ quecontra| o prouedor mor se de no aggrauo que delle tira so| bre a arrecadação da Faz*end*a Real de que por entrania| se remete o traslado, vsou desta dellaçaõ, que se| pode entender cõ as outras partes de quem nam| está dependendo, e a estas quando lheuem apagar| em asucar por mayor preço do que ualia dinh*eir*o| decontado como agora fas, porque voltando| a destostoẽns arroba, o campo a doze, o que

[133] Escrita posterior situado a esquerda do corpo texto.
[134] Escrita posterior a lápis.
[135] Cinco rubricas.
[136] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial.

[Fól. 1v]



[Fól.1v]

[137]q*ue* V*ossa* A*lteza* deue ser seruido mandar| falar aposiçaõ enforma deLei co=| mo aponta oProcurador da Faze*nda*| L*ixbo*a 5 de mayo de 6[?][138].

3 rubricas

he c[oi]sa de que offeresen disse occasioẽs dese| comprar aestesportos o que henecesario para| oseruiço deV*ossa*A*lteza* ou ordem por alto preço pella| perda que recebem nospagamentos que lhe fes o=| dito contratador e dillaçaõ quenelles ha, os que| V*ossa* A*lteza* deue acudir eo mandar passar huã prouisaõ| p*e*la qual se ordene que naõ passem escrito, so=| bre o dito contratador, qua[.], e ao diante for| sob as penas que V*ossa* A*lteza* for seruido, e que secobre| em dinheiro as duaspartes quesaõ obrigados| apagar pellas condiçoẽs deseu contracto. Nosso| s*enh*or guarde a Real pessoa de V*ossa* A*lteza* como seus vassallos hauemos mister B*ahi*a 17 de Abril de 669

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

[137] Escrita posterior a esquerda do corpo do texto.

[138] No manuscrito aparecem manchas de tinta do recto, principalmente na parte esquerda do corpo do texto.

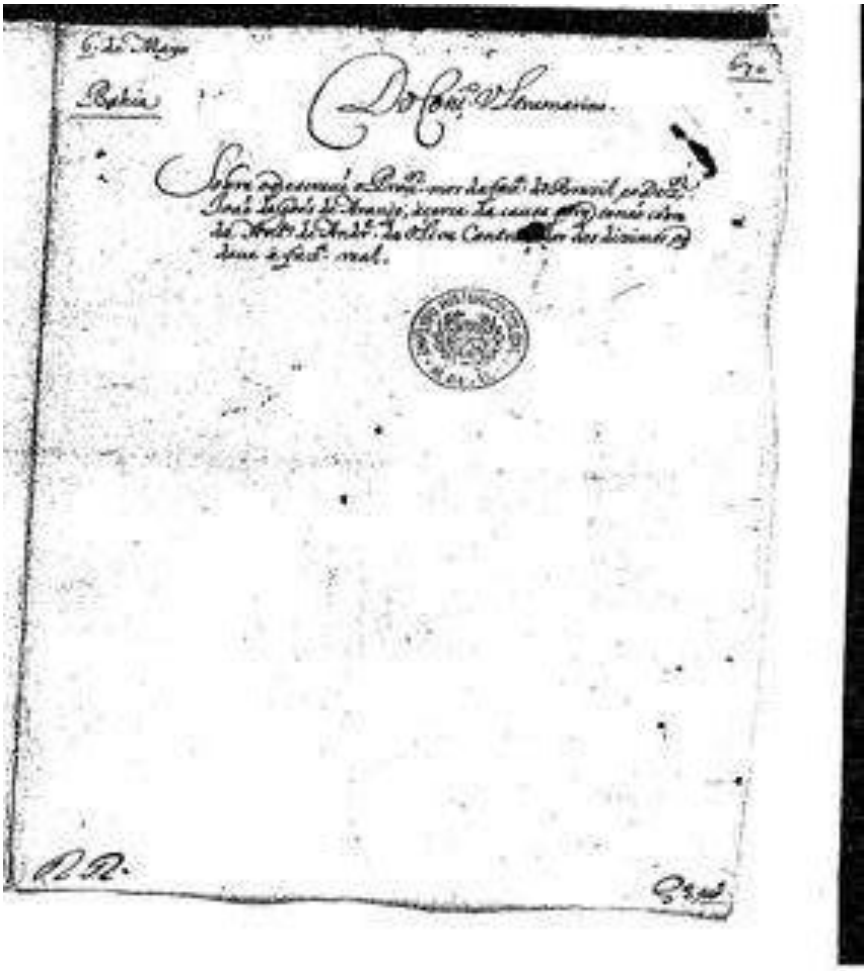
Assunto: Sobre o que escreve o Provedor mor da fazenda do Brasil e o Desembargador João de Goés de Araujo acerca da causa porque não cobra de Antônio de Andrade de Oliva, contratador dos dízimos, o que deve a Fazenda Real.

Local: Bahia.

Data: 08 de julho de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



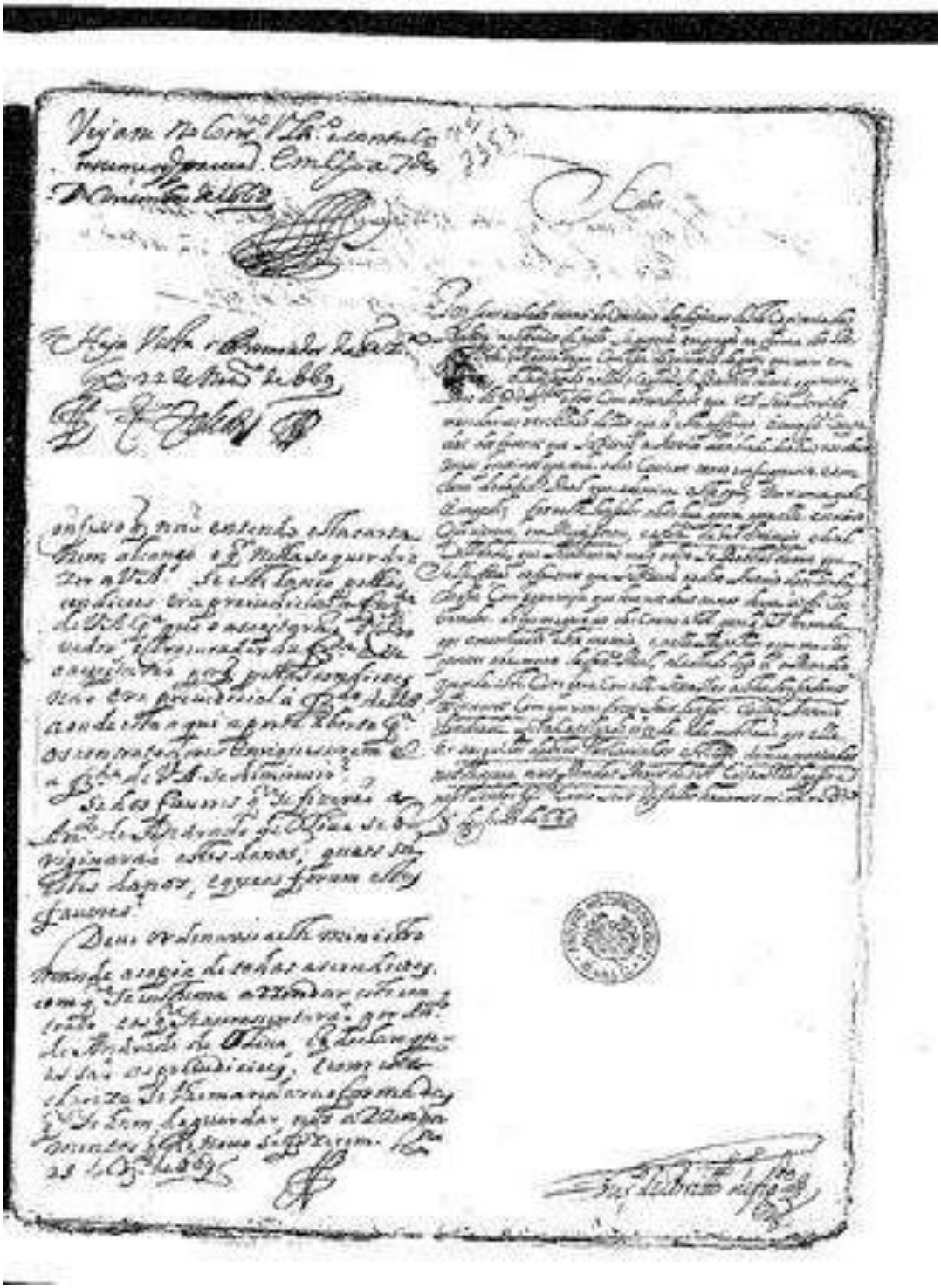
[Fól.1r]

6 de Mayo DoConç*elh*o Vltramarino. 670

Bahia

Sobre o q*ue* escreuẽ o Prou*ed*or mor da faz*end*a do Brasil, eo Dez*embargad*or| Joaõ de Goés de Araujo, açerca da causa porq*ue* senaõ cobra| de Ant*oni*o de Andr*ad*e de oliva contra[ta]dor dos dizimos, oq*ue* deue á faz*end*a real.

[Fól. 2r]



[Fól.2r]

[139]Nº 2353

Vejam no Cons*elh*o Vl*tramar*ino econt[.]| [.]o q*ue* parece. Em L*ixbo*a 7 de| Novembro de1669.

Rubrica

Haja vista oProcurador da Faz*end*a| L*ixbo*a 22 de nov*emb*ro de 669.

4 rubricas

[140]Confesso q*ue* não entendo esta carta| nem alcanço o q*ue* nella se quer di=| zer a V*ossa* A*lteza* se este lanço pellas| condicoes era preuidicial a Faz*end*a| de V*ossa* A*lteza* p*ara* que o aceitaraõ Pro| uedor e Procurador da F*azend*a e se| o aceitaraõ por q*ue* pellas condições| nao era preiudicial a F*azend*a de V*ossa* A*lteza*| aonde esta aqui a porta aberta p*ara*| os contratadores enriquecerem e| a F*azend*a de V*ossa* A*lteza* se diminuir?|| Se dos fauores q*ue* se fizeraõ a| Ant*oni*o de Andrade de Oliua se o-| riginaraõ estes danos? quaes saõ| estes danos, e quaes [.]eram estes| fauores? || Deue ordenase aeste ministro| mande a copia de todas as condições| com q*ue* se costuma arrendar este com| trato e as q*ue* se accressentaraõ por

Senhor[141]

Por se ter acabado o anno do comtrato dos dizimos desta capitaniada| Bahia neste mes de julho se puzeraõ empregaõ na forma dos Re| gim*en*tos de V*ossa* A*lteza* para o que com essa do primeiro dagosto que uem em| [ilegível], e lamsando nelles o capitaõ Sebastiaõ duarte o primeiro [l]anço de 60 *cruza*dos o fes com as condiçoẽs que V*ossa* A*lteza* seia seruido| mandar uer o treslado dellas que cõ esta offerceo. e como saõ cauza| das dos fauores que se fizeraõ a Antonio dandrade deoliua nos dou[s]| annos proximos que teue o dito contrato tanto emseuproueito. cem dano do dafaz*end*a Real que ademirou este pouo, eeu numca pude| empedir, fes[n]este lansador abrir huã porta para elle eos mais| que uierem, em Riquesserem, eafaz*end*a de V*ossa* A*lteza* diminuir[142] e detal| callidade que secontenta mais o dito Sebastiaõ Duarte que| selhefaçaõ os fauores que se fizeraõ ao dito Antonio dandrade| do que com aganança que teue nos dous annos deque ia foi com| tratador. do que me pareço dar conta a V*ossa* A*lteza* para q*ue* V*ossa* A*lteza* mande| por emcomçelho esta materia, e nelle Rezoluer o que melhor| pareser aoaumento da Faz*end*a Real, acudindo logo cõ o Remedio| quepede este cazo para com elle seatalhar aestes lanssadores| os intentos com que uem fazer seus lansos. cõ dito Antonio| dandrade seija castigado cõ toda ademonstraçaõ por elle| ser oarguidor destes descaminhos estillos numca praticados| nestapraça nas Rendas Reais de V*ossa* A*lteza*[143] cuja Real pessoa| nosso senhor G*uar*de como seus vassallos hauemos mister Bahia 8 de julho de 669.

[carimbo][144]

[139] Numeração posterior feita a lápis.
[140] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[141] Manchas da escrita do verso na parte superior.
[142] Grifado pelo escrevente
[143] Grifado pelo escrevente.
[144] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado na parte inferior entre o corpo do texto e assinatura do escrevente.

Ant*onio*| de Andrade de Oliua e q*ue* declare qu| es saõ as preiudiciaes. e com esta| clareza se lhe mandara a forma das| q*ue* se ham de guardar nos arrenda| mentos q*ue* de nouo se fizerem; L*ix*b*o*a 23 de Dez*emb*ro de 669
Rubrica

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

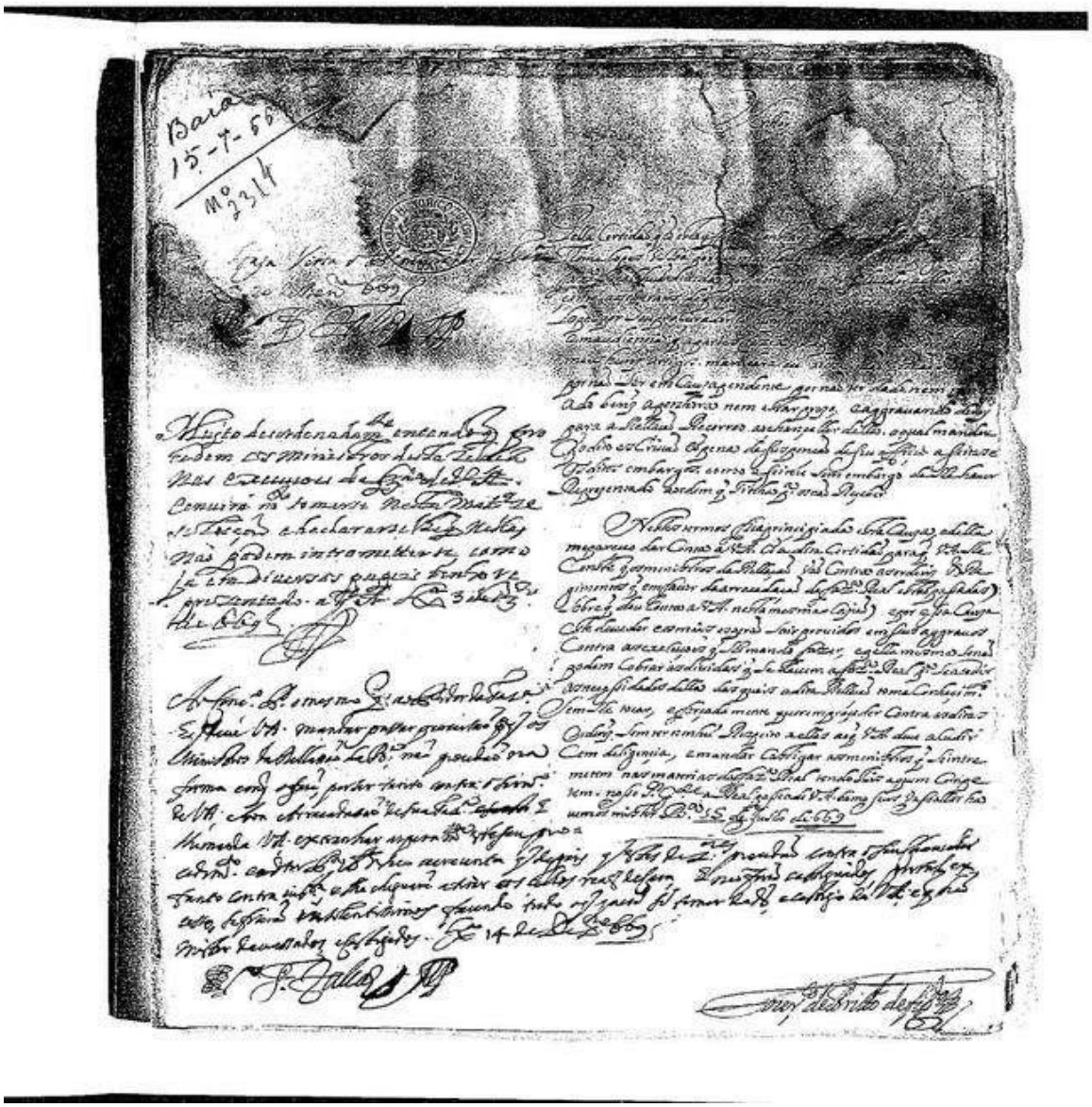
Assunto: Informa a Vossa Alteza sobre uma certidão em que consta Thome Lopes por mandado que pagasse uma dívida a Fazenda Real por Domingos Francisco, devedor do contrato. E que os ministros da relação vão contra as ordens e regimentos sem ter respeito a elas. Pede a Vossa Alteza que castigue os ministros que se intrometem nas matérias da Fazenda Real.

Local: Bahia.

Data: 15 de julho de 1669.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól, 1r]



[Fól. 1r]

[145]Baía
15 – 7 – 669

[146]Nº 2314

[147][carimbo]

Haja Vista oProcurador da Faz*end*a| L*ixbo*a [20] de jan*ei*ro de 669

Rubricas

Muito desordenam*en*te entendo q*ue* pro| cedem os ministros desta relação| nas execuçoes da F*azend*a de V*ossa* A*lteza*| eenuira m*ui*to tomarse nesta mat*éri*ase| soluçaõ e declararse lhe q*ue* nellas| naõ podem intrometter se como| js em diuersos papeis tenho re| presentado a V*ossa* A*lteza*. L*ixbo*a 3 de D*ezem*bro de 669.

Rubrica

[148]Ao conc*elh*o [?] o mesmo q*ue* ao senhor Faz*end*a| he [.] V*ossa* A*lteza* mandar passar prouisaõ p*ar*a q*ue* os| ministros de Rellaçaõ da B*ahi*a naõ procedeo na| forma emque o[faça] perder tanto contra opinião| de V*ossa* A*lteza*, [.] Arrecadação de sua Faz*end*a e| lhe mande V*ossa* A*lteza* extranhar aspera m*en*te esteseu pro=| cedim*en*to [ilegível] acrescenta q*ue* depois que estes [.] procedeo contra oseu Chanceler| tanto contra [.] e lhe chegassẽ atrair os cellos real de cem e naõ decara e naõ faraõ [ilegível] ex| cesso, se fiseraõ

Senhor[149]

Pella certidaõ q*ue* cõ esta offerceo constara [ilegível]| Thome Lopes Vilh[.]a por hum mandado [ilegível] pagase a [ilegível]| faz*end*a Real huã diuida por domingos francisco deuedor aella q*ue* [ilegível]| çente aos cotratos deq*ue* for contratador, [ilegível]| Lopes por seu procurador eo huns embargos [ilegível]| em audiençia q*ue* apartes fazia, eap[.] [ilegível]| mais huns artigos. mandara eu ao escriuaõ q*ue* [ilegível]| por naõ ser em causapendente por naõ ter dado, nem nome| ado bens apenhora nem estar prezo, eaggrauando der[.]y| para a Rellaçaõ Recorreo ao chançeller dellas. o qual mandou| q*ue* o dito esCriuaõ e a pena de suspençaõ deseu offiçio aseitase| os ditos embargos. como aseitou sem embargo de lhe hauer| reprezentado aordem q*ue* tinha p*ar*a os naõ Reçeber|| Nestes termos f[.]iaprincipiado esta cauza edella| me pareceo dar conta aV*ossa* A*lteza* cõ a dita certidaõ paraq*ue* V*ossa* A*lteza* lhe| conste q*ue* os menistros da Rellaçaõ vaõ contra as ordens & Re| gimentos q*ue* em fauor daarrecadaçaõ da Faz*end*a Real estaõ passados)| sobre q*ue* dou conta a V*ossa* A*lteza* nesta mesma ocaziaõ) epor essa cauza| este deuedor eos mais esperaõ sair prouidos em seus aggrauos| contra as excluções q*ue* lhe mando fazer, epella mesma se naõ| podem cobrar as diuidas q*ue* se deuem a Faz*end*a Real p*ar*a se acudir| as neçessidades della dos quais adita Rellaçaõ toma conhecim*en*to| sem lhe tocar, eforçada mente querem proçeder contra as ditas| ordens sem ter nenhũ Respeito aellas ao q*ue* V*ossa* A*lteza* deue acudir| com deligençia, e mandar castigar aos menistros q*ue* se intre| metem nas materias da Faz*end*a Real tendo Juis aquem compe| tem. Nosso s*enh*or G*uar*de a Real pessoa de V*ossa* A*lteza* como seus vassallos ha| uemos mister B*ahi*a 15 de Julho de 669

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

[145] Escrita posterior a esquerda do corpo do texto.
[146] Escrita a lápis a esquerda do corpo do texto.
[147] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial.
[148] Escrita posterior situado a esquerda do texto.
[149] Parte superior do corpo do texto com manchas, possivelmente do tempo.

conthentissimos fazendo todo o q*ue* [ilegível] para tomar de[.] castigo da V*ossa* A*lteza* e que haõ| mister deuassalos e castigados. L*ixbo*a 14 de [janeiro] 669

Rubricas

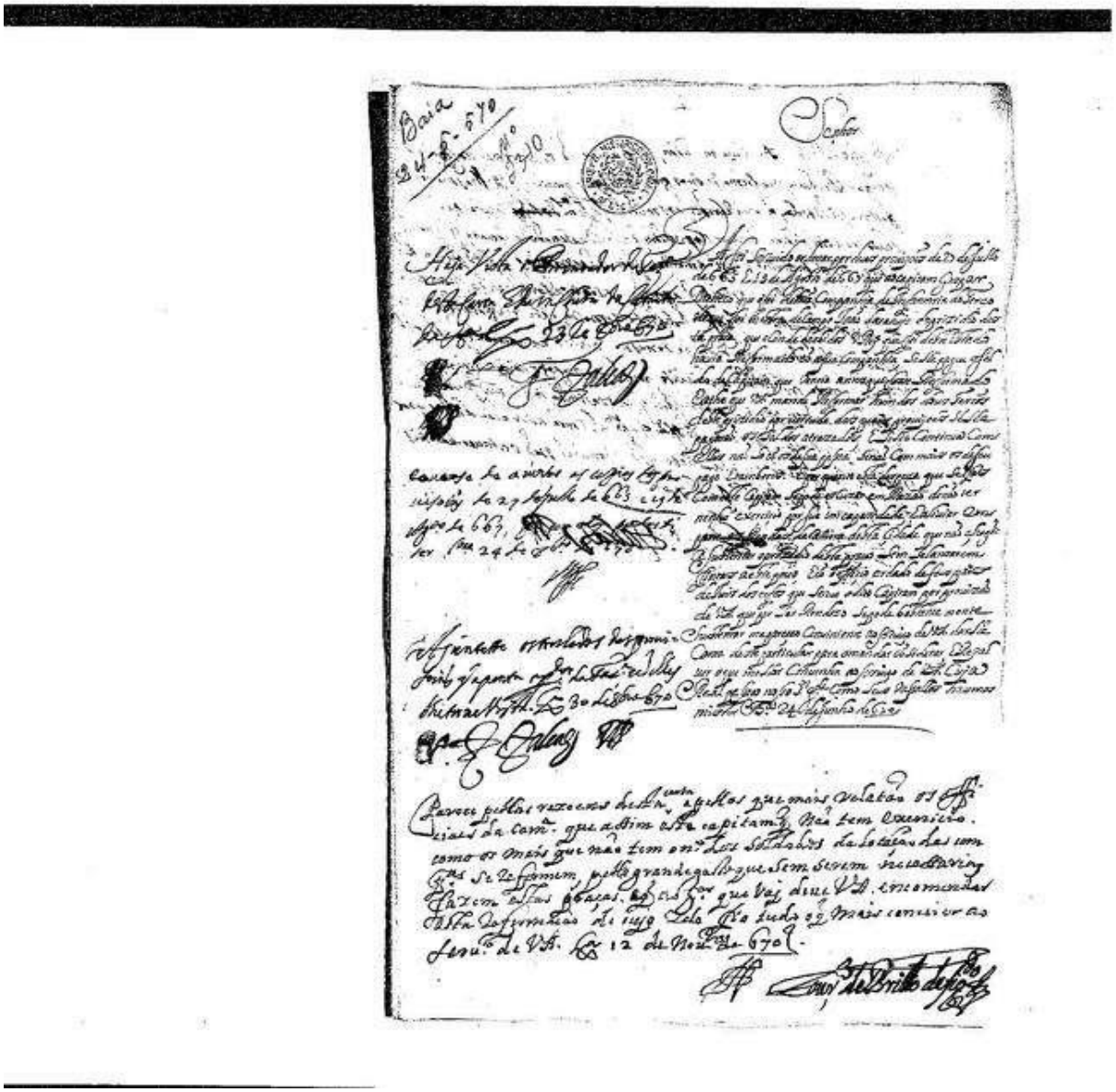
Assunto: Sobre duas provisões com as quais o vice-rei do estado da Bahia, Conde de Óbidos, havia reformado o presidio da praça com sua companhia.

Local: Bahia.

Data: 24 de junho de 1670.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

Baía
24 - 6 - 670
Nº 2340[150]

[carimbo][151]

Haja uista oProcurador da Faz*enda*| desta carta Esta[ilegível] da Cami[.]| da [ilegível] L*ix*b*o*a 23 de outubro 670

Rubricas

Da uo[.]sa da o [.] as copias das pro| uisoens de 27 de julho de 66[.] a 29 de| agosto de 66[.]

[152]Parece pellas razoens desta carta e pellas que mais relataõ os offi| ciaes da cam*ar*a que assim este capitam que naõ tem exercicio. como os mais que naõ tem o n*umer*o dos soldados da lotaçaõ das com| com|p*anhi*as se reformem, pello grande gasto que sem serem necassarias fazem estas praças, e q*ue* ao g*ouernad*or que vai deue V*ossa* A*lteza* encomendar| esta reformaçaõ de cujo zelo fis o tudo o que mais com[.]| ao seru*iç*o de V*ossa* A*lteza*. L*ix*b*o*a 12 de nov*em*bro de 670.

Rubrica

Senhor[153]

[carimbo]

V*ossa* A*lteza* foi seruido ordenar por duas prouisoẽs de 27 de Julho| de 665 e 19 de Agosto de 667 que ao capitam Gaspar| Pacheco que o foi dehuã Companhia de Infantaria do Terço| deque foi mestre decampo Joaõ daraujo do prizidio des| ta praça, que o Conde deobidos V*ice* R*ey* que foi deste Estado| hauia Reformado cõ asua Companhia, se lhe pague osol| do de capitam que vencia antes que fosse Reformado| Eathe que V*ossa* A*lteza* mande Reformar hum dos dous Terços| deste prizidio por uertude das quais prouisoẽs se lhe| pagaraõ os s[.]ldos atrazados, e se lhe continua com| elles naõ so cõ os desua pessoa senaõ com mais os deseu| paje e tambores. E por quanto esta despeza que se faz| com este capitam se pode escuzar em Razaõ de naõ ter| nenhũ exercicio por sua imcapasidade, e aliuiar em| parte [as] Rendas da camara desta cidade que naõ chegaõ| a sustentar o prezidio desta praça sem selansarem| [f]intas a este pouo, ecõ o offiçio erdado de seus pais| de juis dos orfos que serue o dito capitam por prouizaõ| de V*ossa* A*lteza* que por ser Rendozo sepode bastante mente| sustentar me pareçeo conuiniente ao seruiço de V*ossa* A*lteza* dar lhe| conta deste particular para o mandar cõsiderar e Rezol| uer o que melhor conuenha ao seruiço de V*ossa* A*lteza* cuja| Real pessoa nosso s*enh*or G*uar*de como seus vassallos hauemos| Mister B*ahi*a 24 de Junho de 670

Lour*en*ço de Britto de fig*ueire*do

[150] Notação posterior a lápis no canto esquerdo superior.
[151] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado na parte superior esquerda do corpo do texto.
[152] Escrita posterior situado a esquerda do corpo do texto.
[153] Apresenta marcas de tinta da escrita do verso na parte superior até a metade do corpo do texto.

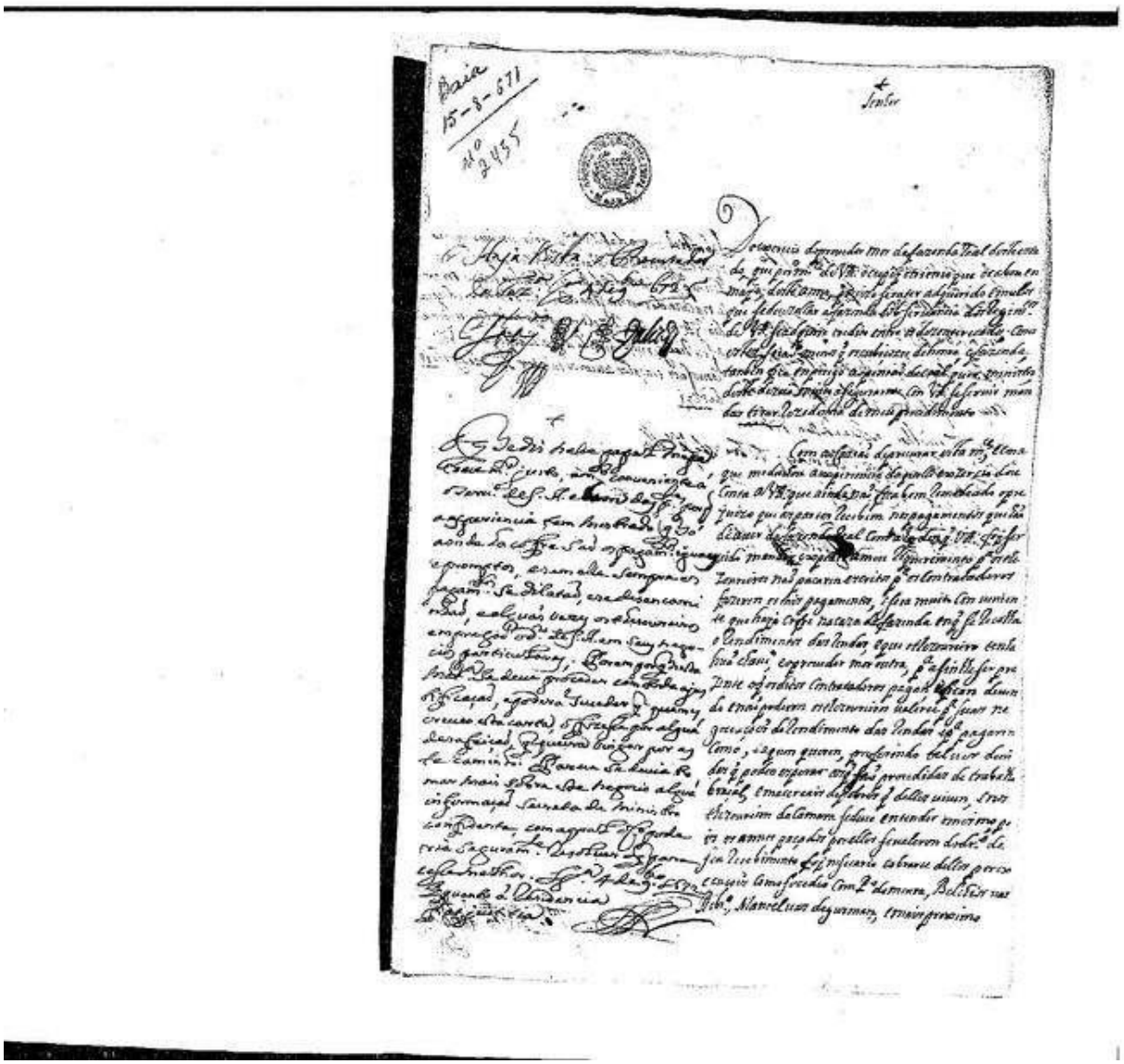
Assunto: Informa sobre os prejuízos da ordem de Vossa Alteza para que os tesoureiros não paguem escritos para os contratadores fazerem pagamentos, sendo coniventes que haja cofre na fazenda em que se recolham os rendimentos das rendas, e o provedor tenha uma chave e o tesoureiro outra.

Local: Bahia.

Data: 15 de agosto de 1671.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

[154]Baía
15 – 8 – 671

[155]Nº 2435

[156][carimbo]

Haja vista oProcurador| da Faz*end*a. L*ixbo*a 4 de dez*em*bro de 672

Rubricas

[157]+

O q*ue* se dis neste papel [ilegível] m*ui*to justo, e m*ui*to conueniente a| seru*iç*o de s*ua* A*lteza* e bem das p*ar*tes por q*ue*| a experiencia tem mostrado q*ue* só| aonde ha cofre saõ os pagam*en*tos iguaes| e promptos e sem elle sempre os| pagam*en*tos. Se dilataõ, esedesencaminhaõ, ealguãs vezes os tesoureiros| empregaõ o d*inhei*ro de S*ua* A*lteza* em seus nego| cios particulares. Poren por q*ue* nesta| m*ateri*a se deue proceder com toda ajus| tificação, e podera suceder q*ue* quem es| creueo esta carta, o fizesse por alguã| desafeiçaõ q*ue* queira uingar

+

Senhor

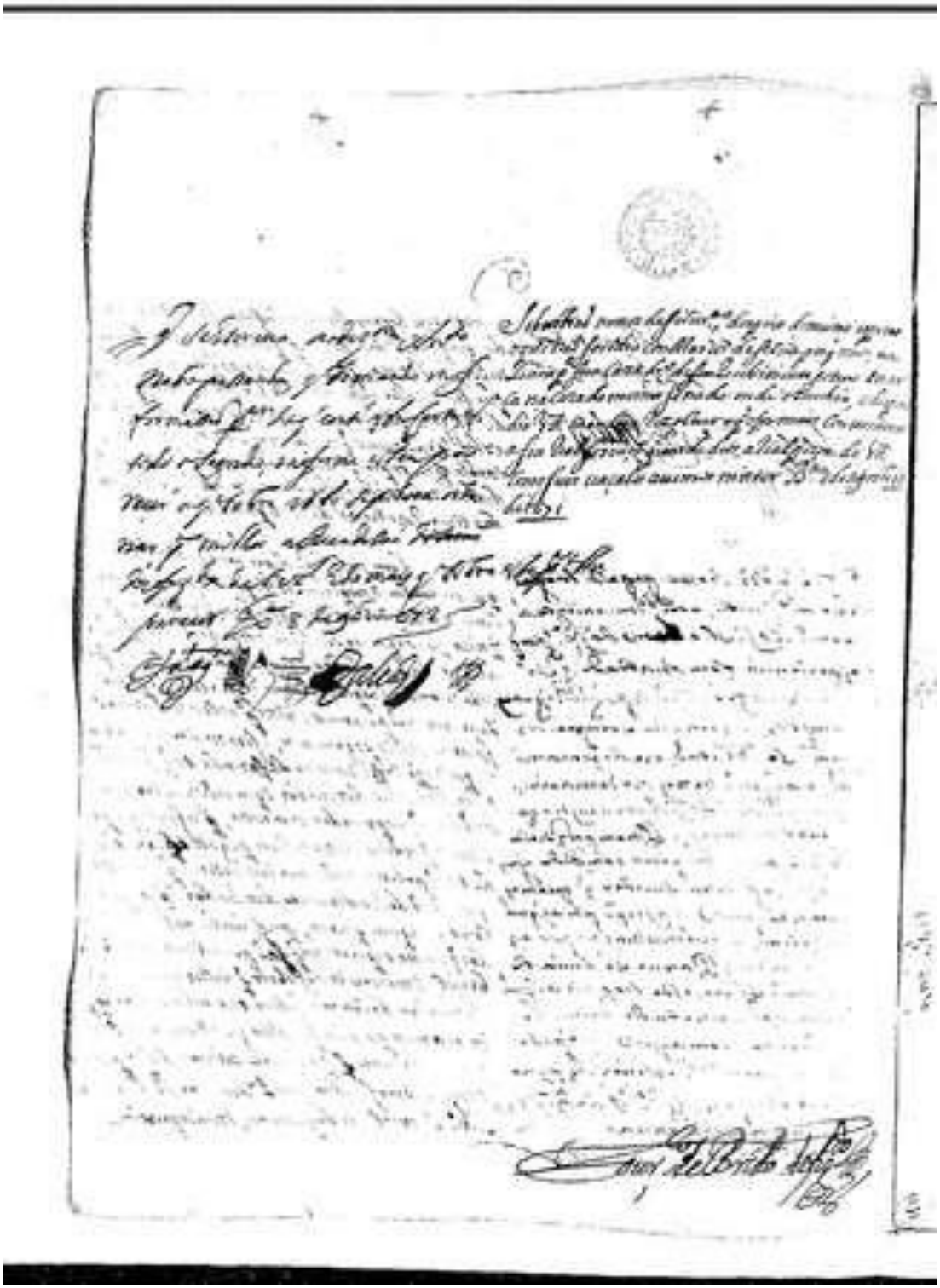
Doexercecio do provedor mor da fazenda real deste esta| do, que por m*en*te de V*ossa* A*lteza* ocupey o trienio que acabou en| mayo, deste anno, precizo ser a ter adquirido e m[l]os| que sedecçe zellar afazenda ẽobseruancia dos regim*en*tos| de V*ossa* A*lteza* se adquire credito entre os dezentereçados. como| estes saiaõ menos q*ue* cu[b]içozos de honra, efazenda,| tanben fica enpirigo aopiniaõentaõ de coal quer ministro,| deste dezeio muito asegurar me com V*ossa* A*lteza* se seruir man| dar tirar rezidi[.]ia de meu procedimento|| Com aocaziaõ deprecurar esta m*en*te, e com a| que medeichou a experiencia daquelle exzercio dou| conta aV*ossa* A*lteza* que ainda naõ fica bem remedeado opre| juizo que as partes recebem nos pagamentos que haõ| de auer da fazenda real com a horden q*ue* V*ossa* A*lteza*: foi ser| uido mandar exped[.] a meu requerimento p*ar*a os the| zoureiros naõ pacaren escritos p*ar*a os contratadores| fazeren os tais pagamentos, e sera muito con uinien| te que haja cofre na caza da fazenda en q*ue* se recolha| o rendimentos das rendas, e que o thezoureiro tenha| huã chaue, eoprouedor mor outra, p*ar*a asin lhe ser pre| zente oq*ue* os ditos contratadores pagan, e[f]ican deuen| do e naõ podem os thezoureiros ualerce para suas ne| goceaçoẽs do Rendimento das Rendas ep*ar*a pagarem| com o, e aquem querem, preferindo talues deui| das q*ue* podem esperar os q*ue* saõ procedidos de trabalho| braçal, e matereais depobres q*ue* delles uiuem, e nos| thezoureiros da camara sedeue entender mesmo po| is os annos paçados por ellas seualeren do d*inhei*ro de| seu recebimento foi nesecario cobrarce delles por ex| ecuçoẽs como socedeo com P[o][158] de moura, Belchior uas| Rib*ei*r[o], Manoel uas deGusman, e mais proximo

[154] Escrita posterior situado no canto superior esquerdo do corpo do texto.
[155] Anotação posterior a lápis.
[156] Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda superior do corpo do texto.
[157] Escrita posteiro situado a esquerda do corpo do texto.
[158] Não foi possível desenvolver abreviatura, pois o contexto não traz pista.

por es| te caminho. Parecia se deuia R[.]| mar mais sobre este negocio alguã| informaçaõ secreta de ministro| confidente, com aqual o C*onselh*o pode| ria segurame*n*te resoluer o q*ue* para| [.] melhor. L*ix*b*oa* 4 de *outu*bro de 1672

E quando ã residencia| [.] just[.]tia.

[Fól. 1v]



[Fól. 1v]

+

[carimbo][159]

= q*ue* ordenar Anto*nio*| netopassanha, q*ue* tomando infor| massaõ parte doq*ue* consta estacarta e| todo osegundo informe oseu pa| recer oq*ue* sobre isto sepodera orde| nar p*ar*a milhor aRecadassaõ ~~dossoldos~~| daFaz*en*da de V*ossa* A*lteza* e do mais q*ue* sobre esteparalhe| parecer. Lix*bo*a 8 de outubro672

Rubricas

[160]Sebastiaõ nunes dasilu*ei*ras, despois de muitas espera| o que naõ socedeo com Marcos da Silua por q*ue* nun[.] ua| leuou p*ar*a sua caza d*inhei*ro de seuRecebimento eoteue em ar| ca na caza do mesmo senado onde oRecebia, e dezpen| dia V*ossa* A*lteza* m[a]ndara rezoluer o q*ue* for mais conveniente| aseu real seruiço guarde deos a Real peçoa de V*ossa* A*lteza*| Com oseus vaçalos auemos mister B*ahi*a e de agosto 15 de 1671

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

[159] Carimbo apagado situado na parte superior do corpo do texto.
[160] No corpo do texto aparecem manchas da escrita do recto.

Assunto: Sobre a carta que Vossa Alteza mandou enviar para o governador e capitão da Bahia notificando o tesoureiro geral que não pagasse o dito governador, se não a quantia de até 3 mil cruzados por ano.

Local: Bahia.

Data: 12 março de 1671.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]

[Fól. 1r]

Senhor

[Carimbo][161]

Foi nossa Altezaseruido mandar em cartas de| 19 dejulho & 28 de Dezembro de 669 q*ue* ao Go| uernador & capitam geral deste Estado Alexandre| deSouza freire senão continuaçe cõ o pagamento| dos soldos deMestrede Campo general q*ue*elle hauia| ordenado selhe pagaçem: Eso se lhefizeçe| pagamento dos tres mil crusados que cada anno| sam distinados ao dito gouerno, do dia que delle| tomou posse em diante|| Em conformidade desta ordem man| dei noteficarao Thezoureiro geral deste Esta| do aqueV*ossa* A*lteza* heraseruido mandar para naõ| fazer ao dito gouernador pagamento algũ| senaõ ate a quantia dos tres mil crusados por| anno, e com certidaõ do escriuaõ da faz*end*a de| como com a dita noteficaçaõ fora dado cum| primento ao q*ue* V*ossa* A*lteza* mandou apellas ditas| cartas, dei a V*ossa* A*lteza* conta na ocaziaõ da frota.| E depois dapartida della tornou o dito Go| uernador a ordenarselhe continuaçem os| soldos demestre de campo o general, e duuidan| do o eu como deuia naforma das ordeñs de V*ossa* A*lteza*| sem embargo disso, o tornou amandar, e que eu| lhe fizececontinuar oditopagam*en*to como dantes obri| gandoçe a q*ue* sempre reporia o q*ue* V*ossa* A*lteza* ouuesepor bem| que elle nam leuase, como V*ossa* A*lteza* sendo seruido| mandava uer do traslado da portaria do dito go| uernador & mais desp*ach*os com quedou conta a| V*ossa* A*lteza* quemandará o que forseruido Deus G*uar*de| a Realpessoa de V*ossa* A*lteza* os annos que seus vasalos| deseiamos e hauemos mister Bahya em 12| de Marco de1671

Lour*en*co de Britto de fig*ueire*do

Pro[.]| que Alexandre de Sousa contra as| ordens eRegim*en*to leuar esta mayoria| do soldo, e q*ue* porhua n[.]sta seue| oq*ue* rellata q*ue*V*ossa* A*lteza* ~~naõ lheque~~| [ilegível] ~~naõ~~ [ilegível]| deua V*ossa* A*lteza* ordenar de Alexandre de Sousa reponha esta mayoria, porq*ue*| sentra na forma ficara hũ exem| plo m*ui*to proiudicial p*ar*a asim*en*to de| V*ossa* A*lteza* eo[po]nderem continuar as g[.]| dar conquistas, naõ guardando as| ordens de V*ossa* A*lteza* eseus Regim*en*tos| ~~odequeP~~[.] q*ue* A[lexandreCorca] deSá| lhe q*ue* Alexandre de Sousa [ilegível] a| V*oss*a A*lteza* no[.]or[.]l ordem procedim*en*to donde| Vel[.]o empenhado

[161] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado a esquerda do corpo do texto.

~~elhe[olegível]~~
V*ossa* A*lteza* fazer| m[ando]lhenaõ [.]em[.]em grandeza lhe| deuefazer no delhenaõ repetir es os| soldos declamado q*ue* naõ fara exem| plo para os on[.]is. Li*sboa* 16 de dezembro 673

Rubricas

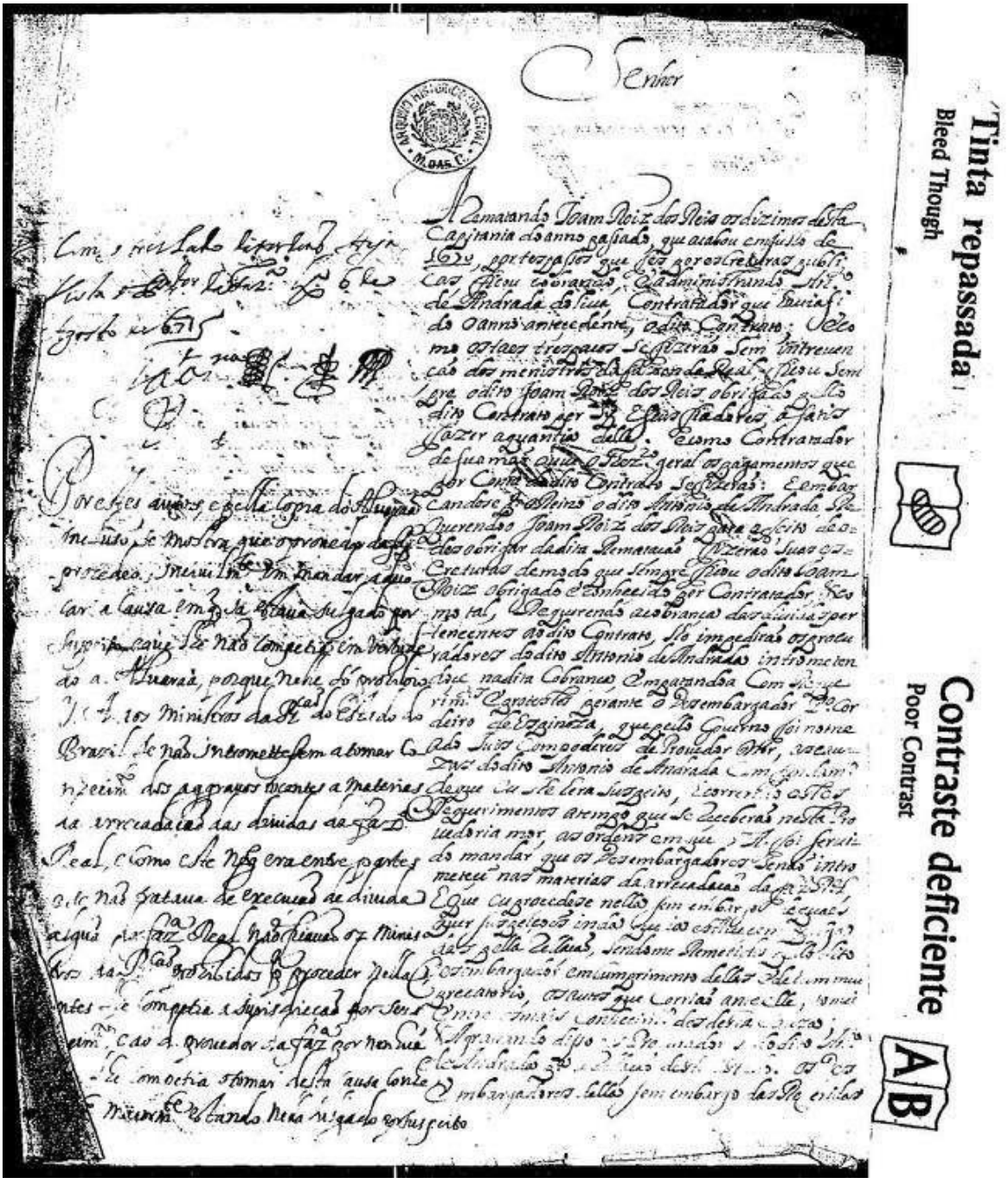
Assunto: Sobre as escrituras que fizeram obrigado e conhecido Joam Roiz dos Reis como contratador, e como tal, requeria as cobranças das dívidas do dito contrato, lhe impediram os procuradores do dito Antônio de Andrada intrometendo na dita cobrança, empatando a com requerimentos e protestos.

Local: Bahia.

Data: 13 de maio de 1671.

Escrevente: Lourenço de Britto de Figueiredo.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

Senhor

[Carimbo][163]

[162]Com o treslado di[ta]ordens Haja| vista oP*rocura*dor da Faz*enda* L*ixboa* 6 de| Agosto 1671

Rubricas

Por estes autos, e pella copia do Aluara| Incluso se mostra que o provedor da faz*enda*| procedeo [j]ncuilm*en*te em mandar aduo| cara causa em q*ue* já estaua julgado por| suspeito eque lhe não comsetia em vertude| do a Aluaraà, porque nelle só prohio V*ossa* A*lteza* aos ministros da Tribunal da Relação do Estado do Brazil se naõ intromettesem a tomar conhecimento dos aggrauos tocantes a materias| da arrecadaçaõ das diuidas da Faz*enda* Real, e como este neg*oci*o era entre partes| [.] naõ trataua de execuçaõ de diuida| alguã da fazenda Real naõ fiauaõ os minis| tros da R*ela*caõ prohibidos para proceder nella| antes lhe competia jurisdicçaõ por seus| [.]m*en*tos e ao d*e* Prouedor da faz*enda* por nenhuã| lhe competia otomar desta causa conhe| [.] m*en*te

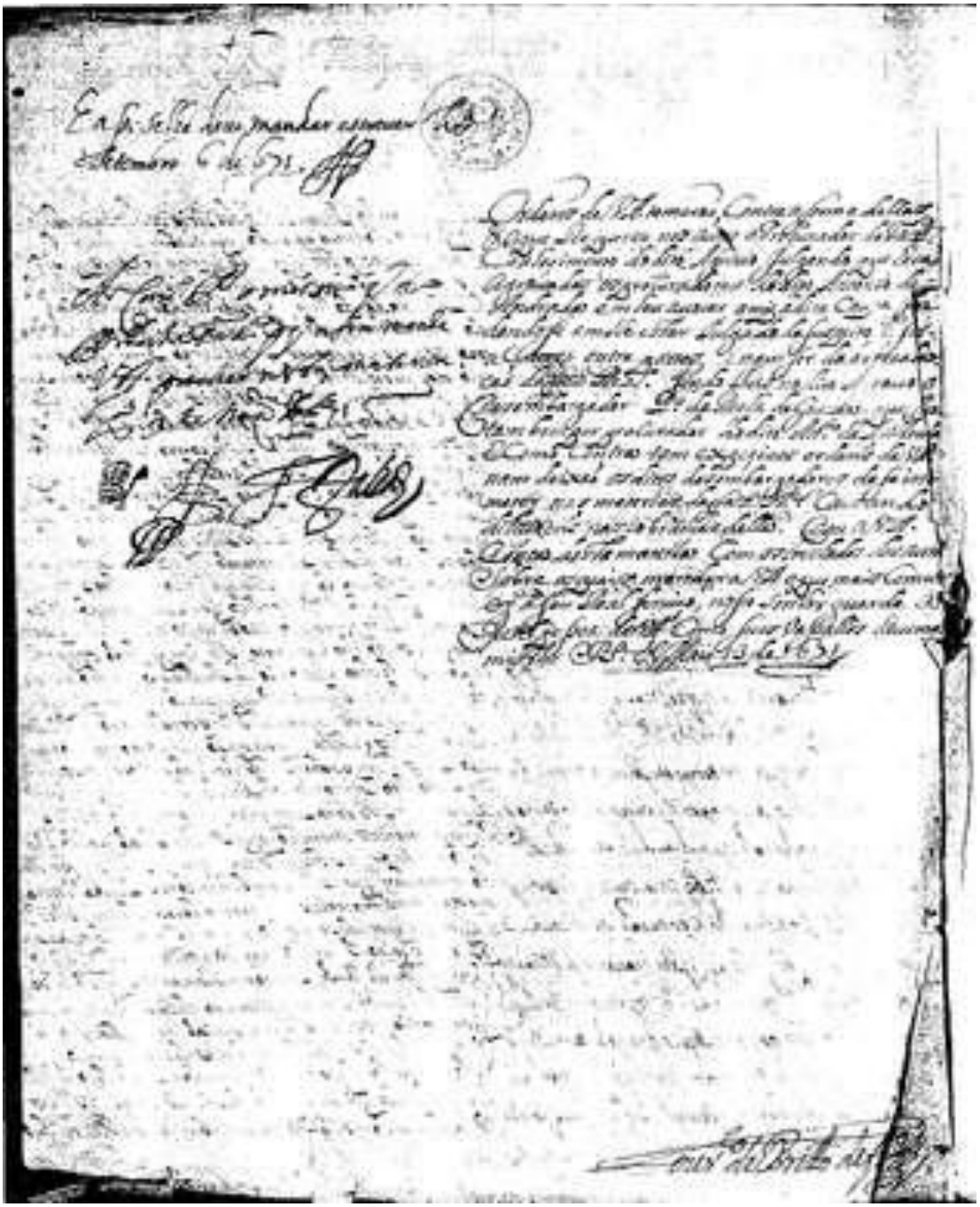
[164]A rematando Joam Roiz dos Reis os dizimos desta| capitania do anno passado, que acabou emjulho de| 1670, por ter passos que fes por escreturas publi| cas, ficou cobrando, e administrando Anto*nio*| de Andrada doliua, contratador que hauiasi| do o anno anteçedente, o dito contrato, eco| mo as taes trespaeos se fizeraõ sem intreuen| çaõ dos menistros da fazenda Real, ficou sem| pre o dito Joam Roiz dos Reis obrigado pello | dito contrato por s[y] eseus fiadores asatis | fazer aquantia della. ecomo contratador| desua maõ auia o Thez*oure*iro geral os pagamentos que| por conta do dito contrato sefizeraõ: eembar| candose para o Reino o dito Antonio de Andrada Re| querendo Joam Roiz dos Reis para ofeito deo=| des obrigar dadita Remacaçaõ fizeraõ suas es=| creturas demodo que sempre ficou o dito Joam| Roiz obrigado e conheçido por contratador, &co| mo tal, Requerendo acobranças das diuidas per| tençentes ao dito contrato, lhe impediraõ os procu| radores do dito Antonio de Andrada intrometen| doçe nadita cobrança, empatando a com Reque| rim*en*tos e protestos perante o desembargador P[o][165] Cor| deiro de Espinoza, que pello Gouerno foi nome| ado Juis com poderes de Prouedor mor, as cau=| zas do dito Antonio de Andrada com fundam*en*tos| deque eu lhe hera suspeito, E corren[.]o estes Requerimentos a tempo que se receberaõ nesta Pro| uedoria mor, as ordens em que V*ossa* A*lteza* foi serui=| do mandar que os desembargadores se naõ intro| meteçẽ nas materias da arrecadaçaõ da Faz*enda* Re*a*l,| E que eu procedese nella sem embargo [de]quaes| quer suspeiçoẽs inda que ia estiueçem f[.]ga| das pella rellaçaõ, sendo me Remetidos pello dito| Desembargador em cumprimento dellas e de hum mui| precatorio, os autos que [c]orriaõ anteelle, tomei| entre os mais conhecim*en*tos das desta cauza| & agrauando disso os

[162] Escrita posterior situada a esquerda do corpo do texto.
[163] Carimbo do Arquivo Histórico Colonial situado entre o vocativo ‘senhor’ e o corpo do texto.
[164] No corpo do texto apresenta marca de tinta da escrita do verso.
[165] O contexto não possibilitou desenvolver a abreviatura podendo ser *Pedro*, *Pero* ou *Paulo*.

estando nella julgado porsuspeito|

Procuradores do dito Anto*nio*| de Andrada p*ar*a a rellaçaõ deste Estado os des| embargadores della sem embargo das Re[f]eridas

[Fól. 1v]



[Fól. 1v]

[166]+

E assi se lhe deue mandar escrever L*ixboa*| setembro 6 de 671

Rubrica

AoCon*selh*o P. o mesmo q*ue* no| p*ar*aque a[.]m mente| V*ossa* A*lteza* proceder nesta matéria. L*ixbo*a 3 de nov*em*bro 671.

Rubricas

Ordeñs de V*ossa* A*lteza* tomaraõ, contra a forma dellas| & o que Requereo nos autos o Procurador da Faz*enda*| conhecimento do dito Agrauo julgando que heraõ| agrauados os procuradores do dito Antonio de| Andrada em heu auocar amy adita cauza f[.]| dandose em lhe estar julgado de suspeito, e ser| a cauza entre partes, e nam ser da arrecada| çaõ da faz*enda* Real sendo Juis no dito Agrauo e| Desembargador P^{o}[167] da Rocha de Gouuea que ficou| tambem por procurador do dito Anto*nio* de Andrada| ecomo contra tam expeçiaes ordens de V*ossa* A*lteza*| nam deixaõ os ditos desembargadores de se int[ro]| meter nas materias da Faz*enda* Rea*l* cauzando| dilaçoeñs nas cobranças della. Dou a V*ossa* A*lteza*| conta desta materia com os treslados dos autos| sobre os quais mandara aV*ossa* A*lteza* o que mais comu[.]| er aseu Real seruiço, nosso senhor guarde a| Real pessoa da V*ossa*A*lteza* como seus vassallos hauemos mister B*ahi*a & Maio 13 de 1671

Loure*n*co de Britto de fig*ueire*do

[166] Escrita posterior situado a esquerda do corpo do texto.

[167] Não foi possível desenvolver abreviatura, contexto não possibilitou.

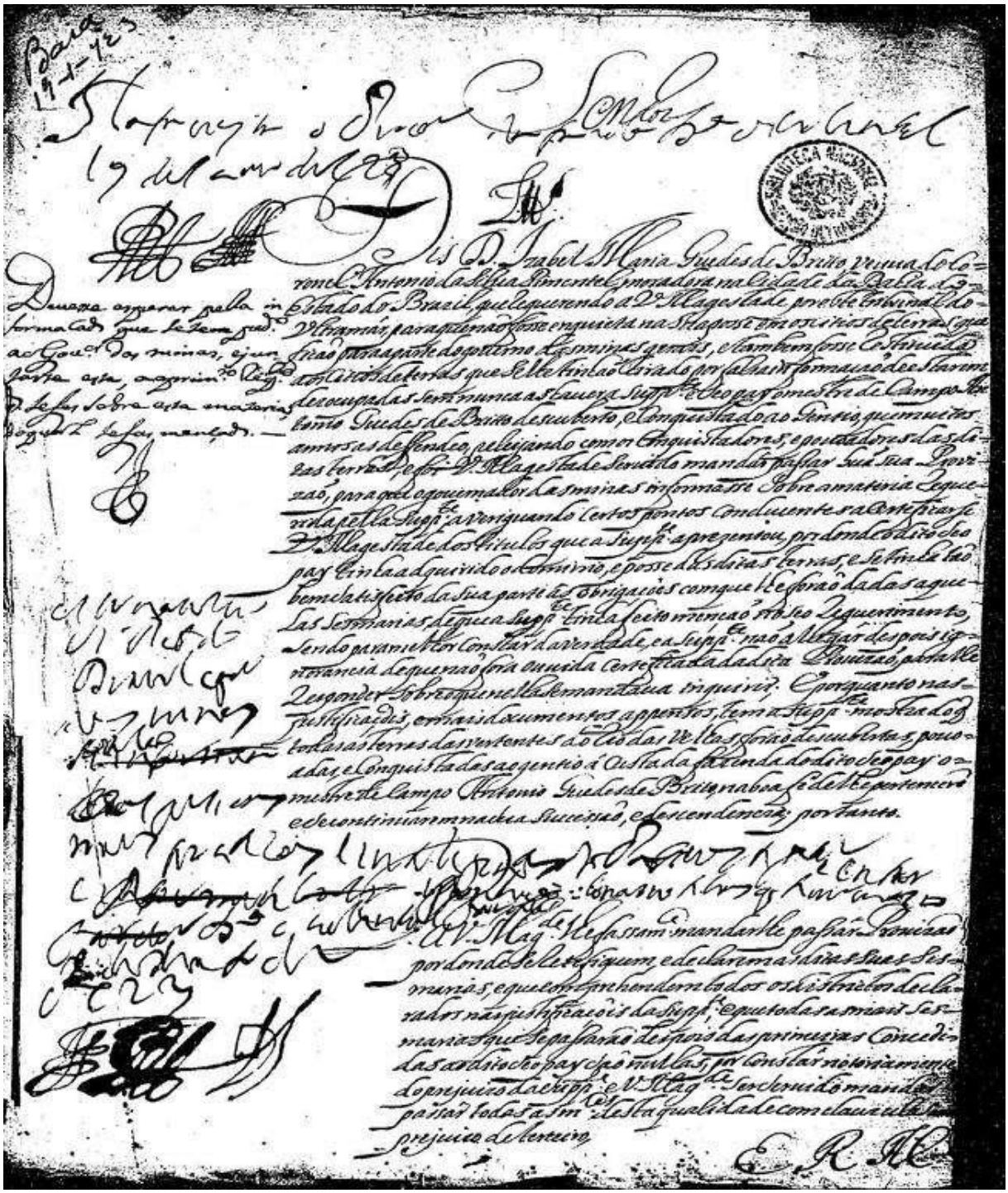
Assunto: Sobre o requerimento para Vossa Majestade pedindo que declarem e certifiquem as terras que lhe foram tiradas por falsa informação, além das que foram concedidas ao seu pai Antônio Guedes de Brito.

Local: Bahia.

Data: 19 de janeiro de 1723.

Escrevente: Izabel Maria Guedes de Brito.

[Fól. 1r]



[Fól. 1r]

Baia
19-1-723

Haja uista o Proc*urad*or da fazenda [ilegível]| 19 de [.] de723

Rubricas

Deuasse esperar pella in| formação que setem pe*di*do| ao Gouernador das minas, ejun| tarse esta, ao prime*i*ro req*uerimen*to q*ue* sefez sobre esta materia,| da qual se faz mençaõ.

Senhor

[Carimbo]

[Rubrica]

Dis D*ona* Izabel Maria Guedes de Britto veuva de do co=| ronel Antonio da Silua Pimentel, moradora na cidade da Bahia do=| Estado do Brazil, que requerendo a V*ossa* Magestade por este tribunal do=| Vltramar, praquenaõ fosse enquieta nasuaposse em os citios deterras que| ficaõ paraaparte do gouerno das minas gerais, e tambem fosse restituida| aos citios de terras que selhe tinhaõ tirado por falsa informaçaõ deestarem| dezocupadas sem nunca as hauer a supp*lican*te e seo pay o mestre de campo An| tonio Guedes de Britto descuberto,| econquistado ao Gentio, que muitos| annos as deffendeo, peleijando com os conquistadores, e pouoadores das di=| tas terras, e foi V*ossa* Magestade seruido mandar passar huã sua Provi| zaõ, para que o gouernador das minas informasse sobre a materia Reque| rida pela supp*lican*te averiguando certos pontos conducuentes acerte ficarse| V*ossa* Magestade dos titulos que a supp*lican*te aprezentou, por donde o dito seo| pay tinha adquirido o dominio, e posse das ditas terras, e se tinha taõ| bemsatisfeito da sua parte as obrigaçoes com que lhe foraõ dadas aque-| las sesmarias, de que a supp*lican*te tinha feito mençaõ no seo requerimento,| sendo para melhor constar da verdade, e a supp*lican*te naõ allegar despois ig=| norancia de que naõ fora ouuida certificada dadita Prouizaõ, para lhe| Responder sobre o que nellas semandaua inquirir; e por quanto nas=| justificaçõis, emais documentos appensos, tem a supp*lican*te mostrado q*ue*| todas as terras das vertentes do Rio das velhas, foraõ descubertas, pouo=| adas e conquistadas ao gentio á custa da fazenda dodito seo pay o=| mestre de campo Antonio Guedes de Britto, na boa fe de lhe pertencer| esecontinuar em nasua sucessaõ, edescendencia; portanto. ||P*ede* aV*ossa* Mag*esta*de lhefassam*erc*e mandar lhe passar Prouizaõ| por dondese retefiquem e declarem as ditas suasses=| marias, e quecomprehendem todos os districtos decla=| rados nasjustificaçois da supp*lican*te eque todas asmais ses=| marias que sepassaraõ despois das primeiras concedi| das ao dito seo pay saõ nullas, por constar notariamente| do prejuizo da supp*lican*te e V*ossa* Mag*esta*de serseruido mandar| passar todas asm*erc*es desta qualidade com clauzula s[.]| prejui[s]o de terceiro,

E*spera* R*eceber* M*ercê*

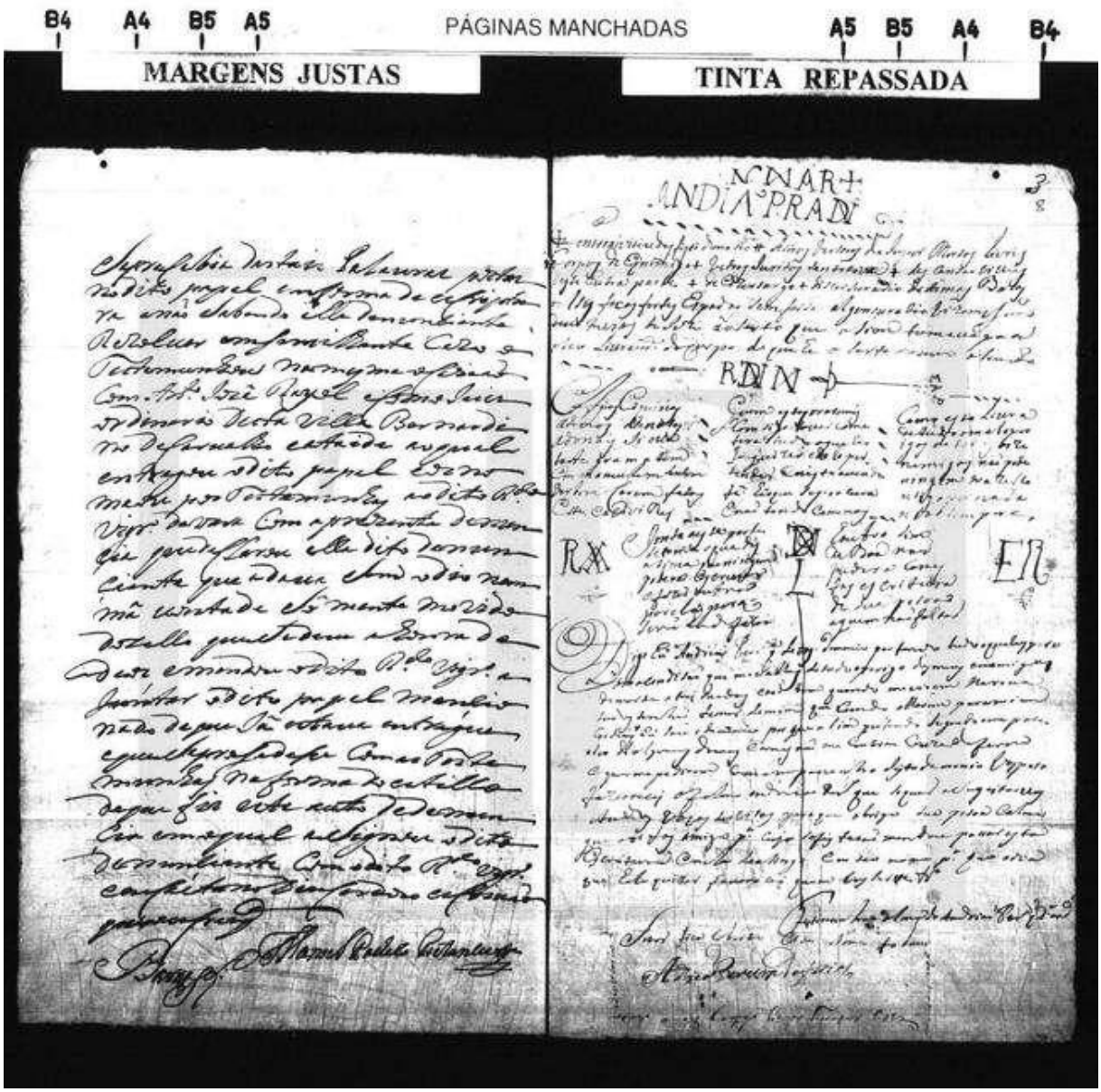
Assunto: Uma carta fazendo pacto com demônio através das orações para conseguir o que quiser e pretender, bastando ter fé, além de livrar dos inimigos, perigos e conseguir a mulher que quiser.

Local: Bahia.

Data: Segunda metade do século XVIII.

Escrevente: Adrião Pereira de Faria.

[Fól.1] [Fól. 2]



[Fólio 1][168]

Seprecebia desta[.] palauras postar| no dito papel enforma de escriptu| ra enaõ sabendo elle denunciante| rezoluer emsemilhante cazo o| Testemunhou namesma ocasião com Ant*onio* Jozê Rayel e como Juis| ordinario desta villa Bernardi| no deCarualho e ataide ao qual| entregou o dito papel e os no| meou por Testemunhas ao dito R*everen*do vig*ar*io davara com a presente denun| çia qeu declarou elle dito denun| çiante que a daua esem odio nem| mâ vontade sômente movido| dozello q*ue* se deuo ahonra de| deos emandou odito R*everen*do vig*ar*io a| juntar o dito papel menção| nado de que jâ estava entregue| equeseprosedesse com as Teste| munhas naforma do estillo| de que fis este auto de denun| çia em o qual asignou o dito| denunçiante com o dito R*everen*do vig*ar*io| com Caetano DiasCardoso escriuaõ| queoesprevy

Manoel Pacheco Poeta[ilegível]| Barros[.]

[168] Transcrição do fólio 1 situado na parte esquerda do fac-símile.

[Fólio 2]

[169]N X A R +

A N D I A P R A D I

[170]+ Constraivisiredes fisti dona seo # As tros Versores de [.]eor Mortes livris| corpus de Eynimigo + vetros juritos santo toim + des cansar vi[.]is| deste Eutra parte + de co[?]ersar go +discarsuradio de Armas Bocas| [ilegível] facas fortes Espadas sem forsa algen [?]uratio vira[.]sem| deue [ilegível] de Joze ão serto que asim tomaua para| o seo liurame*n*to daCarpa de que he o serto dom[.] otemido.

_____R D X _____ΣAP[171]_____

[172]C[.]gios caquirias| a temos [.]natas| adonais [.] nestas| adonais si o[.]a| ta[.]te gram a tem| em nenhum sentem| ver[.]em Carem fa[.]as c[.] covivi Rei

[173]Quem estas oraso[me]s| Com sigo tiver come| tera tudo oque hao| [.]e qui ser e de se per| tender conisto auendo fê. Hê o que sepro cura| e naõ tendo come n[os]

[174]Como esta livra| detudo omal e per| igos de todos os [ze]| nimigos naõ pode| ningem [s]ua ser co| nigo por nada| n[ilegível] sempre

Junta aesta par te| se toma o que dis| asima que ningem| po[d]era escrever| e fa[r]aõ outra| por ela pera| senaõ nada fa[r]aõ

Eoutro sim| re[.]oadrar| podera comes| tas escritura| de sua pesoa| aquem naõ faltar

[169] Na parte superior do texto e no corpo do texto encontra-se alguns códigos, assim como desenho de uma espada e uma faca.
[170] No corpo do texto encontra-se trechos em formato de verso da seguinte forma: três no meio do corpo do texto e mais dois embaixo dos outros. é apresentado no formato de uma estrofe.
[171] Informação inserida na vertical.
[172] Falta de leitura por apresentar incoerência na apresentação do trecho.
[173] Falta de leitura por apresentar incoerência na apresentação do trecho.
[174] Falta de leitura por apresentar incoerência na apresentação do trecho.

[175]Dige Eu Andriaõ Per*reir*a q*ue* de[v]as demonio per tomar tudo aquilos pelo| Com acondisaõ que meua[lh]as de todo o perigo dos meos enimigos| de morte e te[.] suadas e taõ bem quando me [.] em narrava| tem o q*ue* temhaõ temor de mim que coando o[.] para mim| coidemi com seu demônio por que a sim per tendo segundo ome pare| seo dealgumas d[amas] carmas naõ me contra cauza[.] ferro| e por me pediram com empenho disto demonio va[.]alo fa[.]ei ofalam Adriaõ Pereira que se quer asugeitar vas| [ilegível] der[.]itas para que obriga sua pesoa calma| que asi fas amigo p*ar*a cuja se fes [f]asaõ mandou passar esta| genitura co ela seasingo em seo nome p*ar*a q*ue* o dia| que ele quizer fauore com quem vas [ilegível] f*erreir*a

Otestemunho alma do Adriao P*ereir*a de Farias [.]co Se*n*hor fica co berto co sua alma [ilegível]

Adrião Pereira de Farias

[175] Marca d'água digital inserida pela Torre do Tombo em todos os seus fac-símiles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como principal objetivo a transcrição e o estudo dos manuscritos pertencentes a mamelucos que viveram durante o XVII e XVIII, contemplando as três frentes de pesquisas do *Programa Para a História do Português Brasileiro* (PHPB): a edição semidiplomática; a contextualização sócio-histórica e o estudo linguístico.

Em relação à edição semidiplomática, foi feita a transcrição dos manuscritos seguindo as normas de edição do PHPB, atentando-se para as possíveis adaptações. Além disso, foi feito um estudo paleográfico dos escreventes, o que tornou possível identificar a variação de punho nos documentos de Lourenço de Brito Correa e Lourenço de Brito de Figueiredo. Acredita-se que os objetivos foram atingidos em relação à etapa de edição, priorizando uma edição fidedigna para o estudo linguístico do português brasileiro. A edição modernizada será desenvolvida e divulgada pelo projeto de pesquisa CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, via site www5.uefs.br/cedohs, à comunidade científica e interessados na investigação da história linguística do português brasileiro.

Sobre a contextualização sócio-histórica dos documentos, traçou-se um estudo com base nas questões-perguntas trazidas por Petrucci (2003), possibilitando abordar aspectos sociais, econômicos, políticos e demográficos referentes aos locais de produção desses documentos. Para os locais de nascimento, criou-se um mapa interativo no *Google Maps*, sendo possível visualizar o local de nascimento e algumas informações sobre os escreventes. Em relação ao local de recolha dos manuscritos, será possível visualizar, por imagens com definição 3d, os possíveis lugares de escrita.

Os documentos mencionados neste trabalho fazem parte de cinco escreventes, os quais trazem características socioculturais diferentes e marcantes. Nesta etapa, buscamos identificar dados como: nacionalidade, naturalidade, nomes dos pais e outros familiares, idade, estado civil, profissão, data de falecimento, escolarização. No entanto nem todos os dados biográficos dos escreventes foram encontrados.

Quanto ao estudo linguístico dos traços de inabilidade/habilidade da escrita dos mamelucos citados, pode-se inferir que os dados relacionados à escrita dos manuscritos referentes aos escreventes apresentam traços de inabilidade, ou seja, *poucos hábeis* com a escrita. Vale ressaltar que estas são conjecturas, pois no século XVII e XVIII ainda não havia uma gramática estabelecida, e reinava a pluriortografia.

Esta pesquisa proporciona aos estudiosos da língua e da história uma edição confiável dos documentos pertencentes a mamelucos, uma população subalterna que conseguiu ter acesso

à escrita e ganhar visibilidade em uma época tão marcada por desigualdades, conflitos e desavenças. Através desses manuscritos, os investigadores que se debruçam sobre as sincronias passadas do português brasileiro poderão encontrar características linguísticas preservadas e compará-las com outros dados escritos referentes aos séculos XVII e XVIII.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia:** um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/199. Acesso em: 18 jun. 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo:** (1644-1830). São Paulo: EDUSC, 2000.

ALVEAL, C. M.O. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na américa portuguesa. **Sæculum - Revista de História** [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial:** aspectos linguísticos em cartas do comércio. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 134-204.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039. Acesso em: 22 maio de 2021.

BRASIL, E.V; SCHUMAHER, S. **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a Atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CARDOSO, Lara. CARNEIRO, Zenaide. LACERDA, Mariana. **Corpus 2 CE-DOHS: Corpus 2.** Feira de Santana, 2019. Disponível em: www.corpus2cedohs.com.br. Acesso em: 25 maio de 2020.

CARDOSO, J. O. S. B. **Ecos de liberdade:** Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CARMO, Marcelo Lunardi. **A indústria açucareira no final do século XVII:** A instabilidade e as políticas régias de reestruturação. USP – Ano VIII, n. 13, p. 13-30, 2017

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1808-1904):** um estudo lingüístico-filológico. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (Org). **CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (2012-2025).** URL: http://www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 07 jun. de 2020.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista brasileira de história da educação**, n. 5, 2003.

ENNES, Ernesto. **As guerras nos Palmares:** subsídios para a sua história. Prefácio de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FILHO, Luiz Pedro Dario. Segurança jurídica no ultramar: Domingos Jorge Velho, Conselho Ultramarino e o contrato de guerra aos Palmares. **História Unicamp,** v. 6, n. 12, jul./dez. de 2019.

FRANCO, Francisco de Assis C. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

GIAROLA, Flávio Raimundo. O povo novo brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 4, núm. 1, enero-junio, 2012, p. 127-140 Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil.

GONÇALVES, E.C.B. Tradição Discursiva, Filologia e Corpus Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII. **Revista da Abralin,** v.19, n.3, p.582-598, 2020.

GONÇALVES, Maria Filomena. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII:** para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Série Identidade Língua Portuguesa), 1992.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil.** Rio de Janeiro: UNIBRADE,1985.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; SOLEDADE, Juliana. (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro:** outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOBO, Tânia Conceição Freire; OLIVEIRA, Klebson. **Projeto história da cultura escrita no Brasil:** um programa de investigação/HISCULTE. 2012. Inédito.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. (Org.). **Rosae:** linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: Edufba, 2012, p. 533 – 542. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749.

MATEUS, Elias Theodoro. Os “papéis velhos na rede: manuscritos digitalizados e a leitura paleográfica. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 26-51, Ago 2016.

MARQUILHAS, Rita**. A faculdade das Letras:** leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Impressa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS, Yllan de. **A última inquisição:** os meios de ação e funcionamento da inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769), dissertação (Mestrado em História) Niterói-RJ, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica** – "ouvir o inaudível". São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaios para uma sócio-historia do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 43-67.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o projeto Para a história do português brasileiro. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah. (Org.). **Para a história do português brasileiro** – Notícias de corpora e outros estudos. v. 4. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 17-28.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. **Estudos Lingüísticos e Literários,** Salvador, n. 21-22, p. 97-108, 1998.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra**. Companhia das Letras: 1995, São Paulo.

MUSSA, Alberto. ***O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*****.** Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), mimeo, 1991.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários:** Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX:** sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. Orientadora: Rosa Virgínia Mattos e Silva. Coorientadora: Tânia Conceição Freire Lobo. Tese - Vol.1. Tese - Vol. 2. Tomo 1. Tese - Vol. 2 Tomo 2.

OLIVEIRA, M.O.A. **Olhares inquisitoriais na amazônia portuguesa: o tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes (XVII e XVIII).** 2010, 154 f., Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3730/4/Maria%20Olindina.pdf. Acesso em: 01 ago. de 2020.

OLIVEIRA, Cinthia Goncalves Gomes. Os problemas do final do século xvii na bahia segundo os escritos de Gregório de Matos e Sebastião da Rocha Pita. **Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 118-135, Jan-Jun, 2017. http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.06

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura.** Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003. p. 7-8.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. **Projeto CE-DOHS:** Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão. Coordenação: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro; Mariana Fagundes de Oliveira. Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 10 junho de 2021.

RIBAS, M. A. A. *Os mamelucos e o vinho da lembrança.* Mneme (Caicó. Online), v. 12, p. 506-521, 2011. **MNEME –Revista de Humanidades**,11(29),2011– JAN / JULHO Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 19.

SANTANA, Ricardo George Souza. **Lourenço de Brito Correa:** sujeito mais perverso e escandaloso. Conflitos e suspeitas de motim no segundo vice-reinado do Conde de Óbidos. (Bahia 1663-1667). 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTANA, Noemi Pereira. **Escolarização na Bahia na Transição Império-República e a Constituição da Norma Culta do Português Brasileiro.** 2007. 85 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTIAGO, Huda Silva; CARNEIRO, Zenaide Novais. Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (org.). **História do Português Brasileiro:** Corpus diacrônico do português brasileiro. Ed. Contexto, Vol. 2, 2019.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos "cândidas" do sertão baiano.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Luis Henrique Souza dos. Capítulos da conspiração: os conflitos no governo e justiça de Salvador (1664-1667). **Anais do XVII do Encontro de História da Anpuh**-Rio, Instituto Multidisciplinar, UFRJ, 2016.

SANTOS, Elaine Brandão. **O livro do gado do brejo do campo seco (Bahia):** edição semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos / Elaine Brandão Santos. –, 2019.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização:** colonização e povos indígenas na Bahia. Cruz das Almas/BA: Editora da UFRB, 2014, pp. 36-37.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camâra. **Histórias e Memórias da educação no Brasil:** Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 121-130.

SOBRINHO. Barbosa Lima. O devassamento do Piauí. **Brasiliana – Biblioteca Pedagógica Brasileira**, vol. 255, série 5ª, 1946.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.

VIGIA. **Inventário Turístico do Município de Vigia:** Berço da Amazônia, IFPA, Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, 2013.

APÊNDICE

APENDICE A: ÍNDICE ANÁLITICO DOS DOCUMENTOS

Índice Analítico dos Manuscritos Referentes aos Documentos de Mamelucos do Brasil Colonial

Escrevente	Data	Documentos
Domingos Jorge Velho	15 de julho de 1964	Narra os sacrifícios passados pelo sertanista Domingos Jorge Velho na destruição dos Palmares, a convite do governador João de Cunha de Souto Maior. O mameluco escreve para o rei impondo condições para continuar na guerra e concluir a destruição dos Palmares. Além disso, pede reconhecimento pelo seu serviço, pois foi leal e obedeceu às ordens da autoridade colonial, perdendo grande quantidade de homens, não obtendo nenhum lucro com a guerra.
Lourenço de Britto Correa	12 de junho de 1659	Carta enviada ao rei informando sobre o contrato do sal que a esta Bahia vinha por estanque. Cumprindo as ordens, despachou os papeis de posse de vinte e sete anos da superintendência na confirmação do contrato do sal, no qual o provedor mor concede por provisão de Vossa Majestade.
	15 de julho de 1659	Informa a Vossa Majestade sobre o cargo de Provedor mor da Fazenda e pede para mandar algumas ordens e regimentos para quebrar e anular outros regimentos e assim cumprir suas obrigações e serviços. Relata alguns particulares como pagamentos sem ordem de Vossa Majestade que podem danificar ou lesar a Fazenda Real.
	14 de setembro de 1660	Informa o recebimento da carta de Vossa Majestade pedindo que entregasse ao governador Francisco Barreto outra carta e provisão com os 10 capítulos do regimento das fronteiras que a Vossa Majestade manda seguir. Também comunica a Vossa

		Majestade sobre a quantidade de soldados que tem cada terço; sugere a reforma dos terços a fim de diminuir os prejuízos gerados pelos pagamentos de maiores postos e o não pagamento de alguns contratadores.
	27 de abril de 1661	Informa sobre os amotinados do Rio de Janeiro. Em fevereiro aportou uma frota de Lisboa que partiu para o Rio de Janeiro com mais quatros navios, alguns capitães, oficiais e soldados para aquietar os moradores e guardar a praça de Vossa Majestade e pôr em prática e conselho o que se devia fazer em serviço da Vossa Majestade.
	13 de maio de 1661	Sobre a não Inglesa Maria Dourada e o capitão Jamens Code não querer pagar os quatro quintos de pólvora e quatro de chumbo de sua obrigação, e levando da cidade e estado todo dinheiro pelas drogas, deixando tão faltosos deste gênero e impossibilitando os moradores desta conquista do comércio. Solicita, portanto, a Vossa Majestade que peça a conta, porque cá não foi possível.
	31 de março de 1662	Informar que a Vossa Majestade em carta pede para que o avise pelo Conselho Ultramarino sobre a criação do cargo de guarda mor da barra, quem o serve e por que provimento, quanto importara seu rendimento, e se convém continuar. O Provedor Mor da Fazenda descreve como ele deve responder ao requerimento de Sebastião Farinha, morador em São Vicente do Sul, e diz ser prejudicial ao serviço de Vossa Majestade e sem utilidade alguma.
	23 de maio de 1662	Sobre ordenação na qual Vossa Majestade pede para informar se fabricar mais engenhos de novo nos Portos marítimos prejudicará os engenhos que há no Recôncavo da Bahia, a menos que falte cana ou lenha. Pede que avise nas rendas reais e dízimos.

	20 de setembro de 1662	Relata sobre a carta que escreveu em primeiro de abril de 661 para Vossa Majestade sobre a informação de haver de fabricar mais engenhos do que o que há na capitania da Bahia. Manda cópia e também fala sobre o requerimento e papeis que se fez em nome do juiz do povo para informar a Vossa Majestade da verdade que ele contém e do prejuízo.
	26 de setembro de 1662	Informar sobre o cumprimento das ordens de Vossa Majestade em tratar de remediar os excessivos gastos que se fazia de sua Real Fazenda. Entre os quais, os que Bernardo Vieira Ravasco faz na secretaria do governo deste estado.
	23 de maio de 1662	Informar sobre os engenhos que houve no Recôncavo desta Bahia e que estão desfabricados e juntamente os que se fizeram de novo, depois de extintos os outros.
Lourenço de Britto de Figueiredo	04 de abril de 1669	Informar sobre Antônio de Andrade de Oliva, que foi contratador dos dízimos desta capitania e que acabou em julho do ano passado devendo dinheiro, pedindo para fazer um contrato e condições obrigando-o a fazer os pagamentos nessa provedoria mor.
	09 de abril de 1669	Relata sobre o desembargador João de Goes e Araujo tem feito ofício de procurador da fazenda, dando notícias dos regimentos, alvarás e ordens de Vossa Alteza pertencentes a boa arrecadação e administração da fazenda.
	12 de abril de 1669	Relata sobre a relação das rendas que tirou dos livros da provedoria mor e dos pagamentos que se fizeram durante quatro anos e meio.
	16 de abril de 1669	Pede que Vossa Alteza faça cumprir todas as ordens antigas e modernas para que nenhum oficial levasse dos ordenados ainda que servissem diferentes ofícios.

	17 de abril de 1669	Informa sobre o aviso que recebeu do tesoureiro geral e pede para Vossa Alteza por alvará ordene que não passe esses escritos, e que os contratadores façam os pagamentos de acordo as condições do contrato.
	08 de julho de 1669	Sobre o que escreve o Provedor mor da fazenda do Brasil e o Desembargador João de Goés de Araujo acerca da causa porque não cobra de Antônio de Andrade de Oliva, contratador dos dízimos, o que deve a Fazenda Real.
	15 de julho de 1669	Informa a Vossa Alteza sobre uma certidão em que consta Thome Lopes por mandado que pagasse uma dívida a Fazenda Real por Domingos Francisco, devedor do contrato. E que os ministros da relação vão contra as ordens e regimentos sem ter respeito a elas. Pede a Vossa Alteza que castigue os ministros que se intrometem nas matérias da Fazenda Real.
	24 de junho de 1670	Sobre duas provisões com as quais o vice-rei do estado da Bahia, Conde de Óbidos, havia reformado o presidio da praça com sua companhia.
	15 de agosto de 1671	Informa sobre os prejuízos da ordem de Vossa Alteza para que os tesoureiros não paguem escritos para os contratadores fazerem pagamentos, sendo coniventes que haja cofre na fazenda em que se recolham os rendimentos das rendas, e o provedor tenha uma chave e o tesoureiro outra.
	12 março de 1671	Sobre a carta que Vossa Alteza mandou enviar para o governador e capitão da Bahia notificando o tesoureiro geral que não pagasse o dito governador, se não a quantia de até 3 mil cruzados por ano.
		Sobre as escrituras que fizeram obrigado e conhecido Joam Roiz dos Reis como contratador, e como tal, requeria as cobranças das

	13 de maio de 1671	dívidas do dito contrato, lhe impediram os procuradores do dito Antônio de Andrada intrometendo na dita cobrança, empatando a com requerimentos e protestos.
Izabel Maria Guedes de Brito	19 de janeiro de 1723	Sobre o requerimento para Vossa Majestade pedindo que declarem e certifiquem as terras que lhe foram tiradas por falsa informação, além das que foram concedidas ao seu pai Antônio Guedes de Brito.
Adrião Pereira de Farias	Segunda metade do século XVIII	Uma carta fazendo pacto com demônio através das orações para conseguir o que quiser e pretender, bastando ter fé, além de livrar dos inimigos, perigos e conseguir a mulher que quiser.

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Carneiro (2005)